

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LEONEL BRIZOLA E OS SETORES SUBALTERNOS
DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: 1961-1964**

CÉSAR DANIEL DE ASSIS ROLIM

**PORTO ALEGRE
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

César Daniel de Assis Rolim

**LEONEL BRIZOLA E OS SETORES SUBALTERNOS
DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: 1961-1964**

Dissertação apresentada ao PPG em História da UFRGS como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado em História, na linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Carla Brandalise.

Porto Alegre
2009

CÉSAR DANIEL DE ASSIS ROLIM

Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964

Dissertação apresentada ao PPG em História da UFRGS como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado em História, na linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais.

Aprovada com indicação para publicação em 6 de novembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Maria Lúcia Moritz (PPG-Ciência Política/UFRGS) – Conceito A

Prof. Luiz Alberto Grijó (PPG-História/UFRGS) – Conceito A

Prof.^a Maria Luiza Filippozzi Martini (PPG-História/UFRGS) – Conceito A

Orientadora: Prof.^a Dra. Carla Brandalise.

Porto Alegre

2009

Para minha mãe, Suely, pelo exemplo de obstinação e incentivo permanente.

AGRADECIMENTOS

Desejo nessa página manifestar meu agradecimento a todos que contribuíram decisivamente para minha formação e para a construção do presente trabalho.

Registro primeiramente a minha gratidão a Carla Brandalise, minha professora orientadora. Agradeço por suas orientações, conversas, críticas e permanente incentivo à pesquisa e estudos.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História desta Universidade, que é exemplo de ensino público, gratuito e de qualidade, em especial aos professores Enrique Serra Padrós, Carla Rodeghero e Céli Pinto pela atenção, observações e contribuições.

Agradeço ao professor Jorge Luiz Ferreira, pelas contribuições e indicações de fontes para a pesquisa.

Assinalo meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa que financiou a pesquisa.

Agradeço aos colegas de Pós-Graduação, em especial aos amigos: Ananda Simões, Carlos Torcato, Caroline Bauer, Charles Domingos, Gustavo Coelho, Nilo de Castro, Rafael de Lima, Taiara Alves e Vicente Ribeiro.

Meu especial agradecimento às pessoas que colaboraram decisivamente para pesquisa: Almoré Zoch Cavalheiro, Elenice Szatkoski, José Wilson da Silva e Paulo Camargo Santos.

Agradeço a todos que me permitiram compartilhar de conversas, entrevistas e documentos que contribuíram de maneira essencial para a construção do texto: Adeílson José Lopes, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, Araken Vaz Galvão, Avelino Bioen Capitani, Avelino Iost, Carlos Alberto Telles Frank, Édio Emigdio Erig, Elísio Soares da Silva, Jelcy Rodrigues Corrêa, José Geraldo da Costa, Matheus Schmidt, Ney de Moura Calixto, Paulo Ritter da Luz, Pedro Martins Alvarez, Raimundo Porfírio Costa, Reynaldo di Benedetti, Sereno Chaise e Trajano Ribeiro.

Agradeço ao Alexandre, grande parceiro, e especialmente à minha mãe pelo carinho, suporte e compreensão permanentes.

Um beijo muito especial à minha querida Maria Eduarda!

“Se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso. Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político”.

René Rémond

RESUMO

Este trabalho analisa as relações de Leonel Brizola com o movimento político dos setores subalternos nacionalistas das Forças Armadas Brasileiras durante o período em que esteve no governo do Estado do Rio Grande do Sul (1959-1962) até o golpe civil-militar de 1964. Procura-se identificar as estratégias utilizadas por Brizola visando obter o apoio dos setores subalternos castrenses, em especial do círculo dos sargentos, para suas ações políticas. Essas estratégias, com o objetivo de conquistar apoio para o projeto político reformista-nacionalista desse político sul-rio-grandense e articular uma resistência a um possível golpe de Estado, acirraram uma divisão latente dentro das Forças Armadas Brasileiras entre os grupos nacionalistas e os anti-nacionalistas ou entreguistas. A análise da estruturação do Partido Trabalhista Brasileiro, que apoiou a luta política dos subalternos militares, e a discussão acerca de conceitos importantes, tais como, populismo e nacionalismo, são realizadas pelo trabalho, no sentido de apontar as influências exercidas por essa organização partidária no ideário brizolista e na luta dos subalternos militares. Para além da indicação das estratégias brizolistas utilizadas no sentido de aproximar-se dos militares nacionalistas, pretende-se indicar as disputas internas ocorridas nas Forças Armadas Brasileiras nas décadas de 1950 e 1960 e suas articulações com a sociedade civil.

Palavras-chave: História do Brasil. História Política. História do Tempo Presente. Memória. Governo João Goulart (1961-1964). Trabalhismo. Leonel Brizola. Nacionalismo. Forças Armadas Brasileiras. Movimento dos Sargentos.

ABSTRACT

This research aims to analyse the relationships of Leonel Brizola with the subordinate nationalist sectors of the Brazilian Armed Forces, particularly the circle of sergeants, during the period in which government was in the State of Rio Grande do Sul (1959-1962), until the coup civil-military from 1964. Seeking to identify the strategies used by Brizola to get the support of the subordinate castrenses sectors, especially the circle of sergeants, for its political actions. These strategies, aimed at obtaining political support for the project reformist-nationalist politician that south riograndense, caused a division within the Armed Forces Brasileiras. The analysis of the structure of the Brazilian Labour Party and discussion about important concepts such as nationalism and populism, are carried out by work, in order to sharpen the ideological influence exercised by that party organization in brizolista ideology. In addition to the indication of the strategies used to brizolistas closer to the subordinate military nationalists, it is intended to indicate the internal disputes which occurred in the Brazilian Armed Forces in the decades of 1950 and 1960 and its joints with civilians and with the policy.

Key-words: Brazilian History. Politics History. History of Present Time. Memory. João Goulart Government (1961-1964). Labourism. Leonel Brizola. Nationalism. Brazilians Armed Forces. Movement of Sergeants.

Lista de siglas e abreviaturas

ADP: Ação Democrática Popular

AHE: Arquivo Histórico do Exército

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras

AMFNB: Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

Camde: Campanha da Mulher pela Democracia

CEMFA: Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CP: Correio do Povo

CPDOC/FGV: Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas

CSN: Conselho de Segurança Nacional

Dep.: Departamento

DHBB: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

DN: Diário de Notícias

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ECEME: Escola de Comando do Estado Maior do Exército

EMEx: Estado-Maior do Exército

EMFA: Estado-Maior das Forças Armadas

ES: Estado de São Paulo

ESG: Escola Superior de Guerra

FAB: Força Aérea Brasileira

FD: Frente Democrática

FMI: Fundo Monetário Internacional

FMP: Frente de Mobilização Popular

FPN: Frente Parlamentar Nacionalista

FUG: Frente Única Gaúcha

Gab.: Gabinete

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Master: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MODAC: Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania
MTR: Movimento Trabalhista Renovador
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PDC: Partido Democrata Cristão
PL: Partido Libertador
PRL: Partido Republicano Liberal
PRP: Partido de Representação Popular
PRR: Partido Republicano Rio-Grandense
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PSP: Partido Social Progressista
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PUA: Pacto de Unidade e Ação
PUI: Pacto de Unidade Intersindical
SNI: Serviço Nacional de Informações
STF: Supremo Tribunal Federal
STM: Superior Tribunal Militar
Sudene: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Supra: Superintendência de Política Agrária
UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN: União Democrática Nacional
UH: Última Hora
UNE: União Nacional dos Estudantes
UMNA: Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia
USB: União Social Brasileira

SUMÁRIO

Resumo	7
Abstract	8
Lista de siglas e abreviaturas	9
INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRO CAPÍTULO: O PTB na conjuntura político-partidária nacional (1945-1964): nacionalismo reformista em tempos democráticos	39
1.1 O debate acerca dos modelos de organização partidária: o PTB enquanto um partido político moderno (1945-1964)	39
1.2 O nacionalismo petebista e sua articulação com o Movimento Nacionalista Brasileiro	58
SEGUNDO CAPÍTULO: Forças Armadas Brasileiras: conflitos internos e articulações com a política e sociedade entre 1950-1964	73
2.1 As divisões internas das Forças Armadas Brasileiras e suas articulações com a sociedade civil	73
2.2 “A quebra da hierarquia interna”: a movimentação dos subalternos militares e sua consequência para as Forças Armadas Brasileiras	82
TERCEIRO CAPÍTULO: As estratégias utilizadas por Leonel Brizola para apoiar as demandas dos setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras entre 1961 e 1964	102
3.1 “Populismo” ou reformismo social?: a influência do trabalhismo petebista na ação política de Leonel Brizola	102
3.2 O jacobinismo brizolista e sua importância na conjuntura anterior ao golpe civil-militar de 1964	117
QUARTO CAPÍTULO: As crises político-militares e a aproximação de Leonel Brizola com os setores subalternos das Forças Armadas	141
4.1 A Campanha da Legalidade: a atuação dos sargentos em consonância com a defesa da posse de Goulart	141
4.2 A questão da elegibilidade dos sargentos e a Rebelião dos Sargentos	160
4.3 O discurso de Leonel Brizola em Natal e o Manifesto dos Sargentos: a radicalização do nacionalismo popular	174
QUINTO CAPÍTULO: A mobilização dos subalternos militares e a sintonia com a radicalização do nacionalismo popular de Leonel Brizola	190
5.1 A mobilização dos marinheiros	190
5.2 A atuação de Leonel Brizola e dos subalternos militares visando à defesa do regime democrático frente ao golpe civil-militar	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS	245

INTRODUÇÃO

A ascensão de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1959, significou o início de uma administração que forneceu bases para o trabalhismo no Brasil. Brizola, na campanha eleitoral de 1958, conseguiu agregar um considerável apoio para sua candidatura, especialmente de grupos de esquerda¹ no período, com a abertura para uma ativa participação de setores populares na elaboração do programa de governo². Demonstrando uma aproximação³ dos trabalhistas com as lideranças do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a nota de apoio⁴ de Luís Carlos Prestes à candidatura de Leonel Brizola indicava a possibilidade de interfaces entre os dois grupos mencionados. Durante seu governo, todavia, ele enfrentou uma forte oposição de setores ligados à elite econômica sul-rio-grandense, representada por agremiações partidárias como Partido Libertador (PL), Partido Social-Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN).

Sendo egresso do meio universitário e construindo sua carreira política em Porto Alegre, consolidando o predomínio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na capital sul-rio-

¹ No trabalho se utiliza a definição de esquerdas como os grupos sociais favoráveis às mudanças em nome de justiça e progresso sociais, enquanto que direitas seriam as forças conservadoras, alérgicas a mudanças e dispostas a manter o status-quo. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 32. Esquerda é o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 7.

² Em 27 de abril de 1958, o *Correio do Povo* publicava uma convocação divulgando o interesse no recebimento de sugestões para a elaboração do programa administrativo da candidatura de Brizola. Seguiam várias perguntas, tais como: Quais os mais importantes problemas do Rio Grande? Quais as necessidades de sua região? Existem crianças sem escola?

³ A aproximação dos laços dos comunistas com grupos operários, segundo Gorender, produziu um resultado desafiador da linha política. Na prática cotidiana, os comunistas firmavam contatos e alianças com os operários de tendência reformista, principalmente os getulistas adeptos do PTB. A aliança dos comunistas com a ala esquerda dos trabalhistas frutificou numa vitória importante em 1961. A aliança entre comunistas e trabalhistas de esquerda se demonstrou capaz de arrebatar a burocracia ministerial, principal organização de cúpula da estrutura sindical oficial. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 24.

⁴ A vitória do Movimento Nacionalista, representado pela candidatura de Leonel Brizola, em 03 de outubro, significa uma séria mudança na correlação de forças políticas em nossa terra, a favor das liberdades, do progresso e da emancipação nacional. Estamos convencidos de que a vitória dos nacionalistas em 03 de outubro exercerá uma forte pressão política sobre o atual Governo Federal, exigindo dele que cumpra seus compromissos, que modifique a política externa do Brasil, realizando uma política externa independente, de acordo com os interesses do povo brasileiro, uma política de paz, de relações com todos os povos. Uma política interna progressista, favorável ao movimento independente da economia nacional, que signifique a verdadeira defesa da indústria nacional, a industrialização das regiões mais atrasadas de nossa terra. Saio do Rio Grande do Sul convencido de que o povo gaúcho, mais uma vez, saberá indicar a todo o povo brasileiro o caminho da vitória, na luta pela emancipação de nossa terra. A pedido publicado no CORREIO DO POVO. 29 de setembro de 1958. p. 1.

grandense⁵, Brizola consegue uma inserção no meio urbano, característica marcante do PTB, articulando também ligações com setores das camadas médias da população. Acreditando no poder de mobilização das Forças Armadas, Brizola procurou aproximar-se dos círculos militares, em especial dos setores nacionalistas. Em depoimento durante o período de ditadura civil-militar, onde conspirava contra a ditadura civil-militar⁶, fora do país, o ex-governador sul-rio-grandense defendia a promoção de uma insurreição, contando com o povo e com o apoio das Forças Armadas⁷. Esta pesquisa tem o propósito de analisar as relações de Leonel Brizola com setores subalternos nacionalistas das Forças Armadas Brasileiras, em especial o círculo dos sargentos, durante o período em que esteve no governo do Estado do Rio Grande do Sul (1959-1962), até o golpe civil-militar de 1964.

Em pronunciamentos enquanto governador do Estado, Brizola invariavelmente procurava relacionar sua origem social com as medidas a serem adotadas por sua administração, ou seja, buscava vincular o seu governo com as aspirações dos setores sociais menos favorecidos. Além disso, em seus discursos o ex-governador reconhecia-se como um herdeiro do trabalhismo de Getúlio Vargas, colocando a sua intenção de dar continuidade ao projeto político desse ex-presidente, especialmente após a eleição de 1950, onde Vargas retornou à frente do Executivo Federal com uma expressiva votação. A primeira Mensagem⁸ à Assembléia Legislativa, depois de assumir o comando do Governo Estadual, constitui-se como um exemplo:

Quanto a mim – creiam os meus conterrâneos – recebi os resultados das eleições com sincera humildade e agora vou para o Governo consciente da significação deste ato de confiança. Sem vaidades e sem pretensões, quero apenas cumprir o meu dever. Não me considero melhor do que ninguém, nem ungido de condições ou poderes que não aqueles inerentes ao posto que vou desempenhar. Sou um simples cidadão, agora investido transitoriamente nas funções de Governo. Venho das camadas mais modestas da população e quero permanecer fiel às minhas origens. Minhas preocupações estarão permanentemente voltadas para os pequenos, para os humildes e desamparados. Interpreto a honrosa preferência que recebi e compreendo a manifestação das urnas como uma mensagem, como um apelo dos humildes, endereçado àqueles que jamais faltarão aos ideais e aos ensinamentos de Getúlio Vargas.

⁵ A administração municipal entre 1956 e 1958, conduzida por Brizola, teve uma considerável aprovação por parte do eleitorado a ponto de possibilitar o lançamento de sua candidatura ao governo do Rio Grande do Sul.

⁶ No presente trabalho utiliza-se a nomenclatura de ditadura civil-militar para designar o regime político instituído a partir do golpe de Estado de março de 1964 devido ao fato de que o mesmo caracterizou-se essencialmente pela ausência de efetiva participação política da maioria da sociedade civil brasileira, seja por via eleitoral, seja por liberdade de expressar suas ideias.

⁷ BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101.

⁸ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada pelo governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. p. 09.

Ao projeto administrativo de Brizola no Executivo Estadual, soma-se a herança de Vargas e o apelo ao apoio de setores economicamente desfavorecidos, um teor nacionalista. Esse último refletia-se em uma nítida oposição ao controle econômico externo, em especial de áreas consideradas estratégicas, tais como os serviços de telecomunicações e de energia elétrica. Constata-se a construção de um antagonismo em relação ao capital estrangeiro: “São autodeterminadas as nações que, em primeiro lugar, disciplinam como querem as suas relações e o seu intercâmbio com as nações do Universo. Em segundo lugar, só são rigorosamente autodeterminadas as nações que, através de meios ao seu alcance, são capazes de executar, realizar as reformas estruturais consideradas necessárias à sua prosperidade social e econômica”⁹.

A encampação¹⁰ da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), subsidiária da multinacional Bond and Share (empresa da American & Foreign Power – Amforp), em maio de 1959, constitui-se como um momento importante do viés nacionalista da administração de Brizola. Este, ao lembrar de sua intervenção na CEERG, afirma que:

Recordo-me que o Diário Oficial saiu às sete horas da manhã, e às sete horas e quinze minutos, o presidente Juscelino Kubitschek me telefonou. O serviço de telefone era muito precário naquela época. E disse: Governador, é verdade que o senhor encampou a empresa Bond and Share? Era uma subsidiária, aqui no Brasil, da American Foreign Power. Eu respondi: É verdade, Presidente!¹¹

Somado a essa ação política, considerando o setor de telecomunicações como estratégico, o ex-governador Brizola passou a enfrentar a Companhia Telefônica Nacional (CTN), filial da ITT¹². Da mesma forma que a *Bond and Share*, a ITT estava com a concessão terminada, e exigia condições semelhantes para investir. As negociações duraram dois anos e, ao final, chegou-se a um acordo, estabelecendo-se a criação de uma sociedade de economia mista, com participação do governo (25%), da ITT (25%) e dos usuários (50%). Havia ainda a questão do valor do acervo da ITT, e para isso ela e o governo designaram dois árbitros, que

⁹ BRIZOLA, Leonel. O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o “caso cubano”. In: BANDEIRA, M. *Op. cit.*, p. 127.

¹⁰ Para o histórico desta encampação, ver: MULLER, Elisa Maria de Oliveira. *A encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense e o nacionalismo na década de 1950*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997. Sobre as encampações durante o Governo Brizola, ver: MIRANDA, Samir Perrone. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

¹¹ BRIZOLA, Leonel. Conferência na Subcomissão de Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais da Assembléia Nacional Constituinte. 8 de maio de 1987. In: LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Editora Aquariana, 2008. p. 63.

¹² International Telephone & Telegraph Corporation. Esta empresa estadunidense detinha o controle acionário da CTN (Companhia Telefônica Nacional).

escolheriam um terceiro caso houvesse necessidade. Brizola indicou um inimigo político, da UDN, o professor Luís Leseigneur de Faria, diretor da Faculdade de Engenharia, enquanto a ITT indicou o engenheiro Frederico Rangel. Brizola considerou alta a avaliação, mas não se manifestou. Porém, após dois meses, a ITT mudou sua direção, afastou seu vice-presidente e exigiu novas negociações, alegando que o laudo não era satisfatório.

Brizola anunciou a expropriação dos bens da companhia, com base no valor avaliado pelos árbitros, mas descontando o que havia sido doado pelo governo para composição da rede e os lucros remetidos ilegalmente para o exterior. O poder judiciário autorizou a emissão de posse. Em fevereiro de 1962, o Governo do Estado, imitado de sua posse provisória passou a exercitar a prestação direta dos serviços sob a designação de Serviços Telefônicos Retomados, logo após entregues à responsabilidade da recém criada Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT.

Com essa atitude, Brizola passou a atrair a antipatia dos setores sociais ligados aos interesses dessas empresas estrangeiras. “Não houve jornal do interior dos EUA, que refletindo os interesses dos acionistas locais da empresa, não denunciasse indignado o surgimento de um ‘novo Fidel’, cujo principal ‘hobby’ era expropriar bens norte-americanos. Chegou-se a sugerir a solução tradicional: o envio de marines”¹³. Brizola¹⁴, com essas ações políticas, consolidou-se como uma das principais lideranças políticas do período, e afirmou:

Até o presidente Kennedy num encontro com a imprensa, na Casa Branca, foi abordado por um jornalista que lhe indagou: V. Ex^a está falando que as relações com o Brasil são muito boas, mas um governador de lá está fazendo expropriações, para o que Kennedy respondeu: Esse governador Brizola é um inimigo dos Estados Unidos. Eu, inimigo dos Estados Unidos por causa daquilo. E lá, nos Estados Unidos, havia uma campanha enorme, feita pela imprensa, que dizia que a IT&T era uma companhia popular, era a companhia das viúvas que detinham as ações; que aquilo era uma violência, coisa e tal. E aqui no Brasil, então, foi uma guerra em cima de mim. Transformaram-me em Fidel Castro, colocaram uma barba em mim!

Sua ação política, marcada por atitudes nacionalistas ou de antipatia aos interesses das empresas multinacionais, ousadas para os padrões políticos conservadores, representados pela UDN e PSD, em muitas ocasiões contrapunha-se ao governo Goulart¹⁵. Este, preocupado com

¹³ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder. Vol. 1*. São Paulo: Global Editora, 1979. p. 217.

¹⁴ BRIZOLA, Leonel. Depoimento pessoal de Leonel Brizola. In: LEITE FILHO, F. *Op. cit.* p. 66.

¹⁵ Sobre a relação de Brizola com o Governo do presidente João Goulart, ver: NOGUEIRA, Marcelo D’Alencourt. *As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2006.

a estabilidade de seu governo, no que tangia, especialmente, à manutenção da aliança com o PSD, procurava não acirrar as disputas internas do bloco de partidos que o apoiavam.

A caracterização de Brizola como um líder nacionalista e antiestadunidense em potencial, era marcante em alguns jornais do período. O *Jornal do Brasil*¹⁶, por exemplo, reproduzia em fevereiro de 1962 excertos de notícias publicadas no *Washington Post* apontando que:

Os norte-americanos estão finalmente se dando conta de quem é o brasileiro considerado o candidato mais provável para fazer o papel de Fidel Castro, num país muito mais importante para a segurança do Hemisfério do que a pequena ilha de Cuba. Seu nome é Leonel de Moura Brizola e é atualmente governador do Rio Grande do Sul, um demagogo perigoso, hábil e infinitamente ambicioso. Este governador sabe que os países estrangeiros são alvos fáceis no Brasil. Pouco se importa pelo efeito que as expropriações possam ter sobre a opinião pública norte-americana, e conta com a confusa situação no Brasil para dar-se oportunidade de exercer um papel destacado no mais populoso país da América Latina. A prosseguirem esses acontecimentos no Brasil, será bom recordar que o ditador de Cuba pode dirigir o destino de uma pequena ilha, mas o líder do Brasil poderá influenciar o curso da história de toda a América Latina.

Devido às ações que iam ao encontro do ideário nacionalista brasileiro, que obtinha inclusive a simpatia dos círculos castrenses, Brizola aproximava-se dos militares nacionalistas e suas demandas. “Quando no início de 1962, encabeçamos um memorial de solidariedade a um general preso por apoiar a encampação da ITT feita pelo governador Brizola, a maneira que encontraram de nos desmobilizar foi dispersar as lideranças dos sargentos pelos quartéis nos recantos mais remotos do país”¹⁷.

Procurou-se na presente pesquisa identificar as estratégias utilizadas por Brizola para obter o apoio dos setores subalternos castrenses para suas ações políticas. Essas ações buscaram o apoio para o projeto político reformista-nacionalista desse político sul-rio-grandense e ao mesmo tempo assegurar uma resistência diante de um provável golpe de Estado. Com isso, a aproximação entre militares e Leonel Brizola acirrou uma divisão já latente dentro das Forças Armadas Brasileiras entre setores nacionalistas e antinacionalistas ou entreguistas.

As relações de Brizola com os setores nacionalistas militares, em especial do círculo dos sargentos¹⁸, intensificaram-se a partir da Campanha da Legalidade¹⁹ onde Brizola, enquanto

¹⁶ JORNAL DO BRASIL. 27 de fevereiro de 1962. p. 3.

¹⁷ Entrevista, de Amadeu Felipe, sargento em exercício no período estudado. In: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 209.

¹⁸ Durante a crise institucional, foram os sargentos da Aeronáutica, chefiados pelo Sargento Prestes de Paula, os responsáveis pelo desbaratamento da “Operação Mosquito”, organizada por oficiais que pretendiam derrubar o avião que conduzia João Goulart para tomar posse. “No Rio Grande do Sul, os sargentos do 18º Regimento de

governador do Estado, em agosto de 1961, promove uma grande mobilização popular no sentido de assegurar a posse de João Goulart (vice-presidente que estava em viagem diplomática na China). Durante os acontecimentos de agosto de 1961, Brizola assume o comando de uma ampla rede de apoio à posse de João Goulart, o que proporcionou a radicalização de sua administração frente ao Executivo sul-rio-grandense. Sobre a Legalidade, Brizola²⁰ apontava que:

Bom, muita gente colaborava. Eu tinha um núcleo muito pequeno ali de colaboradores e, agora, essencialmente não é por nenhuma exaltação pessoal, eu segui antes de tudo minha própria inspiração, que era pura, eu queria um interesse público, eu ia defender a liberdade, ia defender a Constituição, a democracia, queria defender caminhos para a justiça social. Eu acreditava de uma forma muito intensa que nós poderíamos transformar, mudar. Os governos parlamentaristas foram uma desilusão, por isso eu passei a lutar pela restauração do presidencialismo.

A essa rede de apoiadores, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, principal foco de resistência frente à tentativa de impedimento por parte dos ministros militares, somou-se o III Exército²¹. O apoio do general Machado Lopes é lembrado por Brizola²²:

A partir do momento em que o Machado Lopes e os generais tomaram aquela decisão, nós tínhamos introduzido uma cunha no Exército e acho que, a partir daí, não havia mais condição deles resistirem. Podia haver uma resistência de alguns dias, alguma área ou outra, mas não havia mais condições, nem mesmo a Marinha, que se mantinha muito ausente dos fatos. Tanto que havia uma força-tarefa em marcha para lá (cidade

Infantaria do Exército jogaram sua força para a manutenção da legalidade.” Entrevista de Amadeu Felipe. *Op. cit.* p. 209.

¹⁹ Brizola, sobre os acontecimentos de 1961, afirmava que: uma interpretação desse episódio (Legalidade), se eu disser que foi a Campanha da Legalidade, como se costumou dizer, não reflete essa simples denominação do que aconteceu; se eu disser a Campanha, foi a resistência ao golpe, mais proximamente. Mas, na verdade, o que aconteceu naquele momento no Rio Grande do Sul e pelo país afora – porque, fora, ocorreram também fatos muito importantes: em Santa Catarina, que estava mais próximo; também ali, no Paraná; no caso de Goiás, Mauro Borges; pode-se dizer que houve, aqui no Rio de Janeiro, também episódios dignos de registro – o que houve na verdade foi um levante contra a tentativa de golpe. Houve uma rebelião contra a tentativa de golpe. E eu creio que isso é que caracteriza mais, porque, quando se fala num levante, numa rebelião, a gente já está também considerando que houve movimentos armados. O que decidi mesmo foi toda a movimentação armada. Só se decidiu quando o general Oromar Osório se deslocou armado com uma divisão que devia ter oito mil homens e que marcharam. Entrevista de Leonel Brizola concedida para Paulo Markun e Duda Hamilton. In: HAMILTON, Duda; MARKUN, Paulo. *Legalidade: o testemunho de Leonel Brizola*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. p. 33.

²⁰ BRIZOLA, L. *Op. cit.* p. 31.

²¹ O apoio do III Exército, comandado pelo General Machado Lopes, ao movimento pela legalidade, foi de extrema importância no sentido de assegurar a posse de Goulart. “A minha decisão de apoiar a Lei foi tomada após muita ponderação sobre as consequências de iniciar um movimento armado no Rio Grande do Sul, que se alastrasse por todo o Brasil, tal o estado de politização em que se encontrava o povo, motivado pela legitimidade de o Sr. João Goulart empossar-se como presidente da República. Continuo convicto de ter então evitado um mal maior para todo o país.” LOPES, José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros: depoimento do Comandante do III Exército na crise político-militar de agosto de 1961*. Porto Alegre: Alhambra, 1979. p. 53.

²² BRIZOLA, L. *Op. cit.* 2001. p. 32.

de Rio Grande) que tinha planos de desembarque, e que o Terceiro Exército estava preparado para receber. Nós bloqueamos, isso foi iniciativa nossa, do governo do Estado, porque nós tínhamos a diretoria dos portos, rios e canais, uma diretoria especializada, nós bloqueamos o canal de entrada do porto de Rio Grande.

A ideia de Brizola era de que os sargentos podiam ser a chave. O impacto de 1961 foi muito importante. Persuadiu Brizola de que, se pudesse conquistar os sargentos, poderia mobilizar os generais²³. O entendimento de que os sargentos, especialmente os do Exército, eram elementos fundamentais na hierarquia interna militar, era compartilhado por diversos militares. “Os sargentos, como eu disse, são os elementos que têm mais contato com a tropa, com os soldados. Embora os oficiais também tenham contato, os sargentos normalmente já foram soldados e cabos²⁴. Este depoimento revela uma constatação permanente nas entrevistas realizadas durante esta pesquisa, onde os militares afirmavam as dificuldades de ascensão na carreira para os militares subalternos.

A Campanha da Legalidade fora um marco para a história política do país e também da América Latina. A tentativa frustrada de golpe frente à mobilização, empreendida especialmente a partir do Estado do Rio Grande do Sul, teve um impacto para a consolidação do trabalhismo reformista de Brizola e João Goulart. Segundo Brizola²⁵:

Este episódio de 1961, que se convencionou chamar de Legalidade, resistência em defesa da Constituição, resistência contra o golpe, depois se denominou Campanha da Legalidade, devido à rede de rádio, à Rede da Legalidade. Bom, pela sua natureza, pela sua importância, bem estudado esse episódio, nós iremos verificar que foi muito importante, porque foi especial na história do nosso país e na história da América Latina, que foi a primeira vez que no mundo se viu resistir a um golpe militar que já estava assumido, que já estava institucionalizado. Por quê? Os três ministros militares, ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, já haviam formado uma junta e estavam controlando o país, ditando todas as regras, então foi a primeira vez que surgiu na periferia do país, porque o Rio Grande do Sul, ele está lá como uma espécie de fim de linha, uma resistência que surpreendeu toda aquela ordem de poder já estabelecida, porque os governadores já estavam conformados. Aqui no Rio de Janeiro até a censura à imprensa já havia sido estabelecida; o governador Carvalho Pinto, em São Paulo, já estava conformado; o de Minas estava colaborando; o Lacerda aqui era um factótum do regime a partir da renúncia do presidente.

Brizola, apesar de suas realizações frente ao Executivo sul-rio-grandense, não conseguiu eleger o representante do PTB na eleição de 1962 para o Governo do Estado. Isto se deveu também à saída de lideranças petebistas gaúchas, que fundaram uma nova agremiação

²³ Entrevista do General Rocha, membro do Estado Maior do Exército em 1963 e 1964. In: STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975. p. 119.

²⁴ Entrevista do General Ernesto Geisel. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Geisel*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 159.

²⁵ BRIZOLA, L. *Op. cit.* 2001. p. 40.

partidária (Movimento Trabalhista Renovador – MTR). A vitória de Ildo Meneghetti, representante da Ação Democrática Popular (ADP)²⁶, aliança que reunia o PSD, o PL, a UDN, o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC) para o Executivo gaúcho, ocorreu simultaneamente à eleição consagrada de Brizola para deputado federal pelo Estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro.

No Parlamento, Brizola consolida-se como o líder da ala reformista-nacionalista²⁷ do PTB. Esta corrente partidária conquista o predomínio interno, a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960. Após a aliança (realizada ainda no governo Juscelino Kubitschek) com grupos do PCB, a corrente reformista-nacionalista conquista um grau de influência decisivo sobre a vertente getulista.

Como consequência da influência dessa vertente reformista-nacionalista, estrutura-se na Câmara Federal a chamada Frente de Mobilização Popular (FMP), sob a égide de Brizola. Entre as propostas desse agrupamento político, destacam-se: a reforma agrária; a reforma eleitoral (direito de voto aos analfabetos e aos soldados e direitos de elegibilidade aos sargentos e praças de pré); a anistia aos soldados e sargentos e todos os presos políticos; a suspensão do pagamento da dívida externa e a expulsão da empresa norte-americana Hanna Mining Company.

Brizola intensificava a busca por transformações sociais influenciado pela conjuntura latino-americana. Nesse sentido, o exemplo da Revolução Cubana²⁸ era paradigmática para a esquerda nacional. Flávio Tavares relata o encontro entre Ernesto Che Guevara e Leonel Brizola no Uruguai, durante a Conferência Interamericana Econômica e Social, no ano de 1961, às vésperas do levante da Legalidade, “onde no sul o próprio Exército se colocou ao seu lado, derrotando o golpe de Estado. Mas, se não tivesse conhecido o Che e observado seu exemplo ou até seus ímpetos, o jovem governador teria tido a audácia de desafiar a hierarquia

²⁶ Essa coligação de partidos tinha como mote a ideia de restituição da ordem no estado sul-rio-grandense. “A ênfase na ideia de ordem em contraposição ao clima de insegurança (política e social) será uma constante, o mesmo acontecendo com a referência a temas tipicamente trabalhistas no sentido do conteúdo e da linguagem empregada pelas lideranças petebistas no Estado em campanhas anteriores.” CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 307.

²⁷ Brizola passou a liderar a tendência reformista-nacionalista do PTB especialmente após o episódio da Legalidade. Esse viés reformista predominou no PTB, a partir do desaparecimento de Getúlio Vargas. Para uma análise dos setores reformistas do PTB, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

²⁸ A Revolução Cubana forçou uma redefinição das polarizações das lealdades, com referência aos padrões de integração social que correspondem às alternativas de desenvolvimento do nosso sistema civilizatório. Ela provocou reações defensivas que orientaram as influências estadunidenses em nova direção: de intervir ativamente junto aos governos e à opinião pública latino-americana. FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 24.

militar, quebrá-la ao meio e derrotá-la? Até onde o Che funcionou como espelho? E até onde se refletiu na ousadia de Brizola?”²⁹

Os subalternos militares estavam entre aqueles que buscavam uma efetiva participação no cenário político-partidário nacional. Em 1962, os sargentos do então estado da Guanabara, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul indicaram candidatos próprios para concorrer à Câmara Federal, às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores no pleito de outubro. Se na Guanabara o sargento do Exército Antônio Garcia Filho elegeu-se deputado federal³⁰ e, apesar do impedimento constitucional, tomou posse em 1º de fevereiro de 1963, no Rio Grande do Sul e em São Paulo os candidatos eleitos (respectivamente Almoré Zoch Cavalheiro e Edgard Nogueira Borges, ambos sargentos do Exército) foram impedidos de assumir seus mandatos de deputado estadual e vereador³¹.

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspende o mandato dos sargentos eleitos, o que ocasionou uma insurreição classificada como Revolta dos Sargentos³². Para estes, essa medida judiciária representava um meio de impedir que eles participassem efetivamente da vida política nacional³³. “Depois da decisão do STF, o deputado federal Garcia Filho, acompanhado de Leonel Brizola, Max da Costa Santos e outros, colocou como princípio

²⁹ TAVARES, Flávio. *O Che Guevara que conheci e retratei*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. p. 38.

³⁰ “O PTB não queria dar legenda ao Garcia porque ficou com medo. E a gente ficou dizendo que ele iria conseguir uns dois mil votos só para somar legenda, mas ele estourou, e tomou posse fardado. Ficou entre os quatro mais votados pela Guanabara. O primeiro foi Brizola, com 269 mil votos, a maior votação da história do parlamento até então.” Depoimento de Araken Vaz Galvão. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 70.

³¹ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 122-125.

³² No dia 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a sentença do Tribunal Regional Eleitoral sul-rio-grandense acerca do impedimento da posse do sargento Almoré, o que implicava que os sargentos, suboficiais e cabos eram declarados definitivamente inelegíveis. Na madrugada do dia 12, cerca de seiscentos graduados da Aeronáutica e da Marinha se apoderaram dos prédios do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), da Estação Central da Rádio Patrulha, do Ministério da Marinha, da Rádio Nacional e do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos. As comunicações de Brasília com o resto do país foram cortadas. Vários oficiais foram presos e levados para a base aérea de Brasília, foco da sublevação, onde também ficou detido o ministro do STF Vitor Nunes Leal. O presidente em exercício da Câmara dos Deputados, deputado Clóvis Mota, foi recolhido ao DFSP. Os rebeldes, chefiados pelo sargento da Aeronáutica Antônio de Prestes Paula, receberam o apoio de deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, que compareceram à base aérea. Cerca de 12 horas depois de sua eclosão, o levante foi sufocado por tropas do Exército. Para maiores informações sobre o movimento dos sargentos, ver: PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 1992.

³³ “E a nossa dignidade, onde fica? Que respeito merece o voto do povo, quando é dado a um filho de peão de estância e não a um protegido do IBAD? [...] Permitiram nossas candidaturas. Depois permitiram o voto popular. Depois, tratam-nos como se fossemos homens sem brio e sem dignidade. Obrigam-nos a desempenhar o papel de marginais na sociedade brasileira.” Manifesto de Almoré Zoch Cavalheiro publicado em *Última Hora*, em 13 de setembro de 1963. p. 5.

fundamental das reivindicações do seu grupo, junto ao governo e Congresso, a derrubada do preceito da Carta Magna que impedia a elegibilidade dos sargentos”³⁴.

Verifica-se em seus pronunciamentos da época o apoio de Brizola para as demandas dos praças: “O grupo de conciliação, sempre pressionando, gerou no seio do governo uma tendência e mentalidade nas quais se inspirou o Supremo Tribunal Federal para decidir contra os sargentos”³⁵. Remoções de sargentos já tinham sido efetuadas pelos Ministros da Guerra, tanto Amaury Kruel como Jair Dantas Ribeiro. Brizola aparecia como um representante³⁶ das demandas dos subalternos militares no Parlamento Federal. Abelardo Jurema³⁷ afirmava o seu conhecimento sobre essa crise militar, pois:

Sabia que de há muito havia descontentamento entre os sargentos das três armas, pois o próprio general Jair Dantas me pedira, certa vez, para influir no adiamento do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do caso do mandato do deputado Sargento Garcia. [...] Além do mais, era do meu conhecimento que deputados apoiavam e estimulavam essas reivindicações. Na área sindical, por outro lado, o apoio era integral.”

De forma mais generalizada, as relações entre militares e a política aparece como um tema analisado por diversos autores como Alfred Stepan³⁸, Alexandre Barros³⁹, Vanda Maria Costa⁴⁰ e Francisco Ferraz⁴¹. As experiências de militares exercendo cargos executivos, principalmente durante a ditadura civil-militar (1964-1985), são conhecidas. A tentativa de aproximação das demandas de círculos militares com a ação política de protagonistas importantes do cenário político-partidário nacional, tais como Brizola, por exemplo, contudo, mereceria uma análise detalhada.

Procurou-se uma abordagem para além da homogeneização das Forças Armadas Brasileiras. Apesar da oficialidade castrense golpista de 1964⁴², existiam ainda posições

³⁴ VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. P. 495.

³⁵ ÚLTIMA HORA. Porto Alegre, 13 de setembro de 1963. p. 7.

³⁶ “Os companheiros da Marinha concebiam Brizola como um símbolo, assim como Jango, do programa nacionalista e progressista. [...] Brizola representava a possibilidade de atendimento de nossas reivindicações.” CAPITANI, Avelino Bioen. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

³⁷ Depoimento de Abelardo Jurema, Ministro da Justiça do Governo Goulart. In: JUREMA, Abelardo. *Sexta-Feira, 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964. p. 108-109.

³⁸ STEPAN, A. *Op. cit.*

³⁹ BARROS, Alexandre. *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese (Doutorado em História) - University of Chicago, 1978.

⁴⁰ COSTA, Vanda Maria. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas*. Dissertação (Mestrado). IUPERJ, 1978.

⁴¹ FERRAZ, Francisco. *À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 1996.

⁴² Para um melhor entendimento sobre a trajetória e ação política da oficialidade golpista de 1964, ver: SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e*

discordantes em relação às posturas conservadoras defendidas por generais e oficiais antinacionalistas. A presente pesquisa justificou-se a partir da constatação de que os grupos subalternos militares, que apoiavam as posições nacionalistas de alguns oficiais, e suas articulações com políticos que se aproximavam desse nacionalismo, merecem também uma análise mais aprofundada.

A história dos grupos sociais subalternos é desagregada e episódica. Na atividade histórica desses grupos existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, “[...] mas essa tendência é rompida pela iniciativa dos grupos dominantes. Os grupos subalternos sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória permanente rompe, e não imediatamente, a subordinação. Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador”⁴³.

A politização das Forças Armadas no Brasil, fenômeno bastante anterior ao golpe civil-militar de 1964, era marcante também nas décadas de 1950 e 1960. Entre 1930 e 1964, as Forças Armadas estiveram divididas em duas tendências principais cujos enfrentamentos públicos interrompiam a vida política. Os apoiadores de Vargas e seus herdeiros, empunhando a bandeira do nacionalismo, e os liberais conservadores, antinacionalistas. “Não somente ocorria que o setor hegemônico das Forças Armadas sancionava e ratificava os resultados eleitorais, [...] todos os governos tinham que neutralizar seus adversários nas Forças Armadas com o objetivo de ter uma liberdade de ação. Sem tal dispositivo militar, expressão semi-oficial que se referia ao que era virtualmente uma instituição, a estabilidade política era inalcançável”⁴⁴.

Em termos metodológicos a pesquisa buscou documentos que poderiam contribuir para a solução da problemática estabelecida. Os pronunciamentos proferidos por Leonel Brizola enquanto governador do Estado e também enquanto deputado federal foram analisados. Os Anais da Assembléia disponibilizam as Mensagens do Governador à Assembléia Legislativa, durante os anos em que Brizola esteve à frente do Executivo Estadual.

A publicação reunindo alguns dos principais discursos de Brizola, lançada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul⁴⁵, foi de grande valia para uma cuidadosa

engajamento político dos generais de 1964. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

⁴³ GRAMSCI, Antonio. Caderno 25 (1934): Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos). In: _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁴⁴ ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Los militares em la política latino-americana desde 1930. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: política y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997. p. 296.

⁴⁵ BRAGA, Kenny (org.). *Perfis parlamentares: Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

investigação de seu conteúdo. Depoimentos de políticos, militares, intelectuais e militantes do início dos anos de 1960, publicadas por Dênis de Moraes⁴⁶, Celso Castro e Maria Celina D’Araújo⁴⁷ e José Caldas da Costa⁴⁸, foram utilizados juntamente com as memórias de ex-militares⁴⁹, de políticos⁵⁰ e de militantes⁵¹ do período estudado. Utilizou-se na presente pesquisa a análise de depoimentos impressos e entrevistas concedidas ao autor, por parte de políticos⁵², militantes⁵³ e ex-militares⁵⁴ atuantes na conjuntura delimitada. Nessas entrevistas, além de realizar um resgate do histórico de vida de cada entrevistado, pretendeu-se coletar o máximo de informações sobre a movimentação dos subalternos militares (principalmente, no caso dos militares, a repercussão dentro das Forças Armadas) e suas vinculações com setores político-partidários, Brizola em especial. Buscou-se também identificar até que ponto existia uma efetiva influência de Brizola sobre os militares. Em relação aos entrevistados civis, os seus depoimentos serviram para fornecer subsídios para pesquisa no sentido de analisar as consequências políticas da aproximação de Brizola com os militares.

Os relatos dos atores sociais desse período ganham legitimidade a partir do reconhecimento da subjetividade presente em seus depoimentos. “A guinada subjetiva impõe-se como um reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus

⁴⁶ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

⁴⁷ CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Além dessa referida obra, destaca-se: CASTRO, C. D’ARAÚJO, M. *Op. cit.*

⁴⁸ CALDAS, J. *Op. cit.*

⁴⁹ ABREU, Hugo. *Tempo de Crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; BASTOS, Joaquim Justino Alves. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1966; BASTOS, Paulo de Mello. *Salvo conduto: um vôo na história*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998; CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005; CONSERVA, Paulo. *Navegando no exílio: memórias de um marinheiro*. João Pessoa: EGN Empresas Gráficas do Nordeste, 1991; DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama, 2009; FELIPE, Amadeu. Entrevista deste sargento em exercício no período estudado. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007; FELIPE, Amadeu. In: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993; FIGUEIREDO, Poppe de. *A Revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970; MENDES, Selva Corrêa. *Sargento também é povo*. João Pessoa: 2000; MOURÃO FILHO, Olímpio. Depoimento do então general. COOJORNAL. Edição especial de agosto de 1978; RODRIGUES, Jelcy Corrêa. Depoimento do então sargento da Aeronáutica. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007; SILVA, José Wilson. *O reacionarismo militar na Terra de Santa Cruz*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1989; SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987; VIEGAS, Pedro. *Trajatória rebelde*. São Paulo: Cortez Editora, 2004

⁵⁰ KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: Age, 2007.

⁵¹ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1999; GUARAGNA, João Carlos. *Brizola: a revoada do exílio – histórias de um pombo correio*. Porto Alegre: Rigel, 1992; VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: 1981.

⁵² Sereno Chaise, Mateus Schmidt, Trajano Ribeiro.

⁵³ Antônio de Pádua Ferreira da Silva.

⁵⁴ José Wilson da Silva, Almoré Zoch Cavalheiro, Avelino Bioen Capitani, Édio Erig, Nei de Moura Calixto, Avelino Iost, Jelcy Corrêa Rodrigues, Ly Adorno de Carvalho, Araken Vaz Galvão, Carlos Alberto Telles Frank, Pedro Alvarez, Raimundo Porfírio Costa.

personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade, embasando a iniciativa reconstituidora das décadas de 1960 e 1970⁵⁵. Restaurou-se a razão do sujeito, que foi, há décadas, mera ideologia ou falsa consciência, isto é, discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava.

A crise de ideia de subjetividade, com o triunfo do estruturalismo especialmente na década de 1970, parece superada com a guinada empreendida pelos estudos da memória⁵⁶ e da memória coletiva. “Ocorre a restauração da primazia desses sujeitos expulsos durante os anos anteriores. Abriu-se um novo capítulo, que poderia se chamar de ‘O sujeito ressuscitado’⁵⁷ .

A importância desses estudos a partir da memória coletiva, utilizada como fonte, passa a ser considerada por historiadores que trabalham com períodos históricos recentes. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Assim, a memória é a matéria-prima da história, ou seja, é onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro⁵⁸. “A história pode ampliar, completar, corrigir, inclusive refutar o testemunho da memória sobre o passado; mas não pode abolir-lo⁵⁹ .

O testemunho transforma-se em um importante recurso para a reconstituição do passado. O depoimento em primeira pessoa consolida-se como a forma privilegiada diante de discursos dos quais ela está ausente ou deslocada. A narração da experiência está relacionada com uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência. Também não há experiência sem narração, pois a linguagem liberta o aspecto não dito da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança⁶⁰ .

A memória caracteriza-se como uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado, um passado que não somente é aquele do indivíduo,

⁵⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. p. 18.

⁵⁶ A memória é uma fonte crucial para a história, mesmo (e especialmente) em suas tergiversações, em seus deslocamentos e negações, que colocam enigmas e perguntas abertas à pesquisa. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 75.

⁵⁷ SARLO, B. *Op. cit.* p. 30.

⁵⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 477.

⁵⁹ RICOEUR, Paul. *La memória, la historia, el olvido*. Madrid: Editorial Trotta, 2003. p. 648.

⁶⁰ SARLO, B. *Op. cit.* p. 25.

mas sim de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Segundo Nora⁶¹, a memória coletiva é caracterizada como o que fica do passado no vivido dos grupos, ou que os grupos fazem do passado. Essa memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades contemporâneas. “A expressão ‘nosso próprio tempo’ desvia-se de uma questão importante. Ela supõe que uma experiência individual de vida também seja uma experiência coletiva. [...] Porém, se deixarmos de lado esse quadro da história contemporânea que é construído para nós e no qual encaixamos nossas próprias experiências, essas experiências continuam sendo nossas”⁶².

Toda a memória é, por definição, coletiva⁶³. Se o caráter coletivo de toda a memória individual é evidente, todavia, “[...] o mesmo não se pode dizer da ideia de que existe uma memória coletiva, isto é, uma presença e uma representação do passado compartilhadas nos mesmos termos por uma coletividade.”⁶⁴ Uma ou mais pessoas podem descrever os fatos ou objetos que vimos precisamente ao mesmo tempo que nós, e lembrando de tudo, reconstituir a continuação inteira de nossos atos e palavras em circunstâncias definidas.

Se as narrações testemunhais configuram-se como uma fonte importante para analisar as conjunturas da segunda metade do século XX, ou seja, golpes de Estado e crimes das ditaduras, contudo, os testemunhos dos militantes, intelectuais, políticos, religiosos ou sindicalistas das décadas anteriores não são a única fonte de conhecimento. “A evidência oral pode ser avaliada, julgada, comparada e citada paralelamente ao material de outras fontes”⁶⁵.

A memória pessoal, matéria-prima da história oral, constitui-se como um meio perigoso de se preservar acontecimentos. “A questão é que a memória é menos uma gravação que um mecanismo seletivo, e a seleção, dentro de certos limites, é constantemente mutável. [...] A fonte ora parece correta, ora não. É claro que também podemos compará-la com alguma fonte independente verificável e aprová-la porque pode ser confirmada por tal fonte”⁶⁶.

O enfoque dos historiadores é sobre um problema histórico que escolheram, optando por utilizar evidência oral juntamente com outras fontes, e não sozinha. Os recursos do historiador que utiliza a técnica da história oral são as regras gerais para o exame de evidências: buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés

⁶¹ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.

⁶² HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 244.

⁶³ Cf. HALBWACHS, Maurice. *Mémoire collective et mémoire individuelle*. In: _____. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

⁶⁴ ROUSSO, Henry. *La mémoire n'est plus ce qu'elle était*. In: IHTP – Institut d'Histoire du Temps Présent. *Écrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Éditions, 1992. p. 106.

⁶⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 305.

⁶⁶ *Ibid.* p. 221.

potencial⁶⁷. O historiador, assim, não é “[...] esse juiz um pouco rabugento cuja imagem desabonadora, se não tomarmos cuidado, é facilmente imposta por certos manuais introdutórios. Não se tornou, certamente crédulo. Sabe que suas testemunhas podem se enganar ou mentir. Mas, antes de tudo, preocupa-se em fazê-las falar, para compreendê-las”⁶⁸. Espera-se do historiador, seguindo essa perspectiva, “[...] uma certa qualidade de subjetividade, não qualquer subjetividade, mas uma subjetividade que seja precisamente apropriada à objetividade que convém à história. Trata-se, pois, de uma subjetividade exigida, exigida pela objetividade que se espera”⁶⁹.

Nas últimas décadas, a história se aproximou da memória e aprendeu a interrogá-la; a expansão das histórias orais e das micro-histórias é suficiente para provar que esse tipo de testemunho obteve uma repercussão tanto acadêmica como midiática. Daí a importância da experiência em relação à história. É inevitável que nos situemos no *continuum* de nossa própria existência. Assim como é inevitável fazer comparações entre passado e presente. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a experiência significa. Os historiadores configuram-se em um banco de memória da experiência. E na medida em que compilam a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea confiam neles⁷⁰.

O sujeito não só tem experiências como pode também comunicá-las, daí a legitimidade de seu testemunho. Ao fazer isso, afirma-se como sujeito e atua no presente. Alguns dos protagonistas das conjunturas recentes a serem analisadas estão operando no cenário político contemporâneo, ou seja, caracterizam-se como participantes da luta política atual tendo razões para participar dela e emitir no presente suas opiniões sobre o que aconteceu. A conveniência da história oral reside em dar voz a esses sujeitos históricos. “Ela pode ser utilizada para alterar o enfoque da história e revelar novos campos de investigação. Pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”⁷¹.

Daí a história oral e o testemunho restituírem a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada. A construção de uma narrativa sobre o passado através de relatos e representações que lhes foram contemporâneos constitui-se em uma modalidade da história, “[...] não uma estratégia original da memória. A história oral é uma técnica tão antiga quanto

⁶⁷ THOMPSON, P. *Op. cit.* p. 104.

⁶⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 95-96.

⁶⁹ RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968. p. 24.

⁷⁰ HOBBSBAWM, E. *Op. cit.* p. 37.

⁷¹ THOMPSON, P. *Op. cit.* p. 22.

a própria história. Apenas recentemente é que a habilidade em usar a evidência oral deixou de ser uma das marcas do historiador⁷². A utilização da história oral por parte dos historiadores caracteriza-se, portanto, como uma descoberta e uma reconquista.

A ideia de que as fontes escritas sejam mais valoradas pelos historiadores parece ingênua a partir da constatação de que um registro gravado pode abarcar um maior número de detalhes em relação a um registro simplesmente escrito. “Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas. A elas se somam as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita⁷³. Nesse aspecto reside a importância da gravação, pois a fita é um registro melhor e mais completo do que não se encontrará em anotações ou no formulário preenchido de qualquer entrevistador, e menos ainda nas atas de uma reunião.

Considera-se que são três as principais posturas em relação ao status da história oral. A primeira defende que a história oral constitui-se em uma técnica, a segunda, uma disciplina e a terceira, uma metodologia. Aos defensores da história oral como técnica interessam as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca. Às vezes tal opção é resultado do tipo de relação que mantêm com a história oral (atendimento a necessidades específicas de pesquisa ou deveres profissionais). Os que entendem que a história oral caracteriza-se como uma disciplina, afirmam que ela inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos específicos e um conjunto próprio de conceitos. Afirmam que a história oral seria uma área de estudos com objeto próprio e capacidade de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática.

Os que acatam a ideia de que a história oral constitui-se como uma metodologia, afirmam que, no entendimento de Janaína Amado e Marieta Ferreira⁷⁴, assim como todas as metodologias, ela apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho (diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos), funcionando como ponte entre teoria e prática. Na história oral o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado através da memória dos informantes, pois a instância da memória passa a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos. Na história oral existe a geração de documentos (entrevistas) que se configuram como resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado,

⁷² SARLO, B. *Op. cit.* p. 94.

⁷³ THOMPSON, P. *Op. cit.* p. 147.

⁷⁴ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: _____ (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 9.

entre sujeito e objeto de estudo. Isso possibilita ao historiador afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito e objeto de pesquisa. Além disso, “[...] a pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas que são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando elementos e perspectivas às ausentes de outras práticas históricas”⁷⁵.

Assim, a história oral é legítima como fonte porque não induz a mais erros do que outras fontes documentais e históricas. “Busca-se tomar a entrevista, produzida como documento, como uma versão do entrevistado sobre determinado período. A entrevista, portanto, não documenta nada além de uma versão do passado”⁷⁶. Valoriza-se esse tipo de fonte no momento em que ela possibilita a recuperação do vivido pelos atores que vivenciaram determinada conjuntura. Logo, “[...] dois elementos caracterizam o documento de história oral e o diferem dos demais documentos tradicionais e historicamente aceitos: a espontaneidade do registro da informação gravada e a intencionalidade da preservação para o futuro”⁷⁷.

A história do tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas. Essa perspectiva histórica, “[...] mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada, uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação sem fim”⁷⁸.

Além de ser uma história inacabada, a história do tempo presente carece de limitações cronológicas e fixas. Logo, por história do presente (recente, do tempo presente, ou próxima, conceitos todos eles válidos) considera-se a possibilidade de análise histórica da realidade social vigente, que comporta uma relação de coetaneidade entre a história vivida e a escrita dessa mesma história, entre os atores e testemunhas da história e os próprios historiadores⁷⁹.

O historiador, nessa perspectiva histórica, é muitas vezes contemporâneo ou não muito distante dos acontecimentos que pretende analisar. “Torna-se indispensável refletir em termos de presença do historiador em seu tema – presença direta ou indireta no tempo, presença intelectual, moral, filosófica, ou mais simplesmente psicológica e física”⁸⁰.

⁷⁵ *Ibid.* p. 14.

⁷⁶ ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 5.

⁷⁷ CORRÊA, Carlos Humberto. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1978. p. 15.

⁷⁸ BÉDARIDA, François. Temps présent et présence de l’histoire. In: IHTP – Institut d’Histoire du Temps Présent. *Écrire l’histoire du temps présent*. Paris: CNRS Éditions, 1992. p. 401.

⁷⁹ CUESTA, Josefina. *Historia del presente*. Madrid: EUDEMA – S.A., 1993. p. 11.

⁸⁰ CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: _____(orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 30.

Como característica importante dessa história do presente, destaca-se a proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada. Próxima, participante, ao mesmo tempo rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada⁸¹. O historiador aproxima-se do seu objeto de pesquisa, seja materialmente ou seja temporalmente, através do contato com suas fontes (entrevistas, depoimentos, pronunciamentos, publicados ou não).

A história do presente busca romper com a história positivista, que vincula fundamentalmente história com o passado, um passado desvinculado epistemologicamente do presente. Pretende, assim, relacionar ações e acontecimentos ocorridos no passado com a conjuntura do presente, pois não podemos esquecer que o objeto da história é o estudo das sociedades no tempo, não exclusivamente no passado⁸².

A história contemporânea nasce e se desenvolve no presente, e o historiador que assiste à sua criação infinita no presente deve recriá-la, reconstruí-la, segundo as questões e os problemas do seu presente⁸³. Assim, o estudo do passado acaba imbricando-se com o estudo do presente e com uma previsão sobre o futuro. Em algum lugar entre o passado e o futuro há um ponto imaginário, mas constantemente móvel, que se pode chamar de presente. É possível que haja razões técnicas para se diferenciar passado e futuro. Também pode haver razões técnicas para distinguir o presente do passado. A maior parte da ação humana consciente baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado⁸⁴.

Sobretudo a partir de 1945, a história política tradicional passa progressivamente a ser alvo predileto de diversas correntes teórico-metodológicas: Annales, marxismo(s), estruturalismo(s), quantitativismo(s) etc. “No entanto, é necessário não esquecer duas coisas: as novas perspectivas abertas ao estudo histórico da política e do poder e o caráter relativo do declínio da história política tradicional”⁸⁵. Além disso, não se deve esquecer que os historiadores do político constituíram a vanguarda da história do presente. O retorno do

⁸¹ LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 217.

⁸² CUESTA, J. *Op. cit.*, p. 25.

⁸³ RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 30.

⁸⁴ HOBBSAWM, E. *Op. cit.* p. 50.

⁸⁵ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 69.

político desempenhou, pois, científica e intelectualmente, um papel essencial na afirmação da história do presente⁸⁶.

O renascer da história política contrapõe-se ao período de desprestígio da política enquanto aspecto a ser abordado pela pesquisa histórica. Superando o período em que o reino do político, da política e dos políticos (política teórica, política prática e homens políticos) era o reino da política⁸⁷, a história política retorna com força, assumindo os métodos e a abordagem teórica própria daquelas ciências sociais que a tinham empurrado para o segundo plano. A principal contribuição “[...] da sociologia e da antropologia para a história política foi terem imposto com seu conceito e objetivo central a noção de poder e os fatos relativos ao poder. [...] O fenômeno do poder é a encarnação epistemológica da política no presente. Para passar da época da anatomia para a do átomo, a história política não pode continuar a considerar-se a ossatura da história, mas continua a ser, no entanto, o seu núcleo”⁸⁸.

A construção do presente trabalho monográfico insere-se na perspectiva da história política. A partir dos anos 1980, o renascimento da história política foi “provocado, suscitado, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais. Neste ponto, a contestação de que foi objeto a história política lhe foi muito salutar: o desafio fustigou a imaginação e estimulou a iniciativa”⁸⁹. Assim, a história política não pode deixar sem referência os setores sociais, grupos étnicos, mentalidades etc⁹⁰. Os temas clássicos da história política, tais como partidos, eleições, Estado, a guerra, a diplomacia, são discutidos, assim, como novos objetos, como a mídia, a opinião pública, as biografias e trajetórias políticas. “Os objetos da história política são todos aqueles que são atravessados pela noção de poder”⁹¹.

Os autores que trabalham com história política, nas últimas décadas do século XX⁹², caracterizam-se por marcar suas próprias distâncias em relação aos desvios da história política tradicional. Apropriaram-se inclusive de métodos e teorias produzidos em especial por

⁸⁶ CHAUVEAU, A; TÉTART, P. *Op. cit.* p. 14.

⁸⁷ LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: _____. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 225.

⁸⁸ *Ibid.* p. 227.

⁸⁹ RÉMOND, René. Uma história presente. _____. (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 26.

⁹⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetoira política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 9.

⁹¹ BARROS, José d’Assunção. Os campos da História no século XX. *Ler História*. Lisboa, n. 49, 2005. p. 90.

⁹² Esses autores encontram-se aglutinados em torno da Fondation Nationale des Sciences Politiques e da Universidade de Paris X- Nanterre, em sua maioria ingressaram na vida acadêmica francesa na década de 1950, no auge da hegemonia do modelo de história proposto pela chamada école des Annales. A partir dessa situação de predomínio de uma história econômico-social, voltada para a longa duração, que esses pesquisadores optaram por dedicar-se à história política, então vista como a síntese de todos os males, caminho que todo bom historiador deveria evitar. Os caminhos percorridos pelos autores são diferentes, mas um ponto parece comum a todos, ou seja, a referência da noção de que o político constitui-se como domínio privilegiado de articulação do todo social. FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 5-8.

cientistas sociais, com o objetivo de produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política, e redefiniram alguns dos antigos objetos da história política tradicional⁹³, sempre defendendo que o campo político apresenta uma certa autonomia em relação aos fatores exteriores (forças geográficas, econômicas ou outras)⁹⁴.

Essa história política, logo, caracteriza-se por ser produzida a partir de diferentes realidades que, inter-relacionadas no seu conjunto, constituem dinâmicas sociais conflituosas ou consensuais⁹⁵. Os sujeitos construtores da história política são diversos e representam interesses plurais próprios à realidade humana. “São sujeitos individuais que escolhem a vida pública como profissão, ou se inserem nas lutas sociais como militância. São sujeitos coletivos institucionais, como organizações políticas e partidos que reúnem pessoas que têm como identidade o compartilhamento de projetos comuns – ainda que somente no terreno da teoria – para a sociedade ou o para o país nos quais estão inseridos”⁹⁶.

O ponto em comum de um dos principais grupos de historiadores que participaram das discussões de renascimento da história política, o qual chamarei de *grupo de Nanterre*, tendo René Rémond - organizador da obra *Por uma história política* - como um dos principais participantes, se caracteriza pelo destaque do campo político condicionando e sendo condicionado pelos demais setores, tais como o social, o econômico etc. “Rémond exprime a convicção de que os fenômenos políticos possuem uma autonomia suficiente para constituir uma realidade distinta”⁹⁷. O domínio do político é expansivo, ou seja, tanto se retrai para se reduzir a um campo restrito, quanto se dilata para englobar a quase totalidade dos problemas e fenômenos sociais. Sendo o espaço público o espaço por excelência do campo político⁹⁸.

Dos temas mais estudados pelo *grupo de Nanterre*, destacam-se: a história das relações internacionais, a autonomização da história militar, a história da vida política (eleições, partidos), história da opinião pública (ou história das representações políticas), história das políticas públicas e história do tempo presente. Este grupo trabalha, em especial, sob a ótica

⁹³ FALCON, F. *Op. cit.* p. 77.

⁹⁴ NOIRIEL, Gerard. L’histoire politique: contours et détours. In: _____. *Qu’est-ce que l’histoire contemporaine?* Paris: Hachette Livre, 1998. p. 167.

⁹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: _____. FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 129.

⁹⁶ *Idem.*

⁹⁷ NOIRIEL, G. *Op. cit.* p. 169.

⁹⁸ Rémond, dez anos após a publicação de *Por uma história política*, reúne-se com o alguns intelectuais do *grupo de Nanterre*, e participa da organização da obra *Axes e méthodes de l’histoire politique*, tendo por objetivo a retomada das discussões acerca da história política, através de um balanço de uma década de pesquisas e debates. RÉMOND, René. Introduction. In: BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Axes e méthodes de l’histoire politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. p. XIV- XV.

da história da política⁹⁹, ou seja, referente à análise da tomada de decisões políticas no que concerne à esfera pública, à “polis” ou à comunidade¹⁰⁰.

Para diferenciar-se do grupo majoritário da história política, um outro grupo de historiadores reinicia o desenvolvimento de uma “história do político”. Defensores desta abordagem, eles estabelecem como objetivo cuidar da construção do sujeito histórico político. Para eles, não é suficiente fazer a história dos fenômenos políticos, como faz, preferencialmente, o grupo anteriormente mencionado. Esses fenômenos devem, previamente, ter sido concebidos pelo historiador, o que exige uma abertura para as disciplinas teóricas que fornecem as ferramentas necessárias para o empreendimento¹⁰¹. Nessa história do político, os historiadores não detêm a hegemonia¹⁰², pois os filósofos e sociólogos que possuem um interesse pela dimensão histórica dos fenômenos políticos ocupam a mesma posição predominante nos programas de pesquisas.

Para a história do político, esses fenômenos devem ser conceitualizados pelo historiador, o que só é possível através de uma abertura às outras disciplinas que fornecem as ferramentas teóricas. O político, para essa escola, corresponde a um campo e a um trabalho. Como campo, remete à existência de uma sociedade que aparece ante os olhos de seus membros formando uma totalidade prevista de sentido. Enquanto trabalho, qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano toma progressivamente as características de uma verdadeira comunidade, ou seja, constituída pelo processo sempre conflituoso de elaboração de regras que dão forma à vida na pólis¹⁰³.

O político, assim, aparece como o centro nervoso onde a sociedade se institui, se organiza em regras de convivência de forma consciente e racional, constituindo uma forma de existência da vida comunitária e uma forma de ação coletiva que se diferencia do exercício da política (atitude prática). O político é a reflexão sobre a atitude prática feita pela sociedade¹⁰⁴.

Pessimista em relação à democracia moderna, Rosanvallon aponta o equívoco sobre o sujeito dessa democracia, pois o povo não existe senão através de representações

⁹⁹ A política entendida como a arte de chegar a decisões através do debate e de obedecer a essas decisões como uma condição necessária para a existência social civilizada. FINLEY, Moses. *Democratie antique et democratie moderne*. Paris: Petite bibliotheque payot, 1973. p. 13.

¹⁰⁰ O termo política, portanto, deixou de existir no conteúdo institucional prático, tornou-se auto-consciência, que dá vida ao grupo ou indivíduos reunidos em uma mesma comunidade, à sua própria natureza humana. VERNANT, Jean-Pierre. Les cités grecques et la naissance du politique. In: BERNSTEIN, S; MILZA, P. *Op. cit.* p. 7.

¹⁰¹ NOIRIEL, G. *Op. cit.* p. 179.

¹⁰² *Idem.*

¹⁰³ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma historia conceptual de lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 16.

¹⁰⁴ *Ibid.* p. 17-20.

aproximativas e sucessivas de si mesmo. Com o sufrágio universal a soberania popular se expressa através de instituições representativas que não conseguem encontrar a maneira de elevá-las à prática, existindo, portanto, uma tensão permanente entre liberdade (emancipação e autonomia dos indivíduos) e poder (projeto de participação no exercício do poder social)¹⁰⁵.

A história do político busca reconstruir a maneira como os indivíduos e os grupos elaboram sua compreensão das situações, como os homens pensam e transformam seus pensamentos em ações¹⁰⁶, como os indivíduos entendem a política. O objeto da história do político caracteriza-se por compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas, isto é, do sistema de representação que comanda a maneira como uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e visam o seu futuro. Resulta de um trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma, ou como ela pensa conceitualmente a si mesma em determinada época¹⁰⁷.

Apesar de alguns pontos discordantes, as duas perspectivas históricas (história da política e história do político) possuem pontos em comum. A aproximação entre as duas escolas reside no fato de que ambas consideram que a pesquisa histórica deve responder a uma demanda social¹⁰⁸. Assim, a pesquisa se justifica a partir da constatação de que o período anterior ao golpe civil-militar de 1964, conjuntura fundamental para a história política republicana, merece mais estudos.

Durante a presente pesquisa utilizo ambas perspectivas, ou seja, tanto a análise dos partidos políticos da conjuntura delimitada, quanto a constatação de como os atores históricos entendem a política enquanto uma esfera de tomada de decisões racionais de uma comunidade. A partir dessa última abordagem, qual seja, a de entender como os atores vêem a política, ou história do político, busca-se romper com a ideia de classes sociais em bloco ou a utilização de conceitos como classe média, classe popular, povo, massas, referenciais utilizados por considerável parte da historiografia sobre o período, em especial durante os anos de 1970 e 1980.

O problema do ator social configura-se como um dos problemas centrais da história. É necessário estabelecer alguns matizes, pois o mesmo indivíduo pode pertencer a mais de um grupo social, político e cultural. O pertencimento de um indivíduo a um determinado grupo,

¹⁰⁵ *Ibid.* p. 22-24.

¹⁰⁶ *Ibid.* p. 26.

¹⁰⁷ ROSANVALLON, Pierre. Histoire conceptuelle du politique. In: *Revue de synthèse*. IV^a, n 1-2, janvier- juin 1986. p. 27.

¹⁰⁸ NOIRIEL, G. *Op. cit.* p. 183.

não condiciona a transferência de vontade do grupo ao ator visível que o encarna e representa¹⁰⁹.

Os grupos sociais não são formados por indivíduos justapostos ou reunidos em combinações aleatórias. Eles constituem conjuntos estruturados e permanentes, sendo essas as características dos atores coletivos reais. Esses conjuntos configuram-se em um grupo, pois estruturam-se por meio de vínculos estáveis de um certo tipo, possuem suas próprias formas de autoridade e de legitimidade, seus lugares e formas de sociabilidade, linguagens e comportamentos, consciência de pertencimento comum (memória coletiva), entre outras características. Diferentemente dos atores coletivos abstratos, que possuem alguma característica comum (trabalhar no campo, trabalhar na fábrica, viver em determinado lugar), o que não significa que constituam um grupo real que atue de maneira conjunta¹¹⁰.

Para um melhor desenvolvimento da construção do trabalho, cotejam-se os pronunciamentos (testemunhos impressos ou coletados através de entrevistas) com a historiografia sobre a movimentação do círculo dos praças (soldados, cabos e sargentos). A mobilização dos subalternos militares é retomada através da análise dos seguintes periódicos vinculados às Forças Armadas Brasileiras: *Revista do Clube Militar*, *A Defesa Nacional*, *Boletim do Clube Naval* e *Noticiário do Exército*. O periódico *Tribuna do Mar*, vinculado à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), principal publicação dos subalternos militares no período, também será utilizado como fonte.

A documentação disponibilizada pelo Arquivo Nacional, através do Projeto Memórias Reveladas, também foi de fundamental importância para a pesquisa. A análise de fontes impressas como jornais e revistas da época delimitada, foi de grande utilidade para o estudo realizado. No que tange às fontes periódicas, a pesquisa utilizou-se dos acervos de imprensa disponíveis no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e Museu Militar de Porto Alegre. No Rio de Janeiro foram pesquisados os seguintes acervos: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Biblioteca do Exército, Biblioteca do Clube Militar, Biblioteca do Clube Naval, Centro de Documentação do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (MODAC), Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV e Centro de Documentação da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMMA). Quanto à problemática estabelecida, jornais e revistas do período de 1959-1964 mostraram-se de

¹⁰⁹ GUERRA, François Xavier. El renacer de la historia política: razones y propuestas. In: GALLEGO, José Andrés. *New History, Nouvelle histoire: hacia una Nueva Historia*. Madrid: ACTAS, 1993. p. 233-234.

¹¹⁰ *Ibid.* p. 236-237.

extrema importância, pois ofereceram um panorama sobre a conjuntura político-partidária e sobre a movimentação política dos militares.

Apesar dos diversos tipos de acesso à informação, a disseminação das atividades ligadas ao jornalismo através da imprensa (jornais e revistas), em diversas regiões onde ela se fez presente, a mesma constitui-se como uma força ativa na história, ainda mais nos momentos em que “a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública”¹¹¹. No Brasil, atuando na orientação e formação da opinião pública, o jornalismo, ao longo de sua história, transformou-se em verdadeiro elemento constitutivo da sociedade e refletiu, através das páginas dos jornais, os diferentes momentos históricos da sociedade e da política brasileiras, influenciando nestas de maneira considerável. Dessa maneira, a imprensa tornou-se um fator essencial nas interpretações históricas a respeito do processo histórico nacional, nos seus diversos aspectos, quais sejam, o político, o econômico e o social.

Justifica-se assim a utilização da imprensa como fonte histórica, ponderando as suas possíveis essências tendenciosas (devido às crenças e vinculações políticas de cada veículo de comunicação). Apesar disso, cresce a quantidade dos trabalhos históricos que se utilizam das informações e opiniões expressas nos periódicos para promover reconstruções históricas. “Não se resolve o problema do papel dos jornais, de reflexo ou guia, e seria tolice ignorar que eles não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, e com muito mais frequência, de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros”¹¹².

Isso, todavia, tem pouca importância se buscarmos explorar mais de um jornal. Critérios técnicos de análise e uma seleção judiciosa, que utiliza uma imprensa tão variada quanto possível em termos de multiplicidade de fontes, principalmente em países ou períodos históricos onde a imprensa é livre, possibilitam um cotejamento das informações trazidas pelos periódicos, refinando a construção do trabalho do historiador.

Essa valorização do jornalismo como instrumento para as pesquisas históricas levou os historiadores a enfrentar e sobrepular uma série de obstáculos intrínsecos à utilização desse tipo de documentação, como a falta de coleções completas, principalmente quando se trata da pequena imprensa, cujos exemplares remanescentes são de número extremamente reduzidos e encontram-se dispersos para a pesquisa pública. Soma-se a esses fatores os problemas de conservação material das fontes¹¹³, o descaso institucional frente à manutenção de arquivos

¹¹¹ DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 15.

¹¹² BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.196.

¹¹³ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982. p. 170.

públicos, a carência de informações complementares nos documentos oficiais e “uma mediocridade geral dos arquivos de empresas que permitiriam descrever a instituição do jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento e suas ligações cotidianas com os diferentes poderes”¹¹⁴.

Em pesquisas que abordam a história política, o papel da imprensa ganha importância devido ao fato de que nos documentos oficiais não aparecem, ou aparecem de maneira lacônica, as disputas de natureza político-partidária. Nos jornais, todavia, esses conflitos encontram seu espaço.

Nos estudos voltados à política, podem ser distinguidas várias formas de utilização documentária da imprensa, ou seja, as atividades jornalísticas como fontes de documentação geral (documentação sobre os fatos e sobre a opinião pública); o jornalismo como fonte de documentação sobre os grupos e categorias sociais; e a imprensa como fonte de documentação sobre a própria imprensa (estudos do conteúdo, da difusão e da dependência da imprensa e a análise da imprensa como centro de um grupo de pressão)¹¹⁵.

Os trabalhos que utilizam a análise de fontes periódicas dividem-se em duas vertentes, quais sejam, uma história através da imprensa, ou seja, os jornais servem como fonte de informações para a reconstrução de um determinado elemento constitutivo de uma dada sociedade, e uma história da imprensa, onde o historiador tem como objetivo estudar o jornalismo em si mesmo, sua evolução, suas manifestações e as formas pelas quais ele retrata os acontecimentos.

Através da abordagem política, a análise de fontes periódicas deve considerar que o jornal “[...] é quase sempre uma mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”¹¹⁶, de maneira que seu texto deve ser interpretado além do sentido literal, pois as informações nele contidas constituem-se em verdadeiro “magma que tende a ser por vezes complexo, heterogêneo, acontecível e vivo”¹¹⁷.

Verifica-se que os jornais da conjuntura analisada adotaram uma linha editorial específica quanto à sua opinião sobre as demandas dos subalternos militares e o vínculo dos mesmos com setores políticos. Alguns jornais, tais como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, procuram vincular o movimento dos praças com o governo Goulart; outros, entretanto, isentam o presidente de responsabilidade sobre as manifestações, como

¹¹⁴ JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 214.

¹¹⁵ DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.88-92.

¹¹⁶ RODRIGUES, J. *Op. cit.* p. 198.

¹¹⁷ MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: USP, 1970. p.7-8.

Última Hora e *Semanário*, por exemplo. A ligação entre Brizola e os sargentos das três armas, contudo, é permanentemente ressaltada pelos jornais *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*. Alguns qualificam essa relação como irresponsabilidade de Brizola, outros, como o *Última Hora*¹¹⁸ e *O Semanário*¹¹⁹, procuram analisar as causas dos sargentos e afirmam a necessidade de revisão constitucional autorizando a participação política dos mesmos. Além disso, existe, especialmente por parte do *Correio do Povo*, a adoção de uma postura de neutralidade diante da crescente manifestação verificada no período. Além dos jornais já citados, o periódico *Panfleto: o jornal do homem da rua*, publicação organizada por Brizola durante os primeiros meses de 1964, é utilizado como uma fonte importante para a pesquisa, pois nele o ex-governador conseguia manifestar suas posições políticas e, ao mesmo tempo, possibilitava a criação de espaço para a expressão das demandas de diversos setores sociais.

Além de fontes periódicas, utilizou-se a documentação produzida pelo projeto Brasil: Nunca Mais¹²⁰. Através das obras produzidas por esse projeto, pôde-se verificar que os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) contra militares subalternos iniciam-se antes mesmo do golpe civil-militar de 1964.

Para uma melhor análise sobre o PTB, procurou-se alguma documentação do partido. Utilizou-se o Acervo Pessoal de Francisco de Paula Brochado da Rocha, localizado no Memorial do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse conjunto de documentos consta parte de vasta documentação sobre o PTB.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos. Numa primeira parte busca-se uma análise da estruturação do PTB inserido na conjuntura político-partidária nacional, abordando a sua consolidação como partido nacional-reformista diante de uma conjuntura de disputa

¹¹⁸ Em 12 de junho de 1951, *Última Hora* saía às bancas, relançando o jornal editado em 1911 por Cásper Líbero, criador de *A Gazeta*. Fundado por Samuel Wainer, o jornal possuía inúmeros colunistas afinados com as ideias do PTB. MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 191. Assistia-se a uma inovação revolucionária, pois o *Última Hora* foi o primeiro jornal a ser distribuído diretamente às bancas. BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: Já Editores, 1999. p. 22.

¹¹⁹ Os nacionalistas encontraram em *O Semanário*, fundado e dirigido por Oswaldo Costa, em 1956. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. “Vivi um tempo feliz de minha vida como redator de *O Semanário*, o valente jornal de Oswaldo Costa, fundado para defender as riquezas nacionais, travando luta aberta aos monopólios estrangeiros. Nesta redação convivi com intelectuais do porte de Barbosa Lima Sobrinho, Nelson Werneck Sodré, Josué de Castro, Osny Duarte Pereira e outros. [...] Logo o jornal tornou-se órgão da Frente Parlamentar Nacionalista”. MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 235.

¹²⁰ BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado por Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2001. PERFIL DOS ATINGIDOS. TOMO III DO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987.

política com partidos e setores conservadores antinacionais. Através da análise da estruturação do PTB, busca-se discutir o conceito de nacionalismo para a construção do programa político do PTB.

No segundo capítulo, procura-se apontar as divisões e conflitos internos das Forças Armadas Brasileiras nas décadas de 1950 e 1960, especificamente até o golpe civil-militar, e a relação de militares com grupos civis. Para tanto, busca-se verificar as conseqüências da mobilização dos subalternos em relação aos dois pilares da estrutura militar, quais sejam, a disciplina e a hierarquia.

O terceiro capítulo versa sobre a análise da ação política de Leonel Brizola na conjuntura estudada. Pretende-se verificar a adequação do conceito de jacobinismo para o modo de fazer política desse político. Nesse sentido, a aproximação de Brizola com os subalternos militares passa a ser entendida. Além disso, procura-se discutir a viabilidade da aplicação do conceito de populismo para as ações políticas dos trabalhistas, em especial, Brizola.

O quarto capítulo versa sobre uma análise das crises político-militares da conjuntura anterior ao golpe civil-militar de 1964 e sobre a aproximação de Brizola com os círculos subalternos militares em defesa da posse de João Goulart, da maior participação política dos sargentos e da cidadania para os marinheiros.

Por fim, o quinto capítulo aborda os discursos de Brizola realizando contundentes críticas aos setores militares que conspiravam contra o governo Goulart e a relação das posições de Brizola com as ideias dos sargentos, a partir do Manifesto dos Sargentos. Além disso, nesse capítulo pretende-se apontar as conseqüências da Mobilização dos Marinheiros e as tentativas de articulação de resistência, por parte de Brizola e os setores nacionalistas das Forças Armadas, frente ao golpe civil-militar que estava em andamento.

PRIMEIRO CAPÍTULO

O PTB na conjuntura político-partidária nacional (1945-1964): nacionalismo reformista em tempos democráticos

Neste capítulo pretende-se analisar a estruturação do PTB inserido na conjuntura político-partidária nacional, abordando a sua consolidação como um partido nacional-reformista diante de uma conjuntura de disputa política com partidos opositores: PSD, UDN, PL. Através da análise da estruturação do PTB, tem-se como objetivo identificar as influências ideológicas de Brizola e discutir o conceito de nacionalismo para a construção do programa político do PTB e a influência do Movimento Nacionalista nessa configuração partidária.

1.1 O debate acerca dos modelos de organização partidária: o PTB enquanto um partido político moderno (1945-1964)

O presente subcapítulo versa sobre a estruturação e o modelo de organização interna do PTB durante o período pluripartidário de 1945 até 1964. Nessa conjuntura o partido tornou-se o principal partido que representava os setores populares e reformistas das esquerdas nacionalistas.

No início de 1945 inicia-se no Brasil o gradativo desmantelamento do Estado Novo¹²¹. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a luta contra o nazifascismo em nível mundial constituíram-se em um elemento-chave para o entendimento do processo de declínio sofrido pelo regime getulista, bem como o fortalecimento das oposições internas e a mudança de atitude das Forças Armadas deixando de apoiar Vargas¹²².

O processo que se inicia na segunda metade dos anos 1940 reflete uma combinação de fatores internos e externos que acelera a democratização. Os fatores externos são derivados da nova conjuntura internacional aberta com a derrota do nazifascismo, tornando cada vez mais inviável a sobrevivência de um regime ditatorial no Brasil. Internamente, a partir de 1942

¹²¹ Regime autoritário que durou de 1937 até 1945, instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do Executivo Federal. Vargas justificava a sua ação devido à necessidade de “reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país, pois não se oferecia outra alternativa senão a que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho.” VARGAS, Getúlio. Proclamação ao povo brasileiro em 10 de novembro de 1937. In: _____. *A nova política do Brasil*. v. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. p. 32.

¹²² MENDES JR., Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 232.

ocorre um reagrupamento das oposições ao regime, representando um leque que vai desde setores das oligarquias regionais prejudicados pela administração de Getúlio Vargas, passando por uma oposição burguesa liberal até setores da esquerda democrática e o próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se reagrupava na clandestinidade¹²³.

A transição política do Estado Novo à nova ordem democrática foi processada sem a pressão de qualquer movimento contestatório liderado por amplas bases sociais ao regime que entrava em derrocada¹²⁴. A redemocratização política brasileira, com o final do regime varguista, consolida uma conjuntura pluripartidária. A Lei Agamenon¹²⁵, de 28 de maio de 1945, obrigava qualquer agremiação partidária a ter um caráter ou alcance nacional. Essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais. O novo decreto-lei estabelecia que para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições: registro de cinco ou mais Estados da federação (atuação em âmbito nacional); referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores; personalidade jurídica de acordo com o Código Civil¹²⁶. Na conjuntura delimitada prevalecia o regime democrático liberal, com os governantes sendo escolhidos pelo voto da maioria dos eleitores brasileiros. Os partidos políticos, assim, constituíam-se como organizações políticas que presumivelmente abarcavam representantes de diversos setores da sociedade brasileira.

A organização dos partidos políticos configura-se em um tema controverso para a bibliografia sobre os sistemas partidários. O debate acerca de como os partidos se organizam tem em Robert Michels¹²⁷ um de seus autores fundamentais. Este entende que o ideal prático da democracia consiste no governo próprio das massas, de acordo com as decisões de assembleias populares; mas embora tal sistema limite o princípio de delegação, não consegue oferecer garantia alguma contra a constituição de uma organização oligárquica.

¹²³ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. p. 14-16.

¹²⁴ SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1983. p. 105.

¹²⁵ A insatisfação contra o regime de Vargas estendia-se por todo o país, e a pressão popular fez com que o governo convocasse eleições, através da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Noventa dias depois, o presidente baixou o Decreto-Lei nº 7.586, regulando as eleições em todo o território nacional e restabelecendo a Justiça Eleitoral. Esse decreto-lei ficou conhecido como Lei Agamenon, em homenagem ao Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável por sua elaboração, que tinha como objetivo regulamentar as condições de transição do regime político. BRASIL. *Histórico do Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_tse/estado.html> Acesso em: 9 de janeiro de 2008.

¹²⁶ DELGADO, Lucília Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: _____; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 132-134.

¹²⁷ MICHELS, Robert. *Los partidos políticos: un estudio de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna. Vol. 1*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1972. p. 70

A democracia é concebida a partir de uma ideia de organização. Sem esta, não se concebe democracia. Quer se trate de reivindicações econômicas ou políticas, a organização surge como o único meio de criar a vontade coletiva. Mas o princípio, politicamente necessário, da organização, se permite evitar a dispersão das forças que interessam ao adversário, encobre outros perigos, permitindo que as correntes conservadoras invadam a planície da democracia¹²⁸.

Assim, a organização teria como efeito dividir todo partido ou todo sindicato profissional em uma minoria dirigente e em maioria dirigida. Com o princípio da divisão do trabalho, forma-se uma burocracia rigorosamente delimitada e hierarquizada. Essa hierarquia é o resultado de necessidades técnicas e a condição mais essencial para o funcionamento regular da máquina do partido. Logo, uma organização forte exige uma direção igualmente forte. À medida que o partido moderno evolui para uma forma de organização mais sólida, vemos acentuar-se a tendência de substituir os chefes ocasionais pelos chefes profissionais¹²⁹.

A diferenciação entre oligarquia dirigente e militantes, latente nas organizações partidárias modernas, é realçada também por Maurice Duverger¹³⁰. Este afirma que um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados pelo país. A expressão “elementos de base” designa essas células componentes do organismo partidário. A direção dos partidos, porém, como a da maioria dos grupos sociais, tais como sindicatos e associações, apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica. Os partidos devem, contudo, ter o máximo cuidado em proporcionar a si próprios uma direção de aparência democrática. Mas a eficácia prática os impele no sentido inverso. Os princípios democráticos exigem a eleição de dirigentes em todos os escalões, sua renovação frequente, seu caráter coletivo, sua relativa autoridade. Assim organizado, um partido não está bem armado para a luta política.

A tendência à oligarquização da camada dirigente e a tentativa de demonstrar uma aparente democracia interna são inerentes aos partidos políticos modernos. “A eleição deveria impedir o nascimento de uma oligarquia, o que de fato não ocorre, pois o sufrágio acaba por favorecer o surgimento da mesma. As massas são naturalmente conservadoras. Apegam-se elas aos seus chefes”¹³¹. A visão de Duverger aproxima-se da percepção de Michels, ao reafirmar o caráter oligárquico dos partidos políticos.

¹²⁸ *Ibid.* p. 7-8.

¹²⁹ *Ibid.* p. 17-18.

¹³⁰ DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 171.

¹³¹ *Ibid.* p. 188.

Além da indiferença política das massas e da necessidade de estas serem dirigidas e guiadas, outro fator de importância moral mais relevante contribui para assegurar a supremacia dos chefes: é o reconhecimento das multidões para com as personalidades que falam e escrevem em seu nome. De modo geral, os chefes não têm as massas em alta estima. Tendo tido a ocasião de observá-las de perto e de avaliá-las durante o exercício de suas funções, os chefes não se sentem constrangidos ao afirmar que as massas são incapazes de gerir seus próprios assuntos. Seria, dizem eles, contrário aos interesses do partido que uma minoria de militantes que acompanham e estudam os problemas se deixasse suplantar por aqueles que não têm opinião formada a respeito do que se passa à sua volta¹³².

Essa visão adota o conceito de massa¹³³ para se referir aos setores sociais que apoiam determinada organização partidária. Esse conceito, bastante utilizado por parte da historiografia¹³⁴ dos anos 1970 e 1980, que estuda a conjuntura político-partidária latino-americana da primeira metade do século XX, especificamente o processo de urbanização e modernização, generaliza e não aponta as especificidades dos grupos sociais que aderiram aos partidos políticos da época.

À superioridade reconhecida e consagrada pelo próprio partido, duas outras ordens de razões somam-se para aumentar a autoridade dos parlamentares. Em primeiro lugar, eles escapam até certo ponto à fiscalização das massas do partido e mesmo ao controle de seu comitê de direção. Em segundo lugar, mesmo no momento das eleições ele depende do partido apenas indiretamente, já que seu mandato é solicitado às massas eleitorais, ou seja, em última análise, a um corpo não organizado¹³⁵.

Integrante do PTB desde a sua fundação¹³⁶, Sereno Chaise¹³⁷ afirma a existência de uma cúpula partidária de comando, mas com uma efetiva participação dos militantes e delegados do partido:

¹³² MICHELS, R. *Op. cit.* p. 91.

¹³³ A utilização do conceito de massa para designar as camadas sociais que participaram da vida política nacional no período estudado, será mais bem analisada no presente capítulo.

¹³⁴ Autores como Torquato di Tella e Gino Germani analisaram os processos de modernização e urbanização das sociedades latino-americanas, onde predominaram os governos com viés nacional-popular.

¹³⁵ MICHELS, R. *Op. cit.* p. 83-84.

¹³⁶ Ainda estudante, ingressei no PTB em 1945. Em 1951 houve a eleição na qual eu me elegi vereador, quando nós perdemos a eleição majoritária para prefeitura municipal tendo o Brizola como candidato a prefeito. Exerci o mandato até final do ano de 1955. Nesse ano, eu era presidente da Câmara de Vereadores e Brizola se candidatou para prefeito municipal, tendo vencido a eleição, e eu, assumido como seu chefe de gabinete. Em 58 Brizola foi eleito governador, e eu me elegi como deputado estadual. Em 62 ele foi eleito com ampla margem, com mais de 300 mil votos, como deputado federal pelo Estado da Guanabara, onde de cada três eleitores, um votou nele. Fui eleito no mesmo ano para a Assembléia Legislativa, e no ano seguinte fui eleito prefeito de Porto Alegre. CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

¹³⁷ CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

A escolha dos candidatos era feita por convenções onde participavam todos os militantes. Como todo o grande partido, o PTB também tinha sua ala mais conservadora e sua ala mais progressista. Mas sempre se mantinha os princípios gerais básicos: solidariedade, nacionalismo, divisão das riquezas, participação política efetiva de todos os cidadãos.

Inerente a qualquer partido político, a centralização de uma cúpula partidária em torno da qual os militantes ficam subordinados parece ser uma característica importante do PTB. A participação dos delegados partidários e dos militantes na escolha de candidatos é um viés de democracia interna importante que Michels e Duverger parecem desconsiderar.

Michels¹³⁸ justifica a importância da centralização nos partidos como uma necessidade diante da constatação de que os mesmos agregam, em geral, um número considerável de militantes. Uma vasta organização é por si mesma um mecanismo pesado e difícil de ser posto em movimento. E quando se trata de uma massa dispersa, numa extensão considerável, seria perder um tempo enorme querer consultá-la a respeito de cada problema. O partido moderno é uma organização de combate, no sentido político do termo e, como tal, deve ajustar-se às leis da tática. Estas exigem a facilidade de mobilização. Depreende-se dessa visão o entendimento de que todo partido político que congrega um grande número de adesões deve fundamentalmente exercer uma autoridade oligárquica frente aos seus apoiadores, desconsiderando as opiniões dos mesmos. Estes aparecem como potencialmente manipuláveis por parte da elite dirigente partidária.

A identificação de uma possibilidade de cisões entre a oligarquia governante e os adeptos do partido é realizada por Michels. Em um partido, os interesses das massas organizadas que o compõem estão longe de coincidir com os da burocracia que o personifica. O interesse, sempre conservador, do corpo de funcionários pode exigir, em determinadas situações políticas, uma política defensiva, vale dizer, regressiva, enquanto os interesses dos militantes exigiriam uma política audaciosa e agressiva. Em outros casos, na verdade muito raros, pode dar-se o inverso. Logo, toda organização partidária representa uma poderosa oligarquia que repousa sobre uma base democrática. Encontram-se em toda parte eleitores e eleitos. Mas encontra-se também um poder quase ilimitado dos eleitos sobre as massas que os elegem. A ideia da representação dos interesses do povo, ideia à qual se agarram com tanta tenacidade e sincera confiança a grande maioria dos democratas e, mais especialmente, as grandes massas operárias, é uma ilusão criada por um falso efeito de luz, uma miragem. A massa não será jamais soberana a não ser de modo abstrato¹³⁹.

¹³⁸ MICHELS, R. *Op. cit.*, p. 21-22.

¹³⁹ *Ibid.* p. 248

A oligarquia nascida da democracia é ameaçada em sua existência por dois perigos: a revolta das massas e a ditadura de um chefe audacioso que coloque o descontentamento geral a serviço de sua ambição pessoal. Rebelião de um lado, usurpação do poder de outro. Os partidos vivem em latente estado de luta, de irritação, provocados pela desconfiança recíproca dos chefes¹⁴⁰.

Michels, assim, ignora a possibilidade de uma ativa participação dos militantes de agremiações partidárias nas organizações das mesmas. Esses participantes seriam subjugados por líderes partidários que controlariam as organizações (oligárquicas) dos partidos desconsiderando as manifestações de seus adeptos.

Panebianco¹⁴¹, todavia, pondera que os partidos, mesmo sendo burocracias com exigências de continuidade organizativa e de estabilidade das próprias hierarquias internas e associações voluntárias, que devem garantir ao menos uma certa cota mínima de participação não-obrigatória, devem, simultaneamente, distribuir incentivos, tanto seletivos quanto coletivos. Mesmo que o peso relativo de um ou de outro tipo de incentivo possa variar de partido para partido.

Serge Bernstein¹⁴² pondera algumas afirmações de Michels e Duverger, afirmando a possibilidade de uma exígua democracia interna. A necessidade dos militantes do partido de serem conduzidos desenvolve um clima de veneração em torno dos chefes que dá origem à oligarquia, consolidada pelas competências que lhe foram reconhecidas, pelo monopólio da informação e promoções dentro do partido. O poder dentro do partido pertence a essa oligarquia, inexistindo, assim, uma democracia interna. A existência de uma elite dirigente é inerente a qualquer partido; porém, existe uma linha democrática que consegue perfurar o anteparo da oligarquia. Esta só pode consolidar-se através da concorrência dos líderes que atingem a vitória por meio do apoio dos militantes; assim, a opinião destes triunfa por canais difusos (não somente em moções em congressos etc.).

Uma vez nascido, o partido político torna-se um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar. Ele torna-se depositário de uma cultura política¹⁴³ com a qual comungam seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitida através das gerações¹⁴⁴.

¹⁴⁰ *Ibid.* p. 96.

¹⁴¹ PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 17-19.

¹⁴² BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, R. *Op. cit.* p. 83-85.

¹⁴³ O conceito de cultura política surge na década de 1950, na área da Política Comparada. Adaptado da Antropologia, em substituição à categoria de caráter nacional, engloba outros conceitos como ideologia política, opinião pública e personalidade política. A abordagem da cultura política fornece os instrumentos metodológicos

O PTB, especialmente nos primeiros anos de sua criação, parecia encaixar-se adequadamente nos modelos propugnados por Michels e Duverger. Esse partido aparecia como uma agremiação partidária conduzida por chefes políticos regionais. Somado a essa característica, o partido era caracterizado como possuidor de uma organização interna que funcionava agregando muitos grupos sociais através de princípios norteadores como o nacionalismo, o reformismo social e a herança do varguismo.

O aumento do número de apoiadores com a nacionalização do partido, a partir dos anos de 1950, conseqüentemente exigiu uma reestruturação interna da agremiação partidária, no sentido de responder às demandas de maior participação dos adeptos. As dissidências internas passam a ser punidas com rigor.

A preocupação com uma organização mais sólida foi uma das palavras de ordem do período, o que tornava a presidência do PTB um lugar-chave e o Diretório Nacional um órgão de muito poder. Assim, o partido, desde os momentos iniciais de seu funcionamento, estabeleceu uma estrutura organizacional centralizada, que passaria cada vez mais a punir dissidentes (e eles não foram poucos), inclusive com a expulsão de seus quadros¹⁴⁵.

Quanto à natureza das organizações partidárias, Duverger associa o nascimento dos partidos aos grupos parlamentares e comitês eleitorais. Alguns manifestam uma natureza mais ou menos aberrante em relação ao esquema geral, pois sua gênese situa-se fora do ciclo eleitoral e parlamentar, formando essa exterioridade, aliás, seu caráter comum mais nítido¹⁴⁶. Em número considerável de casos, contudo, o conjunto de um partido é essencialmente estabelecido por uma instituição preexistente, cuja própria atividade se situa fora das eleições e do Parlamento. Pode-se falar, portanto, adequadamente de criação exterior¹⁴⁷.

necessários à compreensão sistemática de orientações e comportamento político. Para Gabriel Almond e Sidney Verba é possível dizer que cultura política se refere ao processo pelo qual as atitudes e as orientações dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político e às instituições de maneira geral. Cf. ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1965. A cultura política, no entendimento de Serge Bernstein, se exprime através de um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política. Ela permite integrar os membros do partido, por meio de lembranças históricas comuns, símbolos. Os ritos seriam a expressão de uma cultura política específica. A cultura política aparece como a linguagem simplificada (da qual o rito é a forma mais sumária) dos membros de uma formação. A cultura política é o que dá coesão aos partidos. BERNSTEIN, S. *Op. cit.* p. 89-90.

¹⁴⁴ *Ibid.* p. 69.

¹⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 64.

¹⁴⁶ DUVERGER, M. *Op. cit.* p. 20.

¹⁴⁷ *Ibid.* p. 26.

Independente de sua origem, os partidos de criação externa¹⁴⁸ apresentam um conjunto de características que se opõem nitidamente aos partidos criados no ciclo eleitoral e parlamentar. Estes são menos centralizados que os de origem externa. Os primeiros nascem a partir da cúpula, ao passo que os segundos partem da base. O caráter mais ou menos descentralizado da instituição externa que cria o partido influi no grau de descentralização deste último: por exemplo, os partidos trabalhistas são menos centralizados que os partidos comunistas; os partidos criados por agrupamentos capitalistas, menos centralizados que os partidos trabalhistas etc¹⁴⁹.

Os partidos de criação externa são geralmente mais coerentes e mais disciplinados que os partidos de criação eleitoral e parlamentar. Os primeiros dispõem de uma organização preexistente que une todas as suas células de base. Os segundos são obrigados a estabelecer esses laços de todas as peças, sem nada no início a não ser a coexistência de alguns deputados no seio de um mesmo parlamento¹⁵⁰.

Criado por Vargas com base no braço sindical da estrutura do Estado Novo, o PTB caracterizou-se como um partido que, ao longo da experiência democrática de 1945-1964, teve maior capacidade de penetração e de mobilização popular. Segundo Sento-Sé¹⁵¹, às vésperas do fim do Estado Novo Vargas começa a organizar a estrutura que lhe daria sustentação política em um regime competitivo.

Vargas funda o PSD, formado basicamente pelos interventores e pela parcela da elite oligárquica que estivera a seu lado no poder. Com o intuito de estabelecer um canal de penetração popular, Vargas cria também o PTB, composto por quadros da estrutura sindical ligada ao Ministério do Trabalho e aos institutos previdenciários, além de lideranças de apoio ao seu projeto político. Bodea¹⁵² afirma, porém, que o surgimento do partido deu-se à revelia de Vargas, que, apenas ao perceber que além de inevitável ele lhe poderia ser extremamente útil, apoia sua estruturação. Assim, o PTB parece adequar-se à tipologia dos partidos de criação externa, pois seus integrantes eram atores políticos que já faziam parte de organizações anteriormente constituídas, apesar de vinculadas ao Ministério do Trabalho.

¹⁴⁸ Quando criados por grupos parlamentares (conservam estreita ligação com o grupo parlamentar) e de origem externa (emanadas de grupos de pressão, sindicatos, igrejas). Estes demonstram indiferença em relação às lutas parlamentares e mostram-se desconfiados em relação aos eleitos ao Parlamento. Quer tenham nascido dentro ou fora do Parlamento, os partidos políticos definem-se em relação a ele. BERNSTEIN, S. *Op. cit.* p. 65.

¹⁴⁹ DUVERGER, M. *Op. cit.* p. 31

¹⁵⁰ *Idem.*

¹⁵¹ SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1999. p. 66.

¹⁵² Cf. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

A clareza em seu programa, quanto a metas e projetos, foi uma característica marcante do PTB. O viés permanente em suas propostas políticas era o de cunho social com uma característica redistributivo-reformista no que tange às políticas econômicas. Essas proposições teóricas de combate às desigualdades sociais o distinguiram em relação aos demais partidos políticos da época. Do programa petebista destacam-se algumas propostas, tais como: defesa do regime democrático e do voto universal; amparo da legislação social aos trabalhadores rurais; direito ao trabalho, a salário razoável e à jornada de oito horas; maior autonomia para entidades sindicais; educação primária obrigatória e gratuita; melhor distribuição da riqueza; participação equitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas; extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se direito da posse da terra a todos os que queiram nela trabalhar¹⁵³.

O PTB, buscando o maior número possível de eleitores para o projeto nacional-popular de Vargas, teria de atuar no mesmo campo político do PCB. “Angariando adeptos e impedindo por todas as formas a montagem da máquina de Luiz Carlos Prestes”¹⁵⁴, o PTB constituía-se a partir de uma posição anticomunista em sua fundação. O PTB consolidaria uma alternativa político-popular para sustentação de Vargas a curto e a longo prazo. Segundo Delgado¹⁵⁵, seria uma alternativa que implicaria em uma relação de “confiança” política e de identidade de propósitos e objetivos que o PCB não poderia oferecer ao presidente da República.

A desconfiança em relação aos comunistas era latente no PTB. Isso é apontado por Sereno Chaise¹⁵⁶, integrante histórico do PTB, tendo participado da chamada Ala Moça do partido:

Ainda estudante eu me filiei na Ala Moça do ‘velho’ PTB, em 1945. Estava sentado na Praça da Alfândega, lendo a Folha da Tarde, onde havia o convite para ‘jovens getulistas’ visando à fundação da Ala Moça, com reunião ali na própria Praça. Meu pai era getulista e eu era admirador também. Foi uma espécie de sentimento familiar. Nessa ocasião mesmo conheci o Brizola. Depois disso estivemos juntos por mais de 50 anos. Sentia que existia uma desconfiança em relação aos comunistas, coisa que com o tempo foi se perdendo. Até porque muitos ingressaram no PTB durante já o governo de Jobim, onde o PCB foi colocado na ilegalidade.

O anticomunismo do PTB, à época de sua fundação, era, por conseguinte, no entendimento de Delgado¹⁵⁷, não o termo definitivo de inspiração do partido, mas sim um

¹⁵³ Cf. CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: UNB, 1998.

¹⁵⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985. p. 16.

¹⁵⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 45.

¹⁵⁶ CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

meio necessário para que o projeto de vinculação Vargas – PTB – sindicatos pudesse vir a ser implantado com maior eficácia, possibilitando aos trabalhistas se articularem em um grande partido, com capacidade de inserção sindical, área na qual os comunistas eram aguerridos.

A configuração político-partidária brasileira entre 1945-1964 apontava o predomínio de três grandes partidos nacionais, quais sejam, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Delgado afirma que esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Contudo, durante os primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte¹⁵⁸.

Depois de 1945 ocorre um declínio eleitoral dos partidos conservadores tradicionais e uma considerável ascensão¹⁵⁹ do PTB, pois este se beneficiou da transferência de votos do PCB (colocado na ilegalidade¹⁶⁰ em 1947), de uma organização partidária em nível municipal e da extensão real do sufrágio a classes sociais, cujos interesses pretendia representar, assim como da permanente mobilização político-eleitoral dessas classes¹⁶¹. Ocorre, contudo, um crescimento menor e menos rápido dos partidos conservadores em relação aos populistas/progressistas, sem causar um declínio daqueles. O aumento do contingente eleitoral, através da incorporação de setores médios e inferiores, permitiu um apelo dos partidos populares a esses setores, possibilitando o crescimento desses partidos¹⁶².

Segundo Soares¹⁶³, a manutenção da distribuição do poder eleitoral de 1945 seria, para os partidos conservadores, uma solução ótima. Isto porque estava assegurado o controle político do país através dos órgãos de representação. A aprovação de uma reforma agrária considerável ou a extensão dos benefícios da legislação trabalhista ao trabalhador rural seriam

¹⁵⁷ DELGADO, L. *Op. cit.* 1989. p. 46.

¹⁵⁸ DELGADO, L. *Op. cit.* 2003. p. 125.

¹⁵⁹ De uma bancada com 51 deputados, em 1950, o PTB passa para 111 deputados na eleição de 1962. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos das Eleições Federal, Estadual e Municipal. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964. p. 20.

¹⁶⁰ A partir de 1947 a ação anticomunista do governo Dutra obedece a movimentos coordenados e não mais ocasionais. Os argumentos já tinham sido forjados em 1946 e chegara a hora de utilizá-los. A existência de dois Estatutos – para o Supremo Tribunal Eleitoral e o utilizado pelo partido –, além de outros argumentos, é agora apresentada para pedir a cassação do PCB. Em janeiro de 1947 o governo declara oficialmente que o Estatuto registrado no STE é falso; em fevereiro temos o Parecer Barbedo; depois, em maio, o PCB deixa de existir como partido legal. A seguir, temos o pedido de extinção dos mandatos dos deputados comunistas, em janeiro de 1948. CARONE, Edgard. *A República Liberal II – Evolução Política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985. p. 25.

¹⁶¹ SOARES, Gláucio Ary. A formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981. p. 23.

¹⁶² Cf. LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

¹⁶³ SOARES, G. *Op. cit.* p. 24.

dificultadas no Congresso ou no Senado, nos quais o bloco formado por UDN/PRP¹⁶⁴/PL, detinha a maioria de votos. Esse bloco de partidos conservadores era contraposto pela aliança formada por PTB/PSB¹⁶⁵/PSD.

Na conjuntura política sul-rio-grandense a reorganização partidária do pós-45 estabelece, em consonância com os termos nacionais, uma reestruturação das forças políticas com a transição do autoritarismo estadonovista à experiência de democracia nacional-popular, sob a égide de um sistema multipartidário. O Rio Grande do Sul oferece um quadro político eleitoral atípico. Os partidos políticos se organizam mais em função de clivagens ligadas ao padrão político-eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes posteriores à 1945¹⁶⁶.

Portanto, entre 1945-1964 a política interna do Rio Grande do Sul tendeu a girar na órbita do PTB (criação do próprio Vargas) e de uma coalizão anti-PTB. Sereno Chaise¹⁶⁷ aponta que:

A esquerda se aglutinava em torno do PTB. Mesmo sendo inexpressivas, as esquerdas não tinham uma estrutura muito forte, com a ilegalidade do PCB. Este partido chegou a eleger cinco deputados estaduais na eleição de 1947. O PTB, na mesma eleição, elegeu 18 deputados. Entre eles Brizola e Fernando Ferrari. Nessa eleição a bancada de esquerda totalizava 23 deputados no quociente de 55 cadeiras. O PSD elegeu 16, entre eles o Francisco Brochado da Rocha. A Ação Democrática reunia os políticos conservadores. O PSD era o partido mais forte e a UDN era praticamente inexpressiva.

O poder do PTB concentrava-se em Porto Alegre, em umas poucas áreas urbanas restantes e em alguns municípios da fronteira, onde os estancieiros ainda determinavam em quem seus dependentes deveriam votar. A oposição conservadora encontrava-se, na maior parte, no resto das comunidades estancieiras e na zona colonial, a norte e a oeste da capital do Estado¹⁶⁸.

Verifica-se uma nítida polarização regional, entre petebistas e anti-petebistas. Essa dicotomia é refletida na eleição de 1958, em que a candidatura de Brizola ao Governo do Estado conseguiu, tendo por objetivo enfrentar a aliança anti-PTB, agregar o PRP às suas hostes. Essa aliança (PTB/PRP), espúria em termos ideológicos, impediu que o PRP fosse atraído pelo anti-PTB (aliás, como o será mais tarde) e permitiu a penetração do PTB nas regiões de colonização italiana e alemã. Brizola consegue ultrapassar a maioria absoluta

¹⁶⁴ Partido de Representação Popular.

¹⁶⁵ Partido Socialista Brasileiro.

¹⁶⁶ Cf. TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

¹⁶⁷ CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

¹⁶⁸ Cf. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

(55,2%) numa disputa limitada a dois candidatos, sendo que seu adversário, Peracchi Barcelos, dispoendo do apoio da Frente Democrática (PSD, PL, UDN e PSB), obterá ainda o elevado percentual de 41,2% dos votos¹⁶⁹.

No Rio Grande do Sul, a curva ascensional do PTB será um fator decisivo na mudança da dinâmica das forças políticas regionais, provocando, como reação à tendência de sua hegemonia eleitoral, uma progressiva aglutinação das forças anti-PTB; estas nucleavam-se em torno de um PSD udenizado que entra em dissidência com a linha nacional de aliança com o PTB. O antipetebismo se costura através da coligação que incorpora, num primeiro momento, a UDN e o PRP, e, mais tarde, o PL. Com a candidatura de Brizola ao governo do Estado em 1958, forma-se a Frente Democrática (PSD-PL-UDN e PRP), mas seu arco mais abrangente será a Aliança Democrática Popular (ADP) que inclui PSD, PL, UDN, PDC¹⁷⁰.

A formação do PTB sul-rio-grandense esteve condicionada à confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista. A sindicalista era composta por um núcleo de lideranças sindicais que se forjaram no Estado Novo ou, quando anteriores a ele, pelo menos nele sobreviveram em funções sindicais. Dessa vertente surgem as alas profissionais de bancários, gráficos, metalúrgicos. A corrente pragmático-getulista, que ingressou depois das eleições de 1945, seria composta por políticos profissionais oriundos do PSD e que passaram a se transferir, sob inspiração de Vargas, ao PTB. Este movimento teria um duplo efeito: por um lado purificaria gradualmente o PSD gaúcho de seus elementos mais fiéis a Vargas, e por outro, fortaleceria o PTB a ponto de este poder desafiar a posição do PSD como maior partido regional já no pleito estadual de 1947. “A desgetulização do PSD gaúcho e o conseqüente fortalecimento do trabalhismo, ao nível regional, teria conseqüências profundas e duradouras sobre o sistema partidário gaúcho durante todo o período anterior a 1964, e mesmo em episódios e desdobramentos posteriores (por exemplo, a formação da ARENA¹⁷¹ e do MDB¹⁷² a partir de 1966)”¹⁷³.

A corrente doutrinário-pasqualinista seria composta por um círculo de intelectuais progressistas – na maioria dos casos bacharéis e profissionais liberais – agrupados em torno

¹⁶⁹ TRINDADE, H; NOLL, M. *Op. cit.* p. 65.

¹⁷⁰ *Ibid.* p. 66.

¹⁷¹ Aliança Renovadora Nacional.

¹⁷² Movimento Democrático Brasileiro.

¹⁷³ BODEA, M. *Op. cit.* p. 30.

de um pensador teórico, o advogado Alberto Pasqualini. Sereno Chaise¹⁷⁴ relata o ingresso de Pasqualini no PTB:

Pasqualini inicialmente não era do PTB, e sim da União Social Brasileira (USB). Este grupo consolidava-se como um centro de estudos e debates acerca da realidade brasileira. Nós conseguimos atraí-lo para ser nosso candidato na eleição para o governador do Estado, em 1947, onde fomos derrotados pelo Jobim do PSD. Ele chegou a ser vereador pelo PL. Convivi muito com Pasqualini. Ele dizia que o Vargas era bom, mas era um ditador. Egídio Michaelsen, também da USB, foi responsável pela atração de Pasqualini para o PTB.

Pasqualini defendia, nas *Sugestões para um programa de governo*¹⁷⁵, ideias social-reformistas inspiradas principalmente no trabalhismo britânico – então em plena ascensão – e, em menor grau, na social-democracia européia. Exercendo a liderança da União Social Brasileira (USB)¹⁷⁶, Pasqualini defendia, no Manifesto da USB¹⁷⁷, a criação de um capitalismo sadio onde o fim social se sobreponha ao egoísmo: “[...] a USB não preconiza a socialização dos meios de produção, mas a criação de um capitalismo sadio onde o fim social se sobreponha ao egoísmo, ao interesse e ao proveito exclusivamente individual”¹⁷⁸. Nesse sentido, a USB colocava-se a favor da preservação da legislação trabalhista e das conquistas sociais atribuídas à era varguista. Em sua essência o projeto de sociedade defendido por Pasqualini, tal qual expresso no programa da USB, lançado em setembro de 1945, não entrava em conflito com a visão getulista da busca de uma incorporação ordenada da classe operária e das massas trabalhadoras no processo de desenvolvimento e modernização da nação.

Pasqualini¹⁷⁹, então, é situado à esquerda de Vargas no PTB, e é tido como o ideólogo que se contraporía ao pragmático líder maior do partido. Este seria o estrategista político, e Pasqualini, o doutrinador e teórico¹⁸⁰. Para Vargas, “o PTB era um componente importante – porém não-exclusivo – de um projeto político mais amplo de implantação de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo. Para Pasqualini, o PTB era o instrumento fundamental de transformação social e implantação de uma sociedade mais justa”¹⁸¹. A ideia de harmonia

¹⁷⁴ CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

¹⁷⁵ Esboço de programa publicado no CORREIO DO POVO de 22 de março de 1945.

¹⁷⁶ Agrupamento político dirigido por Pasqualini lançado em sessão pública, em Porto Alegre, no dia 21 de dezembro de 1945.

¹⁷⁷ Publicado no CORREIO DO POVO de 23 de setembro de 1945. p. 8.

¹⁷⁸ CORREIO DO POVO de 23 de setembro de 1945, p. 10.

¹⁷⁹ A escolástica difundida pelas escolas jesuíticas, a doutrina social da Igreja com o ‘capitalismo cristianizado’ e mais uma cultura geral histórica, sociológica e jurídica compõem o inventário das fontes nas quais Pasqualini foi buscar os princípios do programa que por ele foi sendo elaborado pelo PTB. GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 97.

¹⁸⁰ BODEA, M. *Op. cit.* p. 139-177.

¹⁸¹ *Ibid.* p. 141.

social, propugnada como uma consequência de um capitalismo cristianizado ou mais humano, era um dos pilares do pasqualinismo. Pasqualini¹⁸² afirmava que:

O objetivo básico do trabalhismo é a organização da sociedade de tal forma que se assegure a crescente eliminação da usura social. [...] Existe uma usura social quando as relações econômicas entre os membros de uma sociedade não estão baseadas nos princípios da justiça social. [...] A usura social é o que comumente se costuma denominar exploração do homem pelo homem.

Nesse período de formação do PTB, Brizola, então integrante da ala acadêmica juntamente com Fernando Ferrari e Sereno Chaise, sofria a influência simultânea das três vertentes formadoras da agremiação partidária trabalhista. Após a sua administração diante da prefeitura de Porto Alegre, esse político consegue a indicação do PTB à eleição majoritária ao Executivo estadual na eleição de 1958.

Após a morte de Vargas até o golpe militar de 1964, o discurso petebista centrou-se na Carta-Testamento de Vargas, caracterizando-se por um forte viés anti-imperialista. Matheus Schmidt¹⁸³, que trabalhou com chefe de gabinete da secretaria de Administração durante o governo Brizola, tendo sido eleito deputado federal em 1962, aponta que o PTB, no período posterior ao segundo governo Vargas, aproxima-se ainda mais dos grupos de esquerda:

Ingressei em 1954 no PTB. Era do Partido Comunista Brasileiro. Pela Carta-Testamento do Vargas, pela sua posição, entendi que tudo aquilo que eu queria se aproximava da luta do Getúlio. O viés de esquerda do Brizola também era importante, apesar de existir algumas restrições por parte da cúpula partidária. Alguns integrantes dessa cúpula partidária eram de direita. Eram oriundos do Estado Novo, getulistas e autoritários. Gostaram muito da época do Estado Novo, em especial desse viés ditatorial. Eu era discriminado por esses integrantes. Mas eu não era o único, e além disso o eleitorado começou a mudar, tendo uma postura mais progressista e esquerdista. A eleição do Brizola para o governo do Estado atraiu muita gente para o PTB, mesmo vendo com desconfiança a aliança com o PRP, que era integralista. Mas muitos que eram eleitores do PRP de uma maneira ingênua acabaram transferindo-se para o PTB.

Nesse período, Brizola tornou-se o grande líder regional, e João Goulart, o líder nacional. “Em certo sentido, os reveses de 1954 – que culminariam com a morte de Vargas e o eclipse político de Pasqualini – marcam o final da tentativa de implementar o projeto político trabalhista a partir de uma base dual de apoio social: um setor modernizante da elite, aliado às camadas populares”¹⁸⁴.

¹⁸² PASQUALINI, Alberto. Os objetivos básicos do trabalhismo. In: _____. *Bases e sugestões para uma política social. Vol. I*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. p. 83-84.

¹⁸³ SCHMIDT, Matheus. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

¹⁸⁴ BODEA, M. *Op. cit.* p. 209.

Após o final do governo Vargas, o PTB, que tinha sua imagem vinculada à do presidente, começou a ganhar maior autonomia em relação ao personalismo varguista. Delgado¹⁸⁵ indica um ponto de inflexão da postura do PTB, caracterizada pela aliança de grupos desse partido com o PCB e devido à ascensão dos movimentos sociais, a partir da segunda metade dos anos 1950. A tendência de mudança ideológica interna do PTB é verificada desde o final do governo Vargas. Estava em curso no PTB¹⁸⁶ uma linha mais doutrinária (reformista), em detrimento de grupos fisiológicos e mais pragmáticos. Essa linha não deixou de repercutir entre comunistas que, isolados em sua posição de combate aos governos Vargas, começaram na prática, e à revelia das orientações do partido, a estabelecer alianças com os trabalhistas, sobretudo no plano sindical¹⁸⁷. A morte de Vargas ativou essa união que marcaria profundamente a participação dos trabalhadores na política brasileira.

Um sindicalismo mais atuante era notado desde o início da década de 1950. Na Greve dos 300 mil¹⁸⁸, o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) reativou a aliança entre nacionalistas do PTB e militantes sindicais do PCB. “Em 1954, o presidente Goulart era, então, ministro do Trabalho. Naquela Pasta, estimulou a participação dos comunistas nos sindicatos”¹⁸⁹. Esses militantes sindicais não repudiavam o varguismo, iam ao encontro da população (nos bairros operários e na periferia), não discriminavam os migrantes nordestinos, exaltavam a outorga da legislação trabalhista e faziam acordos com os comunistas. Fracionado pelo faccionismo, o PUI foi dissolvido em 1959, dando lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST).

Desde 1961, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) configurava-se como a principal liderança das lutas dos trabalhadores brasileiros. Em torno desse órgão em defesa dos trabalhadores cristaliza-se, em agosto de 1962, a aliança nacional-reformista. O CGT origina-se do esforço de militantes e operários visando a dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de unir diversas camadas de trabalhadores. “Seu objetivo era não apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais

¹⁸⁵ Cf. DELGADO, Lucília Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

¹⁸⁶ Regimento Interno do Partido Trabalhista Brasileiro – Seção Rio Grande do Sul. Disponível no Acervo

¹⁸⁷ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 71-73.

¹⁸⁸ A greve dos 300 mil reuniu, em março de 1953, diversas categorias de trabalhadores visando à obtenção de melhorias salariais e culminou com a criação de um órgão de comando intersindical que originaria mais tarde o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Cf. DELGADO, L. *Op. cit.*

¹⁸⁹ VICTOR, M. *Op. cit.* p. 196.

para o Brasil¹⁹⁰. O nacionalismo, a modernização distributivista e as reformas sociais eram as linhas mestras da plataforma do CGT, traduzidas nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior, restrição aos investimentos estrangeiros, direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados, ampliação da organização dos trabalhadores rurais, reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social, fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais¹⁹¹.

O CGT estabeleceu ligação com o PCB e o PTB, além de aliar-se com membros de partidos nacionalistas, como os da Frente Parlamentar Nacionalista, órgão que não apenas agia no Parlamento, mas também interagiu com empresários, estudantes, intelectuais e trabalhadores engajados nas ideias reformistas. Esse órgão desempenhou importante papel durante a greve da legalidade, ocorrida em agosto de 1961, cujo objetivo era empossar Goulart na Presidência da República, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, numa conjuntura golpista. Em julho de 1962, coordena a greve por um gabinete nacionalista e democrático, portanto, por um ministério capaz de encaminhar as reformas de base. No mesmo ano, em setembro, o CGT decretou a greve geral pelo plebiscito, resultando no retorno do sistema presidencialista após um período parlamentarista (entre agosto de 1961 até junho de 1962), onde Tancredo Neves (entre 8 de setembro de 1961 à 12 de julho de 1962), Francisco Brochado da Rocha (12 de julho até 18 de setembro de 1962) e Hermes Lima (18 de setembro até 24 de janeiro de 1963) exerceram o cargo de Primeiro-Ministro, com Goulart assumindo o cargo de presidente.

A vinculação do PTB durante o período histórico de sua consolidação, na década de 1950 até o golpe civil-militar de 1964, com os sindicatos e em especial com o CGT, era permanente. Sereno Chaise¹⁹² afirma que:

PTB já era um partido de esquerda, mesmo antes do segundo governo de Vargas, a partir da eleição de 1950. Era um partido formado por sindicalistas e estudantes. Mais sindicalistas do que estudantes. O seu nascedouro era de índole popular, sindicalista e progressista. Nesse sentido, o PTB sempre foi nacionalista e popular. Tínhamos uma excelente relação com o CGT.

A relação entre partido (PTB) e apoiadores se intensifica a partir dos sindicatos de trabalhadores. Gomes¹⁹³ aponta que os sindicatos consolidavam-se como bases efetivas do PTB. Porém, em termos organizacionais, com o sucesso eleitoral do partido inicia-se um

¹⁹⁰ *Ibid.* p. 72.

¹⁹¹ *Idem.*

¹⁹² CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

¹⁹³ GOMES, A. *Op. cit.* p. 63.

processo de nacionalização do PTB, aumentando as disputas internas. “Como partido de bases sindicalistas, comportava divergências nada desprezíveis; como partido fundado na mística de Vargas, atraía muitos interessados em tirar proveito dessa incrível fonte de votos. Brigava-se, em suma, pelas formas de conquistar o apoio dos trabalhadores, bem como pelo controle do prestígio que advinha de Vargas”¹⁹⁴.

Mesmo sendo predominante, em sua composição interna, a presença de sindicalistas e estudantes, o PTB, nesse período de segunda metade dos anos 1950 e início dos 1960, passa a capitalizar o apoio de outros setores sociais. Isso o aproxima da formulação de Bernstein¹⁹⁵:

O caráter interclassista da formação dos partidos é inegável; porém, nenhum deles reflete pura e simplesmente as categorias socioprofissionais da população tomada em seu conjunto. Ressalta-se a heterogeneidade de seus apoios para a conquista do poder. Este é relacional, assimétrico, mas recíproco. Manifesta-se a partir de uma negociação desequilibrada, numa relação de troca desigual, em que um agente ganha mais do que o outro. Sendo uma relação de troca, ou melhor, manifestando-se por meio dela, o poder nunca é absoluto, os seus limites estão implícitos na própria natureza da interação.

Gramsci¹⁹⁶ afirma que o poder só pode ser efetivamente exercido satisfazendo, ao menos em parte, as exigências e as expectativas dos outros e, portanto, paradoxalmente, aceitando ser submetido ao seu poder. A relação de poder entre um líder e seus seguidores deve ser concebida como uma relação de troca desigual, na qual o líder ganha mais do que os seguidores.

Dos setores classistas que compunham o PTB, os setores nacional-reformistas, sob a liderança de Brizola, obtinham o apoio para suas ações políticas. Esse viés reformista-nacionalista, predominante durante a década de 1960 no PTB, foi responsável pela aproximação do mesmo com o PCB. Trajano Ribeiro¹⁹⁷, que nos anos anteriores ao golpe civil-militar de 1964 participou do movimento estudantil, sendo uma das lideranças da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), afirma que:

O ser social do Brizola levou o político Brizola a uma consciência social de esquerda. Mas ele não dominava as categorias ideológicas de esquerda. A partir da Legalidade ocorre o ponto de inflexão do Brizola para a esquerda. Ele não era anticomunista. Os comunistas aproximaram-se de Brizola, especialmente a partir da Legalidade. A partir desse episódio também Brizola passa a atrair a simpatia de diversos setores nacionalistas militares, entre eles os sargentos.

¹⁹⁴ *Idem.*

¹⁹⁵ BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, R. *Op. cit.* p. 75.

¹⁹⁶ GRAMSCI, Antônio. Notas sobre o Maquiavel. In: _____. *Gramsci: poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 45.

¹⁹⁷ RIBEIRO, Trajano. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2008.

A aproximação de Brizola com setores mais à esquerda possibilitou a muitos militantes comunistas que utilizassem a legenda petebista para concorrer a cargos eleitorais, uma vez que seu partido não era registrado no Tribunal Superior Eleitoral. O acolhimento dos militantes do PCB traduzia uma nova realidade, mais profunda e significativa em relação a um projeto para o Brasil. Trabalhistas e comunistas compartilharam, mesmo que conjuntamente, alguns objetivos. Entre eles, destacaram-se projetos reformistas de forte impacto social e econômico e propostas nacionalistas, que complementavam o elenco dos objetivos reformistas¹⁹⁸. A aproximação dos petebistas com os comunistas foi um elemento diferenciador no cenário político brasileiro e acabou sendo usada como uma das justificativas para a intervenção civil-militar de 1964.

No final do período democrático de 1945 até 1964, importante setor do trabalhismo de massas, liderado justamente pelo governador Brizola, radicaliza suas posições num processo que avançava na direção daquilo que Laclau denomina de “inflexão jacobina”¹⁹⁹. O desfecho político-institucional de 1964 é a resposta dada pelos setores liberal-conservadores – que evoluem cada vez mais para posições autoritárias de direita – a essa radicalização crescente do trabalhismo de massas. A ruptura de 1964 desmantela os setores mais radicais do movimento popular e joga no exílio e na clandestinidade as principais lideranças trabalhistas. A quebra do regime constitucional provoca, portanto, uma quebra profunda no processo de evolução do trabalhismo de massas. A crise de 1964 – que culmina com a queda de Goulart e o exílio de Brizola – marca uma ruptura histórica no processo de ascensão de um movimento de considerável setor social que procurava implementar o projeto trabalhista.

Sendo um dos vértices da estrutura triangular partidária do período de redemocratização posterior a 1945, juntamente com o PSD e UDN, o PTB legitimou-se através do apoio de parte considerável dos trabalhadores brasileiros. Alicerçando sua organização nos sindicatos urbanos, obtendo o apoio do CGT, consegue a adesão dos militantes comunistas para sua consolidação como um dos principais partidos em defesa da legislação trabalhista. Sereno Chaise²⁰⁰ aponta que:

Procurávamos incentivar a participação de trabalhadores nas discussões sobre nossos programas políticos. Entendíamos que eles de fato tinham muito a colaborar com a formação de um projeto que conseguisse conciliar os diversos interesses em jogo na sociedade. Concebíamos com nitidez o núcleo ideológico de nosso partido, especialmente após o desaparecimento de Getúlio. O nacionalismo em favor do

¹⁹⁸ Cf. DELGADO, L. *Op. cit.* 1989.

¹⁹⁹ LACLAU, Ernesto. Para uma teoria do populismo. In: _____. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 181.

²⁰⁰ CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

fortalecimento da economia nacional e o reformismo eram os nossos objetivos, no sentido de agregar mais companheiros.

A estruturação do PTB enquanto um partido político moderno, centralizado em sua organização interna, não impediu a possibilidade de expressão e representação de diversas camadas sociais em suas ações políticas. A participação desses atores sociais era incentivada pelas lideranças petebistas, no sentido de tentar arregimentar um número cada vez maior de adeptos. Mesmo tendo uma organização interna oligarquizada, o PTB não deixava de adotar regras claras de funcionamento de uma democracia na escolha dos Diretórios Regionais, como indica o seu Regimento Interno²⁰¹, por exemplo:

O Diretório Regional é constituído de, no mínimo 20 e, no máximo, de cem filiados, escolhidos pela Convenção (composta por filiados), por escrutínio. Cabendo ao Diretório escolher delegados e suplentes para a Convenção Nacional e fixar a orientação política dentro do Estado, visando à unidade de orientação do Partido e de acordo com as Diretrizes do Diretório Nacional.

Uma coerência doutrinária deveria ser adotada por todos os integrantes, pois os mesmos deveriam seguir as orientações do Diretório Nacional. No excerto do documento partidário aparece também o incentivo à participação no partido, pois o filiado escolheria nas Convenções os integrantes de cada Diretório Regional. Além disso, os incentivos à participação dos adeptos do trabalhismo na estruturação dos programas partidários eram constantes. Isso se caracterizava como uma forma de legitimação dos dirigentes partidários ou coalizão dominante, como distingue Panebianco²⁰².

Constatou-se no presente subcapítulo a consolidação do PTB como um partido político moderno centralizado durante o período analisado. Com o predomínio da ala nacional-reformista a partir da década de 1950, a influência de João Goulart, enquanto presidente do partido, Brizola ascendeu ao posto de uma das principais lideranças partidárias. A influência doutrinária de Pasqualini e de Vargas sobre os principais quadros do partido embasou as

²⁰¹ REGIMENTO INTERNO DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – SECÇÃO RIO GRANDE DO SUL. Disponível no Acervo Francisco de Paula Brochado da Rocha. Pasta: Atividades Partidárias – 1958.

²⁰² A expressão ‘coalizão dominante’ (capacidade de distribuir incentivos define uma zona de incerteza, um recurso do poder organizativo nos jogos de poder horizontais, isto é, nas relações entre os líderes no interior da coalizão dominante e entre a coalizão e as elites minoritárias), para indicar a elite dirigente dos partidos, é mais adequada devido aos seguintes fatores: o líder, assim considerado por controlar as zonas de incerteza fundamentais, deve, na maioria das vezes, negociar com outros agentes organizativos, pois ele está no centro de uma coalizão de forças internas do partido, com as quais deve, ao menos numa certa medida, estabelecer acordos; o poder organizativo no interior de um partido não está necessariamente concentrado nos cargos internos ou parlamentares do próprio partido, como sugere a expressão oligarquia; a expressão coalizão dominante não implica que façam parte de tal coalizão somente os líderes nacionais do partido, pois muitas vezes, uma coalizão dominante compreende tanto os líderes nacionais (ou de um de seus setores) quanto um certo número de líderes intermediários ou locais. PANEBIANCO, A. *Op. cit.* p. 73-74.

ações de Brizola. Este se tornou o principal líder da ala nacional-reformista, predominante no PTB no início dos anos 1960.

1.2 O nacionalismo petebista e sua articulação com o Movimento Nacionalista Brasileiro

O debate acerca do nacionalismo é permanente desde o século XIX. O que é a nação? É um artefato cultural ou político? O que nasce primeiro: a nação ou o nacionalismo? A radicalização do nacionalismo pode ocasionar, além de uma transformação nacional, uma transformação social? São perguntas que constantemente se fazem quando vem à baila o conceito de nacionalismo. No Brasil, especialmente no período dos anos de 1950 e 1960, o debate acerca do nacionalismo foi prolífero. Ao atingir os meios intelectuais, culturais, políticos e militares, o nacionalismo estava na ordem do dia para os atores sociais do período.

O presente subcapítulo busca retomar o debate sobre o conceito de nacionalismo, e como esse conceito aparece no ideário trabalhista dos anos 1950 e 1960. Para tanto cotejam-se as obras fundamentais de duas tendências de análise sobre o nacionalismo (artefato cultural, com Benedict Anderson, e artefato político, com Ernest Gellner) e os desdobramentos posteriores do debate sobre esse referencial conceitual. Além disso, busca-se analisar a evolução do conceito de nacionalismo no ideário das esquerdas do período e do trabalhismo em especial, apontando as diferenças entre o fenômeno do nacionalismo na Europa Ocidental e o nacionalismo brasileiro, numa conjuntura de Guerra Fria²⁰³ onde consolida-se a noção de emancipação nacional²⁰⁴.

Inicia-se a análise retomando as principais ideias defendidas pela perspectiva que considera o nacionalismo, sobretudo, como um fenômeno cultural. Para Anderson²⁰⁵,

²⁰³ A Guerra Fria foi travada em diferentes níveis, de formas distintas, em múltiplos lugares por um tempo muito longo. Ambos, Estados Unidos e União Soviética, nasceram em revoluções. Ambos abraçaram ideologias com aspirações globais: o que funcionou para eles em casa, presumiram os líderes, funcionaria para o resto do mundo. Ambos, estados continentais, avançaram por extensas fronteiras. GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 6.

²⁰⁴ A libertação no que ainda não se conhecia como Terceiro Mundo era agora vista em toda parte como “libertação nacional” ou, para os marxistas, como “libertação nacional e social”. [...] A verdadeira e crescente força da libertação consistia no ressentimento contra os conquistadores, legisladores e exploradores, que costumavam ser reconhecidos como estrangeiros pela cor, costumes e hábitos, ou como contrários àqueles que eram vistos como lhes favorecendo. Era antiimperialista. HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004. p. 165.

²⁰⁵ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 12.

nacionalismo e nacionalidades são artefatos culturais de um tipo peculiar. Para compreendê-los é preciso que consideremos como se tornaram entidades históricas, de que modo seus significados se alteraram durante o tempo, e por que inspiram uma legitimidade emocional tão profunda. A criação desses artefatos, por volta dos fins do século XVIII e início do século XIX foi a destilação espontânea de um cruzamento complexo de forças históricas; mas que, uma vez criadas, tornaram-se modulares, passíveis de serem transplantadas, para se incorporarem à variedade igualmente grande de constelações.

A nação constitui-se como uma comunidade imaginada, implicitamente limitada e soberana. Imaginada, pois até mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora esteja presente em cada um a ideia de comunhão. A nação é imaginada e limitada, na medida em que todas possuem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se encontram outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. Finalmente, a nação é imaginada como comunidade, pois ela é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal²⁰⁶.

Em contraposição a esta concepção, de ressaltar o nacionalismo como um artefato cultural, Gellner²⁰⁷ sustenta que o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra. O nacionalismo, enquanto sentimento ou enquanto movimento, deve ser entendido a partir desse princípio. O sentimento nacionalista é o estado de cólera causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização. Um movimento nacionalista é aquele que é incitado por esse sentimento.

A existência de unidades politicamente centralizadas, bem como de um clima político-moral em que tais unidades são aceitas e consideradas normativas, constitui uma condição necessária para o nacionalismo. Este, contudo, não se coloca quando não existe Estado²⁰⁸, mas

²⁰⁶ *Ibid.* p. 8-10.

²⁰⁷ GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismos: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1993.

²⁰⁸ Gellner utiliza o conceito weberiano de Estado. Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, ou seja, o uso da coação física. A violência não é o único instrumento de que se vale o Estado, mas é seu instrumento específico. Devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado –, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. O Estado só pode existir sob a condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores. WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967. p. 56-57. O Estado, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele

isso não significa que o problema do nacionalismo surja em todo e qualquer Estado, ou seja, o nacionalismo não é intrínseco a qualquer Estado. A definição de nação para Gellner, logo, abarca duas perspectivas, ambas insuficientes, uma cultural e outra voluntarista: dois homens pertencem à mesma nação se partilharem da mesma cultura (sistema de ideias, signos e associações) ou se se reconhecerem como pertencentes a uma nação²⁰⁹.

Anderson²¹⁰ insiste no aspecto cultural do nacionalismo afirmando que o mesmo deve ser compreendido comparando-o, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que o precederam, a partir dos quais passaram a existir. Os dois sistemas culturais relevantes são: a comunidade religiosa e o reino dinástico²¹¹. Ambos, em seu apogeu, eram aceitos como verdadeiros quadros de referência, tanto quanto é, hoje em dia, a nacionalidade.

O nacionalismo não impõe a homogeneidade cultural. Esta é consolidada através de um imperativo objetivo e inevitável, que acaba por surgir sob a forma de nacionalismo. Gellner²¹² busca uma explicação histórica para o nacionalismo, ou seja, localiza na transição da sociedade rural para a industrial, período agitado de readaptação, no qual tanto as fronteiras políticas como as culturais estavam sendo alteradas. Isso tinha o objetivo de satisfazer o imperativo nacionalista.

Gellner atribui o crescimento do nacionalismo aos requisitos funcionais da industrialização. Todavia, a maioria dos movimentos nacionais surgiu bem antes da chegada da indústria moderna e, em geral, concluiu a Fase B²¹³ de seu desenvolvimento muito antes de

subsista as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. Quando e por que fazem isto, somente podemos compreender conhecendo os fundamentos justificativos internos e os meios externos nos quais se apóia a dominação. WEBER, Max. O Estado racional como grupo de dominação institucional com o monopólio da violência legítima. In: _____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 525-526.

²⁰⁹ *Ibid.* p. 17-19.

²¹⁰ ANDERSON, B. *Op. cit.* p. 20.

²¹¹ As grandes culturas sagradas incorporaram concepções de comunidades imensas que eram imagináveis mediante uma linguagem sagrada e um texto escrito. Tais comunidades clássicas vinculadas por línguas sagradas, contudo, possuíam um caráter distinto das comunidades imaginadas das nações modernas. A diferença essencial era a segurança das antigas comunidades quanto à sacralidade singular de suas línguas e, daí, suas ideias sobre a admissão de novos membros. Apesar da grandeza e poder das grandes comunidades imaginadas religiosamente, sua coerência não deliberada declinou rapidamente após a Idade Média. As descobertas do mundo não-europeu alargaram o horizonte cultural e geográfico e também a concepção dos homens sobre as formas possíveis de vida humana. Durante o século XVIII, a legitimidade automática da monarquia sagrada começou sua lenta decadência na Europa ocidental. Depois de 1789, o princípio da Legitimidade tinha de ser defendido deliberadamente e, com o tempo, a monarquia tornou-se modelo semi-padronizado. ANDERSON, B. *Op. cit.* p. 21-24.

²¹² GELLNER, E. *Op. cit.* p. 66.

²¹³ O começo da agitação nacional (Fase B) ocorreu sob o antigo regime do Absolutismo, mas adquiriu um caráter de massa num momento de mudanças revolucionárias no sistema político, quando um movimento trabalhista organizado também começou a se afirmar. Os líderes da Fase B elaboraram seus projetos nacionais em situações de sublevação política. Foi o que ocorreu com a agitação tcheca na Boêmia e com os movimentos

ter qualquer contato com ela – muitos deles, na verdade, em condições predominantemente agrárias²¹⁴.

Apesar de o nacionalismo ser uma consequência direta do período de industrialização, não é a única consequência da imposição da sociedade industrial. Somada a ela, a ênfase dada pela Reforma Protestante à alfabetização e ao individualismo constituem-se como algumas das atitudes sociais da era nacionalista²¹⁵. Gellner, portanto, não desconsidera outros fatores, além dos políticos, para a formação do nacionalismo.

O nacionalismo surge, portanto, em grupos definidos por uma cultura comum herdada do mundo agrário que objetivam a criação de uma sociedade industrial homogênea. O nacionalismo é que reflete a necessidade objetiva de homogeneidade. Ele representa a cristalização das novas unidades sociais, ou seja, é uma consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado²¹⁶.

Para Habermas²¹⁷, o nacionalismo surge entre o público erudito e espalha-se pelos canais da moderna comunicação de massas. A expansão da imprensa é destacada por Anderson²¹⁸ como um dos fatores preponderantes, somado à diversificação de línguas e ao desenvolvimento do capitalismo, da disseminação da ideia de nação. O desenvolvimento da imprensa como mercadoria é a chave da geração de ideias novas. Se o conhecimento manuscrito era um saber escasso e misterioso, o conhecimento impresso vivia da reprodutibilidade e da disseminação. Sendo uma das mais antigas formas de empresa capitalista, a edição de livros era afetada por toda a busca incessante de mercados do capitalismo. No século XVI, a grande massa da humanidade é de monoglotas. Assim sendo, a lógica do capitalismo indicava que, uma vez que o mercado latino de elite estava saturado, os mercados representados pelas massas monoglotas seriam o atrativo.

O impulso revolucionário do capitalismo no sentido da utilização das línguas vulgares recebeu um ímpeto adicional a partir dos seguintes fatores: alteração do caráter da língua

húngaro e norueguês, todos os quais entraram na Fase B por volta de 1800. HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 89-90.

²¹⁴ HROCH, M. *Op. cit.* p. 93.

²¹⁵ GELLNER, E. *Op. cit.* p. 67.

²¹⁶ *Ibid.* p. 74-77.

²¹⁷ Para Habermas, desde meados do século XVIII, ambos os significados, o de nação, no sentido de uma comunidade que tem a mesma origem e o de povo de um Estado, se entrelaçam. Com Sieyès e a Revolução Francesa, a nação se transforma na fonte de soberania do Estado. A partir daí, cada nação deve ter o direito à autodeterminação política. O complexo étnico cede, pois, o lugar à comunidade democrática intencional. Cf. HABERMAS, Jürgen. Cidadania e identidade nacional. In: _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Vol II. 2. ed.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 281-282.

²¹⁸ ANDERSON, B. *Op. cit.* 47-48.

latina, o impacto da Reforma que deveu muito de seu êxito ao capitalismo editorial e a lenta disseminação de línguas vulgares específicas como instrumento de centralização administrativa. Assim, num sentido positivo, o que tornou imagináveis as novas comunidades foi uma interação entre um sistema de produção e de relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística do homem²¹⁹.

Na manutenção ou constituição de um grupo enquanto nação, dois agentes operam, segundo Gellner²²⁰. Por um lado, a vontade, a adesão voluntária e a identificação, a lealdade e a solidariedade. Somado a isso, o medo, a coerção e o constrangimento. As comunidades que se configuram em nações coesas querem realmente sê-lo, e a sua vida pode representar um plebiscito contínuo, informal e sempre autoafirmativo. Esta definição, no entanto, também se aplica a outros clubes, conspirações, partidos.

Na visão de Gellner²²¹, é o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. O nacionalismo utiliza a proliferação de culturas ou a riqueza cultural preexistente, herdadas historicamente, embora o faça seletivamente e muito frequentemente as transforme de forma radical. Assim, o nacionalismo constitui a imposição geral de uma cultura erudita a uma sociedade onde, anteriormente, as culturas populares tinham ocupado um lugar privilegiado. Isto implica a difusão de um idioma mediatizado pela escola e supervisionado academicamente. É o estabelecimento de uma sociedade impessoal e anônima, com indivíduos atomizados, substituíveis, unidos por uma cultura comum²²². Embora a cultura superior compartilhada, livre do contexto e baseada na educação, continue a ser a precondição da cidadania moral, da participação econômica e política efetiva, no industrialismo avançado ela já não precisa gerar um nacionalismo intenso.

A perspectiva de abordagem do nacionalismo enquanto um fenômeno político permanece na obra de Hobsbawm²²³. Este entende a nação como qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se²²⁴ como membros de uma nação. Daí decorrem algumas considerações pontuadas a seguir: o uso do termo nacionalismo (um princípio que sustenta a unidade política e nacional deve ser correspondente) significando que o dever político de um povo em relação à sua organização política, que abrange a sua nação,

²¹⁹ *Ibid.* p. 48-52.

²²⁰ GELLNER, E. *Op. cit.* p. 86.

²²¹ GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, G. *Op. cit.* p. 135.

²²² *Ibid.* p. 89.

²²³ HOBBSBAWM, E. *Op. cit.* p. 18-20.

²²⁴ Ao defender que autonomamente, os membros dessa comunidade, assumem-se como integrantes da mesma, Hobsbawm aproxima-se da tese de Anderson, que ressalta o caráter imaginado da nação.

supera todas as outras obrigações públicas; a nação pertence a um período específico e historicamente recente, sendo uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno (Estado-nação); as nações devem ser analisadas em termos econômicos, administrativos, políticos entre outras exigências; as nações são fenômenos construídos essencialmente pelo alto, mas que não podem ser compreendidas sem ser analisadas por baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, sentimentos, os quais não são necessariamente nacionalistas, pois as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos.

Habermas aponta que após a Revolução Francesa, o significado de nação, “[...] que antes era pré-político, transformou-se numa característica constitutiva para a identidade política dos sujeitos de uma comunidade democrática. No final do século XIX, há inclusive uma inversão na relação entre identidade nacional atribuída e cidadania adquirida, democraticamente constituída”²²⁵. No entendimento de Hobsbawm²²⁶, a França pós-Revolução de 1789 oferecia dois conceitos de nação: o revolucionário-democrático, onde o conceito central era o de soberania do povo-cidadão se igualando ao Estado, a qual constituía uma nação; e o conceito nacionalista, onde a inclusão era proporcionada com a criação de entidades políticas derivadas da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras estrangeiras.

A dicotomia entre nação como um artefato cultural ou político é abordada por Canivez²²⁷ de uma forma peculiar. O autor procura situar-se no debate entre nação como uma comunidade cultural ou nação como um artefato político, de uma maneira conciliadora, ou seja, considerando os dois aspectos.

Seguindo essa linha de argumentação, ou seja, considerando aspectos culturais e políticos como fundamentais para o nacionalismo, Miroslav Hroch²²⁸ entende a nação como

²²⁵ HABERMAS, J. *Op. cit.* p. 282-283.

²²⁶ HOBSBAWM, E. *Op. cit.* 2004. p. 35.

²²⁷ A nação constitui-se em uma comunidade histórica. Nessa comunidade, ela possui uma dupla dimensão, quais sejam, a cultural e política. De uma parte a nação é uma comunidade identificada por uma cultura, com tradição e valores próprios. De outra parte, ela fornece o princípio de legitimidade política dos séculos XVIII e XIX, que substituiu a legitimidade dinástica. A nação é uma comunidade de cultura. Mas é necessário precisar o sentido da palavra cultura. Ela significa quer uma civilização, quer uma educação pública. A civilização compreende os costumes, a língua, as tradições religiosas, mas também as técnicas e a organização do trabalho, as artes e as ciências, os dispositivos éticos e os valores morais, as instituições jurídicas e políticas. De um lado o sistema da produção e da satisfação de desejos; de outro, uma comunidade de valores. De outra parte a nação se distingue da civilização pela sua consciência que esta sociedade/comunidade tem dela mesma, ou seja, uma consciência coletiva de sua própria existência, de sua unidade, de sua especificidade. Esta consciência coletiva cristalizada por símbolos (língua, instituições políticas, literatura, hinos etc.) que representam a comunidade como um todo. CANIVEZ, Patrice. *Qu'est-ce que la nation?* Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 2004. p. 11-14.

²²⁸ HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, G. *Op. cit.* p. 86.

um grande grupo social integrado por uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômicas, políticas, linguísticas, culturais etc.) e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva. Destacam-se alguns laços insubstituíveis: a lembrança de algum passado comum, uma densidade de laços linguísticos ou culturais que permitam a comunicação dentro do grupo e uma concepção que afirme a igualdade de todos os membros do grupo, organizado como uma sociedade civil.

A nação, logo, não é somente uma comunidade histórica definida por sua cultura e uma consciência coletiva. É também um princípio de legitimidade política. O senso político da nação é fixado nos séculos XVII e XVIII, a partir das revoluções inglesa, norte-americana e francesa. A nação substitui o princípio de dinastia como princípio de legitimidade política. Uma forma de igualdade política substitui a hierarquia das ordens característica do Antigo Regime. Esta igualdade política é um tanto fictícia de acordo com os regimes políticos e as desigualdades sociais²²⁹.

Diferentemente do processo ocorrido na Europa Ocidental²³⁰, a formação dos Estados nacionais latino-americanos (periféricos em relação ao centro capitalista) ocorre lentamente e consolida os Estados como instrumentos de regulamentação das relações de produção capitalistas acomodando as necessidades do capitalismo globalizado²³¹.

O nacionalismo no Brasil ganha destaque entre os anos de 1930 até 1964. Esse período é caracterizado pela passagem de um predomínio da economia agrário-exportadora para a intensificação do processo de industrialização nacional. Como destaca Gellner, essa conjuntura histórica possibilita, como se verificou no Brasil, o surgimento do nacionalismo.

Para Domingues²³², se a modernidade desencaixou as pessoas de suas formas de vida mais circunscritas e mudou o espaço-tempo em que suas vidas se desenvolviam, os reencaixes, tanto no plano individual quanto no coletivo, são uma resposta a essa situação nova. O Estado-nação tem sido a moldura principal em que os reencaixes são logrados; a

²²⁹ *Ibid.* p. 14.

²³⁰ Além das formas de “império”, que uniria muitos povos tal como ocorrera no Sacro Império Romano Germânico, e a de uma “federação” (suficientemente forte para compensar as tensões étnicas de uma associação multicultural de cidadãos), a forma de um “Estado territorial” foi a que se consolidou na Europa Ocidental. Essa forma de Estado territorial, administrado por um poder central, redundou mais tarde no “Estado nacional”. Este configurou a infra-estrutura para uma administração disciplinada pelo direito, além de oferecer a garantia para um espaço de ação individual e coletiva, livre do Estado, criando base para a homogeneidade cultural e étnica que permitiu, desde o final do século XVIII, a democratização do aparelho do Estado – mesmo que às custas da opressão e da exclusão de minorias nacionais. A democracia e o Estado nacional nasceram como irmãos gêmeos da Revolução Francesa. Por isso, do ponto de vista cultural eles se encontram à sombra do nacionalismo. HABERMAS, Jürgen. Cidadania e identidade nacional. In: _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Vol II. 2. ed.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 281.

²³¹ PINTO, Célio. *Globalização vis-a-vis – A história do nacionalismo na América Latina: o caso do Brasil.* p. 6.

²³² DOMINGUES, José Maurício. O nacionalismo nas Américas do Sul e Central. In: _____. *Aproximações à América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 111.

modernidade complexifica a vida social, atravessada por um impulso rumo à diferenciação. O nacionalismo provoca uma contratendência, qual seja, a desdiferenciação da identidade coletiva mediante uma homogeneização da nação que assim emergiu.

A construção do Estado nacional na América Latina inicia-se com os processos de independência ocorridos no início do século XIX. Diferente do que ocorrera nas ex-colônias inglesas na América do Norte e na Europa, na América Latina não ocorreu a efetiva participação de uma população alfabetizada e de autônoma participação popular nas independências e na construção das nações que delas emergiram, caracterizando-se como um nacionalismo oligárquico.

Assim, no entendimento de Domingues²³³, não ocorre o reencaixe social devido à permanência de subordinação pessoal com a existência dos *criollos* que até então, excluídos do centro de decisões, buscaram na característica relacional do nacionalismo uma forma de se fortalecer nas lutas contra a metrópole. No caso da colônia portuguesa, a intelectualidade fora formada na Universidade de Coimbra, não havendo universidades locais. Durante todo o século XIX o capitalismo se desenvolveu, a burocracia foi fortalecida, a complexidade social aumentou, a urbanização e o incipiente desencaixe individual ocorreram; porém, o nacionalismo manteve-se como um assunto das coletividades dominantes. A construção da nação se expandiu até, somente nos anos 1920, incluir as classes populares. “A modernidade latino-americana consolida-se a partir da crise das últimas duas décadas do séc XIX até as primeiras três décadas do séc. XX, período de crises onde as demandas visavam a aprofundá-la e democratizar as condições sociais”²³⁴.

No Brasil, especialmente durante o Estado Novo, no entendimento de Céli Pinto²³⁵, gesta-se o nacionalismo econômico através da criação de estatais como a Vale do Rio Doce (1942) e da Petrobrás (consolidada em 1953), com uma forte coloração anti-imperialista e defensiva associado ao desenvolvimento econômico e à autonomia. No período posterior ao Estado Novo, o nacionalismo divide-se em duas correntes: nacional desenvolvimentismo (interesse nacional combinado com crescimento econômico) e a esquerda nacionalista (PCB, aliança com a burguesia nacional; populismo radical e revolução anti-imperialista).

Denominados por Domingues²³⁶ como regimes nacional-populares, os governos latino-americanos, a partir dos anos 1930, visavam aos compromissos de classe, e no plano externo, a uma certa acomodação com o desenvolvimento como meta assumida, caracterizando-se

²³³ *Ibid.* p. 115-118.

²³⁴ DOMINGUES, J. *Op. cit.* p. 118.

²³⁵ PINTO, C. *Op. cit.* p. 10-11.

²³⁶ DOMINGUES, J. *Op. cit.* p. 114.

como uma tentativa de estender cidadania às classes populares. O desenvolvimentismo serviria para reduzir a dependência dos centros capitalistas. Assim sendo, buscavam forjar uma identidade nacional sintética, mediante uma seleção de traços culturais que exprimiria a “essência” de cada povo. O nacionalismo parecia ter um viés mais “benigno” (reformista com viés de esquerda e sendo um escopo para os movimentos de libertação nacional) do que na Europa (nacionalismo de direita).

Na América Latina o nacionalismo, especialmente após a II Guerra Mundial, acirra o seu viés emancipatório e antiimperialista. Lutava-se pela autonomia política e econômica das respectivas nações ante as nações européias e, sobretudo, os Estados Unidos da América que, após a II Grande Guerra e no contexto de Guerra Fria, tenderam a intensificar sua influência econômica e política, principalmente nos seus vizinhos latinos²³⁷.

Diversos setores civis e militares passam a se identificar com o ideário nacionalista. Delgado²³⁸ aponta que o nacionalismo, no decorrer da década de 1950, tornou-se um tema importante nos debates parlamentares e na sociedade civil. Para significativos setores da sociedade brasileira a adoção de uma política econômica nacionalista apresentava-se como solução salvadora para o capitalismo brasileiro e como um instrumento efetivo capaz de levar o país a superar o estágio de subdesenvolvimento.

Moreira²³⁹ aponta dois grupos que congregavam o ideário nacionalista: o estatal e o não-estatal. O primeiro grupo era representado pelas suas diferentes configurações enquanto projeto de governo com Vargas (nacional-populismo), Kubitschek (nacional-desenvolvimentismo, promovido e apoiado pelo ISEB²⁴⁰, com um viés predominantemente econômico) e Goulart (nacional-reformismo, onde se enquadra Brizola, ocorrendo uma radicalização da ação política).

O nacionalismo enquanto movimento político deixou de ser uma reflexão voltada para o desenvolvimento econômico de tipo burguês para ser a ideologia das esquerdas, incluindo trabalhistas, socialistas e comunistas, devido à sua preocupação claramente reformista e social. O partido que encarnava as aspirações nacionalistas de uma forma permanente em sua história foi o PTB. Os trabalhistas nacionalistas, tendo em Vargas um elemento de

²³⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 12-16.

²³⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: Brasil (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. ANPUH. Marco Zero. p. 67.

²³⁹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n. 35. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 14 de janeiro de 2008.

²⁴⁰ Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

homogeneização, como núcleo do programa petebista constitui-se uma característica marcante dessa agremiação partidária.

Na segunda metade da década de 1950, o mérito do PTB resultou de sua capacidade de acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar o porta-voz de um discurso que invadia a América Latina e que criara raízes no Brasil. “Trata-se do discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos interesses imperialistas da América do Norte. O objetivo de garantir a ampliação as leis sociais, nesse momento, foi substituído por uma tarefa histórica maior: a libertação econômica do país”²⁴¹.

Em Convenção Nacional do PTB, de 1959, as discussões internas apontavam o viés nacionalista com matiz anti-imperialista. As Moções²⁴² extraídas dessa Convenção apontam as preocupações em relação à emancipação econômica e política nacional:

Existe uma incompreensível atitude de alguns governos sul-americanos, o que aumentou a pressão exercida sobre os demais governos, inclusive sobre o Brasil, pelos grupos econômicos internacionais e por organismos colocados sob sua influência, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, exigindo das autoridades brasileiras uma resistência inabalável para a qual é indispensável o apelo incondicional ao povo.

A posição de Pasqualini, enquanto ideólogo do trabalhismo no Brasil, contudo, caracterizava-se pela moderação. Em relação ao capital estrangeiro, por exemplo, “[...] a atitude do Partido Trabalhista Brasileiro não deverá ser jacobinista. Quando o capital é explorador, tanto faz, para o trabalhador, que seja estrangeiro ou nacional. O capital, em todas as partes, tem as mesmas características. [...] Não há razão para hostilizar o capital alienígena, desde que o seu objetivo não seja apenas o lucro, mas o desenvolvimento econômico do país”²⁴³.

Ao mesmo tempo, Pasqualini realiza uma nítida diferenciação entre o nacional e o estrangeiro. Assume, também, a defesa da nacionalização da economia, pois “[...] nacionalizar um bem ou serviço significa deslocá-lo do âmbito da economia privada para o âmbito da economia pública ou nacional. [...] Nacional, então, se opõe não a particular, mas a estrangeiro”²⁴⁴.

²⁴¹ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 327.

²⁴² MOÇÕES APRESENTADAS E APROVADAS NA 5ª SESSÃO DA XI CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO REALIZADA NO DIA 4/5/59. Disponível no Acervo Francisco de Paula Brochado da Rocha. Pasta: Atividades Partidárias – 1959.

²⁴³ PASQUALINI, A. Capital estrangeiro. In: _____. *Op. cit.* p. 95-96.

²⁴⁴ PASQUALINI, A. Estado, estatização, socialização, nacionalização. In: _____. *Ibid.* p. 194.

Pasqualini estimulou a consolidação do Movimento Nacionalista, especialmente no Rio Grande do Sul. O relato do professor Antônio de Pádua²⁴⁵ é ilustrativo nesse sentido. O professor Pádua²⁴⁶ afirma:

Fui solicitado pelo senador Alberto Pasqualini para ser candidato a deputado federal pelo PTB. Te interessa em fazer a pregação doutrinária?, perguntou-me ele. Não se esqueça de que está na hora de trabalhar com o nacionalismo, disse-me ele. Fui aluno do Colégio Militar em Porto Alegre e tive muitos contatos com os meios militares, pois muitos futuros oficiais foram meus colegas. Isso me facilitou a inserção minha e do PTB no meio militar. Lançando o Movimento Nacionalista Brasileiro, no Rio Grande do Sul, fui escolhido como presidente do Movimento no município de Porto Alegre, tendo o General Braga Pinheiro como presidente do movimento nacionalista estadual.

O nacionalismo petebista intensifica-se e radicaliza-se a partir dos anos 1950. Porém, verifica-se que esse projeto nacional consolida-se antes mesmo desse período histórico, remontando às suas origens logo após a redemocratização proporcionada com o fim do Estado Novo. Vargas, em pronunciamentos de apoio ao PTB, em 1946, dá indícios de suas posições que seriam intensificadas especialmente na campanha de 1950 para a presidência da República. Em discurso, Vargas²⁴⁷ ataca:

[...] a velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem vários partidos com rótulos diferentes, mas com a mesma substância. A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta me filio.[...] Se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista Brasileiro.

Vargas, assim, possuía uma posição mais nítida e radical do que Pasqualini, em defesa de um modelo de desenvolvimento nacional. O PTB, nesse cenário, no entendimento de Bodea²⁴⁸, era utilizado por Vargas como um instrumento político que possibilitaria a construção de um projeto nacional autônomo para o Brasil.

Mais do que um projeto de partido ou um projeto de reformas sociais – ambos presentes no pensamento pasqualinista – Vargas era portador de um projeto de nação, no qual os projetos partidários e as reformas sociais eram componentes de uma estratégia global mais ampla. De qualquer maneira, havia um componente de complementaridade crescente entre os dois líderes. Vargas demonstraria, durante todo o período 1945-54, uma coerência básica com o seu projeto de desenvolvimento nacional autônomo. O próprio PTB constituía não apenas uma

²⁴⁵ Sendo um dos fundadores do PTB, juntamente com Leonel Brizola, o professor Antônio de Pádua Ferreira da Silva, trabalhou como docente no Colégio Júlio de Castilhos e na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS; além disso, foi integrante do Movimento Nacionalista em Porto Alegre e militante do PTB.

²⁴⁶ SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Depoimento* [outubro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

²⁴⁷ CORREIO DO POVO em 23 de novembro de 1946. p. 10.

²⁴⁸ BODEA, M. *Op. cit.* p. 159.

peça fundamental neste projeto, mas o seu instrumento privilegiado e essencial nas fases mais críticas de evolução do processo político.

A marca do PTB, assim, constitui-se a partir da defesa e expansão da obra social de Vargas. Mas “[...] as variantes e os matizes ideológicos que poderiam dela derivar foram múltiplos. Tanto é assim que a definição dos conteúdos do trabalhismo se tornou um acirrado campo de disputas. [...] Nesse sentido, ele foi sendo associado a sindicalismo, getulismo, nacionalismo, socialismo, reformismo, corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo”²⁴⁹.

O eixo homogeneizador da organização partidária, contudo, é permanente desde a sua criação sob a inspiração de Vargas. Esse núcleo ideológico, que consolidaria o projeto nacional trabalhista, propugna um reformismo social de viés nacionalista. Essa vertente permeia todo o processo histórico dessa agremiação política, especialmente após a centralização organizacional promovida sob a direção de Goulart, a partir de 1952.

O nacionalismo reformista, defendido pelo PTB, ganhava prestígio em diversos setores da sociedade. Militares passam, como relatado anteriormente por Antônio Pádua, a atuar efetivamente no Movimento Nacionalista²⁵⁰. Esse professor ²⁵¹ relata essa participação de setores castrenses:

No quarto andar do Grande Hotel, na rua dos Andradas, em Porto Alegre, tínhamos uma sala que era utilizada como sede do Movimento Nacionalista do Rio Grande do Sul. Essa sede foi invadida e incendiada logo depois do golpe de 1964. Inclusive em algumas oportunidades o ISEB (que foi criado durante do governo Juscelino Kubitschek) promovia cursos aqui em Porto Alegre, na nossa sede. Muitos militares participavam das reuniões do Movimento Nacionalista. Oficiais também participavam, mas especialmente militares de baixa patente. E muitos partidários do PCB também frequentavam nossas reuniões.

Existia um estreito vínculo entre o Movimento Nacionalista Brasileiro, especificamente no Rio Grande do Sul, e o PTB. Em nível nacional os participantes defendiam ideias de reformas estruturais e de defesa do patrimônio nacional contra interesses estrangeiros, como aponta *Cartilha Nacionalista*²⁵²:

²⁴⁹ GOMES, A. *Op. cit.* 2007. p.65.

²⁵⁰ O Movimento Nacionalista foi fundado em Porto Alegre no ano de 1958. SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Depoimento* [outubro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

²⁵¹ SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Depoimento* [outubro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

²⁵² O SEMANÁRIO. Ano I. n. 30. p. 7.

A luta dos nacionalistas pela sobrevivência como povo emancipado pode ser representada da seguinte forma: contra a pressão militar no passado, contra a pressão econômica no presente, para escapar ao estrangulamento.

Por isso companheiro, há uma tarefa gigantesca e a realizar; há um desafio lançado aos nacionalistas, e você se preza de ser um deles; essa tarefa é urgente, clara e intransferível; lutar, lutar sem trégua e sem receio, no peito, na raça, para dar a nossa pátria a única independência que agora nos interessa, a única que faz um povo grande, digno, feliz; a independência econômica, a libertação das garras de quantos trustes os quais nos asfixiam sem dó nem piedade, espoliando todo o nosso patrimônio, nos céus, nos mares, na terra, no solo e no subsolo. Por onde quer que você vá, aí estão eles, prepotentes, usurários, desafiadores.

As discussões promovidas pelos integrantes desse movimento repercutiam sobremaneira nos partidários do PTB. Segundo José Wilson da Silva²⁵³, era intensa a participação de militares nas discussões promovidas por esse Movimento. A ligação com o PTB é realçada por Wilson da Silva²⁵⁴:

Eu militava nesse setor nacionalista petebista e considero que a relação do Movimento Nacionalista com o PTB era de quase integração. Os pontos de vista, a ideologia, a defesa dos interesses nacionais e populares eram visíveis em ambas organizações. As figuras públicas de Vargas, Jango e Brizola eram muito bem quistas pelos nacionalistas militares. Vargas foi sempre nacionalista. Por aí nasce o PTB. Defendia o Estado brasileiro desde sempre. Foi ser popular mesmo no segundo governo.

Expressando-se através de mobilizações e manifestações por reformas sociais, enfatizava a ideia de que uma nação emancipada seria construída como desdobramento da adoção de políticas nacionalistas efetivas, tais como o revigoramento da defesa do monopólio estatal do petróleo, ou seja, da Petrobrás; o controle estatal sobre a distribuição de energia elétrica; forte controle sobre a remessa de lucros e oposição a qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)²⁵⁵. No entender de Benevides²⁵⁶, o trabalhismo getulista expressava-se em três linhas: o nacionalismo, a justiça social, com a exaltação da legislação trabalhista, e o sindicalismo. Como eixo unificador, tem-se a noção de um Estado interventor e organizador, baseado no projeto de emancipação nacional e desenvolvimento econômico.

Um dos pontos altos do Movimento Nacionalista Brasileiro ocorreu durante a campanha para presidente da República de 1960. Manifestando seu apoio à candidatura de Henrique

²⁵³ José Wilson da Silva ingressou no Exército no ano de 1952, vindo como 1º sargento para Porto Alegre no ano de 1959. Foi eleito vereador pelo município de Porto Alegre, na eleição de 1963, pela legenda do PTB. Cassado, já ocupando a patente de 2º tenente, pelo o golpe civil-militar de 1964.

²⁵⁴ SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

²⁵⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, J; REIS FILHO, D. *Op. cit.* p. 365-366.

²⁵⁶ BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 99.

Teixeira Lott, o Movimento²⁵⁷ ao final das suas atuações em apoio ao candidato da chapa PSD/PTB:

A análise da campanha da candidatura Lott revela que, se de um lado, as forças nacionalistas se empenhavam numa crescente vinculação do candidato com os interesses do povo e com os fatores positivos do desenvolvimento, com uma caracterização absoluta das ideias nacionalistas, de outro lado os agrupamentos mais conservadores dos partidos reunidos na mesma campanha insistiam em apresentar o candidato com uma caracterização mista de nacionalista e continuador da política do governo. Para os nacionalistas isso era um erro por acarretar ao candidato o ônus da parte negativa da política governamental.

A partir da liderança de Goulart, com a nacionalização do PTB e especialmente sob a influência de Brizola, o nacionalismo trabalhista adquire um viés mais radical²⁵⁸, refletido na defesa da premência das reformas sócio-econômicas e total desapareço aos setores sociais nacionais, especialmente empresariais, que estabeleciam relações com os investimentos multinacionais. Estes, representados pelos interesses espoliativos estrangeiros, ligavam-se a uma minoria de poderosos e privilegiados, que se tornaram insensíveis aos verdadeiros interesses do país. “Apegados aos seus lucros, invocavam as palavras democracia e liberdade, mas os seus interesses de classe formavam a tessitura de poder e dominação que mantinha o povo brasileiro aprisionado à exploração e ao atraso. Para Brizola, Vargas, em sua Carta-Testamento, havia apontado essa minoria, denunciando-os como antipovo ou antinação”²⁵⁹.

O nacionalismo reformista, representado pelo PTB, elegia como um dos maiores vilões da sociedade brasileira a elite rural, historicamente comprometida com a produção de artigos agrícolas para o mercado externo. A opção nacionalista petebista visava à constituição de uma economia autocentrada, isto é, voltada para o mercado interno. Torna-se permanente a ideia de que uma economia autossustentável significava uma independência em relação aos interesses do capitalismo internacional²⁶⁰.

Neste subcapítulo apontou-se a influência do conceito de nacionalismo para a consolidação do PTB como o principal representante da luta anti-imperialista no cenário político-partidário nacional. A radicalização do nacionalismo popular petebista, em especial na segunda metade dos anos 1950, foi estimulada por setores sociais descontentes e que

²⁵⁷ O SEMANÁRIO. Ano V. n. 235. Do dia 5 a 11 de novembro de 1960. p. 3.

²⁵⁸ Defende-se no presente trabalho que Brizola representou uma etapa de radicalização do trabalhismo brasileiro, especialmente após o episódio da Legalidade, durante a sua administração, frente ao Executivo gaúcho. A postura desse ex-governador caracterizou-se pela adoção de bandeiras que defendiam reformas sócio-econômicas ousadas para o sistema político da época. Classifica-se como jacobinismo brizolista, que será discutida na presente pesquisa, essa exacerbação do ideário petebista por parte de Brizola.

²⁵⁹ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, J; REIS FILHO, D. *Op. cit.* p. 551.

²⁶⁰ MOREIRA, V. *Op. cit.*

buscavam lutar pela aprovação das Reformas de Base. Esse reformismo radical era um dos pilares da ação política de Leonel Brizola e do que apregoava o Movimento Nacionalista Brasileiro. Este serviu como um palanque de discussões teóricas para o PTB, especialmente no Rio Grande do Sul, o que permitiu também a relação de setores civis com militares.

SEGUNDO CAPÍTULO: Forças Armadas Brasileiras: conflitos internos e articulações com a política e sociedade entre 1950 e 1964

Busca-se através do presente capítulo apontar a influência do nacionalismo nas Forças Armadas Brasileiras durante, especialmente, as décadas de 1950 e 1960. Tem-se como um dos objetivos analisar as possíveis influências dos conflitos civis, nas disputas castrenses, discutindo-se a relação entre militares e política ou militares e sociedade civil. Além disso, procura-se discutir o impacto dessas influências para a instituição militar, especificamente em relação à hierarquia e disciplina, pontos fundamentais nos meios castrenses, a partir da mobilização dos seus subalternos e a reação da oficialidade.

2.1 As divisões internas das Forças Armadas Brasileiras e suas articulações com a sociedade civil

O período compreendido entre 1945 e 1964 foi caracterizado por uma intensa participação militar na vida política brasileira, que levou, em abril de 1964, à tomada de controle da máquina do Estado pelas Forças Armadas. Se é verdade que as intervenções militares levavam em geral a marca do conjunto da corporação e expressavam suas posições e seus pontos de vista, nem por isso se deve esquecer que as Forças Armadas Brasileiras estiveram divididas em várias oportunidades, e que tais divisões refletiam uma pluralidade de tendências e abordagens dentro da própria instituição militar.

Pretende-se através deste subcapítulo analisar as influências dos conflitos civis, nas disputas castrenses, discutindo-se a relação entre militares e política ou militares e sociedade civil. Nesse sentido, verifica-se a interação entre civis e militares no cenário político nacional e a heterogeneidade de ideias e grupos entre os setores castrenses.

Os grupos e correntes militares falam em nome da instituição considerada em sua totalidade. Os acordos que possam ser feitos ou o apoio que eles possam dar a grupos e partidos políticos civis não os transformam em simples representantes de correntes civis. Os mecanismos de formação das cisões e do estabelecimento do consenso não são forçosamente os mesmos que se acham em ação na sociedade civil. Assim, consolidam-se mecanismos militares que agem produzindo cisões, da mesma forma que existem processos próprios da sociedade civil que podem interferir na criação de um dado consenso. “É na interação entre o processo político global e o processo político no âmbito das Forças Armadas que é preciso

buscar as causas da formação de grupos e subgrupos militares, de suas opções ideológicas ou políticas, e identificar os mecanismos da intervenção militar, quando esta assume a forma institucional.”²⁶¹.

As Forças Armadas, logo, não são monolíticas: de acordo com os seus próprios valores organizacionais, absorvem a influência exercida pela sociedade civil e dão novo significado a ela. “A partir desse processo elaboram suas estratégias de intervenção e exercem influência sobre a sociedade. Isso, no entanto, não significa a inexistência de cisões e disputas no meio militar. Elas existem tal como na sociedade civil, mesmo que silenciadas pela hierarquia e a disciplina”²⁶².

As concepções instrumentalistas do poder militar, que procuram os motivos da ação dos exércitos na identificação dos interesses sociais imediatamente favorecidos pela intervenção deles, segundo Rouquié²⁶³, parecem deixar escapar a dinâmica específica da instituição. Assim, é possível examinar o poder militar a partir de outro ângulo que não o de sua vizinhança ou seu distanciamento em relação ao poder; e não seria destituído de interesses considerar os exércitos como forças políticas. Não seria metodologicamente salutar nem operacional interpretar o aparelho militar quando ele se acha no centro do poder como uma caixa preta, cujos mecanismos são indecifráveis ou indiferentes.

O conceito de partido militar, apontado por Rouquié²⁶⁴, aproxima-se da análise da atuação dos grupos militares, que procuravam uma maior participação política, tanto na sociedade civil quanto internamente na instituição militar. As Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções que os partidos e, sobretudo que conhecem em seu seio tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica, os processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais. A ideia de partido militar coloca em discussão o lugar-comum das Forças Armadas como um ator unido, senão monolítico, noção inspirada pela esquematização simplista dos traços organizacionais que caracterizam as instituições militares (disciplina, hierarquia, verticalidade).

²⁶¹ PEIXOTO, Antônio. _____. Le Clube Militar et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980. p. 67.

²⁶² CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil – Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964) - vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 282.

²⁶³ ROUQUIÉ, Alain. Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil. In: _____. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980. p. 11.

²⁶⁴ *Ibid.* p. 12.

De maneira flexível, o conceito de partido militar enfatiza as situações em que Exército e política se relacionam e as instâncias institucionais de inserção da política no aparelho militar (e vice-versa). Os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil²⁶⁵, ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do Exército, e inclusive na organização militar como um todo. “Uma das ideias diretrizes é a existência de uma permanente tensão entre o partido militar e os partidos militares, ou, por outras palavras, do conflito recorrente entre as tendências políticas organizadas no seio do Exército e a própria instituição”²⁶⁶.

A divisão interna das Forças Armadas consolidava-se através da disputa entre duas correntes ideológicas principais, quais sejam, a nacionalista (encarnada no ISEB²⁶⁷ e no Clube Militar²⁶⁸) e a antinacionalista (que tinha a ESG²⁶⁹ como principal legitimadora). A articulação de cada um desses pólos com os grupos civis proporcionou aos debates e confrontos políticos na instituição militar uma importância e amplitude tais, que os choques entre as facções não podem ser isolados dos processos que ocorreram na sociedade e na esfera política nacional. O confronto entre essas duas correntes acompanhou toda a história brasileira entre 1945 e 1964.

A ESG, fundada no final da década de 1940 pelo general Cordeiro de Farias, e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, tinha como um dos objetivos centrais, no entender de Martins Filho²⁷⁰, o estreitamento de laços entre as elites militares e civis na luta contra o comunismo. O conceito-chave de segurança nacional procurava diferenciar-se da ideia clássica de defesa nacional. A noção de segurança, mais ampla que a de defesa, se originava da ideia estadunidense da necessidade de uma mobilização total da sociedade como pré-condição de uma vitória na guerra. No Brasil ela foi traduzida em termos da urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e

²⁶⁵ Sociedade civil, tal como sociedade política, é uma distinção puramente metodológica visto que essas duas dimensões não podem ser tangíveis separadamente na realidade histórica. Entende-se por sociedade civil o conjunto dos organismos que estão estabelecidos fora do corpo do Estado, ou seja, o que se diz privado e esteja em estado organizado. Local da organização privada da hegemonia do Estado, a sociedade civil faz parte do grande plano superestrutural, inerente a todo sistema de relações sociais e econômicas e tem com estrutura, lhe sobredeterminando, a estrutura econômica. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 21.

²⁶⁶ *Ibid.* p. 12.

²⁶⁷ Instituto Superior de Estudos Brasileiros que era subordinado ao Ministério da Educação.

²⁶⁸ Instituição que canalizou e organizou os debates entre as principais correntes militares. Seus diretores eram todos oficiais do Exército.

²⁶⁹ Escola Superior de Guerra subordinada ao Ministério da Guerra.

²⁷⁰ MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964- vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107.

políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares. A segurança nacional seria uma condição em que a nação se encontraria garantida contra quaisquer tipos de ameaças.

Apesar da ESG referir-se à guerra revolucionária desde os seus primeiros tempos, a expressão ganhou sentido especial no final da década de 1950. Em depoimento, o General Octávio Costa²⁷¹, afirma que:

A ESG lançou as ideias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da possível guerra interna. Era a guerra que acendia o estopim da revolta nos campos e a insatisfação popular nas cidades, desde 1961, que contribuiu para a formulação da nossa própria doutrina da guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 1964.

O debate proporcionado pelo Clube Militar transformou-o em válvula de escape para a discussão sobre grandes temas nacionais, fora do controle da hierarquia. Segundo Sodré²⁷², com a o caso do petróleo e a amplitude nacional da campanha em defesa dos interesses brasileiros nesse caso, a questão do Clube Militar ganhou o primeiro plano. Especialmente após a vitória do General Newton Estillac Leal, que representava as forças nacionalistas, essa agremiação introduziu um fator novo que teria considerável peso daí por diante. Tratava-se, para o imperialismo, de destruir esse baluarte nacionalista, onde a batalha do petróleo estava sendo travada com ímpeto crescente.

As disputas, especialmente a partir do início da década de 1950, eram permanentes. Martins Filho²⁷³ aponta o conflito entre as correntes nacionalistas e antinacionalistas. A primeira, agrupada na Chapa Amarela, tinha como marca registrada a defesa da industrialização do país com características autônomas, posicionando-se contra os trustes internacionais e contra uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos. O segundo grupo, abrigado na Chapa Azul (que recebia o apoio de setores conservadores liberais), defendia uma postura favorável tanto em relação à participação do capital estrangeiro na industrialização do país, quanto à aliança com os EUA, sendo o ódio à mobilização popular o centro de unidade.

O nacionalismo²⁷⁴, embora tenha sido uma bandeira em disputa por diversos atores sociais, era defendido de forma peremptória por determinados grupos militares. No Clube

²⁷¹ DEPOIMENTO DO GENERAL OCTÁVIO COSTA. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994. p. 78.

²⁷² SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 305.

²⁷³ MARTINS FILHO, J. *Op. cit.* p. 112.

²⁷⁴ O nacionalismo aqui é compreendido, além das já referidas características apontadas no capítulo anterior, como a defesa de um fortalecimento do Estado nacional frente aos interesses políticos e econômicos externos. A

Militar afloraram debates em torno dessas questões. A eleição para a Presidência do Clube Militar de 1956 refletiu a divisão entre os nacionalistas e antinacionalistas. Oswaldo Costa²⁷⁵ aponta em editorial a sua preocupação quanto os desdobramentos dessa divisão:

O processo de divisão entre o varguismo e o antivarguismo – e esse é um aspecto para o qual queremos chamar a atenção de quantos tem uma parcela de responsabilidade ou influencia na direção da vida pública brasileira – está se prolongando, por meios artificiais, num movimento de divisão entre lottismo e antilottismo, cujo efeito mais grave é deslocar para as classes militares, com a sobrecarga das querelas dos elementos civis, a luta dos partidos pelo poder. Ora, a missão das Forças Armadas não é dividir o país, mas uni-lo, como disse Dutra, muito bem. Os que, de um lado e de outro, alimentam essa divisão não estão servindo ao Brasil. [...] É dever tanto do general Lott como dos seus adversários não permitir que isso aconteça. O dever de ambos, aliás, nas horas dramáticas e inquietas que estamos vivendo, é marchar, se ainda possível, para um entendimento honroso em torno de um denominador comum capaz de garantir à nação a paz e a tranqüilidade de que ela tanto necessita para trabalhar e viver. Os acontecimentos estão mostrando que essa é a última chance que se tem de afastar do país o espectro da guerra civil. No momento, como se viu na eleição do clube militar, ainda existe um equilíbrio de forças que permite uma tentativa dessa natureza. Esse equilíbrio, entretanto, poderá ser rompido de uma hora para outra, sem que lottistas e antillottistas saibam como, nem porque, nem muito menos a favor de quem. Então haverá choro e ranger de dentes. Mas, será tarde, muito tarde.

O editorial de Costa afirma a latente divisão existente nas hostes militares. Seja no período de Vargas, seja na eleição de 1960, o pronunciamento aponta a necessidade de união desses setores para o bom funcionamento da instituição militar. Contudo, a formação de grupos e subgrupos no interior da máquina militar, a partir de algumas linhas de separação ideológicas, políticas e até partidárias, não questiona necessariamente o funcionamento hierarquizado da totalidade dessa máquina. Cada um dos grupos reivindicou a representação de interesses políticos e profissionais corporativos, pregando, salvo em raríssimos momentos, o respeito aos mecanismos hierárquicos, condição indispensável ao bom funcionamento da organização.

Peixoto²⁷⁶ indica que os grupos militares não procuraram provocar uma cisão das Forças Armadas enquanto instituição. Tentaram, sim, isolar os grupos antagônicos, presumindo sempre, porém, que agiam em nome da totalidade da instituição militar. As Forças Armadas, enquanto aparelho do poder, são submetidas a uma pressão tríplice: a dos grupos civis, que buscam atraí-las para o seu ponto de vista, a das correntes militares atuantes no interior do aparelho, e, finalmente, a pressão latente para o exercício de papéis institucionais definidos

bandeira do nacionalismo era disputada por diversos grupos que buscavam apropriar-se da mesma como forma de luta no cenário político e social. Apesar de alguns setores se declararem “verdadeiros” nacionalistas, apenas alguns grupos condenavam de maneira consistente a participação de capital externo na economia nacional, por exemplo. Aqui utiliza-se a classificação de grupos nacionalistas e anti-nacionalistas como forma de pontuar uma divisão latente existente dentro da instituição militar verificada também na sociedade civil, apontando também que os nacionalistas defendiam o reformismo social.

²⁷⁵ O SEMANÁRIO. Ano 1. n. 8. p. 3.

²⁷⁶ PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 77.

pela lei e que são interpretados pela hierarquia. A intervenção militar surge como uma resultante da combinação desses três elementos.

Martins Filho²⁷⁷ afirma que do Memorial dos Coronéis²⁷⁸ até o golpe de 1964, mais de duas dezenas de manifestações militares agitaram a vida política do país. Manifestos à nação, memoriais, discursos, mensagens-circulares, notas oficiais, documentos de chapas ou de diretorias de clubes militares e entrevistas de altos oficiais constituíram a forma usual de interferência militar na política. Os militares, durante esse período, não tomaram o poder não por falta de vontade ou confiança, mas porque tanto no campo político civil como no militar estavam profundamente divididos.

Segundo Rouquié²⁷⁹, antes de 1964 o primeiro cuidado de um presidente eleito era montar seu dispositivo militar, sem o qual seus dias estariam contados. Além disso, os partidos estendiam sua atuação no Exército de maneira quase institucionalizada. Assim, a UDN identificava-se com a linha militar representada pela Cruzada Democrática²⁸⁰, apelidada de UDN militar. Aliás, esse partido desempenhou papel importante no golpe civil-militar de 1964 e povoou os ministérios civis do primeiro presidente militar, o General Castelo Branco.

A intervenção militar, amiúde interpretada como a apropriação das Forças Armadas por um grupo de agentes, exprime uma convergência entre as facções de elites civis e militares. O fato de as Forças Armadas nem sempre ocuparem no interior da coalizão uma posição hegemônica ou que lhes permita impor uma solução própria não as transforma em meros instrumentos. Assim, no entender de Peixoto²⁸¹, a inserção das Forças Armadas no processo político e seu comportamento se inscrevem em uma configuração triangular onde coexistem, em um quadro de relações constantes, três conjuntos de agentes, quais sejam, os civis (partidos, grupos de pressão etc), as correntes militares e as estruturas do comando supremo (os mais elevados escalões da hierarquia militar).

É, pois, segundo Peixoto²⁸², a partir da noção do movimento da sociedade global e do impacto desse movimento sobre as Forças Armadas que se devem situar os quadros analíticos que permitem a compreensão do fenômeno militar. A especificidade institucional é algo

²⁷⁷ MARTINS FILHO, J. *Op. cit.* p. 116.

²⁷⁸ Documento assinado por dezenas de coronéis e tenentes-coronéis, divulgado em fevereiro de 1954, refletindo a posição antinacionalista do alto comando do Exército. Esse memorial derrubou os ministros do Trabalho e da Guerra de Vargas, abrindo a crise política que teria como desfecho o suicídio do presidente da República.

²⁷⁹ ROUQUIÉ, A. *Op. cit.* p. 16.

²⁸⁰ Agregado de todos os grupos e setores opostos aos nacionalistas. “Seu núcleo central era formado pelo grupo de veteranos da Força Expedicionária Brasileira e pelos setores superiores da alta hierarquia que se opunham a Vargas”. PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 89.

²⁸¹ PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 32.

²⁸² *Ibid.* p. 36.

forjado ao longo da história pelas múltiplas relações multidirecionais que ocorrem entre as Forças Armadas e os quadros sociais em que elas se situam. Existe, logo, uma interação entre dois elementos-chave na problemática militar, a heterogeneidade política dos militares e o cuidado de manter ou preservar um certo nível de unidade institucional.

No entendimento de Rouquié²⁸³, não só as Forças Armadas possuíam suas divisões internas, que podiam coincidir com correntes da opinião civil, como também os processos, segundo os quais se formavam as tendências e se tomavam as decisões extramilitares, eram de natureza, em grande parte, institucional. A formação de um consenso sobre questões políticas geralmente tinha origem corporativa e se apresentava conforme o código normativo da instituição.

As Forças Armadas aparecem como um reflexo das tensões da sociedade, mas um espelho deformador. As linhas de divisão interna procedem de mecanismos complexos que, de modo algum, podem se reduzir ao simples jogo de cooptação ou de aliança com setores econômicos ou políticos civis. “Os militares naturalmente se dividem em função dos grandes problemas nacionais, mas segundo procedimentos próprios e com conseqüências singulares ligadas às diversas pressões a que são submetidos e aos múltiplos papéis que desempenham”²⁸⁴.

Quanto à reflexão sobre a dependência das Forças Armadas em relação à sociedade ou ao Estado, articulam-se, no entender de Peixoto²⁸⁵, duas concepções que orientaram as pesquisas sobre os militares no Brasil, quais sejam, a concepção instrumental e a abordagem institucional-organizacional.

A concepção instrumental busca nos interesses das classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião, os motivos condutores das manifestações militares. As forças militares agem a partir de estímulos encontrados fora das fronteiras da corporação. Elas são acionadas por grupos de interesses ou de pressão e, em última análise, o sentido final da intervenção militar favorece sempre um o outro dos grupos que disputam o poder e o controle do aparelho do Estado. As Forças Armadas sempre se identificam com um ou outro desses grupos. A interação é assegurada a partir do momento em que os grupos sociais se dirigem às Forças Armadas, determinam e fixam os limites da ação militar.

A concepção institucional-organizacional enfatiza a autonomia da instituição militar face à sociedade global. As Forças Armadas se convertem na matriz dos *inputs* e dos *outputs*

²⁸³ ROUQUIÉ, A. *Op. cit.* p. 17.

²⁸⁴ *Ibid.* p. 19.

²⁸⁵ PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 26.

militares, sendo o fenômeno militar autoexplicável. Os traços mais salientados da lógica organizacional-burocrática (espírito de corpo, hierarquia, centralização das decisões) são privilegiados em prejuízo das influências civis. O aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica. Os papéis extramilitares das Forças Armadas são definidos pelo sistema de valores institucional e por uma percepção da realidade extramilitar a partir desse sistema, o que normalmente cabe aos centros de decisão do aparelho, ou seja, às estruturas hierárquicas de comando. A partir dessa concepção a interação assume a forma de estratégias que se opõem, ou convergem, em um mesmo plano de ação.

Para Peixoto²⁸⁶, a análise do processo político brasileiro comporta elementos vinculados às duas concepções. Assim como é difícil reduzir as Forças Armadas ao mero papel de agente de interesses que se encontram fora dos quadros corporativos. Mas também é difícil aceitar um racha radical entre as Forças Armadas e o resto da sociedade, e que o fenômeno militar possa ser percebido como manifestação puramente imanente. “É na interação das Forças Armadas com os agentes sociais e políticos que se encontram os fundamentos do comportamento militar e os pontos-chave que possibilitam sua compreensão”²⁸⁷.

A permanente participação política de militares na conjuntura das décadas de 1950 e 1960 refletia-se na Marinha. Esta, segundo *Brasil: Nunca Mais*²⁸⁸, figura como a Arma que sofreu o maior número de processos punitivos. Isso pode ser estranho quando se leva em conta que essa Força tem contingente bem inferior ao do Exército. Mas trata-se de um reflexo do grau mais avançado de organização política que suas bases alcançaram, principalmente após a criação, em 1962, da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, bem como do posicionamento político assumido por alguns oficiais superiores, identificados com Goulart, entre eles o Almirante Cândido Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.

Muitos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) nascidos deram lugar aos 38 processos reunidos para a pesquisa do Projeto Brasil Nunca Mais, especificamente dirigidos contra a subversão dentro das próprias forças militares. Processos que totalizaram nada menos que 747 denunciados judicialmente, fora os 1692 que foram incriminados unicamente na fase de inquérito. Como regra geral, incidiu sobre esses militares a pena extrajudicial do afastamento do serviço ativo, ou até a expulsão da corporação, antes mesmo que a própria Justiça Militar proferisse seu julgamento definitivo acerca de sua culpabilidade.

²⁸⁶ *Ibid.* p. 29.

²⁸⁷ *Ibid.* p. 30.

²⁸⁸ BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado por Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 120.

Segundo *Perfil dos atingidos do Projeto Brasil: Nunca Mais*²⁸⁹, dos 38 processos que atingiram membros das Forças Armadas e Auxiliares, quatro tiveram início em 1963 e foram incluídos como objeto de estudo porque uma parcela importante de sua tramitação já se deu sob o novo governo. Trinta processos, isto é, a imensa maioria, data de 1964 e teve início nos primeiros dias após a derrubada de Goulart. E apenas quatro desses 38 processos tiveram início nos anos seguintes. Os dados, portanto, indicam a ativa participação dos meios castrenses nas disputas políticas na sociedade civil.

Através da pesquisa a partir da bibliografia sobre as Forças Armadas Brasileiras, na conjuntura posterior a 1930, percebe-se a permanente interação entre a sociedade civil e Forças Armadas. A divisão permanente das instituições militares brasileiras, constatada especialmente a partir da segunda metade dos anos 1940, seria consequência do período de redemocratização política. Contribuindo para essa dicotomia está a influência externa do período de Guerra Fria.

A democratização, possibilitando a organização e a ampliação dos movimentos populares no Brasil, que amadureceram e se radicalizaram sob a influência do contexto internacional marcado pelas lutas de libertação, chegou até os quartéis. Estes não ficaram imunes a esse movimento.

Neste subcapítulo constatou-se a divisão interna das Forças Armadas Brasileiras no período estudado. O nacionalismo popular, que tinha como um dos seus princípios a ampliação do conceito de democracia, visando à maior igualdade social, também teve nos militares os seus combatentes. Dos generais aos praças, a gradual radicalização que tomou conta das reivindicações populares possibilitou o encontro das esquerdas políticas com os militares, que se consideravam o povo armado na defesa dos seus interesses.

O golpe civil-militar de 1964 significou o sufocamento de um setor militar e a ascensão do grupo oponente (antinacionalista) ao poder, associando-se com os setores liberais da sociedade civil brasileira. A derrota dos setores nacionalistas (ou ultranacionalistas) militares significou uma depuração interna, refletindo um quadro de violência política institucional irradiada por diversos setores da sociedade, inclusive suas instituições militares.

²⁸⁹ PERFIL DOS ATINGIDOS. TOMO III DO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 120.

2.2 “A quebra da hierarquia interna”: a movimentação dos subalternos militares e sua consequência para as Forças Armadas Brasileiras

Partindo da premissa de que as Forças Armadas Brasileiras, especialmente durante o período de redemocratização política, ou seja, entre 1945-1964, caracterizaram-se por constantes divisões internas, estabelece-se como objetivo para este subcapítulo verificar a relação entre a estrutura militar nacional (Forças Armadas) e os seus subalternos (oficiais de baixa patente), enquanto sujeitos históricos, durante os anos de 1959-1964.

Entendendo que “[...] os homens vivem dentro de sistemas históricos que são de ampla escala e de longa duração, e que esses sistemas históricos surgem, ganham existência e são sistêmicos, ou seja, têm estruturas”²⁹⁰, busca-se a conceituação de estrutura. Segundo Lloyd²⁹¹, nos últimos séculos se desenvolveu a compreensão geral de que a vida humana tem lugar dentro de estruturas sociais ordenadas, que condicionam as ações e as crenças, como também se desenvolveram tentativas de conceitualizar e explicar a natureza e os efeitos dessas estruturas.

As estruturas econômicas e sociais são, ao mesmo tempo, no entendimento de Lloyd²⁹², intangíveis, invisíveis e, até certo ponto, incompreensíveis. Mas são poderosas, amplas e de longa duração. O autor defende a perspectiva de uma história estrutural social independente de crenças, conceitos, teorias, ideologias e filosofias acerca das formações sociais. O domínio da história estrutural social abarca a história econômica, história social, da economia política histórica e da sociologia histórica. Diferentemente da história dos eventos, a história das estruturas entende o conceito de estrutura abarcando os sistemas políticos, as mentalidades e as culturas, tanto quanto os sistemas econômicos e sociais.

No sentido de explicação da história das estruturas sociais, é necessário enfrentar a questão da indeterminação micro-macro, pois afeta diretamente o problema da dinâmica social. Para Lloyd²⁹³, três abordagens fornecem soluções teóricas para o problema da conexão micro-macro, quais sejam, a individualista, a holista e a estruturista. Os individualistas definem o nível macro de uma maneira que ou negam sua realidade ontológica, ou a colocam dependente com o micro, pois este, para eles, consiste em poderosos atores autônomos que interagem com outros atores e se esforçam para realizar trocas com eles, visando à satisfação de desejos. O holismo social acredita que o sistema social macroscópico é tão poderoso que

²⁹⁰ LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 18.

²⁹¹ *Ibid.* p. 19.

²⁹² *Ibid.* p. 21.

²⁹³ *Ibid.* p. 81.

determina o nível micro de maneira quase completa. A visão estruturista, contudo, entende a estrutura macro como um conjunto de regras, papéis e relações que constituem o produto intencional e inintencional da ação consciente e da interação de pessoas concebidas como agentes sociais.

Na visão estruturista, portanto, os níveis macro e micro se influenciam mutuamente, sendo que só as pessoas são agentes (tendo o poder de moldar e alterar o mundo estrutural) e as estruturas não são agentes, ou seja, não têm o poder de agir para tentar produzir resultados e não são dotadas de consciência. A visão estruturista entende que os homens só existem, agem e pensam dentro de contextos estruturais que “[...] permitem e restringem sua própria existência, assim como a sua ação e seu pensamento. Não sendo agentes, as estruturas não fazem sua própria história, embora sejam todas históricas. Suas forças e seu caráter históricos emergem através das ações e do pensamento dos agentes humanos”²⁹⁴.

A estrutura, ou antes, as estruturas, porque segundo Pomian²⁹⁵, na linguagem dos historiadores, essa palavra só existe no plural, são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que só evoluem de maneira quase imperceptível. Em outras palavras, a estrutura é definida implicitamente enquanto conjunto de injunções, de limites ou de barreiras que impedem que as diferenças variáveis, cujas flutuações constituem a conjuntura, se elevem acima de certo teto. Nesse sentido, a instituição militar nacional, consolidada na nomenclatura de Forças Armadas Brasileiras, constitui como uma estrutura social de fundamental importância e atuação, especialmente na conjuntura estudada.

As Forças Armadas Brasileiras, como todas as instituições sociais, funcionam mediante regras organizacionais específicas, constituindo uma estrutura social. Têm como pressupostos as noções de disciplina, ordem e de hierarquia. Todas as pressões internas e externas sofridas pela Instituição Militar convergem sobre as estruturas de comando. A hierarquia desempenha um papel central na medida em que encabeça uma instituição que funciona em sentido vertical e extremamente centralizado. Em última análise, é a hierarquia que legitima as pressões e as exigências.

Costa²⁹⁶ aponta que as Forças Armadas em seu cotidiano refletem uma prática contínua e permanente de subordinação. Essas relações de subordinação são organizadas segundo uma

²⁹⁴ *Ibid.* p. 83.

²⁹⁵ POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 113.

²⁹⁶ COSTA, Vanda. *Com rancor e com afeto: as rebeliões militares na década de trinta*. Trabalho apresentado à Oitava Reunião Anual da Associação Nacional de Ciências Sociais – ANPOCS, Águas de São Pedro, 1984. p. 2.

rígida hierarquia mantida através da disciplina. A autora referida aponta a existência de uma retórica da família, onde o Exército seria como uma família onde o apelo afetivo induz à submissão total através da promessa do afeto paternal que iguala todos os filhos. A associação da afetividade à subordinação, resultando numa disciplina advinda dos sentimentos, teria como objetivo criar laços afetivos de modo que a ameaça de rompimento possa implicar em sensações de medo e angústia ligadas à perda de identidade.

A hierarquia é fundamental para o bom funcionamento da instituição militar. José Wilson²⁹⁷ comenta que:

O bom ‘milico’ é aquele que obedece cegamente às determinações e não as contesta. Ele funciona como um instrumento. No momento que o militar passa a raciocinar, ele passa a não servir mais. Isso é típico da hierarquia vertical de regimes políticos onde predomina a ordem capitalista. Nos regimes democrático-populares há uma consciência política onde a tropa discute antes e cumpre as determinações através de consensos. Quando cheguei em Porto Alegre, vindo da cidade de Mostardas, no interior do Rio Grande do Sul, no ano de 1959, comecei a ler compulsivamente e questionar. Era 1º sargento quando cheguei em Porto Alegre. Em seguida ingressei no movimento nacionalista, onde havia muitos comunistas, democratas populares, enfim, pessoas com um pensamento progressista. Daí em diante, em alguns momentos fui estigmatizado como comunista.

Castro²⁹⁸ afirma que se pode aplicar uma distinção em termos da natureza da relação hierárquica, pois para os oficiais tratar-se-ia de uma hierarquia quantitativa onde a hierarquia pressupõe a possibilidade de ascensão para todos os seus membros, a partir de uma situação inicial de igualdade formal de condições. Seu contraponto seria, se pudermos forçar a comparação, a situação das praças (sargentos, cabos, soldados), onde uma hierarquia qualitativa estabeleceria na origem a condição da desigualdade.

Entre as praças e a oficialidade estabeleceu-se um fosso intransponível. “Os sargentos situados precisamente no ponto de quebra dessa cadeia experimentaríamos sobre si mesmos a contradição entre uma retórica da igualdade e uma prática da diferença”²⁹⁹.

O temor da estrutura militar para com a mobilização política de seus subalternos não era somente uma questão ideológica ou mesmo de aspecto partidário. Dizia respeito à continuidade ou ruptura dos padrões organizacionais gestados ao longo da década de 30 e em plena vigência nos anos iniciais da década de 60.

Eis por que as manifestações políticas de indisciplina, segundo Parucker³⁰⁰, observáveis com alguma frequência no seio da oficialidade, não causaram traumas tão violentos à

²⁹⁷ SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

²⁹⁸ CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo da Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 22.

²⁹⁹ COSTA, V. *Op. cit.* p. 7-8.

Instituição Militar quanto aquelas oriundas dos baixos escalões. O movimento dos subalternos, na sua construção histórica, mostrou-se, de fato, uma ameaça física ao núcleo de força do poder do Estado.

Antônio Duarte³⁰¹, que era suboficial da Marinha no período histórico analisado na presente pesquisa, aponta que a hierarquia militar constitui-se na pedra fundamental da organização das Forças Armadas, colocando os distintos escalões de subalternos e superiores, muitas vezes, em posições antagônicas. Isto não quer dizer que essa barreira seja intransponível. A vida diária militar confirma que isso pode acontecer. Muitos oficiais, na década de 1960, apoiavam as reivindicações dos marinheiros, e uma boa parte deles até se envolveu na luta, sacrificando suas carreiras militares.

Peixoto³⁰² afirma que se a corrente militar tem uma função de canalização, a hierarquia se reserva a de filtragem, ou seja, ela afasta as solicitações consideradas não-legítimas e aceita as outras. É a hierarquia que fala em nome da instituição e fixa as linhas de conduta do aparelho militar na cena política. Mas o mesmo raciocínio aplicado aos grupos e correntes militares também é válido para a hierarquia. Ao legitimar as exigências, fixar as estratégias ou determinar o comportamento das Forças Armadas em uma conjuntura qualquer, a hierarquia não é o instrumento cego de coligações civis-militares, pois ela participa das coligações e porque ela tem a possibilidade de elaborar estratégias autônomas no âmbito das coligações de que participa.

A hierarquia está sujeita, no entendimento de Peixoto³⁰³, às mesmas tensões e às mesmas cisões que existem em outros escalões. A hierarquia pode solucionar os conflitos ou abrandar as tensões entre as correntes militares, mesmo que para isso seja obrigada a optar pela via disciplinar. Mas não há como exigir das correntes militares a resolução dos conflitos internos que dividem às vezes os escalões superiores do comando, porquanto a corrente militar não legitima a hierarquia. Ela deve manter os grupos civis à parte de tais conflitos, pois a arbitragem civil de conflitos internos significaria a debilidade e fragmentação da organização militar. Isso, porém, não impede que as diferentes frações das elites presentes no seio da hierarquia estabeleçam convergências com os grupos civis e as correntes militares, visando a reforçar sua própria posição.

³⁰⁰ PARUCKER, P. *Op. cit.* p. 33.

³⁰¹ DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama Editora, 2009. p. 24.

³⁰² PEIXOTO, Antônio Carlos. *Armée et politique au Brésil*. In: ROUQUIÉ, Alain. *Les parties militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980. p. 33.

³⁰³ *Ibid.* p. 34.

Assim, a hierarquia constitui-se no local onde a dualidade de papéis (manutenção dos valores institucionais e fixação de linhas de comportamento político) mostra-se mais forte e mais profunda, visto que só a hierarquia pode dar ordem de marcha às Forças Armadas. Peixoto³⁰⁴ afirma que o partido militar não pode existir sem o apoio da hierarquia ou dos grupos civis. A hierarquia pode privilegiar um dos partidos em confronto, mas não pode virar instrumento de nenhum deles, porque a hierarquia comanda uma instituição que, teoricamente, não admite a existência de partidos. Em alguns casos o partido se expressa através da hierarquia, mas não a controla. O estabelecimento de um consenso deve obedecer a mecanismos cujo controle escapa ao partido militar. Esse consenso, de qualquer forma sempre relativo e amiúde precário, é o resultado antes de mais nada da ação da hierarquia.

A ação de grupos civis pode salvar o partido militar quando este se encontra diante de um poder hierárquico hostil, sobretudo se esses grupos se acham no governo. “Mas eles não podem, tampouco, inverter a relação de forças dentro da instituição armada, em favor de seus aliados militares, sem levar em conta os fundamentos hierárquicos que regem a vida e a organização militar”³⁰⁵.

A partir do conflito entre os grupos nacionalistas e os grupos antinacionalistas dentro das Forças Armadas Brasileiras durante especialmente as décadas de 1950 e 1960, ocorria uma crescente mobilização interna colocando em disputa o controle da hierarquia militar. A disciplina e a hierarquia, contudo, são mantidas, no entender de Costa³⁰⁶, através da obediência, sacralizada pelos regulamentos disciplinares, e surge como um modo de compartilhar um destino comum que iguala a todos. Obedecer é tão nobre quanto comandar. A proposição expõe aquilo mesmo que pretende ocultar, ou seja, a desigualdade e assimetria das relações hierárquicas. O objetivo é criar laços afetivos entre comando e subordinados de modo a que a ameaça de rompimento possa implicar em sensações de medo e angústia ligadas à perda de identidade.

Por essa noção hierárquica, os sujeitos vinculados à instituição militar são condicionados por ela. Uma estrutura controlando os indivíduos, essência do estruturalismo de althusseriano. Anderson³⁰⁷ aponta que o althusserianismo sempre se constituiu sob uma dependência íntima e fatal de um estruturalismo que o precedera e que lhe sobreviveria depois. Lévi-Strauss havia se empenhado em cortar o nó górdio da relação entre estrutura e sujeito, retirando este último de qualquer campo de conhecimento científico. Ao invés de

³⁰⁴ *Ibid.* p. 34-36.

³⁰⁵ *Ibid.* p. 101.

³⁰⁶ COSTA, V. p. 3.

³⁰⁷ ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 44.

resistir a essa mudança, Althusser radicalizou-a, com uma versão de marxismo onde os sujeitos foram inteiramente abolidos, exceto como efeitos ilusórios de estruturas ideológicas. Assim, o avanço do estruturalismo, longe de ser desviado ou detido pela nova versão do marxismo, foi acelerado por ela, pouco importando suas declarações de distanciamento.

Carlos Pereyra³⁰⁸ afirma que é falsa a ideia de Althusser no sentido de que toda a tradição marxista se negou em afirmar que é o homem quem faz a história. Assumindo essa posição, não é de estranhar que se afirme que a história é um processo sem sujeito. Marx³⁰⁹ indica que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. O tipo de alternativa que se apresenta em cada situação concreta, em cada conjuntura histórica, é algo que os homens não decidem, mas o que decide é o conjunto de relações sociais; os homens decidem mediante as circunstâncias apresentadas por cada conjuntura histórica. Ao contrário, como aponta Pereyra³¹⁰, a opacidade das estruturas que constituem o sistema social e a pluralidade de alternativas que se abrem em cada situação concreta, implicam uma margem considerável em que se movem os grupos sociais. Assim, não há um sujeito constituído à margem do processo.

As Forças Armadas, como afirma Peixoto³¹¹, sofreram as pressões e os processos que se desenvolviam no seio da sociedade global, pois o tecido da corporação militar estava impregnado dos problemas e indagações que se apresentavam no centro do debate político em nível nacional. Além disso, as Forças Armadas respondiam a essas pressões através da ação de grupos que atuavam em seu interior e através de posicionamentos corporativos, que indicavam o grau de controle de que a hierarquia dispunha sobre os grupos militares, ainda que se considere que as decisões da hierarquia foram no sentido de sustentáculo de uma ou outra das forças em conflito dentro da sociedade global.

As instituições representativo-corporativas das Forças Armadas tornaram-se o local de confrontos de tendências, a partir do momento em que suas diretorias começaram a ser eleitas e não designadas pela hierarquia. A formação de grupos e subgrupos no interior da máquina

³⁰⁸ Cf. PEREYRA, Carlos. *Configuraciones: teoria e historia*. México: Editorial Edicol, 1979.

³⁰⁹ MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Manuscritos filosóficos e outros textos escolhidos – Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 335.

³¹⁰ Cf. PEREYRA, C. *Op. cit.*

³¹¹ PEIXOTO, Antônio Carlos. Le Clube Militar et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980. p. 65.

militar, todavia, a partir de algumas linhas de separação ideológicas, políticas e até partidárias, não questiona necessariamente o funcionamento hierarquizado da totalidade dessa máquina.

Um combate interno entre grupos militares, no entendimento de Parucker³¹², foi travado durante a conjuntura dos anos 1950 e 1960. De um lado, setores que defendiam uma posição mais independente do país face aos pólos internacionais de poder, segundo um viés nacionalista-reformista; de outro, os que se batiam por uma vinculação mais direta à força continental de incontestável liderança, os Estados Unidos, e à sua visão particular a respeito da chamada Segurança Nacional. No fundo de tal disparidade encontrava-se a diferença de visões sobre o papel mesmo da instituição militar dentro da sociedade: um leque cobria desde as posições mais neutralistas, a considerar a preponderância do poder civil, até as tendências intervencionistas, elas mesmas cindidas entre concepções apolíticas (intervenção moderada, arbitrando, quando necessário, as disputas da sociedade civil) e políticas (uma intervenção mais efetiva, duradoura, tutelar, militarizante do todo social). Sobrepostos a esse nível, outros elementos viriam a ser adicionados: as disputas pessoais, as lealdades políticas e as questões paroquiais tiveram, aí, um peso considerável em face das definições que foram sendo tomadas naquela conjuntura.

Para Peixoto³¹³, cada um dos grupos militares reivindicou a representação de interesses políticos e profissionais corporativos, pregando, salvo em raríssimos momentos, o respeito aos mecanismos hierárquicos como condição indispensável ao bom funcionamento da organização. Buscavam isolar os grupos oponentes, mas nem por isso tentavam provocar uma cisão declarada da instituição militar.

Dividida em momentos, a instituição militar caracterizou-se por conflitos internos constantes durante o período delimitado. A infinidade de conflitos que minavam a organização militar, no entender de Carvalho³¹⁴, era basicamente de dois tipos. O primeiro era estrutural, dividindo o Exército e a Marinha horizontalmente, e provinha do modelo de organização militar adotado no Brasil, comum aos exércitos ocidentais, que separava nitidamente o oficialato das praças (cabos, soldados e sargentos). Nesse modelo, a posição das praças é sempre difícil e incômoda, pois se veem em permanente e rígida desvantagem diante do oficialato. Momentos de mobilização política podem facilmente despertar movimentos

³¹² PARUCKER, P. *Op. cit.* p. 40.

³¹³ *Ibid.* p. 66.

³¹⁴ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006. p. 106.

reivindicatórios. O segundo conflito era de natureza ideológica e política. Corresponhia a modelos³¹⁵ distintos de relação entre militares e política.

Os subalternos militares procuravam, desde o final da década de 1930, melhorias em suas condições de trabalho. As revoltas desses graduados revelavam as sérias dificuldades que enfrentavam dentro da organização: falta de estabilidade, precariedade do sistema de promoção, baixos salários, inexistência de aposentadoria, pensão e outros benefícios sociais. Para Carvalho³¹⁶, apesar das justas reivindicações, a atitude do oficialato foi sempre, na melhor das hipóteses, de suspeita em relação ao movimento dos sargentos. Era grande o receio de que o movimento dos praças contribuísse ainda mais para a subversão hierárquica e a conseqüente fragmentação da organização. Era ameaça mais séria do que as rebeliões de oficiais.

Os mesmos sargentos, que traziam de longa data a experiência de associações clubes, bem como uma desenvolvida rede de comunicação entre as diversas unidades e regiões militares, animados pelo clima de contestação durante o Governo Goulart, segundo Carloni³¹⁷, participarão ativamente das manifestações da sociedade. Ao reivindicarem a ampliação de sua participação no cenário político, serão os pioneiros em enfrentar a alta hierarquia militar.

Partindo-se da ideia de uma interação entre sociedade civil e Forças Armadas, a divisão permanente das instituições militares brasileiras, constatada especialmente a partir da segunda metade dos anos 1940, seria conseqüência do período de redemocratização política. Essa democratização, no entender de Carloni³¹⁸, possibilitou a organização e a ampliação dos movimentos populares no Brasil, que amadureceram e se radicalizaram sob a influência do contexto internacional marcado pelas lutas de libertação. Os quartéis não ficaram imunes a esse movimento. O nacionalismo popular, que tinha como um dos seus princípios a ampliação do conceito de democracia, visando à maior igualdade social, também teve nos militares os seus combatentes. Dos generais aos praças, a gradual radicalização que tomou conta das

³¹⁵ O primeiro modelo refletia a influência do profissionalismo alemão e francês introduzidos pelos jovens oficiais que estagiaram no Exército alemão (1906-1912), os Jovens Turcos, e pelos alunos da Missão Militar Francesa. Era o modelo que designava a função de defesa externa e omissão quanto à política interna ao Exército. A segunda concepção, o intervencionismo reformista, defendia a participação política dos militares. A terceira concepção podia ser localizada entre militares mais radicais, oficiais e praças. Refletia a influência do Partido Comunista do Brasil e de Luís Carlos Prestes, propondo a formação de um exército popular como uma vanguarda do povo. Porém, a dificuldade dessa concepção em conseguir a unidade dos grupos sociais residia no antimilitarismo anarquista do proletariado e na impossibilidade dos praças em mobilizar trabalhadores e camponeses. CARVALHO, J. *Op. cit.* p. 106.

³¹⁶ CARVALHO, J. *Op. cit.* p. 105.

³¹⁷ CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: _____; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 291.

³¹⁸ CARLONI, C. *Op. cit.* p. 302.

reivindicações populares possibilitou o encontro das esquerdas políticas com os militares, que se consideravam povo armado na defesa dos seus interesses.

De um lado, setores militares que buscavam a aproximação com setores populares e suas demandas por reformas, grupos estes tendo como o nacionalismo seu escopo ideológico. De outro lado, consideráveis setores da oficialidade militar, em nome da manutenção da ordem hierárquica buscavam, através do antinacionalismo, conter a movimentação dos militares nacionalistas. Além do antinacionalismo, o embasamento ideológico dos militares conservadores caracterizava-se pelo anticomunismo.

Os grupos e correntes militares, contudo, falam em nome da instituição considerada em sua totalidade. Peixoto³¹⁹ aponta que os acordos que possam ser feitos ou o apoio que eles possam dar a grupos e partidos políticos civis os transformam em simples representantes de correntes civis. Mecanismos de formação das cisões e do estabelecimento do consenso não são forçosamente os mesmos que se acham em ação na sociedade civil. Assim, consolidam-se mecanismos militares que agem produzindo cisões, da mesma forma que existem processos próprios da sociedade civil que podem interferir na criação de um dado consenso. É na interação entre o processo político global e o processo político no âmbito das Forças Armadas que é preciso buscar as causas da formação de grupos e subgrupos militares, de suas opções ideológicas ou políticas, e identificar os mecanismos da intervenção militar, quando essa assume a forma institucional.

As Forças Armadas, logo, para Carloni³²⁰, não são monolíticas: de acordo com os seus próprios valores organizacionais, absorvem a influência exercida pela sociedade civil e dão novo significado a ela. A partir desse processo elaboram suas estratégias de intervenção e exercem influência sobre a sociedade. Isso, contudo, não significa a inexistência de cisões e disputas no meio militar. Elas existem tal como na sociedade civil, mesmo que silenciadas pela hierarquia e a disciplina.

Peixoto³²¹ indica que os grupos ou partidos militares não procuraram provocar uma cisão das Forças Armadas enquanto instituição. Tentaram, sim, isolar os grupos antagônicos, presumindo sempre, porém, que agiam em nome da totalidade da instituição militar. As Forças Armadas, enquanto aparelho de poder, são por conseguinte submetidas a uma pressão tríplice: a dos grupos civis, que buscam atraí-las para o seu ponto de vista, a das correntes militares atuantes no interior do aparelho, e, finalmente, a pressão latente para o exercício de

³¹⁹ PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 67.

³²⁰ CARLONI, C. *Op. cit.* p. 282.

³²¹ PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 77.

papéis institucionais definidos pela lei e que são interpretados pela hierarquia. A intervenção militar surgiu como uma resultante da combinação desses três elementos.

A luta contra o nacionalismo e contra o fantasma político de Vargas voltou a se aguçar em 1961, com a posse de Goulart como presidente em um regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros, presidente eleito em 1960. A sua renúncia constituiu-se em uma surpresa tanto para as esquerdas quanto para a direita civil-militar. A posse em si já foi um compromisso, na medida em que Goulart foi forçado a aceitar o regime parlamentarista. Sob o aspecto militar, ela apresentou uma característica da década de 1930, pois foi garantida pela ação dos sargentos. Foram eles os responsáveis, entre outras coisas, pela desativação de aviões em Canoas, no Rio Grande do Sul, por planos de resistência no Rio de Janeiro, pela retirada dos tambores de óleo colocados no aeroporto de Brasília por oficiais da Aeronáutica para impedir a chegada do Presidente, ação precedida da prisão dos oficiais.

Na crise institucional de 1961, especialmente os sargentos sul-rio-grandenses e do Distrito Federal haviam tido papel importante na luta pela posse do vice-presidente da República, João Goulart, que a maioria da oficialidade não admitia, após a renúncia de Jânio Quadros. Amadeu Felipe, então sargento em exercício, afirma que foram os sargentos da Aeronáutica, chefiados por Prestes de Paula, que inviabilizariam o desenvolvimento da “Operação Mosquito”, organizada por oficiais que pretendiam derrubar o avião que conduzia João Goulart para tomar posse. No Rio Grande do Sul, segundo Felipe, os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército jogaram sua força na manutenção da legalidade:

Nós tínhamos uma oficialidade reacionária muito consequente nos seus propósitos. Ela pressionou o Comando para ficar a favor do golpe, e nós, sargentos, decidimos em assembléia, dentro da unidade, que ficaríamos pela posse do vice-presidente eleito. O governador Brizola comandava a rede da legalidade pelo rádio. [...] Cercamos militarmente o Comando e a oficialidade. Os oficiais não tendo outro caminho senão negociar para aderir à legalidade. Mas houve uma quebra da disciplina e hierarquia muito séria. Quando encabeçamos um memorial de solidariedade a um General preso por apoiar Brizola, a maneira que encontramos de nos desmobilizar foi dispersar as lideranças.³²²

Os sargentos, segundo Carvalho³²³, retomavam a luta de trinta anos antes por melhores condições funcionais, acrescentando a demanda do direito político de serem eleitos. Mais do que na década de 1930, sua ação se entrosava agora com a de grupos civis de esquerda como

³²² FELIPE, Amadeu. Entrevista deste Sargento em exercício no período estudado. In: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 209.

³²³ CARVALHO, J. *Op. cit.* p. 115.

o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Frente Parlamentar Nacionalista, sob a liderança de Leonel Brizola.

Afetados pela conjuntura participativa e por sua inexperiência política, os sargentos revoltaram-se em 1963³²⁴ na capital do país e tomaram as bases aéreas de São Paulo, prendendo os oficiais. Embora fracassados, para Carvalho³²⁵ os dois movimentos causaram pânico entre o oficialato, que via ameaçado seu controle sobre a organização. Seguiram-se outros movimentos de praças. No início de 1964, marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro. A reação do ministro da Marinha transformou a reunião em rebelião³²⁶, assustando ainda mais a oficialidade. Da sublevação dos marinheiros resultou um processo gigantesco, consequência do Inquérito Policial Militar (IPM) determinado, a três de abril de 1964, pelo recém-empossado ministro da Marinha, Augusto Grunewald, atingindo a espantosa cifra de 1123 indiciados, dos quais 284 foram judicialmente processados, todos eles marinheiros e fuzileiros navais³²⁷.

O apoio de Brizola e de Goulart à Revolta dos Sargentos, em violação à hierarquia disciplinar, é frequentemente lembrado pelos militares golpistas. Como afirma o então tenente-coronel Ivan de Souza Mendes:

O fator preponderante para a deposição de Goulart foi o problema do fomento à indisciplina nas Forças Armadas. Talvez aquele fato dos sargentos, que já tinha havido em Brasília, em setembro, e depois aquele dos marinheiros. Aquele discurso do Automóvel Club do Brasil foi uma coisa horrível. Para os militares aquilo era a completa subversão da hierarquia³²⁸.

A intensidade dos conflitos que marcaram o Governo Goulart permitiu que a facção anti-Vargas mobilizasse a maioria do oficialato sob a alegação de ameaça à hierarquia militar e à ordem social. Carvalho³²⁹ aponta que dentro das Forças Armadas a polarização era grande, e os ódios, maiores. Após a vitória, seguiu-se expurgo semelhante aos da década de 1930. De

³²⁴ Esse levante, ao constituir-se em ruptura dos padrões normais de subordinação, mostrou-se um campo fértil para considerações sobre a vivência militar e suas contradições. Cf. PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 1992. p. 10.

³²⁵ CARVALHO, J. *Op. cit.* p. 115.

³²⁶ As tropas enviadas pelo Ministro da Marinha, Sílvio Mota, foram acolhidas pelos marinheiros, reunidos no sindicato, concretizando-se a união dos soldados-do-mar e com os da terra da Marinha. A unidade estava selada. A hierarquia fora rompida oficialmente, a rebelião estava caracterizada. As ideias da associação haviam penetrado profundamente também a tropa de elite do Corpo de Fuzileiros Navais. Esse fato deu mais ânimo e confiança aos marinheiros rebelados e abalou profundamente a estrutura, a hierarquia da Marinha. Cf. CAPITANI, Avelino Biohen. *A rebelião dos marinheiros*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 69.

³²⁷ Brasil: Nunca Mais (BNM) nº 28.

³²⁸ MENDES, Ivan de Souza. Depoimento do então Tenente-Coronel e atual General. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 142.

³²⁹ CARVALHO, J. *Op. cit.* p. 116.

1964 a 1968, 1312 militares foram expulsos da corporação, dos quais 574 oficiais e 738 praças. Os que constavam nas listas eram oficiais, líderes da corrente nacionalista do Clube Militar, os que apoiaram o General Lott em 1955³³⁰, os que apoiaram Goulart e, entre as praças, as que participaram das manifestações de 1963 e 1964.

Medidas tomadas pelos militares vitoriosos em 1964 implementaram reformas organizacionais que buscavam imunizar as Forças Armadas contra as divisões políticas. Carvalho³³¹ afirma que além dos expurgos dos opositores, intensificou-se o controle hierárquico e ideológico sobre os oficiais, expandiram-se os serviços de inteligência, reformou-se o sistema de promoção e reforma de modo a impedir a permanência por muito tempo de oficiais na ativa ou no mesmo posto. A eliminação da política na sociedade, mediante a censura e a repressão, serviu também para ajudar a eliminar, ou ocultar os conflitos internos.

Apesar da repressão às suas mobilizações, os subalternos militares constituíam as Forças Armadas e ajudavam a legitimá-la enquanto instituição militar. Segundo Carr³³², é desorientadora a tentativa de traçar uma distinção entre a visão da ação do homem como integrante de um grupo, pois o indivíduo é por definição membro de uma sociedade, ou de mais de uma sociedade (grupo, classe, nação). Assim, os seres humanos não agem sempre por motivo de que tenham plena consciência ou que estejam querendo confessar. Além disso, para o autor, o indivíduo, moldado pela sociedade, é dependente da sociedade (ou grupo social), assim como ela, pois o homem é modelado pela sociedade tão eficazmente quanto a sociedade é modelada por ele.

As lutas dos subalternos militares adquirem uma importância maior no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, especialmente durante o Governo Goulart. A radicalização de suas posições frente à ordem hierárquica militar teve como consequência uma forte repressão por parte da oficialidade antinacionalista. Esta, visando a restaurar a disciplina e a hierarquia, pressupostos organizacionais da instituição militar, articulou uma aliança com setores da sociedade civil, possibilitando o golpe civil-militar de 1964.

A mobilização dos subalternos militares contava com a simpatia e apoio das esquerdas nacionalistas civis na época. Essa aproximação ideológica era semelhante à aproximação da

³³⁰ Com o objetivo de sufocar a conspiração que se travava no seio das Forças Armadas, em 11 de novembro de 1955, o General Lott, então Ministro da Guerra, deu um golpe preventivo assegurando a posse do presidente da República eleito, Juscelino Kubitschek. A aliança entre setores fiéis a Lott e os nacionalistas é selada, tornando este General o líder maior da corrente constitucionalista-nacionalista das Forças Armadas Brasileiras. Cf. PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 104.

³³¹ CARVALHO, J. *Op. cit.* 116.

³³² Cf. CARR, Edward. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

elite liberal golpista militar com os civis conservadores responsáveis pela tentativa de desestabilização do Governo Goulart.

A contestação da hierarquia militar por parte dos militares de baixa patente significava a tentativa de atingir as demandas desses militares. Estes, porém, foram reprimidos pela estrutura institucional-militar, após o golpe civil-militar. Assim como a estrutura militar modelava ou tentava modelar a atuação de seus integrantes, os militares, inclusive os subalternos, consolidavam a influência da instituição militar sobre a sociedade. A relação entre ambos, logo, refletia uma interdependência entre militares e instituição, ou sujeitos e estrutura.

A repressão aos militares, punidos com expurgos, punições, prisões, consolidava a tentativa, por parte da oficialidade antinacionalista, de reforçar a estrutura militar, mediante o bloqueio de discussões políticas por parte dos setores subalternos. Os oficiais antinacionalistas assumiriam postos de comando durante a ditadura civil-militar entre 1964-1984.

A organização militar, que se alterara na estrutura, na ideologia e no poder político por força do acordo com Getúlio Vargas³³³, mostrou-se incompatível com a reorientação ideológica e política do Presidente, ocorrida em 1950. A partir de então, a luta foi constante. Segundo Moraes³³⁴, poucas viradas políticas apresentam tanta importância para a compreensão da história contemporânea do Brasil quanto a ruptura da aliança entre o cesarismo³³⁵ varguista e a cúpula militar. Vargas mostrou-se coerente com o projeto político esboçado em 1943-1945, centrado na luta pelo desenvolvimento industrial autônomo e na redistribuição de renda a favor dos assalariados urbanos. A cúpula militar, por seu lado, também se mostrou coerente em sua opção pelo alinhamento no campo estadunidense, assimilando os postulados estratégicos da Guerra Fria e, no plano interno, por sua hostilidade aos sindicatos e às forças políticas progressistas. Após a morte de Vargas, passou-se a

³³³ A Era Vargas foi marcada por uma mudança nas relações entre o presidente da República e as Forças Armadas. Ao chegar ao governo em 1930, Vargas incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político, fazendo delas um dos pilares de sustentação, um contrapeso às forças oligárquicas. O auge do entendimento deu-se durante o Estado Novo (1937-1945). Nos últimos anos do Estado Novo, no entanto, começou o processo de ruptura das relações, culminando com o golpe civil-militar de 1964. Cf. CARVALHO, J. *Op. cit.* p. 102.

³³⁴ MORAES, João Quartim de. O argumento da força. In: DREIFUSS, René Armand (org.). *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 34.

³³⁵ Cesarismo configura-se na ligação entre um líder civil (ou militar) com setores do Exército. A ideia de um poder forte, que soubesse desvincular-se dos interesses dos grupos e dos indivíduos e aliar-se estreitamente ao Exército, com o fim de articular uma política equilibrada que correspondesse mais aos interesses globais da modernidade. O cesarismo exprime sempre a solução arbitral, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 63.

combater sua herança política, ou seu fantasma, que se diziam encarnados em Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Segundo Ferreira, pode-se dizer que os acontecimentos de 1935 foram fundamentais para que o anticomunismo ganhasse corpo entre os militares brasileiros. O que se viu no caso do Exército foi a combinação entre o inimigo da hora (participantes da Mobilização Comunista de 1935) e generalizações universalistas que caracterizavam o comunismo como a ameaça à ordem instituída, que deve ser reprimida. Assim, o Exército consolida uma aproximação com setores civis.

O anticomunismo latente em setores militares era reflexo de um suposto temor ao chamado “perigo vermelho”. No entender de Rodeghero³³⁶, o perigo do comunismo pareceu estar associado ou ser amplificado devido à existência de sentimentos de antiamericanismo, de nacionalismo – ou de “ultranacionalismo” – entre a população brasileira e entre certas lideranças do país. Comunismo, antiamericanismo e “ultranacionalismo” foram tratados conjuntamente em várias situações na correspondência que circulava entre Departamento de Estado, Embaixada e consulados no Brasil. O que pode ser observado em um documento, publicado por Rodeghero³³⁷, no qual o embaixador Lincoln Gordon comparou a esquerda brasileira a um zoológico:

No Brasil, a esquerda é como um zoológico, com todos os tipos de espécimes (sic); muitos deles, provavelmente a maioria deles, não são simpatizantes diretos dos comunistas. Mas se ao invés de tentar contar cabeças comunistas olhar-se para a penetração de ideias socialistas estatistas na esquerda e em outros círculos e a aceitação de todo um conjunto de sofismas promovidos pelos comunistas – a tese do “processo de espoliação”, por exemplo, e num nível mais elitizado, o argumento dos termos de comércio, a tese de que os anticomunistas são tão ruins quanto os comunistas (senão piores) etc. -, tem-se um quadro ainda mais preocupante. E há ainda toda uma bagagem de controle e estatismo deixada pelo Estado Novo, e os muitos arranjos feitos desde então, que dão ao presidente tremendo poder de influenciar comportamentos e atitudes³³⁸.

Rodeghero³³⁹ aponta que o modelo de desenvolvimento que as administrações estadunidenses tinham em mente – e que deveria servir para resolver os problemas do Brasil – era composto pelos seguintes elementos: criação de um bom clima para a entrada de capital

³³⁶ RODEGHERO, Carla. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 165.

³³⁷ *Idem.*

³³⁸ GORDON, Lincoln. Documento de agosto de 1963. In: RODEGHERO, Carla. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 165.

³³⁹ RODEGHERO, C. *Op. cit.* p. 169.

privado internacional, manutenção da estabilidade política e monetária, oposição a nacionalismo econômico e estatismo, desenvolvimento industrial dentro de certos limites etc.

A depuração interna ocorrida nas Forças Armadas partia da ideia dos agitadores que defendiam o golpe de Estado. Na Marinha, por exemplo, segundo Duarte³⁴⁰, os golpistas da direita militar que conspiravam para desencadear o golpe viam os setores nacionalistas como responsáveis por uma possível desestruturação da estrutura militar.

Depreende-se, segundo *Perfil dos atingidos do Projeto Brasil: Nunca Mais*³⁴¹, que o saneamento de focos de discordância no interior das Forças Armadas foi uma das primeiras e prioritárias decisões do regime emergente. Tratou-se, por assim dizer, de executar uma intervenção cirúrgica que não deixasse intacto qualquer núcleo capaz de reanimar o espírito rebelde que se espalhara nas Armas durante as lutas nacionalistas e em defesa das ditas Reformas de Base. A pequena incidência de processos atingindo militares nos anos posteriores parece significar que, nesse campo, a cirurgia foi encetada com êxito.

Em praticamente todos esses processos atingindo o meio castrense constata-se que a maior parte dos réus terminava sendo atingida também com a condenação infalível representada pelo afastamento do serviço ativo da Força em questão, independentemente do curso judicial do processo. A ordem interna constituía-se em uma prioridade para a hierarquia militar.

Essa ordem hierarquizada seria restabelecida com o golpe civil-militar de 1964. Nítida demonstração de violência política, essa intervenção refletiria o que Michaud³⁴² classifica como uma violência contra o poder ou violência de baixo. Visando à reorganização do poder, ela é a das sublevações e das revoluções, e também dos golpes de Estado e putschs. Duas condições são necessárias, é preciso que exista, e seja identificado como tal, um poder central em condições de ser ocupado por grupos com ideias, projetos e interesses antagônicos. Por outro lado, é preciso que grupos conscientes proponham projetos gerais, relativos à organização da sociedade, do poder político e do Estado.

Esse Estado, contudo, apesar da substituição de seus grupos governantes, não perde a sua função enquanto detentor do monopólio da violência. Para Fontana, entre as características do Estado Moderno, destaca-se como fundamental o fato de ser o detentor do monopólio da violência, tanto para fora, na defesa contra os inimigos externos na guerra, como para dentro, atuando contra os inimigos da ordem social estabelecida pela polícia e pela

³⁴⁰ DUARTE, A. *Op. cit.* p. 24.

³⁴¹ PERFIL DOS ATINGIDOS. TOMO III DO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 120.

³⁴² MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 23.

justiça. Neste último terreno, a ação do Estado combina a defesa dos súditos contra a delinquência (mediatizada pelo fato de que é ao Estado que corresponde, em última instância, definir o que deve ser considerado delinquência), com a proteção dos grupos dominantes da sociedade contra a subversão a que podiam sentir-se tentados os dominados.

A efetividade da ordem autoritária, assim, segundo Barraza³⁴³, radica na onipresença da violência. A violência física que não se exerce sobre todos, mas da qual todos sabem que poderiam ser suas vítimas possíveis. Para cair vítima, basta um certo grau de inadaptação passiva. Em princípio, ninguém está a salvo e nada outorga imunidade. É assim que a violência permeia toda a sociedade e se introduz sob a pele de cada um. A ameaça onipresente da violência física se entrelaça, e se confunde, com aquela que se manifesta subreptícia e permanentemente, através de símbolos, marcas e advertências, com que o poder disciplina a vida social, chegando a transformar imperceptivelmente não apenas o que cada pessoa é, mas inclusive o que quer ser.

A estratégia fundamental reside na despolitização da sociedade e dessocialização da política. Dois aspectos de uma só estratégia: “impedir que a sociedade em seu conjunto pense e atue por si própria e que a reflexão e ação política refiram-se à totalidade social. A estratégia autoritária gera e requer conformismo. Este supõe que o indivíduo reprima a si próprio, supõe que o indivíduo ponha-se em suspenso.”³⁴⁴

Logo, quando se fala em violência política, para Marcondes Filho³⁴⁵, deve-se ter sempre em mente que ela nunca é só política. Quando grupos extremistas tomam o poder, então se pode contar que seus atos vão se alastrar. O político é apenas um meio para se chegar a outros territórios. Nesse momento, a violência política transcende o espaço puramente político e se transforma numa violência generalizada, numa forma de ação contra tudo o que havia sido feito antes.

A pretensa despolitização da sociedade, assim como a despolitização da instituição militar, constituíram-se nos objetivos centrais das ações estatais no período posterior ao golpe civil-militar de 1964. Na instituição militar o foco era a restituição do poder hierarquizado, com o controle exercido pelos setores antinacionalistas.

A ameaça, através de processos e punições contra os militares insurretos, servia como uma tentativa de reconstituição da ordem hierarquizada. Os processos iniciados, já em 1963,

³⁴³ BARRAZA, Ximena. Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária. In: MAIRA, Luís (org.). *América Latina: novas estratégias de dominação*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 147.

³⁴⁴ BARRAZA, X. *Op. cit.* p. 165.

³⁴⁵ MARCONDES FILHO, Ciro. *Violência política*. São Paulo: Moderna, 1987. p. 11.

indicavam que a tentativa de sublevação dos setores nacionalistas militares seria duramente reprimida pela oficialidade antinacionalista.

A luta contra o fantasma político de Vargas voltou a se aguçar em agosto de 1961 com a renúncia de Jânio Quadros que foi eleito presidente da República em 1960. A sua renúncia constituiu-se em uma surpresa para as esquerdas tanto quanto para a direita civil-militar. Em depoimento ao *Coojornal*³⁴⁶, Olímpio Mourão Filho, emérito golpista conspirador, afirma:

Jânio pirou! Denys, Heck e Grun Moss foram vencidos e Jango é presidente. Em 25 de agosto de 1961, perguntei pelo meu carro e ele me respondeu que estavam trabalhando nele porque a Cia entrou em prontidão rigorosa. Como? Perguntei. Alguma novidade? Ele, na máxima calma, me respondeu que estavam dizendo que Jânio Quadros renunciou. [...] Ora, Jânio Quadros havia condecorado Che Guevara, suas atitudes eram muito suspeitas e Carlos Lacerda já havia dado um grito, feito na véspera ou antevéspera se não me engano. Pensei logo que o Denys (anticomunista roxo) derrubou o Jânio e vamos ter uma ditadura.

A posse de Goulart, em si, já foi um compromisso na medida em que o mesmo foi forçado a aceitar o regime parlamentarista. Sob o aspecto militar, ela apresentou uma característica da década de 1930, pois foi garantida também pela ação dos sargentos. Foram eles os responsáveis, entre outras coisas, pela desativação de aviões em Canoas, no Rio Grande do Sul, por planos de resistência no Rio de Janeiro, pela retirada dos tambores de óleo colocados no aeroporto de Brasília por oficiais da Aeronáutica para impedir a chegada do Presidente, ação precedida pela prisão dos oficiais.

Em depoimento o então sargento Jelcy Rodrigues que, como sargento-paraquedista, havia participado do dismantelamento de duas tentativas de golpe anteriores, Jacareacanga³⁴⁷ e Aragarças³⁴⁸, antes da posse de Juscelino Kubitschek, afirma que: “a grande explosão de consciência veio com a Cadeia da Legalidade, para defender a posse de Jango em 1961. Foi a grande conscientização de massa. O grande slogan da época era ‘sargento também é povo’”³⁴⁹

³⁴⁶ MOURÃO FILHO, Olímpio. *Memórias de um conspirador – depoimento do General Olímpio Mourão Filho*. COOJORNAL. Edição especial de agosto de 1978.

³⁴⁷ Kubitschek tomou posse em 31 de janeiro de 1956, mas em 11 de fevereiro o major-aviador Haroldo Veloso e o capitão-aviador José Lameirão renderam o oficial-de-dia do Campo dos Afonsos, arrombaram o hangar e decolaram com um avião de caça e combate rumo à Base do Cachimbo, e de lá para Jacareacanga, no sul do Pará. Queriam sublevar efetivos militares contra o governo. Chegaram a dominar algumas regiões e a cidade de Santarém, a revolta durou dezoito dias. Foi sufocada, definitivamente, em 29 de fevereiro. Os rebeldes se refugiaram na Bolívia e foram anistiados pouco depois pelo presidente Juscelino. Cf. COSTA, José da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 53.

³⁴⁸ Anistiado, o major Haroldo Veloso, junto com o tenente-coronel João Paulo Burnier, tentou iniciar um movimento para derrubar Kubitschek. Partiram no dia dois de dezembro de 1959 do Rio de Janeiro, com três aviões Douglas C-47 e um avião comercial sequestrado da Panair, e de Belo Horizonte com um avião particular, rumo a Aragarças, em Goiás. Intentavam ataques que não conseguiram. A revolta durou apenas 36 horas e seus líderes fugiram de avião para o Paraguai, Bolívia e Argentina. Somente retornaram ao Brasil no Governo Jânio Quadros. Cf. COSTA, J. *Ibid.* p. 53-54.

³⁴⁹ RODRIGUES, Jelcy. Depoimento do então sargento da Aeronáutica. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 53.

O então sargento Amadeu Felipe³⁵⁰, em depoimento, afirma que:

O General Amaury Krueel foi uma peça importante na capitulação de Jango. Ele havia tirado o então vice-presidente do Ministério do Trabalho do Governo Vargas, mas espertamente chamou-o para ser padrinho de seu filho. Amaury Krueel foi quem viajou em companhia de Tancredo Neves para convencer Jango, que voltava da China, a aceitar o parlamentarismo. A oficialidade era assim: tinha um percentual organizado de direita e outro de esquerda. Sendo que o de direita era levemente superior. Mas pela primeira vez aquele grosso da oficialidade, que não era organizado, tinha aderido à direita. Desequilíbrio. A oficialidade de esquerda não teve outra chance a não ser assumir com os sargentos. Fizeram comissões de sargentos no Rio, o pessoal não cumpria mais ordens. Quando Jango aceitou o parlamentarismo, para nós foi um desafio. Se houvesse uma intransigência haveria o conflito e a gente não sabia no que ia dar. O Brizola ficou doido da vida, porque queria o conflito, que o Jango tivesse a afirmação política naquele momento, mas essa não era personalidade do Jango.

No ano de 1963, Brizola organiza grupos populares em defesa do regime democrático. Conhecidos como grupos dos onze³⁵¹, esses setores sociais tiveram uma intensa participação dos partidários do PTB. Luís Carlos Prestes³⁵², líder histórico do PCB, aborda a aproximação de Brizola com setores militares e a formação dos grupos dos onze:

Com o Brizola havia divergências, claro. O Brizola estava lutando pelo Ministério da Fazenda, contra o Jango. Tinha uma posição abertamente contra o Jango. E tinha mobilizado os grupos dos onze, para a luta armada. A posição de Brizola nesse sentido era radical. Considerava-o exagerado. [...] Ele exercia influência. Nos sargentos do Exército, por exemplo. Sabe que nós tínhamos um bom trabalho entre os sargentos, até 1952, quando o trabalho caiu nas mãos da polícia. Foram punidos muitos sargentos, outros processados. Posteriormente, tivemos muitas dificuldades para reorganizar o movimento. [...] Estávamos lutando para recuperar essa gente, mas a maioria ia para o Brizola, para o grupo dos onze.

Afetados pela conjuntura participativa e por sua inexperiência política, os sargentos revoltaram-se em 1963³⁵³ na capital do país, e tomaram as bases aéreas de São Paulo, prendendo os oficiais. Embora fracassados, para Carvalho³⁵⁴ esses movimentos causaram pânico entre o oficialato, que via ameaçado seu controle sobre a organização. Em março de

³⁵⁰ FELIPE, Amadeu. Depoimento do então sargento do Exército. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 57.

³⁵¹ A denominação “grupo dos onze” tem caráter popular e refere-se aos grupos de pessoas que se organizavam sob o comando do então deputado federal, pelo Estado da Guanabara, Leonel Brizola, com o objetivo de defender as Reformas de Base pregadas por setores da esquerda nacionalista. Cf. SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS (1947-1968)*. Universidade de Passo Fundo, 2003. p. 19.

³⁵² PRESTES, Luiz Carlos. Depoimento do então líder do PCB. In: MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo*, 1989. p. 266.

³⁵³ Esse levante ao constituir-se em ruptura dos padrões normais de subordinação, mostrou-se um campo fértil para considerações sobre a vivência militar e suas contradições. Cf. PARUCKER, P. *Op. cit.* p. 10.

³⁵⁴ CARVALHO, J. *Op.cit.* p. 115.

1964, marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro. A reação do ministro da Marinha transformou a reunião em rebelião³⁵⁵, assustando ainda mais a oficialidade. Da sublevação dos marinheiros resultou um processo gigantesco, consequência do Inquérito Policial Militar (IPM) determinado, a três de abril de 1964, pelo recém-empossado ministro da Marinha Augusto Grunewald, atingindo a espantosa cifra de 1123 indiciados, dos quais 284 foram judicialmente processados, todos eles marinheiros e fuzileiros navais³⁵⁶.

O comparecimento de Goulart a uma reunião de sargentos no Automóvel Club constituiu-se na justificativa necessária para o recrudescimento da movimentação insurrecional dos setores antinacionalistas das Forças Armadas. Nesse encontro, o presidente Goulart pronunciou um discurso apoiando as manifestações dos sargentos e demais subalternos militares. Foi o que bastou para desencadear em 31 de março o movimento golpista civil-militar.

O apoio de Brizola e de Goulart à revolta dos sargentos, violando a hierarquia disciplinar, é lembrado pelos militares que tiveram ativa participação no golpe. Segundo Mourão Filho³⁵⁷, essa ingerência dos trabalhistas na instituição militar contribuiu para fazer com que os oficiais legalistas passassem para o campo dos facciosos.

A intensidade dos conflitos que marcaram o governo Goulart permitiu que a facção anti-Vargas mobilizasse a maioria do oficialato sob a alegação de ameaça à hierarquia militar e à ordem social. Carvalho³⁵⁸ aponta que dentro das Forças Armadas a polarização era grande, e os ódios, maiores. Após a vitória seguiu-se o expurgo semelhante aos da década de 1930. De 1964 até 1968, 1312 militares foram expulsos da corporação, dos quais 574 oficiais e 738 praças. Os que constavam nas listas eram oficiais, líderes da corrente nacionalista do Clube Militar, os que apoiaram o General Lott em 1955, os que apoiaram Goulart e entre os praças, os que participaram das manifestações de 1963 e 1964.

A partir daí, segundo Motta³⁵⁹, havia no interior da coalizão comunista, uma forte disposição favorável à derrubada do Presidente. As conspirações golpistas, que existiam desde

³⁵⁵ As tropas enviadas pelo Ministro da Marinha, Sílvio Mota, foram acolhidas pelos marinheiros, reunidos no sindicato, concretizando-se a união dos soldados-do-mar e da terra da Marinha. A unidade estava selada. A hierarquia fora rompida oficialmente, a rebelião estava caracterizada. As ideias da Associação haviam penetrado profundamente também na tropa de elite do Corpo de Fuzileiros Navais. Esse fato deu mais ânimo e confiança aos marinheiros rebelados e abalou profundamente a estrutura, a hierarquia da Marinha. Cf. CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 69.

³⁵⁶ *Brasil: Nunca mais (BNM)*. Nº 28.

³⁵⁷ MOURÃO FILHO, O. *Op. cit.* p. 252.

³⁵⁸ CARVALHO, J. *Op. cit.* p. 116.

³⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 268.

antes da posse de Goulart, “[...] deixaram de ser confabulações de grupos radicais à margem do processo político e passaram a envolver ‘gente graúda’ dos meios civis e militares. As condições estavam postas e os atores principais do golpe estavam preparados. [...] Somente no início de 1964 que a coalizão conservadora, majoritariamente, inclinou-se pela ruptura institucional”³⁶⁰.

Somado a isso, a participação dos EUA na elite golpista era permanentemente alertada por setores da esquerda que buscavam a defesa da permanência de Goulart no poder. Agee³⁶¹ afirma que em 1º de abril de 1964:

No Brasil estava tudo terminado com relação a Goulart, e muito mais depressa do que era de se esperar. Ele mesmo deu aos militares e aos líderes políticos da oposição o pretexto que precisavam: um discurso no Clube dos Sargentos no qual os apoiava contra a unidade dos oficiais. Isso, vindo imediatamente após os atos de insubordinação por parte dos soldados rasos, marinheiros e fuzileiros, não poderia calhar melhor para os nossos objetivos. O reconhecimento do novo governo militar pelos Estados Unidos foi quase que imediato, não mais discreto, mas acho que bastante sintomático da euforia que deve reinar agora em Washington, depois que dois anos e meio de operações (destinadas a evitar que o Brasil descambasse para a esquerda com Goulart) frutificaram auspiciosamente. Nossa campanha contra ele seguiu a mesma linha que as efetuadas contra a infiltração comunista nos governos de Velasco e Arosemena, no Equador. [...] A base no Rio e suas outras dependências estavam financiando as manifestações urbanas em massa contra o governo de Goulart para provar que os velhos temas como Deus, pátria, família e liberdade sempre prevalecem.

Neste subcapítulo buscou-se apontar as divisões internas das Forças Armadas Brasileiras e as conseqüências das posições adotadas pelos militares no cenário político nacional. O expurgo dos setores nacionalistas da caserna consolidou-se como a principal decisão dos grupos que lideraram o movimento golpista de março de 1964. Medidas tomadas por esses militares vitoriosos implementaram reformas organizacionais que buscavam imunizar as Forças Armadas contra as divisões políticas. Além dos expurgos dos opositores, intensificou-se o controle hierárquico e ideológico sobre os oficiais, expandiram-se os serviços de inteligência, reformou-se o sistema de promoção e reforma de modo a impedir a permanência por muito tempo de oficiais na ativa ou no mesmo posto. A eliminação da política na sociedade, mediante a censura e a repressão, serviu também para ajudar a eliminar ou ocultar os conflitos internos.

³⁶⁰ *Ibid.* p. 268-273.

³⁶¹ AGGE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. 2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1976. p. 366.

TERCEIRO CAPÍTULO: As estratégias utilizadas por Leonel Brizola para apoiar as demandas dos setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras entre 1961-1964

Procura-se no presente capítulo discutir a viabilidade da aplicação do conceito de populismo para as ações políticas dos trabalhistas, em especial de Leonel Brizola. Pretende-se também analisar as influências de tradições políticas anteriores no pensamento e ação de Leonel Brizola no período delimitado.

3.1 “Populismo” ou reformismo social? A influência do trabalhismo petebista na ação política de Leonel Brizola

O conceito de populismo foi utilizado de uma maneira considerável para designar a atuação de políticos vinculados ao trabalhismo. Nesse subcapítulo busca-se discutir o conceito de populismo e a sua aplicabilidade para a ação política das lideranças trabalhistas, Brizola em especial, durante o período estudado.

O populismo, em seu sentido mais geral, marcaria a passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna. Parcela da historiografia latino-americana sobre o tema considerava que esse desenvolvimento histórico ocorreu após 1930, com um rápido processo de urbanização e industrialização. A realidade latino-americana aparecia como uma realidade complexa, repleta de arcaísmos. Mas essa realidade estava em transição. Pouco a pouco, reduzia-se o peso do tradicional e crescia a importância do moderno. No limite estaria a sociedade urbano-industrial, democrática, racional, onde não haveria nem demagogos nem carismáticos. No curso da transição surgem os movimentos populistas, compostos principalmente de amplas massas de escassa ou nenhuma experiência no mundo urbano³⁶². Em todos os movimentos populistas, a mobilização das massas populares das áreas marginais rebaixa ou ameaça rebaixar os canais de participação que a estrutura social é capaz de oferecer³⁶³.

Por sua vez, o período, que se estende de 1945 até a queda do Governo Goulart, é caracterizado por parte da historiografia como de ampla liberdade de expressão, onde as forças e tendências (massas populares urbanas e setores sociais ligados à industrialização),

³⁶² IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 21.

³⁶³ GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973. p. 157.

que puseram fim ao Estado Novo, amadurecem plenamente e chegam ao limite de suas possibilidades de manifestação com a série de crises que termina em abril de 1964³⁶⁴.

As classes médias urbanas seriam os grupos mais importantes que pressionaram no sentido da derrubada da oligarquia. Porém, esses grupos não possuíram condições para negar de maneira radical e eficaz o quadro institucional, mas apenas conseguiram redefinir suas relações com ele. “Além disso, o Estado surgido pós-1930 colocava-se acima do compromisso estabelecido entre os setores urbanos e os grupos agrários dominantes. Esse compromisso, logo, não legitima o poder do Estado. Este encontra legitimidade nas massas populares urbanas”³⁶⁵.

A partir dessa noção de busca de legitimidade nas massas urbanas, surge o fantasma do povo na história política brasileira, o qual será manipulado por Vargas. Este criará uma estrutura estatal de controle dos sindicatos, doando uma legislação trabalhista para os trabalhadores das cidades (atendendo às pressões das massas urbanas, que manipulará sem molestar os interesses do latifúndio) e estabelecerá órgãos oficiais de propaganda. Legalizará a questão social, reconhecendo para as massas o direito de formularem reivindicações³⁶⁶.

As concepções de sociedade ou de trabalhadores são desprestigiadas pelos autores que classificam como populistas as relações entre líderes partidários e trabalhadores durante o período estudado, ou seja, estes últimos aparecem como potencialmente manipuláveis e dependentes do Estado e do partido que dá legitimidade política às ações do Executivo. As camadas sociais trabalhadoras são classificadas como massas, ignorando-se as especificidades, em termos de composição e de interesses das mesmas. Vistas como dependentes do Estado e sem autonomia em relação às organizações partidárias populistas, as massas trabalhadoras estariam impossibilitadas de conquistar a sua emancipação sócio-econômica.

Sobre as organizações sindicais, o que importa ter em conta é que dependem durante todo este período de um poder já constituído. Eis por que a influência do getulismo, do janguismo ou do janismo nos sindicatos oscila segundo o destino político de cada um desses líderes políticos. Essa falta de autonomia das organizações sindicais é apenas um aspecto da dependência política das organizações populares em geral (inclusive as partidárias), em face do poder constituído do Estado ou das regras de jogo ditadas pelos grupos no poder³⁶⁷.

³⁶⁴ WEFFORT, Francisco. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, ano 1, n. 7, maio de 1966. p. 138.

³⁶⁵ *Ibid.* p. 141.

³⁶⁶ *Ibid.* p. 143.

³⁶⁷ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003. p. 19.

Após 1945 a democracia teria como fundamento as massas urbanas, e como chefes os líderes populistas, consolidando o modelo de Estado do pós-1930. Os líderes políticos “estabelecem uma relação autoritário-carismática com as massas urbanas, estabelecendo-se uma distância entre o chefe autoritário e a massa submissa que não pode ser preenchida por nenhuma forma de comunicação que dê à massa o direito de influir diretamente sobre o líder”³⁶⁸. Esse modelo conceitual de populismo abarca lideranças políticas como Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, todos classificados como políticos populistas, sem o apontamento de especificidades nas ações políticas de cada um deles.

A Consolidação das Leis do Trabalho, o PTB, o peleguismo, o Estatuto do Trabalhador Rural, Vargas, Kubitschek, Goulart, Arraes, Brizola seriam parte de um mesmo sistema. E juntam-se Ademar de Barros, Hugo Borghi, Jânio Quadros e outros apresentados como integrantes do mesmo universo populista³⁶⁹. Todos eles são relacionados ao pensamento getuliano e particularmente à política de massas, como elementos ligados nuclearmente ou como variantes.

No período posterior a 1945, todos os grupos, inclusive as massas populares, participam direta ou indiretamente do poder; não obstante, como nenhum deles possui a hegemonia, todos veem o Estado como uma entidade superior, do qual esperam solução para os seus problemas. Nestas condições, em que nenhum dos grupos dominantes é capaz de oferecer as bases para uma política de reformas, as massas populares (sem nenhuma autonomia) aparecem novamente como a única força capaz de dar sustentação a essa política e ao próprio Estado e grupo dominante³⁷⁰. Este seria o ponto central do populismo, ou seja, a ausência de autonomia das massas populares, submissas ao jugo do líder carismático populista. O populismo, logo, “é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos em massa”³⁷¹.

A massificação da sociedade brasileira ocorre a partir do seguinte processo: a pressão popular sobre o Estado é marcada pela insatisfação mesmo quando se trata de setores relativamente integrados ao processo de desenvolvimento econômico; esta insatisfação é manipulada pelos líderes populistas e, através deles, pelo Estado; a situação das massas e suas formas políticas não são independentes de posições determinadas de classe, apesar de que as

³⁶⁸ WEFFORT, F. *Op. cit.* p. 150.

³⁶⁹ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 102.

³⁷⁰ WEFFORT, F. *Op. cit.* 1966. p. 155.

³⁷¹ WEFFORT, F. *Op. cit.* 2003. p. 28.

manifestações políticas de massas neguem essas posições de classe³⁷². Para os autores, como Octávio Ianni e Francisco Weffort, que concebem que as relações entre trabalhadores e líderes partidários desenvolviam-se a partir do paradigma populista, não existe uma nítida noção de classe social. Esta aparece como uma massa amorfa sem o mínimo de autonomia diante de líderes carismáticos que se utilizam de discursos aglutinadores desprovidos de um conteúdo de transformação social.

Um ponto em comum entre os autores é que o populismo na política brasileira é uma herança de Vargas e seus apoiadores, seja no PTB, no PSD ou na UDN. A política de massas, essência do padrão getuliano de desenvolvimento econômico, era caracterizada pela combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial. Essa combinação efetiva e tática de interesses destina-se a favorecer a criação e expansão do setor industrial, tanto quanto do setor de serviços³⁷³. O nacionalismo-desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas, promovia a crescente participação do Estado na economia. Como possibilitador da política de massas, o peleguismo, prática inerente da legislação trabalhista, possibilitava a manutenção dos sindicatos operários e dos setores médios dependentes do Ministério do Trabalho pelo controle dos recursos financeiros exercidos por este. Assim, os sindicatos e seus dirigentes reduzem-se a instrumentos de manobras políticas, às vezes totalmente alheias aos interesses dos assalariados³⁷⁴.

A composição social do proletariado industrial, predominantemente rural-urbana, constitui-se como um fator da inexperiência política do proletariado brasileiro, pois o seu horizonte cultural estaria profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. Nestes predominariam formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão, delimitadas pelo misticismo, violência e conformismo, como soluções tradicionais³⁷⁵.

Ianni e Weffort, em suas obras sobre o período posterior a 1930, são influenciados pela teoria da modernização de autores como Gino Germani e Torcuato di Tella³⁷⁶. Ambos situam-se na concepção funcionalista³⁷⁷ do populismo, que seria “um fenômeno aberrante produzido

³⁷² WEFFORT, F. *Op. cit.* 1966. p. 153.

³⁷³ IANNI, O. *Op. cit.* 1968. p. 55.

³⁷⁴ *Ibid.* p. 56.

³⁷⁵ IANNI, O. *Op. cit.* 1968. p. 57.

³⁷⁶ DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

³⁷⁷ Existem quatro enfoques básicos na interpretação sobre o populismo. Três deles consideram-no, simultaneamente, como um movimento e como uma ideologia. Um quarto o reduz a um fenômeno puramente ideológico. O primeiro enfoque considera o populismo como uma expressão típica de uma classe social. O segundo é qualificado como niilismo teórico, onde o populismo é destituído de conteúdo, pois a análise deveria

pela assincronia nos processos de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial³⁷⁸. A incorporação prematura das massas na vida política latino-americana gerou pressões que extravasaram os canais de absorção e de participação ofertados pelas estruturas políticas. A mentalidade das massas, dada a sua integração insuficiente, caracterizava-se pela coexistência de traços tradicionais e modernos³⁷⁹. Assim como Ianni, Germani aponta a influência da mentalidade (de origem rural e tradicional) das massas urbanas à sua incorporação em uma política de massas populista.

O populismo constitui-se em um movimento político que desfruta do apoio das massas, ou seja, da classe operária urbana e do campesinato, mas que não deriva do poder organizacional e autônomo de nenhum dos dois setores³⁸⁰. As classes sociais estão presentes no populismo, mas não enquanto classes, pois inexistente a ideia de consciência de classe, daí os autores como Ianni e Weffort considerarem a existência de massas. Essa análise aproxima-se da visão que aponta a atividade política do proletariado estando imersa na política de massas. Estas seriam organizadas em termos de consciência de massa, pois os interesses de classe, em particular os antagonismos com as outras classes e grupos sociais, não se estruturam a não ser parcialmente. E não chegam a fundamentar posições e diretrizes políticas proletárias, isto é, de classe³⁸¹.

Assim, a esquerda brasileira ficou aprisionada, no entender de Ianni³⁸². O autor justifica essa afirmação constatando que as técnicas da política de massas e o reformismo, conduzidos pelos setores mais audaciosos da política de industrialização, estabeleceram os limites e as condições tanto da politização como da atuação política do proletariado urbano. Em consequência, viveu oscilando entre as recomendações do marxismo e as exigências da democracia populista. O fato é que ela não conseguiu transformar a política de massas numa política de classes.

À análise do fenômeno político classificado como populismo, impõem-se algumas objeções. É questionável atribuir o populismo a uma etapa de transição de desenvolvimento, pois também em países³⁸³ desenvolvidos se registraram experiências ditas populistas. Mais

ser realizada diretamente sobre os movimentos sociais; assim, a análise dos fundamentos de classe de todo movimento constitui a chave para desvendar sua natureza. Um terceiro enfoque considera o populismo unicamente como uma ideologia (o anti-status quo, a desconfiança nos políticos tradicionais, o apelo ao povo e não às classes etc). E, por último, a concepção funcionalista. LACLAU, E. *Op. cit.* p. 151-153.

³⁷⁸ *Idem.*

³⁷⁹ GERMANI, G. *Op. cit.* p. 157.

³⁸⁰ Cf. DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1969.

³⁸¹ IANNI, O. *Op. cit.* 1968. p. 61.

³⁸² *Ibid.* p. 103.

³⁸³ Itália, França, Alemanha, são citados como exemplos de países que passaram por experiências de populismo. LACLAU, E. *Op. cit.* p. 160.

ainda, a teoria não nos fornece os instrumentos necessários para decidir sobre sua validade. Isto se deve ao fato de que o conceito de sociedade industrial não foi teoricamente construído – é, antes, o resultado do prolongamento de certas características das sociedades industriais avançadas e da adição meramente descritiva dessas características; enquanto o conceito de sociedade tradicional não passa de uma antítese de cada um dos traços da sociedade industrial, tomados individualmente. Dentro desse esquema, as etapas de transição só podem consistir na coexistência de características pertencentes a ambos os pólos. Sendo assim, o fenômeno populista aparecerá sempre como um agregado heterogêneo e confuso de tradicionais e modernos³⁸⁴.

Como síntese das ideias defendidas por Weffort e Ianni, depreende-se que o populismo seria uma política de massas, vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação dessa condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou a aquisição da verdadeira consciência de classe. O populismo está associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. O surgimento do líder populista, um homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder, completaria o ciclo³⁸⁵.

O fenômeno do populismo seria integrado, portanto, “por um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural)”³⁸⁶. As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeitos nessa relação política, mas sim como destinatários/objetos a que se remetem formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (pelas lideranças), o que significa ser enganados.

Os elementos centrais do modelo conceitual que classificaria como populismo as relações entre trabalhadores e Estado, no período analisado, poderiam ser resumidos em

³⁸⁴ LACLAU, E. *Op. cit.* p. 160.

³⁸⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 24-25.

³⁸⁶ *Ibid.* p. 25.

alguns pontos: o populismo constituiria uma relação pessoal entre um líder e um conglomerado de indivíduos, relação explicada através do recurso à ideia de demagogia, nem sempre claramente definida. “O líder populista não aparece como um verdadeiro político mas, sobretudo, como um aproveitador da ignorância popular, e as massas, na sua irracionalidade, não constituem fundamento para qualquer tipo de política. O populismo, desse ponto de vista, seria, pois, um fenômeno pré-político ou parapolítico”³⁸⁷.

De acordo com Bodea³⁸⁸, os grandes líderes do movimento trabalhista gestam, fortalecem, projetam e reproduzem a sua liderança essencialmente a partir da sua ascensão dentro de uma estrutura partidária regional e não, como muitos parecem supor, a partir de uma relação carismática direta entre o líder e a massa popular. Assim, o partido tende a projetar e consolidar a imagem do líder junto à massa. O líder torna-se o símbolo de um pensamento coletivo e o povo o segue. O carisma, quando houve, desenvolve-se posteriormente. Em relação a esse conceito, o autor utiliza-se da argumentação weberiana que o caracteriza como uma forma peculiar de poder. O autor analisa a existência de líderes, cuja autoridade se baseia não no caráter sagrado de uma tradição, nem da legalidade ou racionalidade de uma função, mas em um dom. Essa autoridade se funda em dons pessoais e extraordinários de um “indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por [...] qualidades exemplares que dele fazem o chefe, isto é, na capacidade extraordinária que ele possui. Em nossos dias, esse tipo se apresenta sob o aspecto do ‘chefe de um partido parlamentar’”³⁸⁹.

Por sua vez, Gomes³⁹⁰ procura investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil atribuindo-lhe um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades. A abordagem recusa-se em atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva. Nisso residia a grande dificuldade de utilização do conceito de populismo, que remetia à ideia de manipulação³⁹¹ política. A obra busca atribuir aos trabalhadores um papel ativo, uma presença constante na interlocução com o Estado, reconhecendo um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas capazes de

³⁸⁷ DEBERT, Guita. *Ideologia e populismo*. São Paulo: Queroz Editora, 1979. p. 1.

³⁸⁸ BODEA, M. *Op. cit.* p. 194.

³⁸⁹ WEBER, M. *Op. cit.* p. 57.

³⁹⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

³⁹¹ A categoria ‘manipulação’ é proposta pelos autores não de forma unidirecional, mas como possuidora de uma intrínseca ambiguidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas. É interessante observar que Weffort chega mesmo a sugerir a substituição de ‘manipulação’ por ‘aliança’ como categoria mais precisa para o que deseja situar. Contudo, não há investimento nesta modulação, nem por parte do autor, nem por parte de muitos outros que seguem suas pegadas. GOMES, A. *Op. cit.* p. 34.

se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las. Assim, afastava-se a dicotomia entre autonomia e heteronomia da classe, como forma de explicar a ausência de lideranças verdadeiras e a falta de consciência ou consciência possível.

A existência de um pacto trabalhista era a possibilidade de mediação das relações entre Estado e classe trabalhadora. A ideia de pacto procura enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso, nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente. A lógica desse pacto, cuja efetivação estava sendo datada, precisa ser entendida numa perspectiva temporal mais ampla, que conectava o período do pré e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado. “O trabalho procurava se contrapor a uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação”³⁹².

As análises de Ianni e Weffort (herdeiras da teoria da modernização de Germani e Di Tella, e oriundas do Grupo de Itatiaia³⁹³) apontam para a existência de uma sociedade civil incapaz de auto-organização. E a uma classe trabalhadora débil, impõe-se um Estado que, armado de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper. Se a classe não surgiu como se imaginava, ou como previa a teoria, a explicação poderia ser encontrada no poder repressivo de Estado, nos mecanismos sutis de manipulação ideológica e, ainda, nas práticas demagógicas dos políticos populistas. A teoria do desvio, assim, reforçou a interpretação que polarizava Estado e sociedade. Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo³⁹⁴.

A descrença de que o conceito (populismo) possa ser caracterizado como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964, ou como uma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, é permanente entre parte da historiografia dos anos 1990 e 2000. O populismo, sim, constituiu-se em “uma

³⁹² GOMES, A. *Op. cit.* 2001. p. 48.

³⁹³ Em meados da década de 1950 um grupo de intelectuais sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, passou a se reunir periodicamente com o objetivo de debater os problemas políticos do país. Como uma vanguarda o grupo (que fundou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), onde participavam Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Hermes Lima, Hélio Jaguaribe que fundariam o ISEB) esforçou-se para formular projetos políticos e estabelecer uma nova visão de mundo. Um dos problemas identificados foi o surgimento do populismo na política brasileira. O populismo era uma política de massas e estava associado a uma classe dirigente que perdera a sua representatividade, que carecia de exemplos e valores que orientassem toda a coletividade. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____(org.).

Op. cit. p. 67.

³⁹⁴ *Ibid.* p. 62.

categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada e, portanto construída, para explicar essa mesma política³⁹⁵.

O populismo estaria ligado a uma lógica política e não a um movimento identificado a uma base social específica. No caso brasileiro, desde Vargas até o golpe civil-militar de 1964, não se consolida uma liderança populista nos moldes propostos, pois desde a acomodação de seus apoiadores, por parte de Vargas, em dois partidos (PTB e PSD³⁹⁶) refletia-se uma fragmentação política. O PTB baseava-se nos setores urbanos, especialmente operários, e tentava a partir deles desenvolver um jacobinismo populista conceito esse trabalhado por Laclau³⁹⁷. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente reconstrução³⁹⁸.

O sucesso político dos trabalhistas e o crescimento eleitoral do PTB não foram casuais nem arbitrários, resultados das ações de um líder superconsciente, como Vargas, ou de uma burocracia pelego-ministerial, mas sim corresponderam a tradições, crenças e valores que circulavam na sociedade brasileira da época. O PTB foi a institucionalização do getulismo em partido político, transformando-se em um projeto para o país, nomeado de trabalhismo. Nessa época, uma geração de pessoas, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas sócio-econômicas do Brasil, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade. Assim,

³⁹⁵ *Ibid.* p. 63.

³⁹⁶ O Partido Social Democrático, durante o período de 1945-1964, conquistando a maioria no Congresso Nacional, liderou o processo político, comprometendo os demais partidos com uma política moderada. Além disso, sua origem estaria localizada nos interventores do Estado Novo e na oligarquia fundiária. O PSD, logo, não conseguiu responder com eficiência às novas questões surgidas durante o processo de radicalização política do início da década de 1960, fragmentando-se internamente e destruindo a coesão do sistema político. HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. p. 254.

³⁹⁷ Para Laclau, no jacobinismo, as interpelações popular-democráticas adquirem o máximo de autonomia compatível com uma sociedade de classe. A reabsorção das interpelações populares pelos discursos ideológicos de classe pode-se dar de duas maneiras: ou os elementos popular-democráticos se mantêm a nível de meros elementos, enquanto se aceita, cada vez mais, o marco ideológico vigente; ou se produz uma cristalização da inflexão jacobina: organização das interpelações popular-democráticas em uma totalidade sintética que, unida a outras interpelações que adaptam o jacobinismo aos interesses das classes que através dele se expressam, apresenta-se como alternativa antagonônica a ideologia vigente. LACLAU, E. *Op. cit.* p. 181. Ver também: LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 150.

³⁹⁸ GOMES, A. *Op. cit.* 2001. p. 48.

entre outras demandas materiais e simbólicas esperou encontrar os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar social³⁹⁹.

Nesse sentido, a concepção de Ferreira aproxima-se da definição de trabalhismo realizada por Gomes. O trabalhismo seria uma categoria de análise que se referia a um conjunto de ideias e práticas políticas, partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica, ou seja, o Estado Novo⁴⁰⁰. O trabalhismo reformista de Vargas dos anos 1950, e especialmente de Goulart e de Brizola, seria tributário da herança varguista dos anos 1930, mas também influenciado pelo ideário nacionalista-reformista que circulava nas sociedades latino-americanas.

A sociedade brasileira, entre 1945-1964, estaria dividida a partir da polarização social, reunindo de um lado as esquerdas, compostas por trabalhistas, comunistas, socialistas, sindicalistas, estudantes e facções das Forças Armadas, com o projeto nacional-estatista cujo programa, em termos gerais, baseava-se na soberania nacional, no desenvolvimento econômico e na justiça social; de outro, os liberais-conservadores de direita, como udenistas, políticos tradicionais, empresários, latifundiários, meios de comunicação e facções das Forças Armadas, defendendo restrições aos direitos do movimento sindical, o liberalismo econômico, a abertura do país ao capital estrangeiro e o alinhamento aos Estados Unidos da América⁴⁰¹.

A conjuntura delimitada pelos anos 1940 e início dos anos 1960 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país. Esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo eram elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época. Dentre os partidos que participaram da construção de um projeto político e social orientado de forma geral por tais objetivos, destaca-se o PTB, que, identificado com tais proposições, apresentou um projeto específico para o Brasil, qual seja, o trabalhismo brasileiro. Um projeto nacional preciso, definido e concatenado com a visão de futuro que alimentou as esperanças de parte da população brasileira⁴⁰². Isso, contudo, não indica que o trabalhismo consolide-se como um conceito substituto ao populismo.

³⁹⁹ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 11.

⁴⁰⁰ GOMES, A. *Op. cit.* 2001. p. 55.

⁴⁰¹ FERREIRA, J. *Op. cit.* 2005. p. 14.

⁴⁰² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, J. *Op. cit.* 2001. p. 172.

O projeto trabalhista seria herdeiro da tradição⁴⁰³ varguista. Constituiu-se no contexto de urbanização e de industrialização, e se caracterizava por um programa nacionalista, estatista e popular. Também por uma autonomia no quadro das relações internacionais, com a definição da política externa independente, bem como por um Estado intervencionista no campo econômico, regulador e desenvolvimentista. Identificados com essa tradição, conformaram-se, além de sindicatos oficiais, o PTB, que exercia a liderança das lutas nacionalistas (contra o capital estrangeiro, por uma lei rigorosa sobre a remessa de lucros para o exterior, pela afirmação do poder e cultura nacionais), pela distribuição de renda (aumento salariais, reforma tributária) e de poder (voto para os analfabetos e para os graduados das Forças Armadas, controle sobre o poder econômico das eleições etc.)⁴⁰⁴.

Tanto a tradição trabalhista quanto a comunista impregnaram todo o período de 1945-1964, ora competindo entre si, ora compondo alianças. Tais tradições não se afirmaram graças a manobras maquiavélicas de cérebros iluminados, ou de hábeis prestidigitadores. Não são obras do acaso, nem efeito de equívocos, ou ilusões. Afirmaram-se porque foram acolhidas pelos trabalhadores⁴⁰⁵. Essas duas tradições históricas constituíam-se como as esquerdas desse período histórico, com projetos bem definidos em programas políticos para o país. Nesses programas predominavam o reformismo social e o nacionalismo, daí a aproximação dessas tradições nos anos 1950 e 1960. Diante desse quadro de organização de duas perspectivas políticas esquerdizantes, os setores conservadores da sociedade civil e dos círculos militares organizaram uma reação que mais tarde poria fim ao período de plena democracia política formal. Assim, os trabalhadores acolheram as tradições das esquerdas trabalhista e comunista.

Essa visão contrapõe-se à generalização ou homogeneização dos setores sociais em categorias conceituais abstratas, como povo, massas, classe média. Ao estudar o universo dos trabalhadores, nunca encontramos nem trabalhadores isolados, nem uma teórica da classe trabalhadora com uma ação unitária, mas uma multiplicidade de micro-sociedades e de organizações trabalhadoras (grêmios, ligas, cooperativas, sindicatos), cujas referências culturais e ideológicas são muito diversificadas: anarquistas, comunistas, socialistas, cristãos

⁴⁰³ O termo tradição inventada é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado no tempo. Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997. p. 9.

⁴⁰⁴ REIS FILHO, Daniel. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, J. *Op. cit.* 2001. p. 346.

⁴⁰⁵ *Ibid.* p. 347.

etc. Todos essas coletividades têm suas próprias formas de organização, suas tradições e culturas específicas, uma história e uma memória particulares etc. É epistemologicamente impossível outorgar a algum desses agrupamentos sociais o atributo de encarnar ou representar esse grupo social que seria o dos trabalhadores. O mesmo se poderia dizer de outros abstratos setores sociais, como o campesinato, a burguesia, as classes médias, entre outros⁴⁰⁶.

Assim, procura-se romper com a ideia de manipulação de massas trabalhadoras, feita por parte de líderes carismáticos populistas, enfoque este que predominou em parte da historiografia sobre o período estudado, durante os anos de 1970-1980. A ideia de atores sociais que, diante de determinada conjuntura, procuram associar suas demandas a uma cultura política⁴⁰⁷ específica, parece ser mais adequada para analisar a estruturação do trabalhismo brasileiro nos anos de 1950 e 1960.

Esse trabalhismo⁴⁰⁸ passa por uma fase de radicalização de seu programa. A ideia de povo é ressaltada como um campo político e social oposto ao antipovo (representado por grupos oligárquicos e empresariais ligados ao capital financeiro internacional). Essa era a essência do trabalhismo, entendido como uma tradição política das esquerdas do período. As ações políticas de suas principais lideranças, especialmente a partir da segunda metade dos anos de 1950, caracterizaram-se por uma aproximação cada vez mais considerável com os movimentos sociais que buscavam uma reforma social.

A presente pesquisa pretende ir além da definição de populismo realizada por teóricos, herdeiros da teoria da modernização (Germani e di Tella, já referidos), como Ianni e Weffort.

⁴⁰⁶ GUERRA, F. *Op. cit.* p. 237.

⁴⁰⁷ É interessante enfatizar o trabalhismo como uma das tradições que integram uma cultura política brasileira do pós-1945. Entende-se, portanto, que uma cultura política é um conjunto de referências, mais ou menos formalizadas em instituições (no caso, partidos e sindicatos), e mais ou menos difundidas na sociedade. Ela não é homogênea e sofre transformações temporais e espaciais. É uma categoria polêmica, mas sua utilidade vem sendo testada em pesquisas que procuram entender de forma menos abstrata o comportamento e os valores políticos de atores individuais e coletivos. Quando fala-se do trabalhismo como uma das importantes ideologias e tradições da cultura política brasileira, destaca-se o caráter plural do que se entende por uma cultura política. Ela é marcada pela diversidade, pela competitividade e pelo movimento. Também não entende-se as tradições como algo rígido; elas são móveis, e sua força e duração vêm exatamente dessa capacidade de mudança, que é grande, mas não é arbitrária. GOMES, Ângela Maria de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; SOIHET, Rachel. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 41.

⁴⁰⁸ Misto de um forte dirigismo estatal e de uma forte conotação distributivista e participacionista, as propostas do programa inicial do PTB desdobraram-se em novas proposições e renovaram-se ao longo da conjuntura em que o partido atuou. Mas sua marca inicial, que pressupunha uma forte interlocução do partido com os trabalhadores, desdobrou-se como característica permanente da atuação dos trabalhistas. Apesar da existência de concepções diversificadas, havia um eixo, uma estrutura dorsal nacionalista, distributivista e desenvolvimentista, que fez com que o trabalhismo se constituísse, inegavelmente, em um projeto para o país. DELGADO, L. *Op. cit.* 2001. p. 177.

Essa classificação de populismo buscava definir de maneira negativa o conceito de populismo. Entende-se através da pesquisa que diferentemente do populismo definido pela referida historiografia representada por Ianni e Weffort, a atuação política de Leonel Brizola e do trabalhismo reformista da segunda metade dos anos 1950 eram herdeiros da cultura política trabalhista construída a partir de tradições políticas (varguismo, nacionalismo, reformismo) anteriores a criação do PTB. Na medida em que Brizola buscava constituir um campo político, qual seja, o “povo”, e o objetivo seria se opor a um outro campo, “antipovo” que representaria os interesses oligárquicos e burgueses associados ao capital estrangeiro.

Laclau aponta que “povo” não é um mero conceito retórico, mas uma determinação objetiva, um dos dois pólos da contradição dominante ao nível de uma formação social concreta. Tal perspectiva abre o caminho para a compreensão da relativa continuidade das tradições populares, em contraste com as descontinuidades históricas que caracterizam a estrutura de classes. O discurso político marxista é pródigo em referência à luta secular do povo contra a opressão, às tradições populares de luta etc. Como se sabe, essas tradições estão cristalizadas em símbolos, valores, nos quais os sujeitos interpelados por elas encontram um princípio de identidade. As tradições populares constituem o conjunto de interpelações que expressam a contradição povo/bloco de poder como distinta de uma contradição de classe. Na medida em que as tradições populares representam a cristalização ideológica da resistência à opressão geral, isto é, à própria forma do Estado, deverão ter maior duração do que as ideologias de classe e constituirão um marco estrutural de referência mais estável do que estas últimas. Além disso, as tradições populares não constituem discursos coerentes e organizados, mas, puramente, elementos que só existem articulados a discursos de classe⁴⁰⁹.

A presença de elementos populares em um discurso não é suficiente para transformá-lo em populista. O populismo começa no ponto em que os elementos popular-democráticos se apresentam como opção antagônica face à ideologia do bloco dominante, especialmente oligárquico. E o conjunto ideológico, do qual o populismo é apenas um momento, consiste na articulação desse momento antagônico a discursos de classe divergentes. O populismo está ligado à apresentação de interpelações popular-democráticas⁴¹⁰ como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante. Assim, o populismo surgiria ligado a uma crise do discurso ideológico dominante que é, por sua vez, parte de uma crise social mais

⁴⁰⁹ LACLAU, E. *Op. cit.* p. 172.

⁴¹⁰ A interpelação popular-democrática não só não tem um conteúdo de classe preciso, como ainda constitui o campo, por excelência, da luta ideológica de classes. A luta de classes em nível ideológico consiste no esforço em articular as interpelações popular-democráticas aos discursos ideológicos das classes antagônicas. *Ibid.* p. 114.

geral, tendo pouco a ver com uma determinada etapa do desenvolvimento, como supõe o enfoque funcionalista. Os fenômenos populistas podem se apresentar nos mais variados contextos⁴¹¹.

Existem dois tipos distintos de populismo: um populismo das classes dominantes e um populismo das classes dominadas. Isso não significaria que o populismo seja sempre revolucionário. Basta que, para assegurar sua hegemonia, uma classe ou fração de classe requeira uma transformação substancial do bloco de poder para que uma experiência populista se torne possível⁴¹².

Essa noção de populismo das classes dominadas aproxima-se do que Panizza⁴¹³ aponta como um terceiro enfoque de populismo. Essa concepção, no entendimento de Panizza⁴¹⁴, aponta para a constituição do “povo” como um ator político, entendendo o populismo como um discurso anti status quo que simplifica o espaço político mediante a divisão simbólica da sociedade entre “o povo” (como os “de baixo”) e seu “oposto” (ou seu “outro”):

As identidades tanto do “povo” como do “outro” são construções políticas, constituídas simbolicamente mediante a relação entre sua forma (o povo como significante) e seu conteúdo (o povo como significado) está dada pelo seu próprio processo de nomeação, ou seja, de estabelecimento de quem são os inimigos do povo (e para tanto, quem é o povo). Uma dimensão anti status quo é essencial ao populismo, já que a constituição plena das identidades populares necessita a derrota do “outro”, o que é entendido como opressor ou explorador do povo. O “outro”, em oposição ao “povo”, pode ser apresentado em termos políticos ou econômicos ou como uma combinação de ambos, significando “a oligarquia”, “os políticos”, um grupo étnico ou religioso dominante, “os insiders” de Washington, a “plutocracia”, ou qualquer outro grupo que impeça o povo atingir sua plenitude. [...] O populismo é um modo de identificação a disposição de qualquer ator político que opere em um campo discursivo no qual a noção de soberania do povo e seu corolário inevitável, o conflito entre os poderosos e os fracos, constituem elementos centrais de seu imaginário político.

Embora considere-se que o conceito de populismo construído por Panizza e Laclau estejam despojado de um viés pejorativo para designar um político populista, a pesquisa adota o conceito de cultura política trabalhista para definir as ações políticas de Leonel Brizola e

⁴¹¹ *Ibid.* p. 179.

⁴¹² *Idem.*

⁴¹³ O enfoque empirista analisa supostos casos de populismo pretendendo extrair uma série de características definidoras positivas. A maioria dos observadores supõe, ao utilizar o termo populismo, que o elemento comum existe e que aparece de maneira implícita e intuitiva, ao invés de fazer-lo de maneira explícita e analítica. Um segundo enfoque consiste em vincular o populismo com um determinado período histórico, formação social, processo histórico ou conjunto de circunstâncias históricas. Este enfoque, próximo às ideias de Ianni e Weffort, destaca a forte associação entre a política populista, como uma aliança de classes sob a condução de um líder carismático com Perón, Vargas e Cárdenas, e a estratégia de desenvolvimento mediante a incorporação de massas por líderes carismáticos e paternalistas e industrialização a partir da substituição das importações. PANIZZA, Francisco. O populismo como espejo de la democracia – Introdução. In: _____ (org.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 11-12.

⁴¹⁴ PANIZZA, F. *Op. cit.* p. 13-14.

dos atores políticos que compartilhavam de ideias reformistas radicais, nacionalismo e fortalecimento do Estado nacional. Mesmo considerando que Brizola procurava polarizar o “povo” do seu oponente (ou “outro”, conforme Panizza), qual seja, o “antípovo”. Assim, de um lado havia o povo constituído por trabalhadores urbanos e rurais, mas também por estudantes, militares nacionalistas, intelectuais comprometidos, entre outros, como aponta *Panfleteo*⁴¹⁵:

Em suas lutas o “povo” manifesta seu inconformismo com protestos de rua, greves, luta pela terra e defesa das bandeiras nacionalistas. Mas, de outro, existe o anti-povo: uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política até aos negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação de nosso povo. Esta minoria é que chamamos de anti-povo, de anti-nação.

Essa dicotomia apreçada por Brizola apareceria como um instrumento da luta política no sentido de construir uma identidade, “povo”, em oposição ao campo político que defendia interesses incompatíveis com a plena satisfação das necessidades da maioria da população. A ação política de Brizola apontaria para a intensificação de um reformismo⁴¹⁶ somado a radicalização da cultura política trabalhista predominante no PTB.

No presente subcapítulo procurou-se discutir a aplicabilidade do conceito de populismo para analisar a conjuntura estudada. Nota-se que o conceito, especialmente utilizado por autores herdeiros da teoria da modernização, como Weffort e Ianni, entendiam que o pacto populista predominava nas relações entre líderes carismáticos e massa de trabalhadores. Na pesquisa delimitou-se que o conceito de populismo foi historicamente construído e utilizado por um setor da historiografia latino-americana por um período, optando-se por considerar as ações de lideranças trabalhistas, como Brizola, como herdeiras de tradições específicas como, nacionalismo, fortalecimento do Estado e reformismo social.

⁴¹⁵ Organização dos “grupos de onze companheiros” – organização do povo. In: PANFLETO, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1964. p. 14.

⁴¹⁶ O reformismo sempre significou um progresso gradual em direção a transformações estruturais; tradicionalmente, encontrou sua justificativa na ideia de que as reformas são cumulativas e se constituem em etapas, conduzindo em alguma direção. PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. In: _____. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.58.

3.2 O jacobinismo brizolista e sua importância na conjuntura anterior ao golpe civil-militar de 1964

A ascensão de Goulart à presidência do PTB, na segunda metade da década de 1950, significou a aproximação do partido em relação aos setores mais à esquerda do espectro político. Nesse quadro, e ainda seguindo a linhagem iniciada por Vargas a que Goulart dera continuidade, Brizola expressaria a radicalização de um processo. “A atuação política de Brizola conferia-lhe uma potencial aura de líder revolucionário, que nenhum de seus antecessores tivera e sequer desejaria ter, o que facilitava a consolidação de uma imagem esquerdista para o novo trabalhismo”⁴¹⁷. Nesse sentido, procura-se no presente subcapítulo apontar a influência de tradições políticas anteriores na radicalização da ação política brizolista a partir do início da década de 1960.

A ampliação dos laços dos comunistas com grupos operários, já mencionada⁴¹⁸ no presente trabalho, produziu um resultado desafiador da linha política. Entre as esquerdas, o Partido Comunista Brasileiro era a organização de maior tradição. O PCB, no início dos anos 60, defendia um governo nacionalista e democrático, abandonando a clássica imagem da revolução proletária violenta. Ao reconhecer a popularidade do trabalhismo entre os trabalhadores, os comunistas passaram a atuar em conjunto com setores do PTB. No plano sindical, a aliança foi bastante fecunda. A partir de 1953 e até março de 1964, comunistas e trabalhistas, juntos, hegemonizaram o movimento operário e sindical e marcaram, com suas ideias, crenças e tradições, a cultura política popular brasileira, sobretudo no tocante ao estatismo⁴¹⁹.

A ação política de Brizola era a grande fiadora, aos olhos de uma parte das lideranças de esquerda, do acerto da política de aproximação. A atuação passada de Brizola dava-lhe, portanto, uma razoável margem de aceitação entre figuras que atuavam politicamente em movimentos populares e de esquerda fora das fileiras do PTB. Com ele empunhando o bastão do trabalhismo, acenava-se uma nova inflexão: o trabalhismo como caminho para o socialismo⁴²⁰.

Sento-Sé aponta que a associação entre as ideias defendidas por Brizola e o nacionalismo desenvolvimentista e sua versão mais popular, que vigoraram no Brasil nos anos 50 e 60, é verdadeira, mas não é tudo. Sento-Sé⁴²¹ afirma que reduzi-lo a essas

⁴¹⁷ SENTO-SÉ, J. *Op. cit.* p. 70.

⁴¹⁸ Ver o capítulo introdutório da presente dissertação. p. 8.

⁴¹⁹ Cf. FERREIRA, J. *Op. cit.* 2005.

⁴²⁰ SENTO-SÉ, J. *Op. cit.* p. 70.

⁴²¹ *Ibid.* p. 128.

configurações do nacionalismo brasileiro equivale a uma simplificação do discurso brizolista e de suas raízes simbólicas. Entendendo a nação como categoria da prática política e o nacionalismo como forma de enquadramento da realidade social e orientação política, no caso do brizolismo, ambos são tributários de uma tradição que remete às origens do republicanismo brasileiro. Daí o esforço de redefinição do nacionalismo brizolista, levando em consideração seus aspectos mais fundamentais e seus tributos às tradições republicanas.

Piccolo⁴²² afirma que no final do século XIX a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) abalou o predomínio do Partido Liberal na província. O PRR, criado em 1882 quando se evidenciava uma posição acomodada ao status quo por parte do Partido Liberal, que deixou de empunhar a bandeira das reformas, teve consciência da nova realidade econômica e social da província e procurou capitalizar politicamente os novos grupos sociais. Com uma proposta política reformista e modernizante, informada ideologicamente pelo positivismo, objetivou vir ao encontro de todos os grupos sociais, não se identificando o Estado a ser implantado como porta-voz e defensor dos interesses de um só segmento social.

No período de propaganda e consolidação republicana no Rio Grande do Sul, o PRR era um partido pequeno, mas com uma excepcional organização e disciplina doutrinária. O partido, segundo o entendimento de Céli Pinto⁴²³, dominou o estado do Rio Grande do Sul por toda a República Velha⁴²⁴. Ao findar esse período, diferentemente da maioria dos outros partidos, teve condições de liderar um processo que resultou na Revolução de 1930 e no consequente fim do pacto oligárquico.

Desenvolvendo um projeto político não-oligárquico, na medida em que sempre se apresentou como o executor de políticas que respondiam aos interesses do estado como um todo e de diversos setores sociais em particular, construiu uma base de apoio que permitiu chegar, nos últimos anos da década de 1920, como líder de uma campanha que resulta no fim do pacto oligárquico. “O positivismo, ao mesmo tempo, deu subsídios para o partido criar um Estado autoritário que lhe garantiu a reprodução no poder e foi a base doutrinária de um discurso que apresentava o partido acima de interesses particulares”⁴²⁵.

A defesa da República, a educação como tema central e o apoio ao militarismo⁴²⁶, colocando a Brigada Militar como símbolo do próprio regime, eram algumas das principais

⁴²² PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 114.

⁴²³ PINTO, Céli. *Positivismo: um projeto alternativo (1889-1930)*. Porto Alegre: LPM, 1986. p. 11.

⁴²⁴ Período histórico estendido entre 1889 à 1930.

⁴²⁵ *Ibid.* p. 13.

⁴²⁶ “O corpo militar não se justificava como um apoio ao PRR, mas como a certeza da manutenção da República no território nacional”. PINTO, C. *Op. cit.* p. 29.

características do republicanismo sul-rio-grandense. Além disso, o teor antiliberal do ideário republicano era marcante. O liberalismo era identificado com o caos, anarquia, que impedia o bom funcionamento do Estado.

Embasado ideologicamente pelo positivismo e pela Constituição de 1891⁴²⁷, o regime castilhista “seria, de um lado, uma concepção antiliberal do bem público, e do outro, uma estratégia de autopreservação e de legitimação política (obrigatória) decorrente da fragilidade dos republicanos para impor a nova ordem política”⁴²⁸. Sob essa perspectiva analítica, o positivismo castilhista torna-se uma nova estratégia de dominação para fazer frente aos grupos que controlam tradicionalmente o Estado. É o positivismo, pelo seu conteúdo antiliberal, que vai fornecer os meios constitucionais e ideológicos para o desenvolvimento de uma modernização conservadora. Esse voluntarismo político castilhista impõe com sucesso sua dominação e cria sua própria legitimação através da adaptação do positivismo ao contexto histórico local. Além da importância do positivismo no campo político e religioso, sua influência foi muito forte no terreno da instrução primária e da formação secundária e superior.

Segundo Trindade⁴²⁹, o sistema partidário do final do século XIX e início do século XX, no Rio Grande do Sul, refletia uma clivagem ideológica entre duas famílias políticas, quais sejam, os conservadores-liberais e conservadores autoritários. O esgotamento do modelo borgista-castilhista de dominação, somado à intensificação da competição político-partidária (1922-28), dará origem a uma nova geração de 1908 (Vargas, Neves da Fontoura) no governo do Estado, viabilizando-se a aliança dos conservadores-autoritários com os conservadores-liberais (na Frente Única Gaúcha), com a ascensão de Vargas ao poder central.

Trindade⁴³⁰ aponta que, após os anos 1930, a mensagem comtista, antiliberal, socialista e ditatorial não somente se cristalizou nas instituições do estado do Rio Grande do Sul, como foi redefinida e atualizada por Vargas, um dos seguidores de Castilhos, em 1937, ao instituir o Estado Novo nesse momento, com uma roupagem mais moderna e possivelmente mais ornamentada com que se vestiu a velha Ditadura Republicana Castilhista. E a gauchização da

⁴²⁷ Essa Constituição, segundo Céli Pinto pode ser caracterizada como uma aplicação concreta da doutrina positivista em seus aspectos políticos. Ela era uma cópia fiel do projeto de Constituição apresentado à Assembléia Nacional Constituinte pelo Apostolado Positivista do Brasil. Este continha as bases da organização de uma república ditatorial, tendo como pontos principais: o reconhecimento de várias nações brasileiras organizadas sob uma federação; a independência de cada estado para organizar-se de forma republicana; a centralização do poder no Executivo, sendo eleita uma Assembléia Orçamentária. PINTO, C. *Op. cit.* p. 36.

⁴²⁸ TRINDADE, Hégio. O jacobinismo castilhista e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: _____. *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p. 146.

⁴²⁹ TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.; GONZAGA, S. *Op. cit.* p. 119.

⁴³⁰ TRINDADE, H. *Op. cit.* 1999. p. 151.

política nacional, em decorrência da ascensão de Vargas ao poder, terá, no velho ideário do castilhismo positivista, certamente uma de suas fontes de inspiração.

Depois de 1945 a clivagem entre PTB e uma coalizão anti-PTB (de origem oligárquica) seria originária, no entender de Cánepa⁴³¹, do conflito entre republicanos e federalistas (depois libertadores), da época da República Velha. Esse conflito exerceu influência na formação política sul-rio-grandense durante a implantação do sistema partidário a partir do período democrático instituído em 1945, merecendo o destaque de dois aspectos: primeiro, seria o fato de que as disputas entre as diferentes facções da oligarquia regional na República Velha adquirem no Rio Grande do Sul o padrão claro de uma disputa partidária entre pólos (governo e oposição), e não a luta entre determinadas “famílias”, próprias do mandonismo local⁴³²; em segundo lugar, o autoritarismo dos governos republicanos (Castilhos e Borges), que haviam substituído no Estado a hegemonia absoluta da aristocracia rural tradicional (da pecuária e do charque) reinante no Império, permitiu que se consolidasse no Rio Grande do Sul um pensamento liberal, seja em sua versão parlamentarista de Silveira Martins, seja em sua versão presidencialista (Assis Brasil), liberalismo este que se torna partido em 1928, com a formação do Partido Libertador (PL), refundado em 1945 por Raul Pilla.

No entender de Love⁴³³, entre 1945-1964 a política interna do Rio Grande do Sul tendeu a girar na órbita do PTB (criação do próprio Vargas) e de uma coalizão anti-PTB. As forças populistas e conservadoras, de certa forma, se equilibraram. O poder do PTB concentrava-se em Porto Alegre, em umas poucas áreas urbanas restantes e em alguns municípios da fronteira, onde os estancieiros ainda determinavam em quem seus dependentes deveriam votar. A oposição conservadora encontrava-se, na maior parte, no resto das comunidades estancieiras e na zona colonial, a norte e a oeste da capital do Estado.

⁴³¹ Cf. CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

⁴³² No entendimento de José Murilo de Carvalho, o conceito de mandonismo talvez seja o que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. *Dados*. Vol. 40. N. 2. Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 21 janeiro de 2009. Para Vitor Nunes Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo. Mandonismo sempre existiu. É uma característica do coronelismo, assim como o é o clientelismo. A existência desse fenômeno social (coronelismo) consolida-se a partir do isolamento, ausência ou rarefação do poder público, significando uma forma de incursão do poder privado no domínio político. Além disso, expressa uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 251.

⁴³³ Cf. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Após a eleição de 1958, com a vitória do PTB e frente ao Executivo sul-rio-grandense, Brizola impingue um teor nacionalista e reformista em sua administração. O viés democrático-reformista é destacado já em seu discurso de posse:

Na democracia, a rigor, não há vencidos nem vencedores. Ela é um sistema de convivência humana em que o Governo existe pelo livre consentimento de todos e segundo o qual ninguém deve ser excluído. O povo, ao manifestar suas preferências por um dos candidatos, apenas indica aquele que deve administrar e quais os que terão funções de fiscalização. Mediante a equação de valores estabelecida pelo regime, ao mesmo tempo que está afastado o arbítrio, também não há o exílio ou a humilhação para ninguém. Só os que carecem de preparo para a convivência dos homens livres podem sentir-se constrangidos diante do pronunciamento do povo⁴³⁴.

A categoria do “povo” é lembrado por Brizola em seu pronunciamento como forma de interpelar diversos setores sociais responsáveis pela sua eleição. Nos primeiros anos frente ao Executivo sul-rio-grandense, Brizola buscou reorganizar administrativamente o Estado. Proporcionou investimentos econômicos em diversos setores, não somente na agricultura. Em sua mensagem à Assembléia Legislativa no ano de 1961 Brizola⁴³⁵ afirmou que:

Vinham de todos os cantos os clamores, procediam de todas as fontes os protestos, emanavam de todas as categorias os gestos de impaciência, surgiam de todas as camadas sociais as manifestações de inquietação e, por vezes, até de revolta contra o quadro geral com que se derrotavam os empregadores e os assalariados, os agricultores e os criadores, os industriais e os operários. [...] Era a grita incessante contra a elevação de preços; era a luta, de um lado por salários e, de outro lado, por preços justos para os produtos do labor agropastorial e industrial; era ao mesmo tempo o Estado, que não arrecadava para pagar seus próprios servidores ou atender às necessidades de inversão indispensáveis ao seu desenvolvimento; [...] era o crescimento angustioso e ultrajante das legiões de marginais, ampliando o cerco de miséria em torno das cidades; era o quadro de êxodo rural, aumentando o desfalque do nosso capital, daqui se exilando em busca de melhores horizontes de vida.

Nessa primeira fase de seu governo, Brizola também conseguiu adotar medidas nacionalizantes, como o caso da encampação da fornecedora de energia elétrica, a Bond & Share. Brizola⁴³⁶ afirma, em depoimento para Moniz Bandeira, que a meta de sua administração era dotar o Estado de 1 milhão de kw. Sua produção, já insuficiente para as necessidades locais, era fornecida em bruto à Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, filial da Bonde & Share, proprietária da rede de distribuição na Grande Porto Alegre e cuja concessão estava vencida. A Companhia só se dispunha a realizar investimentos se o governo

⁴³⁴ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada pelo governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. p. 9.

⁴³⁵ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada pelo governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de abril de 1961*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961. p. 4-5.

⁴³⁶ BRIZOLA, Leonel. Depoimento. In: BANDEIRA, M. *Op. cit.* 1979. p. 61-62.

renovasse sua concessão por mais 35 anos, garantindo-lhe a cobrança de tarifas de acordo com os seus interesses.

O governo do Estado realizou o tombamento físico e contábil da empresa, conforme a legislação autorizava. Os entendimentos para um acordo não frutificaram, devido às posições irredutíveis de ambas as partes. “Assim, em 13 de maio o Diário Oficial de Porto Alegre publicou o decreto de expropriação da filial da Bond & Share no Rio Grande do Sul, com autorização do presidente da República, pelo preço simbólico de 1 cruzeiro”⁴³⁷.

Já na segunda fase do Governo Brizola, segundo Cánepa⁴³⁸, especialmente após a Campanha da Legalidade, ocorreu a eclosão de movimentos sociais de porte e a agudização dos conflitos, colocando em questão o sistema de propriedade (no caso, especialmente o rural) até então em vigor. Assim, a possibilidade de políticas de tipo redistributivo é suficiente para alterar o caráter da disputa política.

As ações administrativas de Brizola vinham ao encontro do programa apresentado durante a campanha eleitoral de 1958. Brizola⁴³⁹, ao tomar posse, reafirma seu compromisso com a sua plataforma para o governo do Estado:

Como Chefe da Administração, dirigirei o melhor das minhas energias para a execução do programa com que me apresentei candidato, identificado, invariavelmente, com as ideias e o conteúdo da gloriosa campanha que realizamos. Hoje, mais do que nunca, estou convencido do acerto e da procedência das nossas teses. Para este esforço preciso contar não apenas com a colaboração direta dos meus auxiliares, dos meus amigos e dos meus companheiros, mas também com a ajuda de todos, indistintamente. Da confiança do povo, porém, é de onde procurarei recolher as melhores inspirações e os mais fortes estímulos, sem os quais nenhum Governo consegue realizar os seus objetivos.

O viés jacobino na ação política brizolista, contudo, é ainda mais nítido a partir da ascensão do mesmo como deputado federal do Estado da Guanabara, no início de 1963. Nessa conjuntura ele radicaliza suas ações políticas e aproxima-se de maneira ainda mais intensa dos movimentos sociais em apoio à aprovação das Reformas de Base.

Queiroz⁴⁴⁰ afirma que o jacobinismo⁴⁴¹ associa-se ao tumultuado período de passagem da Monarquia à República, momento complexo em função das forças e interesses nele

⁴³⁷ BANDEIRA, M. *Ibid.* p. 62.

⁴³⁸ CANEPA, M. *Op. cit.* p. 288.

⁴³⁹ RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada pelo governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959. p. 8.

⁴⁴⁰ QUEIROZ, Suely Reis de. *Os radicais da República – Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9.

envolvidos. Costa⁴⁴² aponta que a análise mais objetiva dos acontecimentos indica que a Proclamação da República surge como resultado de profundas modificações com o declínio das oligarquias tradicionais, ligadas à terra. Interessados em monopolizar o aparelho do Estado, os grupos progressistas deram acolhida às ideias mais avançadas (abolição, reforma eleitoral, federação, República). O regime republicano resultou, portanto, da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe dominante.

Carvalho⁴⁴³ indica a existência de uma disputa de modelos de República e de organização da sociedade. Entre os modelos estava o jacobinismo. Defendendo a idealização da democracia clássica e a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta do povo, os jacobinos contrapunham-se aos liberais. Estes últimos defendiam que a sociedade seria composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado.

Não constituindo um partido político estruturado, não representando uma classe social única e envolvendo militares, os jacobinos revelam-se como um grupo social heterogêneo. A unidade residia no republicanismo radical (por consequência um antimonarquismo), no militarismo, nacionalismo (antilusitanismo candente), no protecionismo estatal às atividades econômicas (antiliberalismo). “Uma sociedade laica, onde os grupos urbanos tivessem maiores oportunidades. Um Estado republicano, nacionalista, voltado para as próprias fronteiras e conduzido por um governo forte – eis a concepção jacobina”⁴⁴⁴.

A premissa dos jacobinos era a busca da nacionalidade através da civilização e do progresso, que seriam encarnados com a República. O nacionalismo surgiria como uma reação ao atraso da influência estrangeira portuguesa. Esse nacionalismo confundiu-se com o jacobinismo, que foi o antilusitanismo levado ao paroxismo. Trabalhando com periódicos do final do século XIX, Ribeiro⁴⁴⁵ aponta a dicotomia colocada em editoriais desses jornais republicanos: o nós (jacobinos, povo) e o outro (o português). Além disso, os jacobinos colocavam-se amplamente ao lado da República, considerando-se como os seus consolidadores, responsáveis pela construção da nacionalidade e defensores da implantação

⁴⁴¹ A presente pesquisa aponta que o jacobinismo característico da ação política de Brizola aproxima-se da definição de Laclau, indicada no subcapítulo anterior, onde as interpelações popular-democráticas adaptam o jacobinismo aos interesses das classes que através dele se expressam, apresenta-se como uma contra-ideologia antagônica a ideologia vigente. LACLAU, E. *Op. cit.* p. 181.

⁴⁴² COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 325.

⁴⁴³ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴⁴⁴ QUEIROZ, S. *Op. cit.* p. 127.

⁴⁴⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma ideia de nação. In: *História: questões e debates*. Curitiba. Vol. 10. n. 18/19 (jun/dez 1989). p. 267-271.

de uma ordem militar. A identificação do Exército com o povo é bem característica do final do século XIX, da pregação positivista. O sentimento dentro do Exército era de marginalização. O soldado seria o cidadão armado responsável pela pureza da República e pela sua defesa. Desta forma, o militarismo era amplamente defendido pelos jacobinos. Pode-se mesmo falar de um jacobinismo militar entre as patentes médias e inferiores do Exército.

Para Carvalho⁴⁴⁶, o militarismo amplamente defendido pelos jacobinos sofreu a influência direta do positivismo, ou seja, a adoção dos militares intervencionistas poderia ser vista como indicadora de tendências burguesas. Mas, se na Europa o positivismo deu origem a posições políticas distintas, aqui os militares dele extraíram principalmente aspectos que lhes interessavam na luta pelo poder, com a ideia de ditadura republicana.

Queiroz⁴⁴⁷ afirma que os militares tinham grande amor à República e perfeita consciência da responsabilidade assumida na proclamação do novo regime. Deviam preservá-lo e, como tal, não lhes cabia apenas a função passiva de vigilância. A manutenção da integridade territorial e da soberania supunham participação ativa na condução dos destinos nacionais e, portanto, nas atividades políticas. Palavras do deputado José Bevilacqua⁴⁴⁸ ao definir a função militar, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 1891:

Outrora, os exércitos eram a garantia dos tronos, e eles tinham que se prestar inconscientemente, passivamente, ao cumprimento de todas as ordens que lhes vinham do alto. Hoje, não; no estado de civilização a que felizmente atingimos, o soldado deixou de ser uma máquina; o soldado é uma pessoa pensante como outra qualquer; ele conquistou honrosamente este direito. Nestas condições, não se podendo alienar do militar a sua qualidade de cidadão, todos os direitos que a este são conferidos não lhe podem ser negados.

O jacobinismo nacionalista dos anos de 1890, no entendimento de Ribeiro⁴⁴⁹, estava ligado à consolidação da República, ao nacionalismo e à implantação de uma ordem militar. O jacobinismo voltou-se contra o português, visto como o explorador do ponto de vista político. Neste sentido, o jacobinismo, nesse primeiro momento, aparece alinhado ao militarismo contra o predomínio das oligarquias e suas formas de poder.

A figura do estrangeiro (português) no período é vista de diversos ângulos, colaborando ou não para a questão da nacionalidade. “De um certo prisma, o português é o atraso, a ameaça, o antiprogresso, a antirrepública; este é o português alvo do jacobinismo,

⁴⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da civilização brasileira. Tomo III - O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 234.

⁴⁴⁷ QUEIROZ, S. *Op. cit.* p. 96.

⁴⁴⁸ BEVILÁQUA, José. Discurso. In: QUEIROZ, S. *Op. cit.* p. 96.

⁴⁴⁹ RIBEIRO, G. *Op. cit.* p. 276.

sendo os brasileiros o fator esperançoso da modernidade e civilização do novo regime republicano⁴⁵⁰.

Os gritos de “mata-galegos” (antilusitanismo radical), eram proferidos por intelectuais, parlamentares, políticos e militares. É possível perceber que, apesar da participação de civis “interessados em utilizar o Exército como instrumento de propósitos políticos na continuação de uma prática inaugurada com a República e recorrente no processo histórico brasileiro, não obstante ainda a participação entusiástica de um segmento das camadas médias urbanas, a retórica jacobina é nitidamente castrense⁴⁵¹.

O antilusitanismo era consequência da associação direta entre os portugueses com a Monarquia. Os jacobinos, segundo Queiroz⁴⁵², condenavam os portugueses por terem trazido a escravidão para o Brasil, por tentarem a queda do governo republicano e pelos malefícios na economia brasileira, pois eram eles o grande obstáculo ao desenvolvimento e à prosperidade nacionais.

A República ou o republicanismo jacobino deveria possibilitar a centralização política e econômica nas mãos do Estado. Este deveria regular as atividades econômicas, consolidando o antiliberalismo jacobino. “Nas falas parlamentares, nos artigos de jornais, no tom dos comícios é clara a opção jacobina: o protecionismo às atividades econômicas, regulamentadas estritamente, com vistas a reservá-las, se possível, somente a brasileiros, em oposição à tendência liberal, que defendia a ausência de regulamentação⁴⁵³.

O ideário brizolista aproxima-se em muito do jacobinismo republicano do final do século XIX. Determinadas bandeiras, tais como a defesa intransigente da República, o contraponto ao imperialismo estadunidense associado à oligarquia rural (identificada como a força mais retrógrada da política republicana), a defesa do controle da economia nacional por parte do Estado, opondo-se frontalmente à concepção liberal, um projeto político de emancipação nacional (nacionalismo anti-imperialista e antiestadunidense) em relação ao jugo do capital financeiro internacional e, por fim, a aproximação com os setores subalternos das Forças Armadas, indo ao encontro do militarismo jacobino, remontam à influência do jacobinismo na formação política trabalhista e, especialmente, na ação política de Brizola.

Para Sento-Sé⁴⁵⁴, Brizola extrai das tradições nacionalistas anteriores às décadas de 1950 e 1960, a visão holista e positivista da sociedade. Extrai, também, a tarefa de tornar o povo

⁴⁵⁰ *Ibid.* p. 273.

⁴⁵¹ QUEIROZ, S. *Op. cit.* p. 12.

⁴⁵² *Ibid.* p. 103.

⁴⁵³ *Ibid.* p. 113.

⁴⁵⁴ SENTO-SÉ, J. *Op. cit.* p. 144.

(categoria mais acionada pelo brizolismo e largamente utilizada nos anos 50 e 60) uma nação, mediante mecanismos incorporadores. Nessa tarefa, o papel do Estado é crucial. Cabe a ele difundir o ensino formal pelo país e dar forma à nação. Cabe a ele a criação e um espaço público, onde os setores subalternos tenham lugar. Este último ponto é central na retórica nacionalista brizolista que tem pouco espaço no nacional-desenvolvimentismo dos anos 50. Reaparecerá com força, é verdade, no início dos anos 60.

No início dos anos 1960, uma nova encarnação do trabalhismo, mais radical, emergia, chegando mesmo a trazer algumas dificuldades para Goulart. Ela tinha em Brizola seu grande porta-voz, e nas reformas de base, a bandeira que, na época, era capaz de sensibilizar até mesmos os grupos mais moderados da esquerda.

Os nacional-revolucionários⁴⁵⁵, maneira como os seguidores de Leonel Brizola se autodefiniam, imprimiram a radicalização do nacional reformismo trabalhista. A maneira decisiva com que Brizola atuou na Campanha da Legalidade e algumas iniciativas que tomou no governo do Rio Grande do Sul o projetaram como liderança no campo das esquerdas. Medidas determinantes, como a encampação de empresas norte-americanas, a ênfase no investimento no setor educacional e, sobretudo, o enfrentamento da direita civil-militar na crise de agosto de 1961, lançaram o seu nome como líder da facção mais esquerdista do petebismo. Seu prestígio político no campo popular, nacionalista e de esquerda, naquele momento, era significativo.

Segundo Ferreira⁴⁵⁶, Brizola unificava as esquerdas, e daí sua importância no desafio. Visando a unir os nacionalistas e, desse modo, eleger uma numerosa bancada de parlamentares nas eleições legislativas de outubro de 1962, Brizola e Mauro Borges, governador de Goiás, formaram a Frente de Libertação Nacional. Os objetivos da organização eram os de nacionalizar as empresas estrangeiras, impor o controle da remessa de lucros para o exterior e lutar pela reforma agrária. A Frente foi recebida com entusiasmo pelas esquerdas, pelos nacionalistas e por líderes reformistas. A ela aderiram Miguel Arraes, Barbosa Lima Sobrinho, o secretário do Movimento Nacionalista Brasileiro, coronel Oscar Gonçalves, e Aldo Arantes, presidente da UNE.

⁴⁵⁵ Para um melhor entendimento sobre a mobilização de Leonel Brizola, ver: FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: _____; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁵⁶ FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. Revista Brasileira de História. Vol. 24 no. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 dez. 2006.

O trabalhismo emergente, capitaneado por Brizola, segundo Ferreira⁴⁵⁷, era e pretendia ser pura ação, iniciativa na direção de reformas profundas, tanto no âmbito estrutural quanto institucional. Uma marca diferenciadora seria a desconfiança e inquietude causadas em setores da burguesia industrial, em parte das classes médias e nas oligarquias agrárias. Seduzia, com sua retórica mobilizadora, camadas da esquerda, mas inviabilizava alianças que, mesmo frágeis, sustentaram parte do crescimento político do partido mais identificado com o trabalhismo, o PTB, chegando inclusive a causar mal-estar dentro do próprio partido.

O crescimento dos movimentos sindicais, que atraíram o apoio das camadas trabalhadoras, mostrava que o governo Goulart era visto, por esses setores da sociedade, como uma fonte de possibilidades de ampliação de direitos e reformas. “Condenado pelo Poder Judiciário e pela imprensa, o Comando Geral dos Trabalhadores contava, porém, com o apoio do Poder Executivo, isto é, do presidente da República, João Goulart²⁷⁴⁵⁸. Negro e Silva⁴⁵⁹, contudo, afirmam que o CGT não deixou de manter uma certa independência. Objetivando radicalizar a luta, contrariou muitas vezes o presidente da República, que temia a possibilidade de que os avanços do movimento sindical acirrassem os ânimos conspirativos das forças antidemocráticas. Esses setores de conspiração não paravam de acusar Goulart de estar interessado em fundar uma República Sindicalista no país. As lideranças vinculadas ao CGT não estavam comprometidas unicamente com os planos de reforma nacional, mas também com os trabalhadores, participando de greves e reivindicações de inúmeras categorias profissionais.

A vinculação do PTB, no período histórico de sua consolidação, durante a década de 1950 até o golpe civil-militar de 1964, com os sindicatos, em especial com o CGT, era permanente. Desses setores classistas, o governo Goulart e setores nacional-reformistas do PTB, sob a liderança de Brizola, obtinham o apoio para suas ações políticas.

As eleições de 1962⁴⁶⁰ foram marcadas pelo considerável crescimento da representatividade do nacional-reformismo, representado pela grande votação do PTB. Apesar

⁴⁵⁷ *Idem.*

⁴⁵⁸ VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 437.

⁴⁵⁹ Cf. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁶⁰ Foi no contexto das eleições parlamentares de 1962 que a intervenção estadunidense no processo político brasileiro intensificou-se, ultrapassando, em muito, os níveis ‘normais’ de propaganda ideológica que os EUA habitualmente faziam em qualquer país, enaltecendo os costumes estadunidenses e defendendo o capitalismo contra o comunismo. FICO, Carlos. João Goulart e a “Operação Brother Sam”. In: _____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 77.

do investimento realizado por instituições como o complexo IPES/IBAD⁴⁶¹ e de dólares das corporações estrangeiras, tendo por objetivo o favorecimento de candidatos reacionários da UDN, PSD e outras agremiações, o nacional-reformismo conquistou uma excelente votação. As vitórias mais expressivas foram o Governo de Pernambuco, com Miguel Arraes, e a votação para deputado federal, de Brizola. O PTB duplicou sua bancada no Congresso, a Frente Parlamentar Nacionalista se fortaleceu e a luta pelas Reformas de Base se intensificou, associada à campanha pelo restabelecimento do presidencialismo através do plebiscito, cuja convocação ocorreria em janeiro de 1963. Apesar do expressivo crescimento do PTB, o Congresso Nacional permaneceu sob a égide do bloco conservador, liderado pela UDN, o que impedia a possibilidade de uma tranquila aprovação das Reformas de Base.

Em abril de 1963, Brizola⁴⁶², já deputado federal eleito pelo Estado da Guanabara, proferia na Câmara Federal o seguinte pronunciamento:

Confesso-me muito decepcionado com o funcionamento do Congresso. Quero dizer, Sr. Presidente, que não pretendo afastar-me desta linha de conduta, insistindo pelas decisões. Mas afirmo a V. Exa. que vou, a partir de hoje, alargar o meu campo de ação, que agora não se restringirá, como até aqui o foi, na minha insistência, aos apelos, às reclamações aqui dentro dessa Casa. Vou, Sr. Presidente, para o contato dessas multidões esquecidas da justiça social. Vou para o contato com elas, vou relatar como está funcionando o Congresso, porque não estamos funcionando aqui escondidos, sem o conhecimento público. [...] Porque estou convencido de que não sairá decisão alguma no Congresso, se o povo não se mobilizar nas ruas, por toda parte. Não há como negar que há uma correlação entre a maioria da Câmara e do Senado com as classes dominantes e privilegiadas. De modo, Sr. Presidente, que dada a contradição de interesses entre as classes privilegiadas e dominantes deste País e o nosso povo – porque as classes privilegiadas estão engajadas na espoliação econômica como sócias desse processo – será muito difícil, quase um milagre, como vi, como observei, que daqui saiam decisões autênticas. Iremos para essa mobilização, porque, se mobilizarmos o nosso povo, teremos essas decisões. [...] E quando falo em povo, refiro-me a civis e militares, sem querer chamar os militares para um ato de força, mas porque eles têm o direito, inclusive dentro dos sindicatos e assembleias populares, de discutir os problemas nacionais.

A mobilização extra-parlamentar era um caminho apontado por Brizola em seu pronunciamento. O funcionamento do Congresso Nacional não satisfazia as demandas e aspirações de diversos setores populares. Assim, no início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP), onde se concentravam as principais organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de Base. Essa Frente de esquerda,

⁴⁶¹ A história do complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 161.

⁴⁶² BRIZOLA, Leonel. Perfil, discursos, depoimentos (1922-2004). In: BRAGA, Kenny (org.). *Perfis parlamentares*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004. p. 524.

segundo Ferreira⁴⁶³, esforçava-se para que Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e com os conservadores, incluindo o Partido Social Democrático — PSD. Ao mesmo tempo, procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do PCB, interpretadas como moderadas. Na FMP estavam representados os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP464, a POLOP465, o POR-T466 e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. Além de representar os interesses dos praças de pré das Forças Armadas Brasileiras.

A influência da FMP entre os subalternos das Forças Armadas era significativa. “Cálculos sugerem que, dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas. Leonel Brizola, ao falar na televisão, muitas vezes aparecia ao lado de fuzileiros navais armados. A Frente liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio político, desconhecendo outras organizações partidárias de centro”⁴⁶⁷.

A questão da grande propriedade fundiária constituía-se (como ainda se constitui) em um problema central para os sucessivos governos centrais no Brasil, durante as décadas de 1950 e 1960. As crescentes reivindicações de consideráveis setores sociais por uma justa redistribuição da terra no País remontam ao Governo Kubitschek, com a formação das Ligas Camponesas⁴⁶⁸. Com isso, segundo Bandeira⁴⁶⁹, as invasões de terra se sucederam e se alastraram por todo o país.

Era necessária, portanto, a reforma da propriedade agrícola para possibilitar a ampliação do mercado interno. A burguesia industrial, associada ao capital financeiro internacional e

⁴⁶³ FERREIRA, J. *Op. cit.* 2004.

⁴⁶⁴ Ação Popular.

⁴⁶⁵ Organização Revolucionária Marxista-Política Operária.

⁴⁶⁶ Partido Operário Revolucionário Trotskista.

⁴⁶⁷ FERREIRA, J. *Op. cit.* 2004.

⁴⁶⁸ Segundo Francisco Julião, em 1955 surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde chamada Liga Camponesa da Galiléia. Essa iniciativa coube aos próprios camponeses do Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, próximo de Recife-PE. JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 24.

⁴⁶⁹ BANDEIRA, Moniz. *O caminho da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Mello, 1962. p. 14.

ligada ao latifúndio, porém, relutava em promover a reforma na estrutura agrária, apesar de a violência eclodir em diversas regiões. Prado Jr.⁴⁷⁰ indica que seria na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontrariam as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase então vivenciada do processo histórico-social que o país atravessava.

Para Bandeira⁴⁷¹, o equacionamento legal dessa reforma esbarrava no Art. 141 da Constituição Federal de 1946⁴⁷², que previa o pagamento de indenização justa e prévia em dinheiro para as desapropriações por interesse público. Assim apontava o referido Artigo Constitucional:

Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

O Congresso, reduto dos representantes do latifúndio, recusava-se a modificar o Artigo 141, com o apoio ativo dos monopólios estrangeiros, temerosos de que, na trilha aberta para a reforma agrária, o Governo também investisse sobre suas propriedades. As classes dominantes cerraram fileira em torno da inviolabilidade da Constituição, que para elas se resumia na imutabilidade do Art. 141.

No PTB repercutia a questão da reforma na estrutura fundiária brasileira. As principais lideranças do partido buscavam aliar-se à luta no campo. Sereno Chaise⁴⁷³ afirma que:

A reforma agrária era e continua sendo fundamental para o desenvolvimento econômico autônomo para qualquer país. Ela cria mercado interno. Sem mercado interno não há progresso. Era uma das principais pautas defendidas por nós no PTB. A aprovação das reformas de base era importante naquela conjuntura. O Congresso até hoje é conservador, assim como na época. A pressão exercida para a aprovação dessas reformas foi utilizada pela direita da época, apoiada pela mídia (vinculada ao grande capital, pois depende desses recursos para sua manutenção) para justificar a ação civil-militar em 64.

⁴⁷⁰ PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 215.

⁴⁷¹ BANDEIRA, Moniz. *O governo Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 55.

⁴⁷² BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 12 de dez. 2006.

⁴⁷³ CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

Os movimentos sociais pró-reformas aumentavam consideravelmente no início da década de 1960. As agitações sociais não se limitaram, como era tradicional, às grandes cidades, embora nestas tivessem seu epicentro. Atingiriam centros intermediários e, principalmente, as imensidões rurais, onde se desenvolveu um processo de mobilização: no Nordeste, no Centro-Oeste, no Extremo-Sul, no Sudeste, multiplicaram-se protestos, espalhando-se por todas as regiões. Além dos trabalhadores do campo e da cidade, o processo abrangeu também estudantes e os graduados das Forças Armadas e das polícias militares. “Eram ondas que pareciam irresistíveis: de onde surgiam aquelas gentes, sempre consideradas apáticas e humildes, bem conscientes do lugar (subalterno) que a história lhes reservara até então, e que agora exprimiram reivindicações, exigentes?”⁴⁷⁴.

A indicação da luta pelas reformas de estrutura era a pauta do PCB. “Difundidas mais comumente como reformas de base, foi a luta por elas que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil”⁴⁷⁵.

Brizola, favorável ao fechamento do Congresso desde a aprovação da emenda parlamentarista, desejava que Goulart rompesse com o mesmo, assumisse de fato e de direito todos os poderes e se movesse à margem ou por cima da Constituição, para realizar as reformas de base. Em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*⁴⁷⁶, Brizola indica a necessidade do fechamento do Congresso Nacional, pois o mesmo não estaria comprometido com reforma alguma. “Em discurso transmitido pelas rádios, Brizola chegou a dar um ultimato ao Congresso: os deputados deveriam aprovar o projeto do PTB no prazo de 40 dias, ou outros meios seriam utilizados para implementá-lo”⁴⁷⁷. O projeto foi rejeitado pelos parlamentares e, embora o PSD tivesse apresentado outro, mais moderado, o PTB negou apoio político e parlamentar. Essa latente divisão entre PSD e PTB fez com que se acirrassem os ânimos e levasse os partidos para a estratégia do confronto⁴⁷⁸ entre a UDN, junto com setores do PSD, e a esquerda nacionalista.

⁴⁷⁴ REIS FILHO, Daniel. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa. In: _____. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 329.

⁴⁷⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 31.

⁴⁷⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 2 de fevereiro de 1962.

⁴⁷⁷ FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia e reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 73.

⁴⁷⁸ Ver: FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24 no. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 dez. 2006.

Sereno Chaise entende que após o plebiscito⁴⁷⁹ pela restituição do presidencialismo, “[...] acirrou-se ainda mais a oposição ao governo Goulart. A oposição trancava todas as medidas, principalmente as reformas estruturais que o presidente João Goulart pregava: reforma bancária, reforma educacional, reforma agrária”⁴⁸⁰.

Gradativamente, os movimentos sociais pró-reformas estabeleceram um programa comum pela aprovação das reformas de base. A reforma agrária, para Reis Filho⁴⁸¹, bandeira mais brandida, prevendo a utilização racional da terra; a reforma urbana, capaz de disciplinar o uso e a posse do solo urbano; a reforma tributária, deslocando para o imposto de renda o peso da carga fiscal, de modo a despejar nos mais ricos o ônus maior; a reforma eleitoral, permitindo o voto do analfabeto e a possibilidade de eleição dos graduados das Forças Armadas; a reforma bancária, fazendo com que as estruturas financeiras direcionassem o crédito segundo critérios sociais; a reforma do estatuto do capital estrangeiro, privilegiando o capital produtivo; e a reforma universitária, colocando a universidade a serviço dos interesses nacionais.

Além da constante pressão por reformas estruturais, a influência do jacobinismo brizolista na mobilização das esquerdas refletia-se em um anti-imperialismo estadunidense. Em discurso na Câmara Federal, em abril de 1963, Brizola⁴⁸² afirma:

No que se refere a Cuba, embora tenha outros assuntos de que preciso tratar, V. Exa. sabe que o que me empolga é este chão, é este País. Comigo não formam interesses estrangeiros de quem quer que seja, nem de americanos, nem de russos. Preocupo-me mais com os americanos porque eles é que nos estão liquidando. Os americanos é que estão sugando, fazendo a desgraça do nosso povo e do nosso País. [...] Não é o povo americano, não. São as suas organizações econômicas internacionais que têm lá sua sede e que estão, inclusive, tendo a cobertura oficial do Estado americano. Contra tudo isso é que me volto. [...] Mas nós não temos que nos preocupar com os americanos, que estão liquidando a nossa vida, que estão desgraçando este País e toda a América Latina, que estão nos causando todas essas sequelas, este quadro que está aí. Quanto a Cuba, confesso que tenho admiração pela coragem daqueles barbudos.

A referência a Cuba, apontada por Brizola, mostra-se notável na medida em que indica uma identificação com a postura nacionalista (e anti-imperialista⁴⁸³) adotada pelo governo

⁴⁷⁹ A esquerda repetia que Goulart havia desapontado as esperanças colocadas sobre sua administração após o plebiscito, insistindo no fracasso de sua ‘política conciliatória’. Essa alegação, contudo, baseava-se em uma avaliação otimista em relação à extensão do apoio concedido a Goulart por ocasião do plebiscito. Se, de fato, com o plebiscito havia sido renovado um voto de confiança no governo, não foi dado a Goulart o grau de liberdade que os grupos esquerdistas insistiam em afirmar. FIGUEIREDO, A. *Op. cit.* p. 193.

⁴⁸⁰ CHAISE, S. *Op. cit.* p. 136.

⁴⁸¹ REIS FILHO, D. *Op. cit.* p. 329.

⁴⁸² BRIZOLA, L. *Op. cit.* 2004. p. 572.

⁴⁸³ A luta antiimperialista adquiriu, desde os anos do pós-guerra, um conteúdo cada vez mais claramente socialista. Na América Latina este processo chegou à sua primeira conclusão exitosa com a declaração da Revolução Cubana como socialista em 1961. Enquanto a Revolução Cubana resolvia não apenas os problemas

cubano nos primeiros anos após a Revolução de 1959. Assim, o nacional-reformismo de Goulart se revelava incapaz para atender às necessidades políticas da época. A radicalização desse nacionalismo era uma imposição, como apontam os pronunciamentos de Brizola.

Segundo Bandeira⁴⁸⁴, os acontecimentos passaram à frente das personagens. Goulart, pelo seu temperamento, não era homem de decisões prontas e imediatas. Preferia o diálogo, a conciliação. Tentara evitar a radicalização, recusando-se a assumir plenamente a vitória que obtivera com o plebiscito e impor ao Congresso ou contra o Congresso as reformas de base. Construíra sua carreira política por vias sempre pacíficas e recusava-se, como Presidente, a implantar as reformas ao preço da derrocada das instituições democráticas.

Bandeira⁴⁸⁵ aponta que, na ocasião do envio da mensagem de convocação do estado de sítio⁴⁸⁶ ao Congresso Nacional por parte de Goulart, ocorreu um encontro entre o então presidente da República e Brizola. Este aconselhara diversas vezes Goulart a dar um golpe de Estado preventivo. Desde a luta pela posse de Goulart, em 1961, ele defendia uma solução reformista revolucionária⁴⁸⁷ e, posteriormente, passara a combater o que considerava como concessões ao conservadorismo e colocava-se ao lado dos grupos nacionalistas pró-reformas⁴⁸⁸. Preocupava-se com desgastes do governo, que, ao seu ver, não se definia, e com isto beneficiava a conspiração em marcha.

econômicos mais imediatos das grandes massas do país, mas levantava, primeiramente, um programa de alfabetização, pouco depois, de educação primária universal e, hoje em dia, de educação secundária universal e ensino universitário massiva. Cf. SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 99.

⁴⁸⁴ BANDEIRA, M. *Op. cit.* p. 104.

⁴⁸⁵ *Ibid.* p. 131.

⁴⁸⁶ Pedido encaminhado após a entrevista de Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara, ao jornal *Los Angeles Times*, onde afirmara que o presidente Goulart poderia cair antes do final do ano de 1963, estando os militares a discutir se seria melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato, ou destruí-lo.

⁴⁸⁷ O objetivo da política de reformas deveria ser a obtenção do consenso político necessário para reformas de novo tipo, efetivamente estruturais, que tenham como objetivo a progressiva construção de uma nova lógica de acumulação e de investimento, não mais centrada na busca do lucro e na satisfação do consumo puramente privado, mas no crescimento do bem-estar social e dos consumos coletivos. Requer também a mudança no aparelho de Estado, alterando a direção política, com o controle efetivo da máquina de Estado pelas forças renovadoras com a transferência da execução das reformas para os sujeitos coletivos interessados em sua realização. Com isso constrói-se um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o sistema capitalista, ou seja, um reformismo revolucionário. COUTINHO, Carlos. *Democracia e socialismo: questões de princípio*. In: _____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 46-47.

⁴⁸⁸ A coalizão pró-reformas não tinha motivos para fazer concessões e adiar suas demandas, porque os seus integrantes sabiam que poderiam contar ainda com duas oportunidades para aumentar o seu poder e, com isso, também a probabilidade de obter reformas mais profundas. A primeira era a eleição de outubro de 1962, que poderia alargar a representação parlamentar das forças reformistas. Além de ampliar e consolidar o apoio extraparlamentar, a tática de mobilização política servia também a propósitos eleitorais. A segunda oportunidade era a restauração do presidencialismo. Ao vincular a restituição do pleno poder presidencial à implementação do programa de reformas, os grupos da esquerda nacionalista obrigavam Goulart a um comprometimento mais forte com o programa. FIGUEIREDO, A. *Op. cit.* p. 188-189.

Sereno Chaise⁴⁸⁹ relata um encontro com João Goulart, realizado em Petrópolis, em fevereiro de 1964:

Jango empreendia uma desesperada luta pela mudança das estruturas do País, as chamadas Reformas de Base. Lutava, mas não conseguia em face de um Congresso hostil, conservador, que não desejava mexer nas estruturas reinantes. [...] Por outro lado o grupo dos autênticos, sob a liderança de Leonel Brizola, então deputado federal pelo Rio de Janeiro, atuava muito na Câmara Federal, e fustigava de forma permanente o presidente, cobrando medidas fortes, exigindo providências imediatas que melhorassem as condições de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras. Diante desse quadro difícil, complexo, creio que o presidente João Goulart entendeu conveniente partir para um levantamento de opinião pública. Fazer uma pressão popular sobre o Congresso, procurando tornar viáveis as Reformas de Base. Na conversa, Jango disse-me: “Sereno, o Brizola pensa que é o líder popular maior desse País. Eu vou mostrar para ele, agora quem verdadeiramente é o líder popular do Brasil.” E partiu para aquelas iniciativas, entre elas o Comício do dia 13 de março, a reunião com os sargentos no Automóvel Club, além de outras medidas.

A disposição de Goulart em aprovar as reformas era nítida em seus pronunciamentos. No início de 1964 Goulart⁴⁹⁰ afirmava estar:

Consciente das distorções verificadas ao longo do nosso processo de transformação social e da necessidade imperiosa de reformas estruturais e institucionais assumi a responsabilidade de comandar a luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira, como encargo primeiro e responsabilidade mais alta da investidura com que me honrou a vontade dos meus concidadãos.[...] Momentos há do desenvolvimento histórico de um povo em que sua própria sobrevivência e a autonomia no comando do seu destino se podem por em risco, caso se deixe abrir uma brecha entre as aspirações populares e as instituições responsáveis pela ordenação da vida nacional. Para fazer face a esse risco, permito-me sugerir a Vossas Excelências, Senhores Congressistas, se julgado necessário para a aprovação das Reformas de Base indispensáveis ao nosso desenvolvimento, a utilização de um instrumento da vida democrática, jurídico e eficaz, que torne possível salvaguardá-la mediante consulta à fonte mesma de todo poder legítimo que é a vontade popular.

A expressa vontade de Goulart em ver aprovadas as reformas de base por parte do Congresso Nacional via-se bloqueada pela oposição udenista e de setores do PSD. Após o restabelecimento do presidencialismo, a estratégia de Goulart passa a ser a consolidação da aliança entre PSD e PTB, no sentido de implementar reformas negociadas no Congresso Nacional. Apesar do esforço, essa estratégia não atingiu o seu objetivo. “Acuado pela direita, sofrendo a desconfiança do PSD e perdendo o controle de seu partido, Goulart, o início de 1964, aliou-se às esquerdas e ao movimento sindical”⁴⁹¹.

O ano de 1964 colocou-se como decisivo para o governo Goulart e a sua política de

⁴⁸⁹ CHAISE, S. *Op. cit.* p. 119.

⁴⁹⁰ Mensagem ao Congresso Nacional. 15 de março de 1964. Centro de Documentação do PDT. Diretório Regional do PDT de Porto Alegre.

⁴⁹¹ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 324.

conciliação. Sodré⁴⁹² aponta que o avanço da consciência nacional a respeito das reformas em curso, o desespero correspondente dos componentes do atraso, ainda participantes do poder, acompanhavam o processo histórico que vinha demonstrando, com mais clareza a cada dia, a inadequação da estrutura vigente. Esta não apresentava condições para conter o desenvolvimento do país. As reformas eram realmente necessárias e não resultava a agitação promovida. A chamada política de conciliação (derivada de condições sociais, políticas e econômicas acima dos traços individuais), conduzida por Goulart, e que o desgastava enormemente nas duas áreas, esgotava rapidamente as suas possibilidades.

No entender de Prado Jr.⁴⁹³, o Brasil durante a década de 1960 se encontrava em face ou na iminência de uma Revolução⁴⁹⁴. Todavia, a qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução. É precisamente dessas reformas e transformações que se trata. E uma vez determinadas quais sejam – o que somente é possível com a análise dos fatos ocorrentes, passados e presentes – terá um interesse secundário saber se a qualificação e classificação conveniente é esta ou aquela. A revolução brasileira, assim, para Prado Jr.⁴⁹⁵, ocorre a partir da consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela a sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nelas se encontram iminentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicados.

O início de 1964 significou a aproximação do Governo Goulart com os setores radicais do PTB, selando um compromisso entre o presidente e os sindicatos e as esquerdas a partir do Comício de 13 de Março, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. A estratégia adotada era a de realizar uma série deles com o objetivo de mobilizar os trabalhadores contra o Congresso Nacional, obrigando, desse modo, que os parlamentares aprovassem as Reformas de Base. “Segundo informações, seriam realizados grandes eventos em Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo. Na capital paulista, o comício marcado para o dia 1º de maio, Dia do Trabalho, seria o ponto culminante da campanha pelas reformas”⁴⁹⁶.

⁴⁹² SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 390.

⁴⁹³ PRADO JR., C. *Op. cit.* p. 8.

⁴⁹⁴ Em seu sentido real e profundo, Revolução “significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais”. PRADO JR., C. *Op. cit.* p. 2.

⁴⁹⁵ PRADO JR., C. *Op. cit.* p. 9.

⁴⁹⁶ FERREIRA, J. *Op. cit.* p. 336.

A necessidade de reformas era lembrada por considerável parcela da população. Lavareda⁴⁹⁷, a partir de relatórios de pesquisas do IBOPE realizadas em várias capitais brasileiras, indica que a maioria centrista⁴⁹⁸ tendia a apoiar algumas reformas preconizadas pelos setores progressistas, principalmente a Reforma Agrária, vista como necessária por 72% dos eleitores das principais capitais.

As esquerdas, confiantes da sua superioridade sobre a direita, cobravam de Goulart seu afastamento do PSD e do PTB fisiológico, com a implantação de um governo nacionalista e popular. Em fevereiro de 1964, o secretário-geral do CGT, Oswaldo Pacheco, declara que “o melhor caminho para acabar com a inflação é realizar as reformas de estrutura reclamadas por todo o nosso povo, a começar pela reforma agrária, pelo monopólio do câmbio e pela liquidação dos privilégios desfrutados pelas empresas estrangeiras”⁴⁹⁹.

Em depoimento para a obra *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*, o general Leônidas Pires Gonçalves⁵⁰⁰ afirma que o temor era grande dentro das Forças Armadas, diante da crescente mobilização popular realizada por setores radicais do nacional-reformismo:

Indubitavelmente, foi a República sindicalista que estava se implantando neste país e a desordem subsequente. Não sei como os senhores viram aquilo e como participaram. Eles estavam quebrando todas as regras que se podia ter, inclusive nas Forças Armadas. Quando fizeram aquela reunião de sargentos, quando fizeram aquelas coisas todas, eles ofenderam completamente a nossa maneira de ser. [...] Porque o Exército tem restrições a tenentismos, que é a subversão da hierarquia. [...] Porque se quebrássemos a hierarquia, tínhamos a certeza que a revolução não seria estruturada, nem institucionalizada, e tampouco poderia surgir um ideário que a justificasse.

O medo da implantação de uma suposta República Sindicalista, mencionado pelo general Gonçalves serviria de pretexto para o golpe de Estado, classificado como preventivo pelos setores conservadores ligados à UDN que abertamente defendiam e solicitavam a

⁴⁹⁷ LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1991. p. 156.

⁴⁹⁸ Lavareda afirma que em capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Fortaleza e Belém, na auto-identificação dos entrevistados, o “centro” ultrapassava a “esquerda” e a “direita” somadas. Histórias políticas peculiares, além da menção aos principais líderes estaduais, faziam a “esquerda” ser a opção majoritária em duas capitais: Recife e Porto Alegre. A “direita”, entre todas as alternativas, não conseguia predomínio em nenhuma capital. Mas, no cotejo isolado com a “esquerda”, ultrapassava esta nas três principais capitais (São Paulo, Guanabara e Belo Horizonte) e em cidades menores como Belém e Niterói. “Centro”, “direita” e “esquerda”: era nessa ordem decrescente que se distribuía a sociedade nos grandes centros urbanos. LAVAREDA, J. *Op. cit.* p. 156.

⁴⁹⁹ PANFLETO. 24 de fevereiro de 1964. p. 2.

⁵⁰⁰ GONÇALVES, Leônidas Pires. Depoimento desse general. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 126.

intervenção militar⁵⁰¹. A mobilização empreendida pelas esquerdas nacionalistas, contudo, visava a aprovação das reformas de base e a defesa do regime democrático, apesar da radicalização empreendida pelas mesmas especialmente após o plebiscito que restituiu o presidencialismo.

No entender de Ferreira⁵⁰², para o PTB radical, o sindicalismo, as Ligas Camponesas, o movimento estudantil e para as organizações dos subalternos das Forças Armadas, somente a política do confronto poderia levar a resultados promissores para os trabalhadores e à implementação das Reformas de Base. Assim, no início de março de 1964 Jango decidiu-se pela estratégia de confronto das esquerdas, abortando a proposta moderada de San Thiago Dantas. A radicalização, que vinha tomando formas mais delineadas, sobretudo desde fins do ano anterior, assumiu proporções preocupantes para a manutenção da ordem democrática, particularmente com o anúncio da realização do comício.

Publicadas em primeira página, no jornal *Última Hora*⁵⁰³, as entrevistas com diversos trabalhadores, vinculando o programa de reformas do presidente com as lutas do povo e dos trabalhadores: o pintor José Onofre Rodrigues argumentou que iria ao comício, pois “quero aplaudir a conduta do presidente Goulart nessa luta que também é nossa – do povo”; com o mesmo sentimento, o motorista Mário dos Santos disse que estaria presente “porque sou povo e sem povo não sairá reformas”.

Em editorial, *Panfleto*⁵⁰⁴ apontou que:

O Brasil dos nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condensou milhões de brasileiros a condições subumanas de existência. [...] Esses milhões de patrícios nossos, que até um passado recente, por força das próprias condições de atraso a que estavam submetidos, guardavam resignação diante da ignorância e da penúria em que viviam, despertam agora, debatem seus próprios problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional.

O despertar das consciências dos trabalhadores era o lema de mobilização para a aprovação das reformas. Os dias posteriores ao Comício da Central do Brasil foram de

⁵⁰¹ Em 1945 (deposição de Vargas), 1954 (morte de Vargas) e 1964, datas de movimentos vitoriosos contra o presidente do país, a pressão civil no sentido de intervenção militar no processo político cresceu e foi comunicada aos militares através de contatos pessoais, manifestos públicos e editoriais da imprensa. Os apelos civis para intervenção militar eram expressos em termos da ilegitimidade do presidente e das obrigações constitucionais que tinham os militares de garantir o funcionamento efetivo dos três poderes tradicionais do governo e a ordem interna. Normalmente, os pedidos de intervenção afirmavam que o presidente estava agindo de maneira ilegal e que, em face destas condições, a cláusula de ‘obediência dentro dos limites da lei’ os dispensava do dever de obedecer ao chefe do Executivo. STEPAN, A. *Op. cit.* p. 73.

⁵⁰² FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 344.

⁵⁰³ ÚLTIMA HORA. 13 de março de 1964. p. 1.

⁵⁰⁴ PANFLETO. 23 de março de 1964. p. 8.

extrema tensão. Muitos dos que logo depois da renúncia de Jânio Quadros aprestaram-se a impedir a posse de Goulart, violando a ordem constitucional, apareciam agora como defensores da legalidade e da democracia, defendendo a ruptura institucional.

Segundo Fernandes⁵⁰⁵, o caminho percorrido no primeiro de abril de 1964 foi incomum, porém, dentro da moldura histórica convencional e da associação indissolúvel (até aquele momento) entre as elites das classes ou grupos sociais dominantes civis e militares. O que escapou da rotina e causou estupefação foi o deslocamento de civis para as posições atribuídas pelos líderes militares, e que estes se apossaram abertamente da hegemonia do poder institucional procurando salvar as aparências da normalidade democrática.

O jacobinismo brizolista em seu viés antiestadunidense, candente nos momentos anteriores ao golpe civil-militar de abril de 1964, incentivou a ativa influência dos EUA para o sucesso da ação golpista. “Há sugestivas evidências de que os Estados Unidos aprovaram e apoiaram a deposição militar de Goulart quase que desde o seu princípio. Os EUA reforçaram o seu apoio ao elaborar planos militares preventivos que poderiam ter sido úteis para os conspiradores, se houvesse surgido a necessidade”⁵⁰⁶.

Segundo Sá-Corrêa⁵⁰⁷, entre os milhões de documentos que a Biblioteca Lyndon Johnson guarda no Texas, da passagem do presidente pela Casa Branca, 17 comunicados do Estado-Maior Conjunto norte-americano registram a operação militar que, no dia 31 de março de 64, foi acionada para “marcar a presença dos Estados Unidos” no litoral brasileiro durante os dias em que o Governo Goulart caía. Intitulada Brother Sam⁵⁰⁸, essa operação mobilizou um porta-aviões, seis destróiers, um navio para transporte de helicópteros e quatro petroleiros. E ainda seus aviões de carga, oito de abastecimento, um de comunicações, oito caças e um posto de comando aerotransportado. Brizola⁵⁰⁹ afirma que:

⁵⁰⁵ FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 142.

⁵⁰⁶ PARKER, Phyllis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 128.

⁵⁰⁷ CORRÊA, Marcos Sá. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: LPM, 1977. p. 15.

⁵⁰⁸ Seria difícil, em princípio explicar por que os Estados Unidos se empenharam tanto na campanha contra Goulart e decidiram enviar às costas brasileiras uma força-tarefa naval, a Operação Brother Sam. A contradição, porém, é apenas aparente: o poderio dos Estados Unidos mundo afora não poderia ser plenamente exercido mundo afora se não predominassem incontestavelmente no hemisfério e, sobretudo, em seu ‘quintal’ latino-americano. Se não era possível acabar com o regime comunista de Fidel Castro, com certeza eles não admitiriam ‘outra Cuba’, ainda que baseados em avaliações quiméricas e tendo de recorrer a métodos brutais. Além disso, inúmeras empresas norte-americanas tinham expressivos investimentos aqui, ou planejavam ter, caso houvesse condições para tanto. FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: _____; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 66.

⁵⁰⁹ BRIZOLA, Leonel. Depoimento sobre João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 135.

Em 1964 quisera fazer uma reação. A situação não era a mesma de 1961, pois tudo era mais difícil. O lugar de reagir contra os insurretos não era mais Porto Alegre, e sim o Rio de Janeiro ou Brasília. Mas o presidente João Goulart tinha esperanças de poder negociar. Quando chegou ao Rio Grande do Sul, houve uma reunião na qual estavam nove generais, o Raul Ryff e eu, que fiz uma proposta. O Gen. Ladário assumiria o Ministério do Exército, e eu, o da Justiça. Tomaríamos todas as providências e o presidente governaria de São Borja. Bom, a proposta foi discutida. Jango disse: ‘Olha, verifico que minha permanência no governo custará derramamento de sangue, e eu não quero que o povo brasileiro pague esse tributo. Então eu me retiro e peço que vocês se desmobilizem.’ Encerrou-se assim a reunião. A situação estava difícil mesmo, porque os americanos já haviam reconhecido os golpistas e tinham uma esquadra se deslocando para o Brasil.

Brizola afirma a tentativa de reação e a insere numa conjuntura de dificuldades para Goulart. Este estava imerso em um centro de tomada de decisões onde as pressões de diversos setores, entre eles a presença física (com porta-aviões) dos estadunidenses, colocavam-se como uma real possibilidade de guerra civil entre os legalistas e os setores anti-democráticos. Assim, a reação vislumbrada viria acompanhada de um contra-ataque golpista o que poderia resultar em consequências trágicas para a população civil.

O golpe civil-militar contava com o apoio do Governo estadunidense⁵¹⁰, de setores ligados ao capital estrangeiro, além de consideráveis setores da mídia e camadas médias da sociedade brasileira. A tentativa de reação a ação golpista se mostrou incipiente demais para impor qualquer possibilidade de impedimento à ascensão ao poder dos setores sociais conservadores. Isso pôs fim ao regime democrático, vivenciado pelo país por menos de vinte anos, provocando o início da ditadura civil-militar que perduraria até a metade da década de 1980.

Nesse subcapítulo procurou-se identificar as influências ideológicas presentes na ação política de Brizola no período anterior ao golpe civil-militar de 1964. O jacobinismo republicano do final do século XIX, característico das origens do PRR, era semelhante em alguns aspectos ao radicalismo brizolista, em especial após a eleição de 1962. O viés anti-imperialista de Brizola era a característica mais marcante em seu discurso especialmente antes do golpe de março de 1964. A radicalização empreendida pelas esquerdas nacionalistas acabou por servir como pretexto para ação golpista de setores civis e militares.

⁵¹⁰ A Operação Brother Sam era conhecida e foi planejada como a cumplicidade de brasileiros, como o general Ulhoa Cintra, auxiliar de Castelo Branco, que também estava informado da operação. A participação dos EUA foi decisiva, pois a Operação Brother Sam expressou a disposição intervencionista dos EUA e comprometeu seus idealizadores com um longo processo de justificação da ditadura civil-militar brasileira. Lincoln Gordon estava consciente dos perigos que havia em se propor como o principal fiador da força-tarefa. FICO, C. *Op. cit.* p. 101.

QUARTO CAPÍTULO: As crises político-militares e a aproximação de Leonel Brizola com os setores subalternos das Forças Armadas

Neste capítulo busca-se analisar a atuação dos subalternos das Forças Armadas em consonância com a defesa do regime democrático no período histórico delimitado pela pesquisa. Além disso, procura-se apontar o início e consolidação do Movimento dos Sargentos, assim como a aproximação desse Movimento com a radicalização do nacionalismo popular de Leonel Brizola.

4.1 A Campanha da Legalidade: a atuação dos sargentos em consonância com a defesa da posse de Goulart

A renúncia do então presidente eleito, Jânio Quadros, com uma considerável votação⁵¹¹ na eleição de 1960, incentivou a ascensão de atores sociais importantes para o cenário político-militar da conjuntura estudada: a aparição de uma maneira destacada do Movimento dos Sargentos⁵¹² e a atuação política de Leonel Brizola em defesa da posse do então vice-presidente João Goulart. Os sargentos atuaram de maneira decisiva na crise política, envolvendo a mobilização social incentivada pelo então governo sul-rio-grandense.

O presente subcapítulo pretende apontar as ações dos subalternos militares, especialmente os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército e os sargentos da 5ª Zona Aérea de Canoas, no sentido de impedir a mobilização golpista em apoio às decisões dos ministros militares de se contrapor à regulamentação constitucional. Para tanto, são fundamentais os relatos dos atores envolvidos diretamente nos acontecimentos dessa conjuntura.

A ascensão de Jânio Quadros ao poder caracterizou-se como um fenômeno político surpreendente. Para Ramos⁵¹³, o período histórico imediatamente anterior à eleição de Quadros foi caracterizado como uma época de crise do poder no Brasil. O povo, segundo o autor, se conduziu de modo rebelde às indicações dos aparelhos partidários, habilitando-se, assim, a exercer funções dirigentes no processo histórico brasileiro. A escolha de Quadros significou o ressurgimento do bonapartismo na política brasileira, ou seja, a suspensão da força política das classes sociais, transformando-as em suplicantes diante do Estado. Então o povo, partidariamente desorganizado, passa a ser aparente sustentáculo do poder. O chefe bonapartista, acima das classes, acima dos partidos, busca o apoio direto do povo.

Com uma minoria no Câmara Federal⁵¹⁴, Quadros assumiu o governo defendendo a ideia de combate à corrupção na administração pública⁵¹⁵, em relação às ações internas. Na sua

⁵¹¹ Jânio Quadros (PTN-UDN-PDC) obteve 5.636.623 de votos (48%) contra 3.846.825 (32%) de Henrique Teixeira Lott (PSD-PTB) e 2.195.709 (20%) de Adhemar de Barros (PSP). In: CARONE, E. *Op. cit.* 1985. p. 139.

⁵¹² A primeira aparição do Movimento dos Sargentos na conjuntura de 1961-1964, para o grande público, foi durante a grave crise institucional: a renúncia do presidente Jânio Quadros e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart. PARUCKER, P. *Op. cit.* p. 51.

⁵¹³ Cf. RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1961.

⁵¹⁴ O quadro de predomínio dos setores pessedistas (117 cadeiras) e petebistas (62 cadeiras), ou seja, os partidos apoiadores de Quadros, não teriam a maioria suficiente para apoiá-lo. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos das Eleições Federal, Estadual e Municipal. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964. p. 20.

política externa, com Afonso Arinos de Melo Franco como ministro das Relações Exteriores, permitiu o primeiro choque com os seus apoiadores. Essa política, no entendimento de Skidmore⁵¹⁶, correspondia à intenção de diminuir os males financeiros do Brasil através de negociações simultâneas com três grandes potências: os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o bloco soviético.

À esquerda nacionalista o neutralismo externo aplicado por Quadros poderia soar bem, como aponta Ney de Moura Calixto⁵¹⁷:

O governo do Jânio adotava uma postura surpreendente. Tínhamos apoiado o marechal Lott para presidência por ser ele nacionalista e estar em aliança com o PTB. Mas depois de ter assumido o poder, Jânio fez tudo que não esperávamos dele. Até do Brizola ele aproximou-se. Presenciei um pronunciamento dele, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, onde ele afirmou que, depois de ter se reunido com Brizola e outros governadores da região sul, precisava de mais um político como Brizola para resolver o problema do país.

A dubiedade de Quadros inquietava os setores udenistas que o apoiaram decisivamente para a sua eleição em 1960. A ação política de Quadros adquiria uma característica contraditória, pois aplicava duras políticas econômicas em termos internos, apesar de sua política externa independente. A preocupação de Quadros foi, como indica Bandeira⁵¹⁸, efetivamente criar condições para que pudesse ter as mãos livres na política interna, isto é, para que as pudesse desembaraçar das peias constitucionais. E esta sua duplicidade expressou o impasse com que as classes dirigentes no Brasil se defrontavam, uma vez que o empresariado, fortalecido pela industrialização e articulado pelo setor estrangeiro, reclamava a concentração do poder político, a fim de, resolvendo-se o problema da hegemonia, conter a emergência do movimento operário e enfrentar a crise econômica e social, com outros padrões de acumulação.

A renúncia atenderia aos anseios antidemocráticos de Quadros. Ela poderia consolidar as intenções golpistas no sentido de sensibilizar diversos setores sociais, inclusive as Forças Armadas. A sociedade seria convencida da necessidade de sua volta com plenos poderes numa ação no sentido de fortalecer a autoridade do governo, que estaria desaparelhado para

⁵¹⁵ Quadros atacou a ineficiência burocrática através da emissão de bilhetinhos presidenciais. Com os pitorescos bilhetinhos convertia os seus ministros em meros executores de determinações presidenciais. BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 32.

⁵¹⁶ A política externa poderia significar um disfarce a fim de desviar a atenção do país para o impopular programa de estabilização econômica. SKIDMORE, T. *Op. cit.* p. 245-246.

⁵¹⁷ Ney Calixto era sargento da 5ª Zona Aérea de Canoas, Rio Grande do Sul, e participou ativamente dos acontecimentos dessa Zona militar. CALIXTO, Ney de Moura. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

⁵¹⁸ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7 ed. Brasília: Ed Unb, 2001. p. 47.

enfrentar os problemas do país, sem, contudo, alterar os aspectos fundamentais da mecânica democrática⁵¹⁹.

O viés mais conservador de seu governo foi caracterizado com a escolha dos seus ministros militares. No Ministério da Guerra, manteve o marechal Odílio Denys, que substituíra o marechal Lott no final do governo Kubitschek, com a candidatura desse marechal à Presidência. A pasta da Aeronáutica ficou sob o comando do brigadeiro Grun Moss, que era lacerdista e ligado ao IBAD, e de Sílvio Heck, ligado também ao grupo dos entreguistas das Forças Armadas.

Outros postos militares de seu governo também refletiam um conservadorismo. O governo foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da ESG: coronel Golbery do Couto e Silva (chefe do Gabinete da Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, auxiliado pelo tenente-coronel João Batista Figueiredo), tenente-coronel Walter Pires de Carvalho (do Serviço Nacional de Informações e Contra-Informações) e Cordeiro de Farias (chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, auxiliado pelo coronel Ernesto Geisel como chefe do Serviço de Informações do Exército e comandante da guarnição-chave sediada em Brasília)⁵²⁰.

A crise da sucessão de Quadros se inicia com a denúncia de Lacerda, no dia 24 de agosto, de que havia sido convidado por Jânio, através do ministro da Justiça Pedroso Horta, para executar um golpe. Na manhã seguinte, dia do soldado, Quadros renunciou à presidência sob a alegação de que forças terríveis levantaram-se contra ele, difamando-o. Para decepção de Quadros, segundo Felizardo⁵²¹, o povo não se manifestou e o Congresso aceitou a renúncia.

Diversos manifestos foram lançados já no dia 25 do mesmo mês de agosto. Alguns, como afirma Labaki⁵²², até defendendo o retorno de Quadros – como o dos governadores de Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí, Pará e São Paulo -, outros, defendendo a legalidade constitucional democrática – o dos dirigentes sindicais da Guanabara e do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime Câmara, e até um de Carlos Lacerda, que também advertia para não se acreditar em boatos e servir de instrumentos às agitações, que serão reprimidas dentro da lei.

O governador do Estado do Rio Grande do Sul divulga um manifesto ao final do dia, indicando sua surpresa com o acontecimento e declarando apoio à ascensão de João Goulart,

⁵¹⁹ QUADROS, Jânio; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História do povo brasileiro*. Vol. VI. São Paulo: Quadros Editores Culturais S.A., 1967. p. 236-246.

⁵²⁰ DREYFUS, R. *Op. cit.* p. 127.

⁵²¹ FELIZARDO, J. *Op. cit.* p. 21.

⁵²² LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 53.

então em viagem à China, ao primeiro posto da nação. No mesmo documento, Brizola⁵²³ afirma a:

Nossa intolerável posição ao lado da legalidade constitucional. Não pactuamos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra a liberdade pública. Se a atual Constituição não satisfaz, em muitos dos seus aspectos, desejamos o seu aprimoramento e não sua supressão, o que representaria uma regressão ao obscurantismo.

A defesa imediata do regime democrático e da ascensão de Goulart à Presidência repercute nos meios civis e militares. No dia seguinte, 26 de agosto, é divulgado o manifesto do marechal Henrique Teixeira Lott⁵²⁴, uma das principais lideranças dos setores nacionalistas. Esse militar, reconhecido como um legalista pelos setores castrenses, em candente pronunciamento clama:

Aos meus companheiros das Forças Armadas. Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Sr. ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao governador do Rio Grande do Sul através do deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, dr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional. Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e com as instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da nação, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria.

Lott se coloca, portanto, desde o primeiro momento em favor da legalidade e posse de Goulart, o que decorre em sua prisão. Apesar da detenção do marechal Lott após a divulgação do manifesto, começam as primeiras manifestações militares legalistas. Distante de Porto Alegre surgia a primeira reação à renúncia de Quadros. Na 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC), com sede em Santiago, o general-de-brigada Oromar Osório assumiu prontamente a defesa da Constituição, colocando-se a favor da posse do vice-presidente João Goulart, que começava sua viagem de regresso ao Brasil depois de visitar a União Soviética e a China. Em outro ponto do Estado, segundo Kuhn⁵²⁵, tão logo soube da renúncia do presidente, o general-de-

⁵²³ ÚLTIMA HORA. 28 de agosto de 1961. p. 1.

⁵²⁴ ÚLTIMA HORA. 26 de agosto de 1961. p. 20.

⁵²⁵ KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. p. 42.

divisão Pery Beviláqua⁵²⁶, comandante da 3ª Divisão de Infantaria com sede em Santa Maria, propôs oferecer a Jânio Quadros uma base territorial onde pudesse governar livremente.

Brizola, no dia seguinte à renúncia de Quadros, lança um apelo aos militares legalistas no sentido de não se aproximarem das ações golpistas da cúpula militar, que custava a aceitar a posse de Goulart. Tendo por objetivo sensibilizar as forças militares progressistas, Brizola⁵²⁷ afirmou que:

Não pensem esses grupos reacionários que contarão com as Forças Armadas. Já se enganaram. Nossos soldados são filhos do povo. Os militares, sejam do Exército, Marinha ou Aeronáutica, jamais aceitarão a missão degradante de serem feitores de um país estrangeiro. Nossos soldados são brasileiros, e pela legalidade e soberania do Brasil estarão sempre ao lado do povo.

A interpelação às forças democráticas e populares é nítida no pronunciamento de Brizola. A origem comum (“soldados brasileiros”) é lembrada como forma de mobilizar os setores castrenses em defesa da preservação da democracia.

A documentação, divulgada até mesmo pela imprensa meses após a crise militar de agosto de 1961, comprova as pressões exercidas pelo Ministério da Guerra em relação ao III Exército no sentido de impedir uma possível reação legalista. O ministro da Guerra⁵²⁸, já no dia 25 de agosto, divulgava a seguinte mensagem:

10:00 – RIGOROSA PRONTIDÃO PARA TODO III EXÉRCITO, TRANSMITIDA PELA FONIA, DO RIO PARA O CH EM IIIEX.
17 – RÁDIO RECEBIDO DO SR. MINISTRO DA GUERRA:
URGENTE – CMT III EXÉRCITO – PALEGRE, RIO GRANDE DO SUL.
Nº 125 – D2 – CIRCULAR DE 25 AGO 61 PT COMUNICO VOASSENIA SENHOR JANIO QUADROS ACABA RENUNCIAR PRESIDÊNCIA REPUBLICA PT ASSUMIU GOVERNO VG ACORDO PARÁGRAFO PRIMEIRO ARTIGO SETENTA NOVE CONSTITUIÇÃO VG SENHOR RANIERI MAZZILI VG PRESIDENTE CÂMARA DEPUTADOS BG ESTANDO PRESENTES MINISTROS MARINHA VG GUERRA ET AERONÁUTICA PT SITUAÇÃO COMPLETA CALMA TODO PAÍS PT MAR ODYLIO DENYS MINISTRO GUERRA PT

O ministro da Guerra procurava demonstrar uma normalidade “democrática” com a ascensão de Ranieri Mazzili à Presidência. A mensagem vinha no sentido de comunicar que o presidente da Câmara dos Deputados estava assumindo a Presidência da República devido à renúncia de Quadros. As mensagens continuam como uma tentativa de tranquilizar a situação

⁵²⁶ Esse mesmo general Beviláqua muda subitamente de posição nos acontecimentos de março de 1964, o que se verifica em capítulo posterior da presente pesquisa.

⁵²⁷ FOLHA DA TARDE. 26 de agosto de 1961. p. 11.

⁵²⁸ BOLETIM ESPECIAL Nº 1 DE 15 OUTUBRO DE 1961 DO III EXÉRCITO. In: O CRUZEIRO. 2 de dezembro de 1961. p. 7.

e impedir qualquer reação contrária ao golpe que estava sendo colocado em prática. No dia 27, Machado Lopes⁵²⁹ envia uma mensagem colocando o ministro a par da situação no Estado:

01:20 – Rádio enviado ao Sr. Ministro:

GOV BRIZOLA DECLAROU-ME RESISTIRÁ CONTRA AÇÃO IMPEÇA POSSE JG PT COORDENA AÇÃO BM NESSE SENTIDO PT TENHO PERCEBIDO GRANDE NÚMERO OFICIAIS IDEIA SER MANTIDO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL VG INCLUSIVE CM 3º DI ET 1º CE PT TODAS UNIDADES CUMPRINDO ORDENS MANUTENÇÃO ORDEM PÚBLICA PT SITUAÇÃO TENSA PORÉM CALMA TODO III EXÉRCITO PT.

03:04- Mensagem recebida do Sr. ministro da Guerra:

ELEMENTOS COMUNISTAS CONGRESSO ESTÃO PERTURBANDO ENCONTRO SOLUÇÃO LEGAL CRISE DECORRENTE RENÚNCIA PRESIDENTE PT MARECHAL LOTT ENVOLVIDO POR TAIS AGITADORES LANÇOU MANIFESTO SUBVERSIVO FORÇANDO MINISTRO GUERRA DETERMINAR SUA PRISÃO PT MINISTRO PRETENDE DEFENDER INSTITUIÇÕES ET MANTER A LEI ET ORDEM EM TODO PAÍS MESMO QUE PARA ISSO TENHA QUE IMPEDIR POSSE JANGO PT CONVENIENTE CHAMAR ET RETER QUALQUEER PROTEXTO CMT 3ª DI ET 1ª DC PORTO ALEGRE PT.

0310 – MENSAGEM ENVIADA PARA O SR. MINISTRO:

“ENTENDIDO VG VOU PROVIDENCIAR PT SITUAÇÃO PALEGRE MUITO TENSA PT GOVERNADOR BRIZOLA ORGANIZOU DEFESA PALÁCIO ET PARECE TER DISTRIBUÍDO ARMAMENTO CIVIS SEUS ADEPTOS PT ESTOU VIGILANTE MANUTENÇÃO ORDEM PT SERIA DE TODO CONVENIENTE ENCONTRAR SOLUÇÃO LEGAL PT GEN MACHADO LOPES, CMT III EX.”

A preocupação com uma mobilização de resistência às articulações golpistas é nítida no comunicado entre os oficiais. Como consequência das primeiras ações de resistência ao possível golpe que estava sendo proporcionado pela cúpula militar golpista, já no dia 25 de agosto as tropas da 5ª Zona Aérea foram colocadas em prontidão, aquartelada e armada. “Nós aqui do 5º Comar, da Base Aérea, estávamos em prontidão, nós éramos mais de 200 sargentos. Havia 12 aviões Gloster e cada avião com bombas de 250 libras, com raio de ação de 1000 metros quadrados”⁵³⁰. Através do relato de Ney Calixto depreende-se que tão pronto foi repassada a ordem de bombardeio ao Palácio, os sargentos da referida unidade em Canoas colocaram-se contrários à drástica ação que traria consequências trágicas. Adotaram, portanto, uma postura de defesa da ordem constitucional contrariando as determinações antidemocráticas de alguns oficiais.

O ambiente era intenso em preocupações por todos os setores. Especialmente a partir da informação divulgada de que o governador do Estado supostamente estaria enviando tropas de ferroviários, com o apoio do III Exército para invadir a Base. Com isso, os aviões foram armados e preparados para qualquer ação.

⁵²⁹ *Ibid.* p. 7.

⁵³⁰ CALIXTO, Ney de Moura. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

Segundo Édio Erig⁵³¹, todos estavam preocupados com o desenrolar dos acontecimentos. Erig⁵³² afirma que:

Havíamos estranhado a retirada apressada de todos os familiares, até mesmo de empregadas domésticas, dos oficiais, da vila residencial próxima em aviões de transporte com destino ignorado. Tive acesso ao radiograma do Ministério da Guerra que indicava a necessidade de conter o governador Brizola e que, se preciso fosse, o Palácio deveria ser bombardeado. Depois disso, entreguei o radiograma ao oficial de dia que regressava do refeitório. Ele levou a mensagem ao Coronel Comandante Honório Pinto Pereira Neto, que reuniu a tropa e comunicou a todos que havia recebido a ordem de bombardeio, mas que não iria cumpri-la.

O clima na Base Aérea, portanto, era de extrema tensão assim como em diversas regiões militares. A discussão entre o Comandante Machado Lopes e o ministro da Guerra foi um dos fatores determinantes para a tomada de posição de legalista dos comandantes militares, especialmente do III Exército. A troca de mensagens entre ambos foi se radicalizando a ponto de levar o Ministério da Guerra⁵³³ a ordenar drásticas atitudes contra a mobilização promovida por Brizola:

09:45 – Foi recebida pelo III Exército a seguinte ordem do Sr ministro da Guerra (transmitida em fonia):
 “O GEN ORLANDO GEISEL TRANSMITE AO GEN MACHADO LOPES, CMT III EX, A SEGUINTE ORDEM DO MINISTRO DA GUERRA:
 O III EXÉRCITO DEVE COMPELIR IMEDIATAMENTE O SR LEONEL BRIZOLA A PÔR TERMO A AÇÃO SUBVERSIVA QUE VEM DESENVOLVENDO E QUE SE TRADUZ PELO DESLOCAMENTO E CONCENTRAÇÃO DE TROPAS E OUTRAS MEDIDAS QUE COMPETEM EXCLUSIVAMENTE AS FORÇAS ARMADAS.
 O GOVERNADOR COLOCOU-SE, ASSIM, FORA DA LEGALIDDE. O CMT DO III EX ATUE COM A MÁXIMA ENERGIA E PRESTEZA.
 FAÇA CONVERGIR SOBRE PORTO ALEGRE TODA A TROPA DO RIO GRANDDE DO SUL QUE JULGAR CONVENIENTE, INCLUSIVE A 5ª DI, SE NECESSÁRIO.
 EMPREGUE A AERONÁUTICA, REALIZANDO INCLUSIVE O BOMBARDEIO, SE NECESSÁRIO.
 ESTÁ A CAMINHO DO RGS UMA FORÇA-TAREFA DA MARINHA.
 QUAL O REFORÇO DE TROPA QUE NECESSITA?
 AQUI HÁ UM BOATO DE QUE O GEN MURICY VIRIA AO RIO. O MINISTRO DA GUERRA NÃO QUER ACREDITAR NESTA NOTÍCIA E JULGA QUE O MOMENTO NÃO É MAIS PARA PARLAMENTAR, MAS REQUER AÇÃO FIRME E IMEDIATA.
 O MINISTRO DA GUERRA CONFIA EM QUE A TROPA DO III EX CUMPRIRÁ O SEU DEVER.”

⁵³¹ Édio Emigdio Erig, em 1961, era 1º sargento da 5ª Zona Aérea de Canoas. Tendo ingressado na Escola de Especialistas Sargentos da Aeronáutica, em São Paulo, no ano de 1949. Formou-se em 1950 na sub-especialidade de sistemas hidráulicos, que acompanha trem de pouso.

⁵³² ERIG, Édio Emigdio. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁵³³ BOLETIM ESPECIAL Nº 1 DE 15 OUTUBRO DE 1961 DO III EXÉRCITO. In: O CRUZEIRO. 2 de dezembro de 1961 p. 8.

10:00 – EM RESPOSTA O CMT DO III EX DECLAROU AO GEN GEISEL QUE NÃO CUMPRIRIA A ORDEM RECEBIDA, POR NÃO ENCONTRAR APOIO LEGAL.

10:30 – O GEN MURICY FOI MANDADO DO RIO, PARA ESCLARECER A SITUAÇÃO NO ESTADO DO RGS, PARTICULARMENTE EM PORTO ALEGRE, BEM COMO A DAS TROPAS NELE ESTACIONADAS.

11:00 – O CMT III EX COMPARECE AO PALÁCIO PIRATINI PARA LEVAR AO CONHECIMENTO DO GOVERNADOR BRIZOLA A DECISÃO QUE VINHA DE TOMAR, BEM COMO SOLICITAR AO GOVERNADOR DO ESTADO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA QUE MODERASSE OS ATOS DE EXALTAÇÃO REVOLUCIONÁRIA QUE VINHA PRATICANDO, INCLUSIVE A DEVOLUÇÃO DA RÁDIO GUAÍBA.

PELO GOVERNADOR BRIZOLA FOI –LHE PROMETIDO O ACATAMENTO A ESSAS SOLICITAÇÕES.

A ordem de bombardeio ao Palácio foi rechaçada por Machado Lopes. Depois da divulgação dessa ordem de bombardeio, o III Exército definitivamente ingressa na Campanha da Legalidade⁵³⁴. Machado Lopes, em categórica resposta, indica sua posição de desvinculação com o comando militar do ministro da Guerra:

MINISTRO GUERRA – RIO – Nº 264 E2 DE 30 AGO 61 – TERCEIRO EXÉRCITO PERFEITAMENTE COESO NÃO MAIS ACATARÁ ORDENS V EXCIA ET AGIRAH POR CONTA PRÓPRIA DENTRO DA IDEIA DE MANTER O REGIME LIBERAL DEMOCRATA CRISTÃO VG ASSEGURANDO INTEGRAL EXECUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO VIGENTE SEM QUALQUER MODIFICAÇÃO NELA SEJA PORVENTURA INTRODUZIDA PT GEN MACHADO LOPES, Cmt III Ex.

Brizola saudou a decisão de Machado Lopes. Agora o governador sul-rio-grandense passava a contar com uma fundamental força militar para a defesa da posse de Goulart. Brizola⁵³⁵ conta de seu encontro com Lopes:

Quando o general Machado Lopes me comunicou sua corajosa e patriótica atitude, eu lhe disse que, a partir daquele momento, ele iria desempenhar um papel histórico. Foi estabelecido que todo o comando das operações militares ficaria com o general, e o comando civil, comigo. Foram combinadas medidas visando a normalizar a situação, na esperança de que a atitude do III Exército fizesse recuar a pressão golpista, o que, aliás, não ocorreu, como se verificou mais tarde.

A repercussão do não acatamento da ordem de bombardeio por parte do III Exército, e a conseqüente aproximação de Machado Lopes com o movimento de defesa da posse de Goulart, foi de grande monta na Base de Canoas. Segundo Édio Erig⁵³⁶, o Comandante fez questão de dizer que não cumpriria a ordem de bombardeio. O capitão Danton Pinheiro

⁵³⁴ O III Exército está com a legalidade. Os seus tanques, que até então amedrontavam a população gaúcha, diante do silêncio dos seus chefes militares, serão usados de agora em diante, se preciso for, para a defesa da Constituição do país. ÚLTIMA HORA. 28 de agosto de 1961. p. 4.

⁵³⁵ O CRUZEIRO. 2 de dezembro de 1961. p. 7-10.

⁵³⁶ ERIG, Édio Emigdio. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

Machado ainda falou à tropa, tentando influenciá-lo. Como pairava no ar o receio de uma ação das tropas do Exército, os suboficiais e sargentos continuaram preocupados com a possibilidade de que as esquadrilhas de caça poderiam decolar para alguma missão de ataque.

A divulgação do manifesto dos ministros militares de total repúdio à ascensão de Goulart à Presidência acirrou os ânimos por parte dos golpistas. No pronunciamento dos ministros das Três Armas fica nítido o conservadorismo militar apontado anteriormente na escolha dos ministros. Esse foi o principal manifesto divulgado, configurando-se em um fator essencial para fortalecer a reação legalista. Os chefes militares⁵³⁷ afirmaram que:

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as forças armadas do Brasil, através, da palavra autorizada de seus ministros, manifestaram a s.exa. o presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, de regresso ao país do vice-presidente Sr. João Goulart. Já em tempo em que exercera o cargo de ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentes políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência para animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares. Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas. As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem serenas e decididas, na manutenção da ordem pública. Rio de Janeiro, GB, 30 de agosto de 1961. Vice-almirante Sylvio Heck, ministro da Marinha; marechal Odylio Denys, ministro da Guerra; brigadeiro-do-ar Gabriel Grun Moss, ministro da Aeronáutica.

O repúdio à Goulart era patente em determinados setores castrenses. A correlação entre os trabalhistas e sindicalistas, somada à suposta simpatia destes pelos regimes comunistas eram entendidas com temor por parte dos militares conservadores. Estes utilizavam a aproximação com os setores sindicais e possível simpatia dos trabalhistas para com os comunistas para desqualificar e desestabilizar Goulart e seus apoiadores. A preocupação com um golpe latente estava presente também nas hostes militares, especialmente após a renúncia de Quadros.

⁵³⁷ RESUMO HISTÓRICO DOS 91 ANOS DE EXISTÊNCIA DO CLUBE MILITAR (1887-1978). Vol. 16. 8ª parte. O clube militar em mais 3 biênios (1960-1966). Rio de Janeiro: Clube Militar, 1961. p. 103.

As desconfianças de que algo estaria para acontecer se comprovaram quando o sargento Álvaro Moreira de Oliveira Filho foi até o Esquadrão, onde encontra o major Cassiano Pereira, que era favorável ao golpe, fazendo uma preleção justificando a missão que deveriam cumprir, mas já sentindo a reação contrária dos sargentos, segundo Avelino Iost⁵³⁸. Este militar era aspirante a oficial da Base Aérea, tendo ingressado na Escola de Sargentos da Aeronáutica (ESA), no final da década de 1940. Iost vivenciou de perto todos os acontecimentos da Base Aérea de Canoas e afirmou do momento de tentativa de iniciar a operação de decolagem:

Quando os oficiais, reunidos no hangar do 1/14º G. Aviação, se viram anulados na tentativa de decolagem, se dirigiram aos cabos e soldados, mas nada conseguindo. A ordem do major Cassiano era de deslocamento do 1/14º imediatamente. Um suboficial ainda questionou se estavam defendendo a Constituição. A resposta foi dada pelo major Cassiano, de que militar cumpre ordens. Enquanto que o capitão Alfredo Daudt, oficial efetivo da base, se manifestou afirmando que estava preocupado e que não queria envolver-se em outra aventura tipo Jacareacanga.

A postura de defesa da Constituição contrastaria, segundo o relato anterior, com as tentativas golpistas de determinados setores militares ligados a UDN e Carlos Lacerda, especialmente no episódio mencionado de Jacareacanga contra a posse de Kubitschek. Esse fato demonstra a contrariedade em cumprir uma ordem antidemocrática por parte dos sargentos. O comandante Passos⁵³⁹ comunicou a Machado Lopes que não aceitaria o bombardeio. A partir daí os sargentos impediram qualquer possibilidade de decolagem dos aviões para o bombardeio, o que foi noticiado por *Última Hora*⁵⁴⁰:

Suboficiais e sargentos da Base Aérea de Canoas impediram, ontem, que Porto Alegre fosse bombardeada por aviões da 5ª zona aérea, obedecendo à determinação do ministro da Guerra. Colocando-se firmemente ao lado da causa legalista, os subalternos não acataram as ordens de carregar com bombas e artilharia os jatos que deveriam decolar em missão de combate visando – ao que tudo indicava – à destruição do Palácio Piratini, onde o governador Brizola acabava de receber o apoio do III Exército. Agindo prudente e eficientemente, os suboficiais e sargentos passaram a retirar dos aviões as peças para vôo. Essa ação provocou uma nova reação dos oficiais, contida com seu confinamento a um dos hangares da base. Declarava-se a sublevação e, desde então, o controle efetivo daquela unidade da Força Aérea Brasileira está nas mãos dos subalternos. Somente mediante a intervenção dos oficiais legalistas, o ambiente foi se tornando mais tranquilo, com os suboficiais e sargentos passando a acatar as ordens que não contrariassem suas convicções legalistas, ficando acertado desde logo o afastamento de seus respectivos postos dos oficiais favoráveis ao golpe.

⁵³⁸ IOST, Avelino. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

⁵³⁹ O general Muricy telefonou ao brigadeiro Passos, comandante da 5ª Zona Aérea, solicitando um avião para as primeiras horas da manhã. Conforme combinara com Machado Lopes, Muricy viajaria ao Rio para expor ao ministro da Guerra a situação no Rio Grande do Sul. Diante de Machado Lopes, Muricy e do general Sílvio Santa Rosa, comandante da 6ª DI, afirmou que a ordem era para efetuar vôos rasantes na região do Palácio com o objetivo de amedrontar Brizola. KUHN, D. *Op. cit.* p. 56-57.

⁵⁴⁰ ÚLTIMA HORA. 29 de agosto de 1961. p. 2.

Caracterizados como legalistas, os sargentos dessa Base Aérea ganharam notoriedade por contrariarem as ordens antidemocráticas dos oficiais. A quebra da hierarquia para evitar o bombardeio foi marcante para as hostes militares. Após esse fato, o coronel Honório, um dos comandantes golpistas, constatou que os aviões de combate estavam impedidos de decolar. Iost⁵⁴¹ afirma que esse coronel pediu a suboficiais e sargentos que deixassem decolar um avião T-6 desarmado, para que ele enviasse um oficial ao Ministério da Aeronáutica. A resposta foi que o impedimento era para aviões que estivessem armados. O coronel, reconhecendo a situação, resolveu se render. Apresentou-se ao Machado Lopes, no III Exército. Essa passagem de comando aconteceu nas primeiras horas do dia 29 de agosto, com o major Mário de Oliveira substituindo Honório. Soube-se à noite que o bombardeio sobre o Palácio estava marcado “para as 14:30 horas, exatamente quando se concentrava uma enorme multidão à frente do Palácio Piratini e após ter o brigadeiro Aureliano Passos, comandante da 5ª Zona Aérea, informado que se solidarizava com a posição legalista do general Machado Lopes comandante do III Exército”⁵⁴².

Ney Calixto⁵⁴³ lembra que havia percebido a gravidade da situação e resolveu organizar uma comissão para falar com Brizola. Chegando ao Piratini, os sargentos Moacir Paluszkeivz, Calixto e Álvaro Moreira, foram encaminhados ao III Exército. Solicitavam eles a intervenção do Exército para acalmar os ânimos exaltados na Base. Machado Lopes se dispôs a enviar uma tropa para a Base, e o major Mário Oliveira assumiria o Comando da Base indicado pela comissão:

Moacir e eu fomos para o Palácio e Álvaro voltou à Base para relatar os contatos para os demais. Quando o major Léo Etchegoyen chegou até a base, enviado pelo III Exército, percebeu que o controle estava nas mãos dos suboficiais e sargentos. Os aviões já tinham sido desarmados.

O objetivo de Etchegoyen, afirma Erig⁵⁴⁴, era controlar a situação da Base desarmando os sargentos. O que conseguiu, dizendo que estava cumprindo ordens do general Machado Lopes e que os sargentos deveriam entregar as armas. Os sargentos confiaram e acabaram presos, ficando assim mais de quatro horas. Os aviões partiram, mas já estavam desarmados

⁵⁴¹ IOST, Avelino. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

⁵⁴² ÚLTIMA HORA. 29 de agosto de 1961. p. 2.

⁵⁴³ CALIXTO, Ney de Moura. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

⁵⁴⁴ ERIG, Édio Emigdio. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

graças à ação dos sargentos. Iost⁵⁴⁵ afirma que a maioria dos oficiais que estavam apoiando o golpe fugiram.

A ameaça de bombardeio foi arrefecida, com os sargentos sendo os protagonistas da mobilização de resistência. Esta foi constatada também no Exército, especialmente no 18º Regimento de Infantaria (RI). Antônio de Pádua afirma que o movimento dos sargentos, em agosto de 1961, se dividia em dois setores: “A importância da atuação dos sargentos deveu-se fundamentalmente aos da Aeronáutica, na Base Aérea de Canoas, onde eles desarticularam o bombardeio sobre o Palácio, e os do Exército no 18º RI, que era uma unidade que possuía muitos militares”⁵⁴⁶. Os acontecimentos em Canoas e no 18º RI foram decisivos entre os militares para evitar o bombardeio e bloquear a ação conspiratória de parte da oficialidade. Os trabalhistas e Brizola, em especial, viram com imensa simpatia a atuação dos subalternos castrenses em consonância com as decisões de defesa do regime constitucional, pois eram sargentos contrariando determinações antidemocráticas.

Amadeu Felipe da Luz Ferreira, que era sargento do Exército no período estudado, teve uma atuação destacada nos acontecimentos no 18º RI. Depois de solicitar pela segunda vez o reengajamento, o referido militar reingressa no Exército e passa a fazer parte da maior unidade do III Exército, em Porto Alegre. Sobre a unidade do 18º RI, Amadeu Felipe⁵⁴⁷ afirma:

Era a unidade com dois batalhões e seguramente 1500 homens. E ela foi o fiel da balança para que o comandante do III Exército, o general Machado Lopes, aderisse à questão da legalidade que o Brizola havia levantado. Como punição, Machado Lopes foi transferido para o Rio e acabaram com a vida militar dele.

Almoré Zoch Cavalheiro, que foi o sargento eleito para deputado estadual sul-riograndense, em 1962, também estava no 18º RI no mês de agosto de 1961. Minha simpatia política era por esse segmento, diz Cavalheiro⁵⁴⁸:

Em 61 eu fazia parte do 18º RI uma das unidades que se sublevou contra o golpe impetrado pelos militares, que chamávamos de gorilas. Era o pessoal ligado ao lacerdismo e o udenismo. Na Legalidade começou a aparecer um posicionamento político dos sargentos. E já naquela época vivíamos a matriz de toda essa tendência de posicionamento político de todas as nações e seus segmentos escolhendo entre a bipolaridade da guerra fria. Ali começou a surgir forte o Movimento dos Sargentos. Estes tinham a posição mais nacionalista, e os oficiais tinham uma posição mais pró-

⁵⁴⁵ IOST, Avelino. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

⁵⁴⁶ SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Depoimento* [outubro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁵⁴⁷ FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 55.

⁵⁴⁸ CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [junho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

americano ou filo-americano. Aí começou a dar o choque, e foi evoluindo e apresentando episódios posteriores, como o de lançar candidaturas para deputados federal e estadual.

O comando do 18º RI, como acontecia com a maioria dos oficiais, colocou-se a favor do golpe. Amadeu Felipe⁵⁴⁹ afirma a postura conservadora do comando do Regimento do qual ele fazia parte:

Serviam naquela época na unidade dois Mena Barreto, que têm uma tradição direitista muito forte: Luiz Carlos e Carlos Alberto. Eram comandantes de companhias. Como o comandante não tinha reunido a unidade para definir o lado a tomar, nós sabíamos que ele havia saído para uma reunião da 6ª Divisão de Infantaria para receber instruções. O comando, então, passou a ser interino. O general Machado Lopes ainda não tinha aderido, o general comandante da 6ª Divisão, Nestor Souto, era golpista, todo mundo sabia. E quando nós, sargentos, soubemos disso, conseguimos, através das lideranças, conversar entre nós e sentimos que todos os sargentos eram a favor da legalidade e estavam dispostos a bancar sua posição.

Nota-se a constatação da existência de setores castrenses contra Goulart. Militares esses que eram classificados como gorilas, golpistas e udenistas pelos setores que se classificavam como nacionalistas democráticos. Enquanto ocorriam as movimentações dentro dos quartéis, outros setores sociais também manifestavam seu ímpeto legalista solidário às manifestações de apoio a Goulart. Estudantes e sindicatos manifestavam suas insatisfações em relação ao veto da cúpula militar e à proposta de mudança no sistema político para o parlamentarismo. A ação política dos conspiradores concentrou seus esforços para a aprovação da emenda parlamentarista, sugerida por Afonso Arinos e depois por Tancredo Neves, como forma de limitar o campo de atuação de Goulart. Cordeiro de Farias⁵⁵⁰ relata um encontro com Afonso Arinos sobre o qual o então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas afirmou:

No aeroporto, no Rio, encontrei-me casualmente com Afonso Arinos, que foi o primeiro a me falar da possibilidade de mudança na Constituição. Anunciou-me que tão logo chegasse a Brasília, iria levantar a tese do parlamentarismo. Entendi que se tratava de uma boa saída, pois garantia a posse do vice-presidente e acalmava os receios dos ministros militares. Comprometi-me com sua ideia. Nosso encontro no aeroporto foi casual, mas de qualquer forma o assunto foi ventilado e eu tomei uma série de providências de apoio à ideia parlamentarista.

A emenda parlamentarista ao mesmo tempo serviria para amarrar a possibilidade de que Goulart pudesse ter plenos poderes, direito esse que estaria assegurado na Carta

⁵⁴⁹ FERREIRA, A. *Op. cit.*. 2007. p. 56.

⁵⁵⁰ FARIAS, Cordeiro de. Depoimento. In: CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 530.

Constitucional, por ser ele o legítimo mandatário, na medida em que o presidente eleito renunciara. Sobre o fim do presidencialismo, Brizola⁵⁵¹ afirmou:

O parlamentarismo somente poderá ser reconhecido pelo povo como uma instituição, após um plebiscito, pois nenhum país pode fazer uma tão profunda alteração como esta, em seu regime, sem o referendun popular. Não devemos nos iludir, no entanto, com a presente modificação. O que o país precisa mesmo é de reformas. Esta jornada, em defesa da legalidade constitucional, por sinal, está sendo a prova de que o nosso povo é capaz de reagir, de lutar, e já sabe o que quer. O Brasil marcha, agora, para a liberdade de sua gente. Eu sou voluntário desta luta que o povo brasileiro iniciou pela sua libertação.

A possibilidade de mudança do sistema de governo, passando para parlamentarista, foi vista com extrema reserva por parte de Brizola. Este afirmava que só através de um plebiscito o sistema político poderia ganhar legitimidade. Além disso, a urgência de reformas e sua necessária aprovação por parte do Congresso se colocavam, no pronunciamento do então governador sul-rio-grandense, como essenciais para o país. Para tanto, palavras como “libertação” e “jornada em defesa da legalidade constitucional” eram utilizadas por Brizola como forma de mobilizar os setores progressistas e nacionalistas, civis ou militares, no sentido de preservação do sistema democrático e aprovação das reformas.

Com a percepção por parte dos sargentos de que a mobilização golpista estava sendo articulada, os mesmos procuraram uma forma de conter e destituir o comando da unidade do 18º RI. Após o comandante ter saído da unidade com Luiz Carlos Mena Barreto, os sargentos decidiram mudar a guarda da barreira colocando guardas de sua confiança. A intenção era parar o jipe do comando quando voltasse, e saber da posição do coronel se ele retornasse à unidade, mas se ele não voltasse, quem viesse para o 18º RI seria preso pelos sargentos. “Fui para a guarda juntamente com o Bengoechea. Levamos soldados escolhidos a dedo. Antes disso, reunimos a tropa e explicamos a situação. Com isso recebemos a completa adesão à resistência”⁵⁵². A acolhida da ideia de resistência, por parte de um considerável contingente dos subalternos militares no Regimento referido, impediu qualquer ação conspiratória contra o regime democrático.

Nem o coronel, tampouco Mena Barreto, como previsto, retornou à unidade. Quem chegou foi o capitão Alencastro Guimarães, que também participava do golpe. Perguntado sobre o paradeiro do comandante, Alencastro não respondeu, sendo preso naquele momento. Bengoechea avisou o restante dos oficiais de que precisava decidir a questão da unidade, pois

⁵⁵¹ ÚLTIMA HORA. 31 de agosto de 1961. p. 3.

⁵⁵² FERREIRA, A. *Op. cit.* 2007. p. 56.

o capitão estava preso. Com isso, Ferreira⁵⁵³ afirma que os sargentos começaram a tomar conta da situação nas dez companhias:

Começaram a colocar a soldadesca em forma, assumir o armamento, o comando de suas unidades. Os oficiais correram todos para o pavilhão do comando e a tropa cercou o local. E eu mantendo o Alencastro preso. Mandamos chamar o coronel em casa, avisamos que a unidade se rebelara, assumira a legalidade, mandamos avisar o Brizola, o III Exército, ligamos para os jornais, rádios e avisamos que o 18º RI estava pela legalidade e que os sargentos estavam no comando. Isso criou uma confusão danada. O coronel Peri, num primeiro momento, não sabia o que fazer. Acabou chegando à unidade umas três horas da manhã e o Alencastro estava preso desde as nove da noite. Falei a ele que a nossa fidelidade é para com a democracia, mas o senhor é o nosso representante nesse negócio e queremos agora que a cada reunião no quartel-general, em vez de o senhor levar os oficiais, vá com uma comissão de sargentos. Era a chance que tínhamos de chegar ao quartel-general e conversar com os outros sargentos e interferir na reunião. Foi a primeira vez que isso aconteceu no Brasil, tenho certeza.

Tão pronto conseguiram controlar a situação no 18º RI, os sargentos buscaram comunicar as suas ações para Brizola, como cita Ferreira anteriormente. A atuação desses militares procurava apoiar-se na Campanha da Legalidade. Tão pronto Brizola foi comunicado da situação no 18º RI, ele divulgou na Cadeia da Legalidade. Esse canal de comunicação foi possibilitado pela tomada dos aparelhos da Rádio Guaíba de Porto Alegre, no dia 27 de agosto:

Cerca do meio dia de ontem, um grupo de choque da Guarda de Choque da Polícia Civil, armado de metralhadoras, ocupou os estúdios da Rádio Guaíba, situados no segundo andar do edifício da Cia. Jornalística Caldas Júnior. O comandante do pelotão apresentou à direção daquela emissora um ofício assinado pelo próprio governador do Estado, no qual comunicava que a partir daquele momento a Rádio Guaíba passava à disposição da Secretaria de Segurança Pública. Acrescentava que a emissora passaria a ser operada diretamente da sala de imprensa do Palácio Piratini, determinando que, para esse fim, fosse estabelecida ligação direta entre a sede do governo e o transmissor da rádio, na Ilha da Pintada⁵⁵⁴.

As comunicações do Executivo sul-rio-grandense passaram a ser transmitidas temporariamente pela Rádio Guaíba consolidando a Cadeia da Legalidade. A tomada da aparelhagem da emissora foi realizado pela Polícia Civil. Brizola passa assim a realizar seus pronunciamentos diretamente do Palácio tendo um alcance privilegiado ajudando a desestabilizar possibilidade de ação golpista dentro dos quartéis, mesmo considerando o fato de que a maioria do oficialato era contrária à posse de Goulart. José Wilson⁵⁵⁵ indica que a maioria dos subalternos estava ao lado da ordem constitucional:

⁵⁵³ *Ibid.* p. 56.

⁵⁵⁴ FOLHA DA TARDE. 28 de agosto de 1961. p. 1.

⁵⁵⁵ SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

Acredito que em torno de 15% da oficialidade era popular, nacionalista, progressista. Porém, não mais que isso. Enquanto que existia um percentual em torno também de 15% de oficiais de direita ou filo-americanos ou americanófilos. O restante, ou seja, 70% eram funcionários e procuravam não se envolver diretamente nas discussões políticas. Essa imensa maioria de oficiais iria para o lado de quem “saltasse” na frente, ou seja, gritasse primeiro. Se a maioria dos oficiais não se envolvia diretamente com a conjuntura política, a esmagadora maioria, cerca de 80% dos suboficiais, sargentos, cabos apoiava Brizola.

O posicionamento político dos oficiais, para o referido tenente, era nítido em apenas um pequeno percentual. A imensa maioria, portanto, era de “funcionários” que obedeceriam determinações na medida que um dos lados prevalecesse sobre o outro. Essa pequena parcela contrastava com um considerável contingente de subalternos que defendiam as reformas e apoiavam as ações de setores políticos que defendiam reformas constitucionais no sentido de melhoria nas condições profissionais.

Alguns oficiais que propugnavam o golpe em andamento, em agosto de 1961, foram afastados de seus postos. Porém, outros que foram designados para alguns postos adotaram uma postura de combate aos setores reformistas. Quando a situação se acalmou, o coronel Peri Zimmerman foi transferido e quem assumiu o comando do 18º RI foi Plácido de Castro. Segundo Amadeu Ferreira⁵⁵⁶, ele era arbitrário e foi designado para “consertar” o Regimento, que passou a ser conhecido como “Exército Vermelho”. Por seu envolvimento na legalidade e principalmente no protagonismo que atingiu, juntamente com o sargento Bengoechea, Amadeu Ferreira foi transferido para o Rio de Janeiro, onde continuou atuando como uma das lideranças do Movimento dos Sargentos, que iniciava seu processo de crescimento e considerável atuação.

Antes ainda da chegada do presidente Goulart em Porto Alegre, ocorre mais uma tentativa de golpe por parte do udenismo militar. Dez oficiais da FAB tentaram impedir o desembarque do presidente Goulart no aeroporto de Brasília. O acontecimento foi assim descrito por *Última Hora*⁵⁵⁷:

Dez oficiais, cujos nomes não são ainda conhecidos, chegaram a preparar caças a jato para fazer voos rasantes sobre o aeródromo na hora da chegada. Ao saberem dessa intenção dos oficiais baderneiros, sargentos, cabos e soldados da FAB tomaram a decisão enérgica: cercaram seus superiores e os encerraram num avião, até que todos se retirassem do aeroporto. Presume-se que nem mesmo as altas autoridades da FAB, presentes do desembarque, tiveram conhecimento do fato, já que tudo se desenrolou sob grande sigilo.

⁵⁵⁶ FERREIRA, A. *Op. cit.* 2007. p. 57.

⁵⁵⁷ ÚLTIMA HORA. 31 de agosto de 1961. p. 3.

A pressão contra Goulart permanecia até mesmo em sua chegada na capital federal. Paralelo a isso, os sargentos procuravam defender a posse do presidente da República e bloquear a ação dos conspiradores. Estes continuavam em seu empreendimento de tentativa de reduzir o campo de ação de Goulart.

No dia dois de setembro, a Câmara dos Deputados aprovou a emenda parlamentarista que impediu a posse com plenos poderes por parte de Goulart, o que só aconteceu após o plebiscito realizado no início do ano de 1963. Com considerável apoio dos deputados pessedistas e petebistas, “a Câmara aprovou na reunião de hoje em sessão que terminou às 3 e 15 manhã, a emenda parlamentarista”⁵⁵⁸. O parlamentarismo serviu para a manutenção do regime democrático⁵⁵⁹, atendendo aos anseios de setores conservadores e dos grupos pró-reformas (nacionalistas), apesar de colocar consideráveis dificuldades para Goulart tirando-lhe os plenos poderes.

Com a chegada de Goulart a Porto Alegre, ocorre uma calorosa recepção ao presidente petebista, descrita pelo *Última Hora*⁵⁶⁰:

Jango, Leonel Brizola e Machado Lopes assomam à sacada. Cerca de setenta mil pessoas estão reunidas na praça da matriz, aplaudindo a identidade do poder civil e das Forças Armadas.

Em sua tentativa de vincular a defesa da ordem constitucional com a necessidade de reformas, Brizola procurava colocar-se como a principal liderança da Campanha da Legalidade ao lado de Machado Lopes e defendia os plenos poderes para Goulart. Brizola⁵⁶¹ afirma que se colocou contrário à mudança de sistema político para o parlamentarismo, e ao mesmo tempo começou:

[...] a desenvolver uma campanha em favor de um plebiscito que decidisse como deveria ser o governo: seguir com aquele parlamentarismo espúrio ou voltar ao regime presidencialista. Enquanto isso, caíam e subiam gabinetes. Veio finalmente o gabinete presidido pelo professor Francisco Brochado da Rocha. Ele assumiu convencido de

⁵⁵⁸ ÚLTIMA HORA. 2 de setembro de 1961. p. 10.

⁵⁵⁹ Em agosto de 1961, a democracia foi mantida porque os conservadores se asseguraram de que, com a mudança para o regime parlamentarista, seriam capazes de manter sob controle o rumo e o ritmo das reformas. Grupos esquerdistas e pró-reformas exigiam que as regras constitucionais para a sucessão presidencial fossem estritamente observadas a fim de assegurar a Goulart a plenitude de poderes que a Constituição investia a presidência da República. Para os conservadores, desejosos de protelar mudanças mais radicais, o regime parlamentarista representou a solução institucional mais conveniente. Entretanto, a conjunção de interesses de grupos políticos diversos impediu o governo parlamentarista de funcionar efetivamente. No meio da crise sucessória Goulart havia escolhido uma estratégia ‘avessa a risco’, ou seja, a que lhe assegurasse poder, ainda que limitado. Assim que assumiu o cargo, sua primeira prioridade foi a luta pelo pleno poder presidencial. Para esse fim, obteve total e incondicional apoio dos grupos esquerdistas e nacionalistas. FIGUEIREDO, A. *Op. cit.* p. 187-188.

⁵⁶⁰ ÚLTIMA HORA. 2 de setembro de 1961. p. 4.

⁵⁶¹ COOJORNAL. Ano VI. n. 62. Fevereiro de 1981. p. 6.

que devia trabalhar pelo plebiscito. Depois de muitas discussões – houve, inclusive inquietação militar –, ganhamos para nossas teses a adesão de muitos chefes militares. E veio o plebiscito, com o povo maciçamente votando a favor da restauração do presidencialismo, com todos os poderes ao presidente. Desde então, o golpismo passou a agir abertamente. A conspiração se generalizou, procurando criar um clima que tornasse o país ingovernável pelo presidente.

A mobilização conspiratória passa a ser franca e aberta. Brizola lembra isso e salienta a participação do “povo”, com origem humilde comum, representado pela ação de diversos setores, civis e militares. Estes, em sua maioria subalternos de todas as Armas, assumiram um protagonismo considerável.

A atuação dos marinheiros durante a Campanha da Legalidade foi importante. Paulo da Luz⁵⁶², então marinheiro do Navio Hidrográfico Canopus, comenta que durante a Campanha da Legalidade:

Trabalhava no Navio Hidrográfico Canopus que não tinha armas, pois trabalhava com levantamento de hidrografia e navegação e profundidade do mar. A Marinha rachou: oficialidade de um lado e os marinheiros de outro. Mas sempre tinha oficiais que ficavam do nosso lado. A esquadra veio toda para nossa costa, próximo de Torres, aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Se acontecesse alguma coisa iria dar um morticínio brutal, pois o Exército foi para a costa para evitar o desembarque da Marinha. Meu navio não tinha arma, não podíamos vir para cá. Risco de que Brizola pegasse o navio. Foi para a Ilha da Trindade e ficou lá, acabamos não participando, pois o navio ficou lá. Ficamos sabendo que a Esquadra estava toda aqui com seus porta-aviões, torpedeiros, o Barroso Pereira estava aqui também, os navios de transporte, estavam todos aqui. E o III Exército todo na costa. A marujada estava determinada para que se fosse dada a ordem de bombardeio, os marujos apontariam as armas para os oficiais, ao invés de atirar para a costa, ou seja, contra o III Exército. Os sargentos, praças e alguns oficiais estavam ao lado do Brizola. Se dessem a ordem de bombardeio ocorreria a rebelião.

O depoimento salienta que os marinheiros estavam dispostos a contrariar qualquer determinação do oficialato no sentido de impedir a posse de Goulart. A hierarquia estaria abalada se preciso fosse. Antônio Duarte⁵⁶³ aponta que existiram dois casos de rebelião na Marinha durante a Campanha da Legalidade. Em duas embarcações distintas ocorre a sublevação entre os marinheiros que não iriam cumprir a determinação do almirantado. Segundo Duarte⁵⁶⁴, No primeiro exemplo de ‘rebelião’, ocorre a adesão da tripulação do contratorpedeiro Ajuricaba aos legalistas de Leonel Brizola. A segunda ‘rebelião’ foi desencadeada na desobediência do comandante de outro contratorpedeiro, Bracuí⁵⁶⁵, atracado

⁵⁶² LUZ, Paulo Ritter da. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Taquara: [s.l.], 2008.

⁵⁶³ DUARTE, A. Op. cit. p.

⁵⁶⁴ *Idem*.

⁵⁶⁵ “Ninguém aqui do navio vai desembarcar para apoiar o golpe!” Essa foi a determinação para a marujada do navio Bracuí segundo Raimundo Porfírio Costa que afirma a sua admiração por Leonel Brizola inicia pela própria origem humilde e pelo fato de que seus pais serem trabalhistas. COSTA, Raimundo Porfírio. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

no porto de Recife, às ordens do comandante do Terceiro Distrito Naval, que estava na conspiração contra a posse de Goulart.

No caso a rebelião do contratorpedeiro Ajuricaba, segundo Gregório Banar⁵⁶⁶, o navio havia zarpado do Rio de Janeiro, nos dias que se sucederam a renúncia, com destino ao porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, com a missão de reconhecimento, e de, em caso de necessidade, bloquear o porto contra os “legalistas” do governador Leonel Brizola. Banar⁵⁶⁷ afirma que:

Após quase uma semana no mar, ao se aproximar do porto de Rio Grande, o navio foi dominado pela guarnição, sob o comando de um suboficial, chefe das comunicações de telegrafia. Os oficiais foram aprisionados, e a guarnição aderiu à chamada Cadeia da Legalidade. Quando chegou ao porto, o navio foi controlado por oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, fiéis ao governador que lutava pela posse do vice-presidente. A tripulação do navio foi autorizada a ‘baixar terra’ – na linguagem naval – e aos oficiais foi permitida, inclusive, a manutenção de suas armas de defesa pessoal.

A rebelião no Ajuricaba consubstanciava-se na atuação dos marinheiros para a defesa das ações de Brizola e aprisionamento dos oficiais conspiradores. Nota-se a correlação entre os subalternos militares, marinheiros e militares de outras Armas, e as ações em defesa da ordem democrática. A Campanha da Legalidade fortaleceu a aliança entre os militares e civis nacionalistas em defesa da posse de Goulart e apoio as ações do mesmo.

Neste subcapítulo procurou-se analisar a ação dos subalternos militares durante os acontecimentos de agosto de 1961. A atuação dos sargentos, bem como a dos marinheiros, na Campanha da Legalidade consolidou uma aproximação ainda maior dos militares nacionalistas com setores civis progressistas. Alguns setores⁵⁶⁸ das esquerdas nacionalistas passaram a considerar que, através a inserção nos quartéis, poderia fortalecer a legitimidade do governo Goulart, especialmente após a mobilização popular em garantia aos princípios constitucionais.

Especialmente nas ações ocorridas na 5ª Zona Aérea de Canoas e no 18º RI, com os sargentos tomando posição em favor da posse de Goulart, os militares subalternos passaram a

⁵⁶⁶ Gregório Banar era marinheiro de segunda classe. BANAR, Gregório. Depoimento. In: DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama Editora, 2009. p. 25.

⁵⁶⁷ *Idem*.

⁵⁶⁸ Foi o romper político dos sargentos. A gente já tinha estudos sobre isso. Dentro de uma visão marxista de luta de classes, achávamos que o Exército não era um todo monolítico, mas que havia contradições, tanto em nível horizontal quanto vertical. E efetivamente deu certo. Três a quatro dias depois tínhamos todo o III Exército controlado, com a participação de alguns oficiais, mas fundamentalmente com os sargentos. Quem tem controle sobre a tropa, principalmente no Exército de formação democrática, o que não tem nada a ver com o que aconteceu depois, são os sargentos. Isso norteou em grande parte toda a estratégia do brizolismo nos anos seguintes. SCHILLING, Paulo. Depoimento do assessor de Leonel Brizola. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 50.

adquirir um maior prestígio junto ao trabalhismo. Isso permitiu a aproximação de muitos militares com o PTB, que foi a legenda que abarcou muitos sargentos e suboficiais nas eleições legislativas ano subsequente a Campanha da Legalidade.

4.2 A questão da elegibilidade dos sargentos e a Rebelião de Brasília

Com o protagonismo atingido durante a Campanha da Legalidade, especialmente em eventos apontados no subcapítulo anterior, os sargentos ganharam destaque e articularam a possibilidade de participar de uma maneira ativa e autônoma no cenário político nacional. O lançamento de candidaturas para os legislativos estaduais e para a Câmara Federal passa a ser uma das prioridades dos subalternos militares.

Neste subcapítulo, pretende-se apontar a repercussão do lançamento de algumas candidaturas de sargentos para a eleição de 1962 nos setores civis e militares, e a consequente atuação dos subalternos no sentido de defesa dos seus direitos por cidadania política, ou seja, votar e ser votado. Para tanto, utiliza-se a análise de fontes documentais escritas e entrevistas com atores que atuaram politicamente nessa conjuntura estudada.

Logo após a chegada de Plácido de Castro no 18º RI, ocorrem as transferências dos principais líderes do movimento de resistência à tentativa de golpe de agosto de 1961. Segundo o relato de Almoré Cavalheiro⁵⁶⁹, as transferências de colegas do 18º RI, especialmente a de Amadeu Felipe, contribuíram para o lançamento da candidatura de Garcia Filho para deputado federal no Estado da Guanabara:

Quando o Brizola fez a encampação da ITT, nós fizemos um abaixo-assinado apoiando o Beviláqua, então comandante da região militar, que hipotecou solidariedade ao Brizola e acabou preso. No 18 RI quem comandava era o coronel Plácido (extremamente complicado e violento) que se surpreendeu com o posicionamento maciço dos sargentos; para ele foi um choque, nessa ocasião transferiu os sargentos Amadeu e Benito. Lá eles acionaram o movimento que lançou o sargento Garcia, que venceu a eleição para deputado na Guanabara.

O sargento Cavalheiro destaca a iniciativa de Beviláqua quando da encampação da ITT em apoiar a ação de Brizola, ou seja, um oficial que adotava uma postura nacionalista até então. A surpresa do coronel Plácido em relação às manifestações dos seus subalternos contrastava com a maciça presença de sargentos apoiando o então governador sul-rio-grandense. A motivação por terem resistido ao veto da cúpula militar e a perspectiva de ascensão de um governo nacional-reformista a partir da ascensão de Goulart ao poder também

⁵⁶⁹ CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [junho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

contribuíram para que os militares nacionalistas formalizassem sua participação política. As origens humildes comuns de muitos dos subalternos militares serviam para uma identificação com um ideário reformista. O próprio Garcia Filho⁵⁷⁰ relata como ocorreu sua escolha como candidato:

Ainda no primeiro semestre de 1962, organizamos uma Convenção para a escolha o candidato à Câmara dos Deputados no pleito de outubro. Para o evento, no bairro de marechal Hermes, compareceram entre 300 e 400 graduados das várias corporações. Fui indicado à convenção por um abaixo-assinado da Vila Militar, com cerca de 300 homens, onde predominavam os pára-quedistas. Apresentei as nossas reivindicações, mas acrescentei que também não podia abrir mão das minhas origens, que era filho de ferroviário, de operário, que aquilo pesava mais alto do que mesmo a minha condição de sargento. Então, [...] nós íamos tirar, junto das nossas reivindicações, as reivindicações de todo o povo sofrido que existia no país.

A origem humilde era o ponto em comum dos muitos setores civis e militares que defendiam as reformas. A ideia de “povo”, nítida no pronunciamento de Garcia Filho ao afirmar que antes de ser sargento ele era filho de trabalhador, defendida por Brizola procurava dar unidade aos diversos setores sociais que estavam imbuídos na aprovação das mudanças constitucionais. A empolgação com ações nacionalistas do governo Brizola redundava nas reuniões permanentes dos suboficiais e sargentos das mais diversas unidades e guarnições. Nessas assembléias de debates e sugestões políticas, foram escolhidos, no Rio Grande do Sul, dois candidatos para representar os sargentos na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal: Almoré Zoch Cavalheiro para deputado federal, com a legenda do PTB, e o sargento Leão Serrano de Oliveira Brito. “O Leão, inicialmente, enfrentou uma certa resistência entre os colegas porque se registrou pelo PDC, pouco expressivo, mas com o qual ele mantinha perfeito relacionamento. Almoré concorreu pelo PTB”. Este foi o principal partido que abrigou as candidaturas dos sargentos⁵⁷¹. O PTB abrigava as demandas e aspirações da maioria dos subalternos militares devido às tradições políticas, de reformismo social, varguismo e nacionalismo popular, pelas quais o partido lutava.

Almoré Cavalheiro relata que a escolha da legenda do PTB foi extremamente natural. “Meu pai era varguista e sempre admirei a postura nacionalista do governo dele. Estudei no Colégio Júlio de Castilhos. Participava de mobilizações estudantis no período da Campanha do Petróleo é Nosso! Fui colega do Flávio Tavares e do Marco Aurélio Garcia. O nacionalismo era o caminho natural dos que tinham uma postura progressista⁵⁷². Percebe-se a

⁵⁷⁰ GARCIA FILHO, Antonio. Depoimento. In: PARUCKER, P. *Op. cit.* p. 59-60.

⁵⁷¹ SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987. p. 59.

⁵⁷² CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [junho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

aproximação entre o ideário trabalhista e a cultura política reformista dos militares de baixa patente. A esquerda nacionalista, sob a égide de setores trabalhistas, abrigava as aspirações desses militares que admiravam a atuação de Vargas, especialmente durante o final dos anos 1940.

O respeito para com a atuação de Brizola como governador do Estado também era nítido para alguns suboficiais. Édio Erig⁵⁷³ aponta que durante a administração frente ao Executivo sul-rio-grandense, Brizola adotou medidas que favoreceram aos sargentos e demais subalternos:

Quando governador ele criou a Caixa Econômica Estadual, eu fazia parte da diretoria do Clube de Suboficiais e Sargentos que era um clube social que nós tínhamos. É o CESGAPA, que existe até hoje. Depois do golpe foi transformado, era um clube assistencial que emprestava dinheiro. Prestava também assistência médica. Eu não vou dizer que não se discutia política lá no clube, pois se discutia sim. Os oficiais abominavam isso e não toleravam por conta da hierarquia. O fato era que muitos sargentos estudavam. Duas ou três vezes o Brizola foi lá ofereceu um plano de aquisição da casa própria e só ofereceu dos sargentos para baixo, não oferecendo aos oficiais. Os oficiais perceberam e fizeram também. Na época muitos fizeram o financiamento, eu, por exemplo, comprei um apartamento. Brizola tinha o plano de reforma agrária, defesa da Petrobrás, enfim, todas as campanhas nacionalistas tiveram o apoio de boa parte dos sargentos.

Ao organizarem-se os subalternos passaram a discutir a respeito de política. Além disso, a aproximação deu-se com os setores políticos especialmente durante o governo de Brizola. Este procurou beneficiar com políticas públicas específicas em prol dos sargentos, exemplo disso foi o programa de financiamento para a aquisição da casa própria.

Em suas associações, clubes recreativos e assistenciais os subalternos militares compartilhavam de ideias e projetos que poderiam ser encaminhados para a melhoria de suas condições profissionais. José Maria dos Santos⁵⁷⁴, então sargento da Aeronáutica, aponta a existência de três importantes associações nos anos 1950 e 1960:

Sempre fui getulista e compartilhava das ideias do trabalhismo. Mas gostava também da postura de Prestes. Particpei de maneira ativa do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica. Existiam também a Casa dos Sargentos do Brasil, que tinha um viés mais liberal, mas de grande atuação na Campanha do Petróleo é Nosso e o Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, no qual participava o Batista de Paula, que era jornalista e escrevia no Última Hora com a coluna Plantão Militar.

⁵⁷³ ERIG, Édio Emigdio. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁵⁷⁴ SANTOS, José Maria dos. *Depoimento* [novembro/1999]. Entrevistadores: J. Ferreira e A. Gomes. Rio de Janeiro: UFF, 1999. 6 cassetes sonoras. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense.

Essas diversas associações e clubes procuravam gradativamente defender publicamente a necessidade de reformas. O lançamento de candidaturas para representarem as demandas dos militares subalternos era o ponto principal da participação política.

O Comando da Renascença foi o nome da comissão de pessoas responsáveis pela campanha de Almoré Zoch para deputado estadual no Rio Grande do Sul. Foram lançados panfletos e manifestos durante a campanha. Em seu manifesto do dia 13 de maio de 1962, o Comando da Renascença⁵⁷⁵ afirma:

Desde há muito conversando e trocando ideias com nossos colegas, nas mais diversas oportunidades e lugares, sentimos que todos tínhamos um mesmo desejo, um mesmo ideal: o de termos candidatos próprios, colegas da ativa, que defendessem nossos interesses nas duas Casas Legislativas; que projetassem assim o sargento, demonstrando estarmos presentes e participando da História Nacional, desempenhando o papel que nos compete como parte integrante que somos da Comunidade Brasileira.

A necessidade de escolher representantes nos legislativos por parte dos militares subalternos, “colegas que projetassem o sargento”, destacava-se no panfleto do Comando da Renascença. Nos materiais de divulgação da campanha do sargento Garcia Filho aparece a questão da necessidade de os sargentos terem a sua representação nos legislativos:

Colegas sargentos, chegou a hora do sargento ter também seu deputado. [...] O Brasil está exigindo uma Câmara de Deputados do povo. O sargento também é povo. Elegendo os nossos próprios deputados, estaremos fortalecendo a democracia e contribuindo com a nossa parcela pela constituição de uma Câmara Democrática de Deputados, onde estejam representados não só o banqueiro mas também o bancário, não só o fazendeiro mas o camponês, não só o patrão mas também o operário, não só o general mas também o sargento. Basta de deputados que protelam as Reformas de Base que o povo exige. Só o deputado-sargento defenderá com segurança a nossa estabilidade. A humanização dos regulamentos se pugnará pela solução definitiva do problema do casamento.

Para a defesa da democracia, da legalidade e por uma Câmara democrática e nacionalista, elejamos para deputado federal o sargento Antônio Garcia Filho, e para deputado estadual o sargento Antônio Senna Pires⁵⁷⁶.

A origem humilde, comum para muitos subalternos militares, foi lembrada por Garcia Filho assim como a necessidade de aprovação das reformas de base. A votação de Garcia Filho foi considerável, ocupando ele a décima primeira cadeira na Câmara Federal representando o Estado da Guanabara, fazendo 16.510 votos. Para Ferreira⁵⁷⁷, a quantidade de votos que Garcia Filho obteve demonstra que ele não foi eleito apenas pelos sargentos, mas

⁵⁷⁵ COMANDO DA RENASCENÇA. Panfleto da Campanha de Almoré Zoch Cavalheiro para Deputado Estadual. ARQUIVO PESSOAL DE ALMORÉ ZOCH CAVALHEIRO. (Documentos, jornais, panfletos e materiais da Campanha eleitoral de 1962). Porto Alegre.

⁵⁷⁶ PANFLETO DA CAMPANHA DE ANTONIO GARCIA FILHO. In: PARUCKER, P. Op. cit. p. 61.

⁵⁷⁷ FERREIRA, J. Op. cit. 2004.

também por outras categorias de trabalhadores. O eleitorado identificou a luta dos subalternos das Forças Armadas com a sua. Afinal, eles também lutavam pelas reformas de base. Essa eleição de 1962 levou às Casas Legislativas diversos representantes das Forças Armadas, em sua maioria do círculo dos sargentos. Mas o Artigo 138 da Constituição Brasileira de 1946 afirmava textualmente:

“Art 138 - São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132”⁵⁷⁸.

E o Artigo 132 estabelecia:

“Parágrafo único - Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior”⁵⁷⁹.

Segundo Victor⁵⁸⁰, em virtude daquele dispositivo constitucional, logo após as eleições começaram a ser interpostos recursos ao Supremo Tribunal Federal contra a diplomação dos eleitos, ocorrendo, porém, a eleição e posse do sargento Garcia Filho. Para os sargentos das três Armas, a eleição de Garcia Filho representava um acontecimento extraordinário, visto que nas duas Casas do Congresso já existiam parlamentares como o general-deputado Mendes de Moraes, o coronel-deputado Costa Cavalcanti e outros.

Na eleição para a Assembléia ocorreu um pedido de impugnação ao ser feito o registro da candidatura de Almoré, pelo fato de que praça (de soldado a subtenente ou suboficial são considerados praças; e de segundo tenente até marechal são oficiais) podia ser eleitor, mas não podia ser eleito. “O pedido foi aceito. A campanha seguiu seu curso com um mandato de segurança impetrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)”⁵⁸¹.

Almoré foi eleito com 7244 votos, mas não pôde assumir devido à confirmação do TSE da impugnação de sua candidatura. “O meu nome foi riscado da lista de votação”⁵⁸². A partir dessa vitória eleitoral, mas com o impedimento de tomar posse, inicia a mobilização em prol da elegibilidade de Almoré e dos demais sargentos eleitos, pois “a despeito de ter obtido liminar concedida pelo TSE, o sargento Almoré não foi proclamado na sessão de ontem da justiça eleitoral. O sargento Almoré Zoch declarou que seu nome não constou da relação de candidatos no dia do pleito, o que foi uma falha da Justiça Eleitoral”⁵⁸³.

⁵⁷⁸ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 12 de dez. 2006.

⁵⁷⁹ *Idem*.

⁵⁸⁰ VICTOR, M. *Op. cit.* p. 494.

⁵⁸¹ SILVA, J. *Op. cit.* p. 60.

⁵⁸² CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [junho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁵⁸³ TRIBUNA DA IMPRENSA. 8 de novembro de 1962.

Garcia Filho teve a sua posse confirmada e ascendeu à Câmara sem maiores percalços; porém, Almoré prosseguiu em seu périplo nos tribunais em defesa do legítimo direito de usufruir do seu mandato.

No mês de novembro do mesmo ano de 1962, o Tribunal Superior Eleitoral negou provimento, aos recursos de nove sargentos, cujos registros de candidatos a deputado e vereador haviam sido recusados pelos tribunais regionais do Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. “No momento da decisão, o sargento Almoré Zoch Cavalheiro, do PTB do RS, disse para os ministros: ‘V. exas. arvoraram-se em árbitros da democracia brasileira. V. exas. serão julgados’. O presidente do TSE, ministro Ari Franco, determinou sua expulsão do tribunal”⁵⁸⁴.

Apesar de considerar que o TSE seja a Casa da justiça eleitoral, Cavalheiro considerou injusta a decisão. O então sargento-deputado eleito afirmou que “os tribunais esqueciam o artigo constitucional que aponta a igualdade jurídica, ou seja, todos são iguais perante a lei”⁵⁸⁵. Por uma interpretação jurídica no mínimo discutível, Almoré prosseguia a luta em busca de conseguir romper com o impedimento. Ao mesmo tempo, o sargento Cavalheiro lamentava em entrevista ao *Última Hora*⁵⁸⁶:

O sargento Almoré Zoch, eleito deputado estadual, com 7244 votos, no RS, mas impedido de ser diplomado pelo TSE, disse ontem que a decisão contra a classe foi tomada por descuido, pois o relator de um dos recursos, o ministro Neri Kurtts, declarara, em plena sessão, que seu voto seria favorável aos sargentos se tivesse conhecimento da resolução 5926 de julho de 1959, a qual determina que sargento pode votar e ser votado. A nação assiste estarecida ao TSE violentar, impiedosamente, a letra e o espírito da Constituição, cassando os mandatos de deputados legitimamente conferidos pelo voto brasileiro aos sargentos. O pior é terem os ministros esquecido do artigo 41 da mesma Constituição, o qual especifica que todos são iguais perante a lei.

A decisão contrariava os interesses dos subalternos militares, em busca de participação política, que entendiam como uma injustiça praticada contra eles. A decisão do Tribunal passa a ser utilizada como um argumento a ser contraposto com manifestações por parte dos militares em busca do seu direito de participar no cenário político-partidário nacional. Em janeiro de 1963, lançam-se panfletos questionando as razões que levavam ao impedimento da posse dos sargentos. Sob o título “Perguntas que os sargentos fazem ao povo”⁵⁸⁷, o panfleto circulava entre os quadros militares e partidários:

⁵⁸⁴ JORNAL DO BRASIL. 22 de novembro de 1962.

⁵⁸⁵ CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [junho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁵⁸⁶ ÚLTIMA HORA. 22 de novembro de 1962.

⁵⁸⁷ PERGUNTAS QUE OS SARGENTOS FAZEM AO POVO. ARQUIVO PESSOAL DE ALMORÉ ZOCH CAVALHEIRO. (Documentos, jornais, panfletos e materiais da Campanha eleitoral de 1962). Porto Alegre.

Se os sargentos votam, por que não podem ser votados? Por que uns sargentos vão tomar posse e outros não, se vivemos no mesmo país e sob as mesmas leis? Se os sargentos não eram elegíveis, por que registraram suas candidaturas e deixaram o povo votar? Será que por sermos filhos de gente pobre nos tornamos perigosos aos interesses dos ricos nas casas legislativas? Será que a democracia representativa no Brasil é uma farsa para enganar o povo? Vamos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que será tomada em março. Mande para lá seu telegrama exigindo o respeito ao voto popular, ou assine as listas de solidariedade. Aguardemos a palavra de Brasília.

Em 1959 já existia uma regulamentação que permitia a eleição de militares. Isso foi lembrado por Almoré Zoch em sua defesa: “o TSE em resolução n.º 5926, de cinco de setembro de 1958, confirmada pelo acórdão n.º 2638, publicada no Boletim Eleitoral n.º96 de julho de 1959, decidiu que sargento era elegível, poderia votar e ser votado”⁵⁸⁸.

As lutas permaneceram até o mês de setembro, quando finalmente foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal o processo de Zoch. Porém, segundo consta no jornal *Última Hora*⁵⁸⁹:

O STF não aceitou ontem o recurso do sargento Almoré, que pretendia ver reformada a decisão do TSE, o qual, igualmente, não aceitou antes o seu apelo contra pronunciamento do ter do RS, negando-lhe o registro de candidato a deputado estadual pelo PTB. Manifestação da suprema corte foi tomada por sete votos contra um, sendo o ministro Hermes Lima a voz discordante. Embora não aceitassem o recurso, os ministros do STF aludiram ao mérito, não aceitando, também, a tese da elegibilidade dos sargentos. O pronunciamento do STF não altera a situação do sargento Garcia, cujo recurso no TSE, ainda não julgado, é referente à diplomação e não ao registro, como sucedeu ao sargento Almoré. A jurisprudência tem sido sempre contrária ao conhecimento de recursos dessa natureza.

O ministro da Guerra Jair Dantas ficou solidário com a causa da elegibilidade dos sargentos. Esse militar, em entrevista para *Última Hora*⁵⁹⁰, afirmou:

Em meu discurso de posse, deixei clara a minha diretriz no que diz respeito à questão da elegibilidade dos militares em geral. Urge uma legislação adequada, no sentido de que os militares candidatos a cargos eletivos sejam transferidos para a reserva, quando optarem pela carreira política. Nesta questão da elegibilidade, dirijo-me aos sargentos. Aconselho-os a se manterem como se têm mantido até agora, disciplinados e confiantes na ação das autoridades do país; como bem frisou o presidente da República, todas as reivindicações justas terão de ser apresentadas, discutidas e conquistadas à luz do regime democrático, em que pesem os percalços de sua tramitação pelos caminhos competentes do poder legislativo.

As protelações da Justiça Eleitoral, somadas às decisões da mesma, permitiram um acirramento dos ânimos por parte dos militares subalternos. Os sargentos da Aeronáutica e da

⁵⁸⁸ O SEMANÁRIO. N. 313. de 13 a 19 dezembro de 1962. p. 7.

⁵⁸⁹ ÚLTIMA HORA. 12 de setembro de 1963. p. 3.

⁵⁹⁰ ÚLTIMA HORA. 12 de setembro de 1963. p. 4.

Marinha precipitaram as suas ações e tomaram de assalto diversos setores estratégicos, evento que ficou conhecido como Rebelião ou Revolta dos Sargentos noticiado por Última Hora⁵⁹¹:

Durante o motim dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica, ontem em Brasília, ocorreram as mortes do fuzileiro naval Divino Dias dos Anjos e Francisco Moraes (motorista do DNER). Foram presos cerca de 600 subalternos. Todos os implicados na rebelião serão punidos. O levante iniciou cerca de uma hora da madrugada. Dezenas de sargentos da Marinha e da Aeronáutica se reuniram e rumaram para a base da FAB. Ali, com a tropa de plantão, convenceram todos a participarem de um levante contra aqueles que estão pensando que sargento é cachorro, especialmente oficiais, recolhendo-os para a guarnição da Aeronáutica. Duas horas depois estavam controlados o DTUI (central telefônica), os pontos de saída para Belo Horizonte e Goiânia. Todas as rádios patrulhas encontradas foram requisitadas pelos sediciosos. Na central telefônica foram interrompidas as linhas urbanas e controladas as interurbanas.

Tomando a central telefônica e os pontos de saída para Belo Horizonte e Goiânia, além de controlar as rádios patrulhas, os subalternos militares procuravam manifestar-se contra a decisão jurídica dos dias anteriores. Os sargentos, durante a Rebelião, fizeram reféns o ministro do STF Vitor Nunes Leal, o deputado Clóvis Motta, presidente em exercício da Câmara e mais diversos oficiais. Essa Revolta dos Sargentos da Aeronáutica e Marinha representou uma crise institucional, onde os manifestantes sofreram uma forte repressão por parte da oficialidade. Somado à demanda por maior participação política, a crise sócio-econômica, característica do governo Goulart, tinha como consequência o acirramento das contradições de classes. Estas, portanto, “refletiram-se no seio das Forças Armadas, onde a questão da inelegibilidade fomentou a radicalização política dos sargentos, antagonizados com parte da oficialidade”⁵⁹².

Taticamente, o movimento dos sargentos, contudo, teve como principal falha o desligamento do sistema telefônico urbano de Brasília do setor comercial e residencial da cidade. Enquanto isso, a Explanada dos Ministérios ficou com os telefones em perfeito estado. “O sistema interurbano também foi cortado, mas com isto os próprios sediciosos perderam o contato com seus companheiros, comunicando-se com eles apenas através de rádios-patrulha; outra falha foi o desligamento do telex entre Brasília e São Paulo. Isto sem falar na superioridade numérica das forças do Exército”⁵⁹³. Isso trouxe dificuldades para a rebelião, pois perdia-se o contato entre os sublevados o que permitiu uma rápida ação do Exército no sentido de impedir a continuidade do movimento.

⁵⁹¹ ÚLTIMA HORA. 13 de setembro de 1963. p. 5.

⁵⁹² BANDEIRA, M. *Op. cit.* 1978. p. 104.

⁵⁹³ ÚLTIMA HORA. 13 de setembro de 1963. p. 5.

Em reunião, subtenentes e sargentos das três Armas e da força pública do Estado discutiram a decisão do STF que tornou a classe inelegível, e aprovaram um manifesto à nação no qual advertem sobre as consequências que a decisão referida poderia determinar. A reunião, que contou com a presença do sargento Almoré e da Senhora Glória Barreto, presidente da Frente Feminina, definiu que os militares continuariam em assembléia permanente e exigiriam que a Câmara Federal aprovasse uma emenda à Constituição com efeito retroativo, restituindo o direito de elegibilidade à classe. Decidiram ainda marcar nova reunião, quando discutiriam as providências a serem adotadas caso a Câmara não aprovasse imediatamente a emenda ou o governo se recusasse a anular através de uma contramedida legal a resolução do Supremo⁵⁹⁴.

Na mesma edição do *Última Hora*⁵⁹⁵, Almoré divulga um manifesto:

E a nossa dignidade, onde fica?. Que respeito merece o voto do povo, quando é dado a um filho de peão de estância e não a um Moises Luplon ou a um protegido do IBAD? Permitiriam as nossas candidaturas? Permitiriam o voto popular? Depois tratam-nos como se fossemos homens sem brio e sem dignidade. Obrigam-nos a desempenhar o papel de marginais da sociedade brasileira. Tiram-nos o direito que é assegurado aos estrangeiros naturalizados e até às prostitutas, e obrigam-nos a desempenhar o papel de palhaços perante toda a nação.

A indignação por parte desse militar é ressaltada a partir da constatação de que até estrangeiros naturalizado poderiam candidatar-se, mas os sargentos não poderiam. Essas manifestações em prol da participação efetiva no cenário político-partidário serviam como bandeira de luta dos sargentos. O sentimento de Cavalheiro⁵⁹⁶ era de revolta pelo fato de que os acontecimentos se precipitaram e não ocorria a solução para o impasse. Prossegue seu manifesto, fazendo alusão às reuniões com líderes trabalhistas:

Em uma reunião ocorrida entre Goulart, Brizola e o sargento Edgard Nunes da Silva, Jango teria dito ‘que os mandatos dos sargentos são para mim uma questão de honra, e o presidente do Tribunal Federal ministro Lafayette, tem comigo compromisso de honra de reconhecer os mandatos dos senhores’.

A proximidade entre os trabalhistas e os sargentos é destacada. O suposto compromisso assumido por Goulart de que a os mandatos dos sargentos seriam uma questão de honra para o presidente da República é lembrado. Isso passou a ser utilizado pelos subalternos militares como forma de pressionar as instituições para aprovarem as mudanças

⁵⁹⁴ ÚLTIMA HORA. 13 de setembro de 1963. p. 5.

⁵⁹⁵ ÚLTIMA HORA. 13 de setembro de 1963. p. 6.

⁵⁹⁶ *Idem*.

constitucionais dando legitimidade para a ascensão aos cargos eletivos. O manifesto⁵⁹⁷ continua lembrando de injustiças sociais presentes na conjuntura nacional:

Nossos mandatos representam novos horizontes. Os sargentos agora não mais poderão lutar nos parlamentos contra a miséria do povo, contra o analfabetismo de 60% da população brasileira, contra a espoliação cruel a que é submetida a nossa pátria por nações estrangeiras. Chama-os-ão de agitadores, subversivos, comunistas etc. Não nos compreenderam ainda. Que deus os perdoe. Eles desempenham o papel de ferrugem da máquina que impulsiona o processo democrático. Lembrem-se, colegas, que liberdade não se implora. Conquista-se. Não é hora de se acovardar. É hora de lutar de cabeça erguida e consciência tranquila. Os sacrifícios serão amanhã motivos de glória e orgulho. E, se o supremo sacrifício for para mim pessoalmente o tributo que teremos de pagar, só me resta repetir que fique com a herança para a minha única e querida filhinha o orgulho de poder afirmar sempre que não é filha de um canalha ou de um covarde. Tudo pela anistia e emenda retroativa.

A convocação para uma mobilização contra as injustiças sociais ocorridas na sociedade brasileira vinha acompanhada da busca por legitimidade eleitoral, ou seja, que pudessem os subalternos militares defenderem seus direitos nos legislativos, mesmo sendo acusados de agitadores e subversivos. Almoré Cavalheiro⁵⁹⁸ pondera que, depois de ter refletido sobre os acontecimentos dos sargentos de Brasília e do contato com obras que analisam relatos de alguns participantes daquela conjuntura, o então sargento afirma que:

A rebelião não tinha uma organização que desse respaldo a ela, e acabou sendo sufocada logo. Eu acredito que houve infiltração. Procurávamos, quando nos reuníamos, manter uma certa discrição. Como exemplo, cito a participação de políticos em nossas reuniões. Brizola evitava ao máximo frequentar nossos encontros, mas ao mesmo tempo existia uma mútua relação de admiração. Procurávamos reuniões em locais que não tivessem vínculo com a Instituição Militar, para justamente evitar mexer com a hierarquia.

O respeito e admiração pelas ações de Brizola é realçada por Cavalheiro afirmando que o ex-governador também respeitava as aspirações dos sargentos e entendia que elas estavam incluídas nas demandas por reformas desejadas por boa parte da população nacional. A discrição, ao realizarem reuniões fora da Instituição Militar, é comparada com o radicalismo de alguns histriônicos colegas de farda. Estes, segundo Cavalheiro⁵⁹⁹, poderiam ser agentes infiltrados:

Quando aparecia algum colega que se portava de uma maneira exaltada, muitos já começavam a suspeitar de que ele seria um agente infiltrado, isso era muito frequente. Na ocasião, a CIA se infiltrou muito no Movimento dos Sargentos. A presença dos infiltrados era visível. Oficiais que atuavam infiltrados. Mais em Brasília, Rio de

⁵⁹⁷ *Idem.*

⁵⁹⁸ CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [junho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁵⁹⁹ *Idem.*

Janeiro, São Paulo. Lincoln Gordon atuava ostensivamente. Esse pessoal estava muito ligado.

Bandeira⁶⁰⁰ também considera a possibilidade da existência de grupos infiltrados no movimento dos sargentos, com o objetivo de encorajar a sedição para abortá-la e polarizar a oficialidade contra o Governo. E isso aparecia como um risco constante para os sargentos. Eles procuravam destacar-se em suas atuações para justamente evitar qualquer “quebra de hierarquia” que pudesse ocasionar uma punição ou transferência.

Araken Vaz Galvão⁶⁰¹, então sargento do Exército, contudo, aponta que existia muita infiltração entre a oficialidade. Mas, a precipitação do Prestes de Paula foi o que mais se destacou no movimento, no entender de Galvão:

A rebelião de Brasília foi um gesto impensado, radical e até certo ponto descabido do sargento Prestes que era muito radical e vaidoso. Penso que para a maioria foi um passo muito arriscado, maior que as pernas. Os mais politizados eram contra e apelaram para que o pessoal de Brasília não fosse tão longe.

A exaltação dos sargentos em Brasília foi encarada por muitos militares subalternos de maneira reprovável. Setores trabalhistas também entendiam que a radicalidade do movimento na Capital Federal poderia redundar na antipatia de muitos. Goulart publicamente condenou a ação dos sargentos de Brasília. Não poderia ser diferente, pois conspiradores udenistas anteciparam-se e começaram a insuflar a ideia de que Goulart e Brizola estariam por trás da Rebelião. O presidente da República⁶⁰² afirmou:

Qualquer movimento isolado só poderá fortificar os grupos contrários às reformas, ou seja, os grupos adversários, e ao fim, levar o país a uma ditadura militar, o que, evidentemente, é contra os interesses nacionais e só retardaria o processo reformista em marcha. As reformas só se tornarão realidade pela evolução ou pela revolução. Mas não como esta de agora, em Brasília.

A reprovação do movimento seria uma forma de tentar desvincular o nome do presidente dos acontecimentos em Brasília. Isso, segundo o presidente da República, poderia fortalecer os interesses contrários às reformas. Goulart⁶⁰³ apela à união de todos para a luta pelas mudanças:

⁶⁰⁰ BANDEIRA, M. *Op. cit.* 1978. p. 123.

⁶⁰¹ GALVÃO, Araken Vaz. *Depoimento* [setembro/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Valença: [s.l.], 2008.

⁶⁰² ÚLTIMA HORA. 13 de setembro de 1963. p. 7.

⁶⁰³ *Idem.*

Para a revolução não existem condições. Assim sendo, estamos na mesma luta e é preciso união em torno dos interesses comuns, nesta campanha pelas reformas, que deverão sair pacificamente e não pelos métodos que alguns desejam.

O governo fazia questão de desvincular-se totalmente de qualquer ligação com a Rebelião. Defendia a ideia de que as reformas deveriam fazer parte de um processo que não poderia ser perturbado com ações como a ocorrida em Brasília. Em editorial, o *Última Hora*⁶⁰⁴ assim declarou:

O levante dos sargentos em Brasília acentua a atmosfera explosiva em que o país vive desde a renúncia de Jânio Quadros, da qual não consegue libertar-se para um retorno ao clima normal das democracias organizadas. O regime corre um grave perigo. A paz social tornou-se uma ficção. As classes dirigentes têm de admitir a realidade: a estrutura política do país está superada. As reformas de base, que os constituintes de 1946 não souberam ou não puderam institucionalizar, estão na raiz de todas as explosões políticas, sociais, econômicas, financeiras e militares em que o país vem se desintegrando desde a morte de Vargas. A advertência recente de Kennedy, de que a América latina caminha para a reforma ou a revolução, tem sido a constante advertência do presidente Goulart, desde sua acidentada posse em 1961. Advertência que não admite mais protelação. As espadas desembainhadas em Brasília puderam conter facilmente um levante de sargentos, mas não poderão talvez conter amanhã a explosão que ocorrerá, se o Brasil não for ajustado à sua nova realidade, que só as reformas de base imporão sem derramamento de sangue. A opção é clara.

O editorial toca num ponto importante, que é a inadequação constitucional diante de uma conjuntura de crescentes demandas de diversos setores sociais. As reformas de base consolidavam-se como a principal bandeira de diferentes parcelas da população. Isso era reconhecido até por Kennedy. Novos atores sociais e políticos buscavam seu espaço de participação. Os subalternos militares caracterizavam-se como um desses novos sujeitos históricos dentro de uma instituição militar conservadora.

No dia seguinte foram presos o sargento Prestes de Paula, principal liderança da Rebelião e Almoré Zoch. Este foi preso em São Paulo no mesmo dia em que divulgou o manifesto sobre os acontecimentos de Brasília. A partir da mobilização dos subalternos em Brasília, aumentou o controle aos militares que lutavam politicamente no campo das esquerdas nacionalistas.

Daltro Dornellas, então sargento do Exército no Estado da Guanabara, soma-se aos críticos da atuação de Prestes de Paula afirmando que “com as atitudes dele, ficamos isolados. O levante avançou demais. A gente se isolou do conjunto das forças. Além disso, o problema

⁶⁰⁴ ÚLTIMA HORA. 13 de setembro de 1963. p. 20.

maior era a transformação da realidade brasileira. O mandato é importante, uma alavanca, mas aquilo ali não é o vital”⁶⁰⁵.

Brizola pronunciou-se após alguns dias sobre os acontecimentos. Debitando à política de conciliação do regime, Brizola⁶⁰⁶ apontou que:

O grupo de conciliação, sempre pressionando, gerou no seio do governo uma tendência e mentalidade nas quais se inspirou o STF para decidir contra os sargentos. Sustentou que os sargentos estavam desesperados e perseguidos, pois as transferências, como eram feitas, para pontos remotos do país, só podem mesmo levar ao desespero, tanto mais que isso era feito com o sacrifício das próprias famílias e com ínfimos condenados. Por último, o deputado Brizola negou que o sargento Antonio Prestes de Paula tivesse sido contra a posse do Sr. João Goulart, frisando que o presidente João Goulart deve a vida a ele, sargento Prestes, que foi quem fez fracassar a operação mosquito.

Brizola em sua declaração indica que os sargentos estavam perseguidos não encontrando outra alternativa a não ser rebelarem-se contra a decisão do STF, ou seja, a atuação de Prestes de Paula seria fruto do desespero dos sargentos. O nítido apoio do então deputado federal aos subalternos militares de Brasília é ressaltado pela lembrança de que a ação dos sargentos foi o que garantiu a posse de Goulart e que este devia sua vida às ações dos militares legalistas. O pronunciamento de Brizola manifestava uma visível demonstração de solidariedade para com a efetiva participação política dos sargentos-deputados, sendo que estes poderiam vir a apoiá-lo em suas práticas políticas na Câmara Federal.

Amadeu Felipe Ferreira aponta que o sargento Prestes de Paula preparava uma sublevação já há algum tempo. Relata que havia conversado por um bom tempo com a principal liderança da Rebelião, tentando demovê-lo da ideia: “Não levanta nada, você não têm condições de levantar coisa nenhuma. O Exército não é como a Aeronáutica. O negócio de vocês é mais bagunçado. O Exército tem uma questão de disciplina. Levante por questão nacional é uma coisa, por questão particular é complicado”⁶⁰⁷. Nitidamente constata-se a subdivisão interna dos subalternos militares, onde supostamente um grupo defendia que a ação política não deveria restringir-se somente às manifestações públicas em periódicos e outro grupo que procurava a ação militar contra as decisões contrárias aos sargentos-deputados. A reprovação para com Prestes de Paula e os subalternos de Brasília é patente na maioria dos depoimentos atuais dos sargentos que participaram da conjuntura analisada pela pesquisa.

⁶⁰⁵ DORNELLAS, Daltro. Entrevista deste sargento em exercício no período estudado. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 75.

⁶⁰⁶ ÚLTIMA HORA. 16 de setembro de 1963. p. 6.

⁶⁰⁷ FERREIRA, A. *Op. cit.* p. 73.

Ao mesmo tempo, a solidariedade de Brizola⁶⁰⁸ em relação às prisões de subalternos envolvidos nos acontecimentos era marcante:

O deputado Leonel Brizola encerrou a apresentação de sua tese “o golpismo e as reformas”, ontem à noite, no Cinema Marabá, na sessão plenária do II Congresso estadual do PTB, fazendo um apelo ao presidente da República, ao ministro da Guerra e ao ministro da Justiça para que sejam anistiados os sargentos, cabos e soldados que participaram da rebelião de Brasília. Justificou que tal medida se fazia necessária, pois no passado foram anistiados os rebeldes de Aragarças e Jacareacanga, e que não sofreram nenhuma punição os golpistas de agosto de 1961, que se insurgiram contra a posse do presidente João Goulart. Afirmou que falava em nome da maioria do povo gaúcho, que também era favorável à elegibilidade dos sargentos.

Depreende-se o nítido apoio de Brizola para com os sargentos, apesar da reprovação pública de Goulart. Brizola procurava aproximar-se das manifestações dos subalternos militares buscando o apoio dos mesmos. As semanas que se seguiram foram de intenso debate em relação à questão da elegibilidade dos sargentos. Durante os dias posteriores ao 13 de setembro, ocorre o rígido controle sobre todos os Regimentos Militares.

Constata-se a existência, logo, de subdivisões nos subalternos militares quanto a forma de atuação dos mesmos. Se por um lado investia-se na luta extraparlamentar como forma de pressão para as mudanças constitucionais, por outro, alguns militares em depoimentos afirmam que condenavam especialmente as ações mais radicalizadas de alguns sargentos, Prestes de Paula, por exemplo.

No presente subcapítulo procurou-se apontar a repercussão entre as hostes castrenses da Revolta dos Sargentos e a conseqüente luta pela aprovação da reforma eleitoral em favor da elegibilidade dos subalternos militares. Nessa conjuntura, a atuação política acirrou-se aproximando-se dos momentos do golpe civil-militar. As posições políticas radicalizaram-se e foram insufladas por diversos setores sociais. O movimento militar nacionalista permaneceu na defesa do regime democrático e das ações das esquerdas do período.

4.3 O discurso de Leonel Brizola em Natal e o Manifesto dos Sargentos: a radicalização do nacionalismo popular

Como principal liderança da Frente de Mobilização Popular, Leonel Brizola inicia o ano de 1963 empreendendo uma ação política mais incisiva. O nacionalismo popular trabalhista

⁶⁰⁸ ÚLTIMA HORA. 21 de setembro. p. 4.

ganha prestígio junto às esquerdas nacionalistas do período, e ao mesmo tempo radicaliza o seu discurso em torno da aprovação das reformas de base.

Os subalternos militares, imersos na luta pela reformas em seus regulamentos internos, em busca de melhores condições de trabalho e de direitos como votar e ser votado, também adotam uma postura mais intensa em favor da luta por mudanças nas estruturas socioeconômicas nacionais. O presente subcapítulo procura apontar dois momentos dessas mobilizações por reformas, quais sejam, o discurso de Leonel Brizola fazendo contundentes ataques contra algumas autoridades diplomáticas e militares, e a divulgação do Manifesto dos Sargentos, ocorridos ambos em maio de 1963.

As eleições de 1962, além de apontarem o lançamento das candidaturas de sargentos para cargos legislativos, significaram o aumento do número de votos para as esquerdas nacionalistas do período. As eleições na Guanabara pareciam indicar uma virada para a esquerda. “Leonel Brizola ganhou as eleições para deputado de maneira sensacional, recebendo 269.000 votos, a maior votação recebida por um candidato ao Congresso jamais ocorrida no Brasil. Sua vitória foi ainda mais impressionante em virtude de não ter ele nenhuma ligação com a Guanabara”⁶⁰⁹.

Em visita ao Estado do Rio Grande do Norte, em sua capital Natal, no início do mês de maio de 1963, o então deputado federal pela Guanabara profere um candente discurso onde expõe sua avaliação sobre a situação político-econômica do país. Referendado por uma expressiva votação para a Câmara Federal, Brizola⁶¹⁰ afirma:

Quero comunicar que, assim que me encontrar com o presidente, irei apresentar uma representação contra os abusos que vem cometendo nesse país o embaixador norte-americano no Brasil. Agora nós chegamos ao insuportável, ao inaceitável à nossa própria dignidade nacional. A embaixada americana no nosso país está transformada numa espécie de superministério. Em nenhum país que preze pela sua soberania isso pode acontecer. Há uma ingerência das autoridades americanas em nosso país. Utilizam a tal de Aliança para o Progresso para fazer isso que estão fazendo. Eles lançaram esse programa só por causa da Revolução Cubana.

Referia-se Brizola à Aliança para o Progresso⁶¹¹ e às constantes reuniões de Lincoln Gordon e Vernon Walters⁶¹² com o Estado-Maior do Exército, juntamente com autoridades

⁶⁰⁹ SKIDMORE, T. *Op. cit.* p. 281.

⁶¹⁰ O SEMANÁRIO. Ano 8. n. 333. De 16 à 22 de maio de 1963. p. 5.

⁶¹¹ Para evitar novas revoluções sociais, Kennedy propõe um programa de ajuda para o desenvolvimento da América Latina, dando-lhe o nome de Aliança para o Progresso. TAVARES, F. *Op. cit.* 2007. p. 18. As origens desse programa de assistência para a América Latina remontam à Operação Pan-Americana, fruto de um momento de insatisfação política com os Estados Unidos, com Juscelino Kubitschek enviando uma carta, em junho de 1958, ao presidente Eisenhower, onde insiste que a América Latina tenha um papel importante no âmbito mundial e que seu desenvolvimento econômico tenha, como consequência, entre outros objetivos, o de eliminar a miséria. O programa englobaria um conjunto de medidas para intensificar a inversão em zonas

governamentais de vários Estados. Os encontros entre as autoridades estrangeiras e governantes brasileiros são confirmados pelo general Machado Lopes⁶¹³:

No que se refere às relações com os Adidos Militares estrangeiros credenciados em nosso país, teve o Estado-Maior do Exército, no ano de 1962, um rendimento apreciável. Em estreita coordenação com o Estado-Maior da Armada e o Estado-Maior da Aeronáutica, foram realizadas viagens que cobriram, praticamente, todo o Território Nacional. Norte, Nordeste, Leste e Sul, que foram as regiões visitadas. Nesta última região, além dos aspectos culturais, sociais e econômicos, tiveram os Adidos Militares estrangeiros a oportunidade de sentir, nos mínimos detalhes, a obra de vulto que vem sendo realizada pelas Unidades de Engenharia, empenhadas na construção do Tronco Principal Sul. Goiás, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo foram em outras oportunidades visitados pelos referidos Adidos, particularmente seus parques industriais. Foi, em verdade, um programa intenso e que obteve resultados acima dos esperados no planejamento.

Além da importância em bloquear as articulações de setores conservadores nacionais influenciados por autoridades estadunidenses, em especial, Brizola⁶¹⁴ aponta a necessidade de transformações nas estruturas sociais brasileiras. Faz, contudo, a ressalva da necessidade de construirmos uma revolução nacional própria, sem a necessidade de importar modelos:

As revoluções não se transplantam, elas se inspiram e surgem com características peculiares para cada povo, cada nação. Eu não preconizo o transplante da Revolução Cubana. Mas podem organizar quantas Alianças para o Progresso quiserem, que não conseguirão evitar a Revolução Brasileira. Quero vos dizer que se estivesse no poder, eu daria 24 horas para essa gente toda se retirar do Brasil. Nada de mandar Quinta Coluna para cá. Se tivéssemos que utilizar algum técnico americano, nós que deveríamos escolhê-lo e não aceitar que eles enviem especialistas do Departamento de Estado e outros, como é o caso desse Lincoln Gordon. Se o governo dos Estados Unidos quisesse mesmo nos ajudar, ajudávamos a expulsar todos esses trustes e monopólios que aqui estão sugando o nosso povo, mas é o contrário, estão aí oferecendo migalhas com uma mão e com a outra estão tirando os frutos de nosso trabalho.

A denúncia contra as ações de militares e civis estadunidenses, no sentido de desestabilizar o governo Goulart, era nítida no discurso de Brizola. A embaixada estadunidense e suas articulações com grupos civis organizados no complexo IPES e IBAD já

atrasadas da América Latina, aumentar a assistência técnica, estabilizar os preços dos produtos básicos e ampliar a disponibilidade de recursos financeiros do exterior. CARONE, E. *Op. cit.* p. 132-133.

⁶¹² Nesse período estive com meu mais íntimo amigo na Itália, o general Castelo Branco. Ele viera ao Rio e almoçávamos juntos, acompanhados de sua esposa. Esta era muito amiga de minha mãe e ambas gostavam de conversar em francês. Em nossos encontros falávamos sobre o mundo, os Estados Unidos, Vietnã, Europa, União Soviética ou China. Quanto aos problemas internos do Brasil, quando ele tocava nesse assunto, sempre o fazia com muita discrição. WALTERS, Vernon. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. p. 345.

⁶¹³ Relatório Anual do Estado-Maior do Exército do ano de 1962. Documento produzido em 28 de fevereiro de 1963. In: Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996. p. 363-364.

⁶¹⁴ O SEMANÁRIO. Ano 8. n. 333. de 16 a 22 de maio de 1963. p. 5.

eram apontados, por Brizola, como fatores de desestabilização do governo Goulart, em 1962. Em entrevista para o *Diário de Notícias*⁶¹⁵, o então governador sul-rio-grandense afirmou que:

A embaixada dos Estados Unidos vem fazendo movimentação de fundos que se encontram à sua disposição no Banco do Brasil, e entrando em entendimentos diretos com políticos brasileiros. Dentro em pouco, a prosseguirem essas estranhas praxes, teremos a Embaixada como uma Meca para onde se dirigirão prefeitos, entidades públicas e privadas, procurando a recomendação e o beneplácito do Embaixador e órgãos americanos.

Por essas ações de ingerência interna às questões brasileiras, Brizola passa a defender a autonomia nacional. Para atingir a mesma, procura pressionar o governo Goulart para este adotar medidas punitivas às ações de autoridades estadunidenses. Daí surge a proposta de adoção de medidas radicais, como encaminhar “uma representação para o presidente solicitando que declare esse embaixador como uma *persona non grata* ao povo brasileiro”⁶¹⁶.

Somado às críticas feitas à embaixada estadunidense, Brizola aponta a existência de militares golpistas nacionais. Fazendo referência a participação desses na crise de agosto de 1961, Brizola⁶¹⁷ lembra que:

As tentativas de um grupo de militares golpistas que pretenderam levar-nos a uma ditadura. Sobre isso quero vos prevenir que justamente aqui em Natal está um dos generais golpistas de agosto de 1961. Muita cautela e muita atenção com ele porque ele esteve com o golpe. Como há poucos dias eu vi e li nos jornais a proclamação desse militar falando em democracia e falando em cristianismo. Senti-me no dever de vir a fazer essa afirmação aqui em Natal. Será fácil identificar quem é. Eu não quero citar nomes para que amanhã não digam que estou fazendo ataques pessoais. Tratem de saber qual era o general que estava em Porto Alegre, na crise de agosto e que fugiu de lá para não ser preso como golpista. Defendemos a legalidade nós defendemos as nossas conquistas democráticas.

Numa nítida alusão ao general Muricy, comandante da 7ª Região Militar que teve uma ativa participação após a renúncia de Quadros, no sentido de impedir a posse de Goulart, Brizola repele a possibilidade de golpe e defende a ideia de resistência popular contra tentativas de derrubada do presidente Goulart. Daí a importância da organização de grupos de resistência frente a real possibilidade de novas tentativas golpistas de deposição de Goulart.

O atrito com Muricy vem de antes mesmo da Campanha da Legalidade. Brizola já havia comunicado a Presidência, no início de 1961, sobre as atitudes de Muricy. O bilhete enviado

⁶¹⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 8 de maio de 1962.

⁶¹⁶ O SEMANÁRIO. Ano 8. n. 333. de 16 a 22 de maio de 1963. p. 5.

⁶¹⁷ *Idem*.

pela Presidência da República⁶¹⁸ ao comandante do III Exército, Machado Lopes, em agosto de 1961 comprova:

O governador Brizola está com problemas com o comando militar. Acha que está havendo interferência na órbita de ação das autoridades estaduais e pressão política sobre o governo. Contou que na recepção à missão soviética que esteve no Rio Grande do Sul não compareceram representantes do Exército. O não-comparecimento teria sido deliberado, teria havido na véspera uma reunião no Estado-Maior do III Exército. O governador diz que o ‘dínamo da reação’ no comando militar é o general Muricy (Antônio Carlos Muricy, chefe do Estado-Maior do III Exército), que estaria querendo fazer ‘policialismo’, preocupado com problemas de sindicato, de greves e de segurança. Aludiu a uma visita do general Muricy ao secretário de Justiça do Estado (Moacir Avelar Aquistapace), que terminou quase num incidente. O general teria falado em mobilização para impedir agitações de grevistas e que considerava a greve ilegal. O secretário respondeu-lhe que o governo não entendia essa linguagem e que não havia diálogo possível naquela base. O governador deu-me a impressão de não ter contado tudo e de que há algum tipo de problema a que não deseja aludir diretamente.

Desde quando estava frente ao Executivo sul-rio-grandense Brizola apontava a pressão de militares (leia-se Muricy) contra mobilizações sociais. No bilhete para Machado Lopes aparece essa tentativa de ingerência. Logo, a atuação de Muricy contra a atuação de movimentos sociais já era nítida desde 1961.

A necessidade de mudanças sociais diante um contexto de injustiças é lembrada por Brizola. O então deputado federal⁶¹⁹ se diz descrente quanto a real possibilidade de aprovação das reformas pelo Congresso, sem uma pressão popular:

Estou convencido que, como dizemos na linguagem popular, que daquele mato não sai coelho. A Câmara e o Senado não querem o que está na Constituição. Cheguei a conclusão de que o Congresso Nacional trabalha como uma espécie de panela tampada. Com uma tampa pesada sobre a panela. Estão sobre a tampa o latifúndio e as classes privilegiadas e dominantes ligadas ao reacionarismo. O que se tem de fazer para que essa panela se destampe é aumentar a pressão e para aumentar a pressão é preciso é aumentar a temperatura e para aumentar a temperatura é preciso aumentar o fogo que está embaixo da panela e isso será feito através da mobilização popular. As decisões sobre as reformas já não estão mais somente no Congresso. Estão nele e fora dele. Estão com o povo.

A convocação por mobilização extra-parlamentar realizada por Brizola ganha fôlego especialmente no segundo semestre de 1963. Nota-se que Brizola procurava instigar o Congresso Nacional e levá-lo a aprovar as reformas através de grande mobilização popular.

⁶¹⁸ Bilhete que o comandante do III Exército recebeu da Presidência da República contendo reclamações de Leonel Brizola em relação ao comando militar do Sul. Entregue em 16 de agosto de 1961. In: KUHN, D. *Op. cit.* p. 28.

⁶¹⁹ O SEMANÁRIO. Ano 8. n. 333. de 16 a 22 de maio de 1963. p. 5.

A repercussão do discurso de Brizola em Natal foi considerável, tanto em círculos militares, quanto em setores civis. No espaço “Plantão Militar”, o periódico *Última Hora*⁶²⁰ repercutia a opinião de setores nacionalistas militares sobre o pronunciamento de Brizola:

Hoje se levanta uma bruta alaúza porque o ex-governador do Rio Grande do Sul achou de relembrar a atitude antilegalista de um oficial general na crise imediatamente posterior à renúncia do Sr. Jânio Quadros. O general Muricy, hoje irremovível defensor das instituições e por consequência da constituição, em agosto de 1961 se opôs ao cumprimento do dispositivo da carta magna que mandava empossar, no cargo vago de presidente, o vice-presidente eleito. Mas os que hoje fazem a balbúrdia para intrigar o Sr. Brizola com as Forças Armadas, não dizem que ficaram quietos quando o Sr. Amaral Neto, na revista *Maquis* chamou de ‘ladrão de máquinas de escrever’ ao ímpoluto marechal Lott, então ministro da Guerra, como também silenciaram depois que um débil mental investiu pela imprensa contra o general Pery Bevilacqua ou quando os americanófilos locais investiram furiosa e irresponsavelmente contra o general Jair Dantas Ribeiro, após o telegrama com que o comandante do III Exército liquidou praticamente com o parlamentarismo. Isso para não falar na ‘boca-de-siri’ que fazem quando o doido Lacerda agride moralmente ao general Jair Dantas Ribeiro.

A ação conspiratória de Muricy, em agosto de 1961, é lembrada pelo periódico. Procurava-se demonstrar que o general Muricy estava colocando-se contra a legalidade constitucional na crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros. Contudo, a defesa realizada por setores que se colocavam favoravelmente as reformas era contraposta pelo apoio ao referido militar. Em ofício do Comandante do IV Exército, general Castelo Branco⁶²¹ solidariza-se com o general Muricy, fazendo contundentes críticas à Brizola:

Já apurei que o deputado Leonel Brizola, na noite do 5 para o dia 6 do corrente, em Natal, discursando, declarou que o general Antônio Carlos da Silva Muricy ‘é um golpista e um gorila’. Percebe-se que o deputado Brizola, em seus discursos no Nordeste, acusa de golpista os militares que não o acompanham na montagem de seu golpe e de gorila os que não participam de sua política para, de qualquer jeito, dominar o poder. É notório, então, o esforço desse deputado para dividir o Exército, agora, em brizolistas e gorilas, em desmoralizar seus chefes, generais e coronéis, e voltar-se para os sargentos como seus adeptos.

A aproximação de Brizola com setores subalternos militares é reconhecida por Castelo Branco. Este verificava a mobilização existente entre os sargentos para buscar a aprovação de reformas, especialmente a eleitoral. A acusação de que Brizola objetivava dividir o Exército é um ponto central do pronunciamento.

Mais adiante no ofício, Castelo Branco um dos principais atores do processo de golpe, em março de 1964, aponta para o temor da possibilidade de Brizola conseguir articular com

⁶²⁰ ÚLTIMA HORA. 9 de maio de 1963. p. 12.

⁶²¹ OFÍCIO DO COMANDANTE DO IV EXÉRCITO GENERAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO AO MINISTRO DA GUERRA. ACM pm 1963.05.01. Arquivo Pessoal do general Antônio Carlos Muricy. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – FGV.

setores subalternos, leia-se sargentos, e outras camadas civis que participavam das esquerdas nacionalistas. A construção de uma ação política anti-oligárquica, antiimperialista era a principal preocupação dos setores conservadores em relação a ação política de Brizola, como indica Castelo Branco⁶²²:

Já se vislumbra que tal processo de difamação e insídias se reproduz no meio de estudantes, sindicatos e na imprensa, ofendendo as instituições militares. Julguei ser mais acertado levar integralmente o fato e o meu desejo à consideração de Vossa Excelência por pensar que o assunto é mais do nível do ministro da Guerra, por envolver o conjunto das instituições militares. Se Vossa Excelência, no entanto, notar que se trata de uma questão local e restrita a elementos do IV Exército, estou pronto para, dentro da disciplina, revidar os provocantes ataques do deputado Leonel Brizola ao general Muricy.

Castelo Branco solicita a intervenção do ministro da Guerra no caso e se dispõe a agir punindo os militares que possam criticar Muricy. Alguns dos poucos oficiais que apoiaram Muricy, que foi chamado de golpista e gorila por Brizola, foram o general Nelson de Melo, que havia sido comandante do II Exército no governo Goulart, e o general Arthur da Costa e Silva, que ficou à frente do IV Exército nos anos de 1961-1962. Brizola⁶²³ procura responder aos ataques dos referidos militares:

General Nelson de Mello, a propósito de seu telegrama onde sou chamado de comunista agitador, quero lhe dizer simplesmente que fatos e verdades como os que foram enunciados por mim, em Natal jamais poderão ser desmentidos por simples aleivosias e insultos, ainda mais quando têm suas raízes em frustrações e ressentimentos pessoais. Lembro-me que o saudoso professor Francisco de Paula Brochado da Rocha, após ter renunciado à presidência do conselho de ministros, referiu-se em Porto Alegre, sobre as suas resistências em deixar o ministério da Guerra. Aproveito a oportunidade para lhe dizer que nem eu e certamente nem o presidente João Goulart temos qualquer culpa pela ocorrência daqueles fatos. V. Exa. deve dirigir os seus ressentimentos para os golpistas de agosto de 1961, entre os quais está seu colega, agora motivo de tão calorosa solidariedade, porque eles foram os verdadeiros inspiradores do parlamentarismo regime que embora lhe tenha feito ministro acabou lhe colocando no ostracismo. Ao final, quero dizer que, mesmo independentemente das circunstâncias acima referidas, suas ofensas ou de quem quer que seja, não conseguirão atingir minha vida pública, meu patriotismo e a determinação que me tracei de servir à causa da libertação de nosso povo da espoliação econômica e da injustiça social, através da exigência de imediatas reformas de base. De agitadores e subversivos foram também acusados os que lutaram pela abolição da escravatura e pelas liberdades republicanas.

⁶²² *Idem.*

⁶²³ ÚLTIMA HORA. 10 de maio de 1963. p. 3.

No pronunciamento Brizola procura relacionar suas críticas à Muricy com os anseios por reformas. Isso, no entendimento de Brizola, não poderia proporcionar as acusações de que ele poderia ser classificado com agitador.

Se o general Muricy recebeu o apoio de setores militares golpistas, Brizola recebeu significativo apoio dos setores nacionalistas reformistas. Colocado como um incentivador das forças nacionalistas populares, Brizola recebia o apoio dessas forças em nota oficial publicada em *O Semanário*⁶²⁴:

O comitê coordenador das forças populares e nacionalistas divulgou nota oficial manifestando sua solidariedade ao discurso proferido em Natal pelo deputado Brizola. Diz o documento que as críticas dirigidas ao general Muricy não podem ser consideradas ofensivas às Forças Armadas – como assoalham os golpistas - porque a causa do povo não está com eles nem eles se encontram em maioria nas Forças Armadas. O Comitê Coordenador das Forças Populares e Nacionais do Brasil, a propósito do recente pronunciamento de alguns setores nacionalistas se coloca inteiramente de acordo com os termos daquele discurso, solidarizando-se com o parlamentar que o proferiu.

A proximidade entre o Movimento Nacionalista e Brizola, visto como uma das principais lideranças políticas que abarcava as ideias reformistas era considerável nesse contexto. “A causa do povo” significava para os nacionalistas a noção de necessidade de reformas sociais e políticas, logo, opostas a postura de Muricy.

As críticas de Brizola em relação ao general Muricy gerou uma crise nos círculos militares. As esquerdas nacionalistas, contudo, não desejavam estender por muito tempo as discussões ao ponto de aumentar a crise militar. Em *Última Hora*⁶²⁵ publicou-se uma declaração na qual procurava-se evitar uma possível ação do Executivo:

As críticas de Brizola ao general Muricy, em Natal, não envolvem uma ação de governo, nem representam uma atitude hostil de qualquer setor federal aos militares – é o pensamento dominante nos altos meios militares. Embora o incidente de Natal tenha continuidade agora, com a mensagem de Brizola ao general Nelson de Melo, o assunto não implica em providências do governo, que não pode interferir ou mandar prender um deputado. No caso de punibilidade o único que estaria incurso poderia ser o coronel Carlos José Proença Gomes, comandante do Batalhão Naval, que teria chegado a dar ordem à tropa para fizesse uma manifestação de apoio a Muricy, depois das críticas que lhe fez o deputado Brizola.

Depois de sua passagem por Natal, Brizola passa por Recife onde é recebido por Miguel Arraes. A formação de uma frente nacional de esquerda era a pauta de todas as forças

⁶²⁴ O SEMANÁRIO. Ano 8. n. 333. Do dia 16 a 22 de maio de 1963. p. 8.

⁶²⁵ ÚLTIMA HORA. 13 de maio de 1963. p. 4.

progressistas, inclusive do referido político pernambucano. José Frejat⁶²⁶ repercute a passagem de Brizola por Recife:

O deputado Brizola e seus companheiros de caravana debateram no rádio e na televisão as teses nacionalistas com uma repercussão fora do comum. Trabalhadores de várias categorias reuniram-se na sede do Sindicato dos Bancários, para um amplo debate com os parlamentares visitantes que abordaram as diversas implicações das reformas básicas que as forças da reação tentam obstruir. Organizou-se uma frente única da massa operária na luta pela emancipação econômica.

Luta por reformas e emancipação econômica, pautas marcantes do ideário nacionalista de então. Em maio, nessa mesma conjuntura de críticas ao golpismo militar, acontece no Rio de Janeiro uma reunião de militares subalternos de onde sai um documento fundamental para o Movimento dos Sargentos. No dia 11, ocorre uma reunião de militares, em trajés civis, no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC) onde o suboficial Jelcy Corrêa Rodrigues do núcleo da Divisão Aeroterrestre (para-quedista) faz um contundente pronunciamento reivindicando aumento de salário e colocando a posição dos sargentos diante da conjuntura de luta por reformas.

O Manifesto dos Sargentos foi lido “para uma assistência calculada em mais de 6000 pessoas e teve a maior repercussão nos meios políticos e nos altos círculos militares que, afirmam que o concorrente oposicionista analisarão detidamente o documento e suas prováveis conseqüências”⁶²⁷. O discurso reivindicava aumento de salário, mas dizia que os sargentos defenderiam a pátria com armas nas mãos. Segue o discurso publicado em *O Semanário*⁶²⁸:

Existe um fato novo na história brasileira: é a participação dos suboficiais, subtenentes e sargentos das forças armadas, e auxiliando a libertação de nossa pátria. Participamos porque nos consideramos povo e somos oriundos das camadas mais sofridas da população. Apesar de vestirmos fardas somos cidadãos e sujeitos a sofrer e refletir as conseqüências sociais, tal como qualquer outro cidadão, tanto nos momentos de normalidades como nos mais aflitivos. Este reflexo está condicionado é claro nas condições de desenvolvimento econômico e social. Na sociedade tanto dos nossos dias como nas anteriores, as classes populares sempre escreveram sua história com lutas. No momento, a classe dos funcionários públicos federais, tanto civis como militares luta por um aumento que corresponda ao aumento do custo de vida.

Nessa primeira parte do discurso, Jelcy exprime a luta por melhores vencimentos e também a essência do Movimento dos Sargentos e dos subalternos das três Armas, ou seja, a da conquista dos direitos políticos, ou seja, busca de cidadania plena. Esses militares

⁶²⁶ O SEMANÁRIO. Ano 8. n. 334. Do dia 23 a 29 de maio de 1963. p. 8.

⁶²⁷ ÚLTIMA HORA. 13 de maio de 1963. p. 3.

⁶²⁸ O SEMANÁRIO. Ano 8. n. 333. Do dia 16 a 22 de maio de 1963. p. 8.

buscavam colocar-se no cenário político-social de maneira efetiva e autônoma. Juntam-se ao campo político nacionalista popular que buscava a aprovação de reformas nas estruturas do país. Continua o pronunciamento de Jelcy⁶²⁹:

Nesta luta tivemos recentemente a honra de sermos distinguidos com a solidariedade dos nossos irmãos trabalhadores representados pelo CGT. Quem são os trabalhadores que nos oferecem apoio? Irmãos, pais, cunhados e primos nossos, enfim é a família brasileira, é o povo brasileiro que vem a público dizer alto e bom som que todos são iguais perante a fome.

A articulação com os demais movimentos em busca de reformas sociais é explícita na fala de Jelcy. A ligação com a CGT e a afirmação de que se consideram povo permitiam a direta associação e solidariedade com a mobilização popular pró-reformas. Os subalternos militares estavam imersos em grupos, como a Frente de Mobilização Popular, que empreendiam suas manifestações em prol de melhores condições de vida e de trabalho para as camadas populares. Em seguida o trecho mais incisivo do discurso do suboficial Jelcy⁶³⁰:

Estejam certas as forças da reação e do golpismo que na defesa de seus odiosos privilégios tentam levar o país à catástrofe social e econômica, semelhante as que se abatem sobre repúblicas irmãs latino-americanas, estejam certos: não tentem reviver 54, 61, porque se isso fizerem terão que desta vez encarar-nos de frente como vanguarda e sentinela que somos de nosso povo. A esse povo afirmamos quando a ameaça de um golpe tentar concretizar-se no país, aí então iniciaremos a nossa marcha e o rufar dos tambores confundir-se-a com o martelar das oficinas e a canção de nossa luta será inspirada no choro desesperado das crianças famintas do Nordeste. Aí então estalando no ar nossos chicotes, transformados que seremos em autênticos domadores a serviço do povo, faremos retornar as jaulas os gorilas que teimam em continuar as soltas. Estaremos sempre alertas e vigilantes contra manobras dos grupos reacionários, que nos dias de hoje já não tem ambiente Para manifestarem com sucesso suas ideias peçonhentas; estaremos permanentemente acompanhando as forças da reação que em seus derradeiros esforços de impedir as reformas. Ai porém dessa minoria reacionária se, com manobras sórdidas ou com o dólar sujo, conseguirem evitar essas reformas, por que nós sargentos e autênticos nacionalistas, pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas juntamente com o povo. Lembrem-se os senhores reacionários o instrumento de trabalho do militar é o fuzil.

Identificação direta com a luta popular pró-reformas era a tônica do discurso. Além disso, a inclusão dos sargentos como povo e defensores (ou sentinelas com armas nas mãos) das camadas populares é marcante no pronunciamento.

A repercussão do discurso de Jelcy foi considerável. Aplaudido, durante sua explanação, sempre que citava o nome do general Osvino Ferreira, o orador manifestou que se os golpistas tentarem reeditar os episódios de 1954, quando o presidente Getúlio Vargas foi levado ao suicídio ou de 1961, quando as mesmas forças supostamente teriam levado o presidente

⁶²⁹ *Idem.*

⁶³⁰ *Idem.*

Quadros a renunciar, encontrarão os sargentos pela frente, de armas na mão. A possível quebra da hierarquia para defender o regime democrático e a aprovação das reformas estava posta.

No final de sua reunião foram adotadas as seguintes resoluções: voto de louvor à pregação nacionalista do deputado Leonel Brizola; fechar questão em torno do aumento de vencimento em 70%; defender a reforma agrária, com a reforma da Constituição. O discurso pronunciado pelo subtenente Jelcy Corrêa foi aprovado pelas comissões das três Armas de sargentos e suboficiais das Forças Armadas. Estavam presentes na reunião no auditório do IAPC, o general Alceu Jovino, os deputados Garcia filho e Fernando Santana, da Frente Parlamentar Nacionalista, o Sr. Bráulio Rodrigues da Silva, representante dos camponeses; o Sr. Sérgio Santos, líder portuário de Santos, o Sr. Políbio Braga, da UBES, o Sr. Osvaldo Pacheco, do CGT e o deputado Tenório Cavalcanti⁶³¹.

Jelcy relata que o manifesto foi construído com mais companheiros. “Manoel Raimundo Soares e Manuel Alves de Oliveira ajudaram na construção do pronunciamento”⁶³². A leitura do Manifesto teve de ser feita fora de Clubes Militares, como afirma Jelcy⁶³³:

Fui escolhido como orador, pois era o subtenente mais jovem das Forças Armadas. Sendo proibida a leitura do Manifesto nos Clubes Militares, optamos por fazer no Instituto de Previdência dos Comerciantes. Tinha milhares pessoas. Fui feliz na leitura. O pretexto da reunião era a defesa do aumento de salário. Na verdade queríamos fazer uma denúncia política contra a conspiração que estava sendo feita. Se no nosso meio tinha gente da direita infiltrada, no meio deles tinha gente nossa que passava as informações de conspiração permanente. No meio do nosso grupo tinha gente nacionalista, sem formação política, mas sensíveis às transformações sociais. Sargento é povo fardado. A ferramenta do sargento é o fuzil. Tínhamos influência da Revolução Cubana. Era uma rebeldia em que exigíamos respeito.

Em editorial o periódico *O Semanário* concedeu total apoio ao discurso de Jelcy e saudou a consolidação do Movimento dos Sargentos como uma novidade na política nacional vendo com muita simpatia a participação de militares, subalternos em especial, na política. Assinado por Oswaldo Costa⁶³⁴, um dos diretores do periódico, o editorial, com o título, *Capitães de 89, tenentes de 30, sargentos de 63*, mostra-se solidário com as lutas dos militares subalternos:

O Exército é a grande caixa de ressonância da opinião pública, a grande bancada nacional em que homens vindos de todos os setores da população se fundem numa amálgama perfeita, que é bem a expressão e o símbolo da unidade da pátria. As

⁶³¹ ÚLTIMA HORA. 13 de maio de 1963. p. 3.

⁶³² RODRIGUES, Jelcy Corrêa. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Guapimirim: [s.l.], 2008.

⁶³³ *Idem*.

⁶³⁴ O SEMANÁRIO. Ano 8. n. 333. Do dia 16 a 22 de maio de 1963. p. 7.

classes estão representadas no parlamento por suas elites e aristocracias e no Exército, por elementos recrutados nas suas próprias bases. Daí ser o Exército, por excelência a entidade representativa do conjunto da nação brasileira, com suas nuances e matizes e até suas manchas, que, justamente pelo contraste que estabelecem, lhe garantem a autenticidade. O Exército pode ser o antipovo em algumas de suas partes (os gorilas), tomadas isoladamente. No seu todo, porém, é o povo em sua plenitude. Ver Teixeira Mendes na biografia sobre Benjamim Constant. No momento em que os gorilas fardados e à paisana, marionetes desprezíveis, cujos cordéis são sabidamente movidos pela embaixada norte-americana, através do IBAD, se preparam para novas tentativas de golpes contra a legalidade democrática, com a finalidade de impedir a reforma agrária e toda e qualquer reforma, pois manter o país no atraso, na miséria e na servidão econômica corresponde aos interesses do imperialismo yanque, é grato ao nosso coração de patriotas verificar que o processo de democratização de nossas Forças Armadas longe de haver estagnado ou retrocedido, deu novo e largo passo à frente, para desespero dos Gordons e cordeirinhos.

A luta nacionalista era solidária aos movimentos militares dos sargentos. Estes, considerados como povo armado, eram centrais na construção de um Movimento Nacionalista em defesa dos interesses nacionais. O Exército poderia assumir, segundo o editorial, o papel de legítimo representante do povo brasileiro e colocar-se como defensor das reformas estruturais.

Dois dias após o discurso, Jelcy foi preso na Fortaleza de Santa Cruz. Nos dias subsequentes muitos sargentos pediram asilo na embaixada da Bolívia. Jelcy⁶³⁵ relata sobre uma visita inesperada que recebeu durante o período que esteve preso:

Quando fui preso em 63, Brizola foi me visitar juntamente com Max da Costa e Neiva Moreira. Me visitaram no fim de maio princípio de junho. Aí foi minha aproximação pessoal com Brizola. Existia uma admiração. Todas minhas irmãs eram professoras, quando Brizola era governador do Rio Grande do Sul. Estudei em escola rural. Investimento em educação era o principal ponto que eu admirava no Brizola. A reforma agrária iniciada por ele, também foi importante. Mas o contato aumenta mesmo durante a clandestinidade. Fomos ao Uruguai tivemos contato com Darcy Ribeiro e com o Jango. Brizola nos apoiou numa ideia de levante em Porto Alegre. Foram duas tentativas infrutíferas antes de Caparaó. Ele tinha resistência à ideia de guerrilha, preferia um levante rápido para tomada de poder.

Nota-se a ligação entre as políticas públicas implementadas por Brizola, no Executivo sul-rio-grandense, e os setores nacionalistas das Forças Armadas. A aproximação de Brizola com os sargentos intensifica-se a partir dos acontecimentos de maio de 1963. Porém, contatos já eram realizados desde a Campanha da Legalidade. As ideias nacionalistas repercutiam de uma forma muito intensa entre os sargentos das três Armas, mas especialmente os da

⁶³⁵ RODRIGUES, Jelcy Corrêa. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Guapimirim: [s.l.], 2008.

Aeronáutica e do Exército. Os militares nacionalistas do III Exército, por exemplo, estabeleciam muitos contatos com Brizola, como indica *Última Hora*⁶³⁶:

Oitocentos sargentos do III Exército, numa atmosfera de entusiasmo e defesa dos princípios nacionalistas, reuniram-se no Parque de Exposições para comemorar, com um almoço, a posse da diretoria reeleita do Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana, tendo à cabeceira da mesa o governador Leonel Brizola e o general Peri Bevilacqua, comandante da 1ª Região Militar. Saudando a diretoria, usou a palavra o sargento Almoré Zoch Cavalheiro, seguido pelo general Bevilacqua ('os sargentos são patriotas e sensíveis à angústia do povo, de onde provêm'), governador Leonel Brizola ('declaro-me porta-voz dos sargentos junto ao presidente João Goulart') e coronel Assis Brasil, em nome do general Osvino Ferreira Alves.

Colocando-se como porta-voz dos sargentos Brizola procurava ascender à liderança política do Movimento Nacionalista. A aproximação com militares subalternos, vistos como povo, era um dos objetivos de Brizola ainda enquanto governador. Araken Vaz Galvão⁶³⁷ aponta que a participação política efetiva dos sargentos "era vista, por parte da oficialidade, como um perigo, um perigoso precedente. O que aproximava Brizola dos sargentos era o nacionalismo político-econômico. Isso era o que tinha de mais próximo do patriotismo, para uns; e de uma posição mais à esquerda, para outros"⁶³⁸. Assim, o nacionalismo defendido por Brizola era utilizado como uma das bandeiras dos militares subalternos que entendiam o ex-governador sul-rio-grandense como um ator político importante que colocava-se junto a eles no campo político reformista.

O temor dos militares que se colocavam no campo político oposto, ou seja, os antinacionalistas, era nítido em depoimentos dos mesmos. A ideia permanente era a de que os grupos da esquerda nacionalista pretendiam dividir as Forças Armadas, ocasionando uma perda de controle da oficialidade. Essa opinião é manifestada pelo coronel Henrique Carlos Guedes⁶³⁹, um dos artífices da mobilização golpista promovida por Mourão Filho:

Os mesmos inimigos – na verdade, os inimigos do Brasil – tentaram separar o quadro de subtenentes e sargentos do quadro de oficiais. Estavam certos de que poderiam conduzir a revolução, que preparavam, contando apenas com os graduados e com alguns poucos generais e coronéis que integravam o seu esquema, alijando todos os demais oficiais. Todavia, verificaram na prática, que a tentativa de subverter a hierarquia nas Forças Armadas, agredindo a disciplina militar, constituiu-se no maior erro por eles cometido.

⁶³⁶ ÚLTIMA HORA. 20 de junho de 1962. p. 12.

⁶³⁷ Em 1964, Araken Vaz Galvão era 2º sargento do Exército na Companhia Média de Manutenção, em Campo Grande, MS, tendo ingressado em 1955 no Exército.

⁶³⁸ GALVÃO, Araken Vaz. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Valença: [s.l.], 2008.

⁶³⁹ GUEDES, Henrique Carlos. Depoimento desse coronel. In: *História oral do exército – 1964: o movimento revolucionário e a sua história – tomo 3 – Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. p. 256.

O Movimento dos Sargentos inicia a partir da Campanha da Legalidade e consolida-se com o Manifesto lido por Jelcy Corrêa Rodrigues. Ocorre com a divulgação do Manifesto uma maior aproximação com as esquerdas nacionalistas. Mas, antes mesmo da Campanha da Legalidade os sargentos já colocavam-se ao lado do Movimento Nacionalista Brasileiro com a eleição de 1960.

O apoio ao marechal Lott nas eleições de 1960, candidatura que representava o pensamento nacionalista brasileiro, era fruto do apoio do então ministro da Guerra de Kubitschek às demandas dos sargentos por estabilidade. Ly Adorno⁶⁴⁰, então sargento paraquedista, afirma que:

Lott, quando ministro da Guerra, mandou ao presidente Kubitschek uma exposição de motivos a qual o presidente enviou-a aos membros do Congresso Nacional com um projeto de lei que regulava a criação, no Exército, do Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE). Lott então passou a ser considerado o paladino valorizador do ‘elo fundamental entre o comando e a tropa’, que sem dúvida é o sargento.

A campanha em favor de Lott aproximou os sargentos do Movimento Nacionalista, mas a partir do Manifesto dos Sargentos, a aproximação com as esquerdas nacionalistas, especialmente com a Frente de Mobilização Popular, sob a liderança de Brizola, será permanente até o golpe civil-militar de 1964. Para Edegard Nogueira Borges⁶⁴¹, sargento que foi eleito vereador em SP, nas eleições municipais de 1963, o movimento tinha alguns pontos em comum:

Lembro que na época defendíamos treze reivindicações básicas: revisão geral da legislação e regulamentos militares; matrícula compulsória para os Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos; critério justo para a classificação do comportamento; lei de promoções; estabilidades a todo militar com cinco anos de caserna; vencimentos e vantagens móveis, de acordo com a inflação; direito ao casamento independente do tempo de serviço; financiamento de casa própria; possibilidade de ingresso na Academia Militar de Agulhas Negras; garantia de frequência em cursos superiores; prioridade para o ingresso em escolas técnicas e veterinárias; trânsito de 30 dias nas transferências; critério justo na escolha para o Batalhão de Suez.

Esses pontos era reflexo da busca da cidadania plena por parte dos militares subalternos. Os sargentos procuravam ao lançarem candidatos a defesa parlamentar de seus interesses e buscar a aprovação de mudanças constitucionais nesse sentido.

⁶⁴⁰ ADORNO, Ly. *Depoimento* [julho/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2009.

⁶⁴¹ COOJORNAL . Ano V. n. 56. Agosto de 1980. p. 24.

José Wilson da Silva indica como o Movimento dos Sargentos escolheu Brizola como o principal representante de suas causas. Devido à ausência de lideranças nacionais no Movimento, José Wilson⁶⁴² lembra:

Fomos eliminando, por exclusão, chegamos no Brizola, pois era o mais visível e o mais impositivo. Bom, então fomos fazer contato com o Brizola. Ele estava de férias, já era deputado. Fomos, eu, Edegard Nogueira e um subtenente da Brigada Militar. Fomos conversar com o Brizola. Disseram que eu deveria ir em Capão da Canoa (RS), onde estava o Brizola. Falei sobre a necessidade de um líder nacional, precisamos falar com o senhor. ‘Eu vou conversar com vocês, vou hoje mesmo à Porto Alegre’, ele nos disse. Nos reuníamos na casa dele na Tobias da Silva. Ele ficou muito entusiasmado, pois já havia tido contato com o pessoal do Rio de Janeiro (estavam muito misturadas as três Forças). O forte do Movimento dos Sargentos era no Exército. Ele tinha uma vivência muito estreita com o Neiva Moreira, o pessoal da FPN e Paulo Schilling. ‘Eu vou para o Rio de Janeiro e vou conversar com o pessoal lá, para ver como vamos encaminhar isso’, disse-nos ele. E daí voltou com a ideia de Frente de Mobilização Popular. Tenho a impressão de que de nossa conversa, surgiu a Frente de Mobilização, além do Grupo dos Onze.

As reuniões de Brizola com os sargentos mostram a tentativa de aproximação e formação de uma frente para pressionar o Congresso. O Movimento dos Sargentos era um dos principais participantes da Frente de Mobilização Nacional.

A diversidade de grupos políticos dentro do Movimento é apontada por Edegard Nogueira⁶⁴³. Comunistas, brizolistas, seguidores do Francisco Julião, janguistas e até trotskistas contumazes, partilhavam das ideias do Movimento. Só não tinha era lacerdistas, que era considerado uma praga incurável. E todos caminhavam juntos perseguindo objetivos comuns, mas, paralelamente, cada um rezava pela cartilha que mais lhe convencia. “O Brizola foi um dos homens que mais assediou, por sua assessoria e mesmo diretamente, o Movimento dos Sargentos, e sua facção dentro do movimento era bastante grande e com bons quadros. Admirávamos algumas de suas atitudes, como a desapropriação da Bond and Share no RS, a campanha da legalidade”⁶⁴⁴.

José Maria dos Santos⁶⁴⁵, sargento da Aeronáutica, em 1964, indica que o Movimento dos Sargentos já era forte nos anos 1950, em busca da estabilidade. Por conta dessa movimentação:

⁶⁴² SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁶⁴³ COOJORNAL. Ano V. n. 56. Agosto de 1980. p. 25.

⁶⁴⁴ *Idem*.

⁶⁴⁵ SANTOS, José Maria dos. *Depoimento* [novembro/1999]. Entrevistadores: J. Ferreira e A. Gomes. Rio de Janeiro: UFF, 1999. 6 cassetes sonoras. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense.

Já conhecia o Brizola desde 52, 53, ele era secretário de obras de Ernesto Dornelles, governador no Rio Grande do Sul. Quando ele tomou a iniciativa de encampações do telefone e da energia elétrica, aí ele se transformou em nome nacional. Víamos com muita simpatia daqui. Quando veio para cá, nós o apoiamos amplamente. Nosso relacionamento com o PTB aqui no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e Pernambuco, eram maiores. Participamos ativamente da campanha dele. Fomos para o Maracanã, participar da apuração. Participamos da campanha do Garcia.

A aproximação de Brizola com os militares subalternos data, portanto, do início dos anos 1950, quando ainda secretário de obras de Ernesto Dornelles. Reformismo social e nacionalismo eram os principais pontos que os militares admiravam no ideário e ação política de Brizola.

O *Panfleto* abria espaço em suas edições para as demandas dos sargentos. A *Trincheira dos Sargentos*, assinada por Paulo Lemos, semanalmente tratava de um assunto relacionado à luta dos sargentos e dos subalternos de outras Armas. Questões referentes às transferências, uma das formas de punição utilizadas pela oficialidade contra os sargentos nacionalistas, anistia, vencimentos, eram temas permanentes do espaço no referido periódico. Em relação às transferências, Paulo Lemos⁶⁴⁶ apontava que:

Sugerimos ao ministro da Guerra que cumpra sua palavra. Faça retomar os transferidos, é questão apenas de uma nota para boletim. Não pense que o Movimento dos Sargentos, que já é uma das forças componentes do complexo democrático vigente, pode ser paralisado com punições desta natureza. Quanto mais punir injustamente, quanto maiores forem as discriminações, quanto mais violenta for a repressão, mais sede de justiça vai se apoderando dos sargentos, mais desejo de tratamento equânime desperta na consciência dos subalternos; mais disposição de luta pela liberdade se impregna nos sargentos e isto poderá levar, em breve, a maior radicalização de posição dentro dos quartéis, bases e navios, nada favorável aos injustos, privilegiados e opressores.[...] A vitória será nossa, porque somos povo e próximo está o dia em que o povo fará justiça pelas próprias mãos, acabando com os privilégios de classes e castas, conquistando a liberdade econômica da pátria, que um dia juramos defender, mesmo com o sacrifício da própria vida. Cumpra sua palavra, Sr. Ministro. Faça voltar os transferidos. Porque nós cumpriremos a nossa. De qualquer maneira. Em qualquer instância.

Sargentos colocando-se como povo armado era a tônica nos pronunciamentos desses militares reformistas. O periódico *Panfleto* consubstanciava-se num palco para a exposição das demandas e convocações dos sargentos. A radicalização das palavras do Movimento dos Sargentos refletia-se em um processo contínuo. Edegard Borges⁶⁴⁷ afirma que o Movimento dos Sargentos com consciência nascente, tinha objetivos bem definidos e perseguia reivindicações de interesses classistas, entendendo que para alcançá-las era preciso agir

⁶⁴⁶ PANFLETO. n. 1. 17 de fevereiro. p. 12.

⁶⁴⁷ COOJORNAL. Ano V. n. 56. Agosto de 1980. p. 25.

politicamente. De maneira quase natural, se colocou ao lado dos grupos sociais e políticos que tinham interesses semelhantes, de grupos que defendiam posições populares em oposição aos grupos elitistas.

José Maria dos Santos⁶⁴⁸, contudo, reconhece o fato de que os sargentos radicalizaram em suas ações, nessa conjuntura mais próxima ao golpe:

A luta dos sargentos, no nosso comportamento interno, era reivindicatória, mas de repente, aqueles que tinham uma visão maior do problema, chegava um momento que a coisa extrapolava o limite. Sempre foi classista, reivindicatória (melhorias salariais, etc.). Nos engajávamos em uma causa (do pobre, do oprimido, do brasileiro, de todo o povo, com exceção das elites, pois seus interesses não coincidiam com os nossos problemas)

Nessa conjuntura de pressão popular em torno da luta pela aprovação das reformas, os sargentos procuram unir-se em torno dessas bandeiras. Com o lema de “povo com armas”, os sargentos pressionam o governo e especialmente o Congresso Nacional para a aprovação das reformas, com o viés de defesa do regime democrático.

Esse subcapítulo procurou analisar as ações dos subalternos militares que defendiam as reformas de base, que estavam em sintonia com a radicalização nos pronunciamentos de Brizola. Com a divulgação do Manifesto dos Sargentos em consonância com o candente discurso de Brizola, em Natal, ocorre a radicalização das esquerdas nacionalistas em torno do ideário reformista e legalista. A partir do mês de maio de 1963 até o golpe civil-militar as ações desses grupos sob a égide da Frente de Mobilização Popular intensificam-se no sentido de busca de aprovação das reformas de base e defesa do governo Goulart.

⁶⁴⁸ SANTOS, José Maria dos. *Depoimento* [novembro/1999]. Entrevistadores: J. Ferreira e A. Gomes. Rio de Janeiro: UFF, 1999. 6 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense.

QUINTO CAPÍTULO: A mobilização dos subalternos militares e a sintonia com a radicalização do nacionalismo popular de Leonel Brizola

No presente capítulo procura-se analisar a conjuntura imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964 e a atuação dos setores nacionalistas castrenses durante a mesma. Busca-se também analisar a crise militar na Marinha e a mobilização de uma resistência, em sintonia com as ações políticas de Leonel Brizola, por parte dos subalternos militares, frente a movimentação golpista de setores civis e militares aponta a atuação dos subalternos militares da Marinha

5.1 A mobilização dos marinheiros

A situação dos subalternos na Marinha era desigual em relação à oficialidade. Práticas de oficiais em relação aos seus subalternos e de castigos e punições de toda a ordem contra os marinheiros eram permanentes no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. A criação de uma entidade corporativa em defesa dos marinheiros era uma demanda notável.

No presente subcapítulo procura-se apontar o impacto da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e sua inserção na mobilização em torno de mudanças na estrutura sociopolítica nacional redundando na crescente mobilização dos militares subalternos em torno da aprovação das reformas de base. Para tanto, se faz um pequeno histórico da Associação, indicando também sua importante participação nas manifestações por reformas sociais.

A Marinha sempre foi a Arma mais conservadora em termos de regulamentos internos e rígida no que tange às condições para os seus militares. A estrutura social da Marinha, segundo Capitani⁶⁴⁹, não acompanhou o seu desenvolvimento tecnológico:

Aí temos o fundo da questão, que é político-social e geradora de todos os fatos posteriores. A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. Existia até mesmo um racismo por parte dos comandantes, pois não existia nenhum negro oficial. Fazia-se de tudo para subjugar e estigmatizar os marinheiros.

Os problemas apontados por Capitani são constatados em vários depoimentos de militares. As punições e castigos que ocorriam desde o final do século XIX⁶⁵⁰ e início do

⁶⁴⁹ CAPITANI, A. *Op. Cit.* p. 21.

⁶⁵⁰ As mudanças efetuadas com a República acabaram por alterar o equilíbrio de forças existentes até aquele momento. A extinção dos castigos corporais, no segundo dia da República, retirou dos oficiais comandantes o

século XX permaneciam de forma ativa. Os castigos físicos daquele período foram substituídos pelo Livro de Castigo. Sobre esses problemas enfrentados pelos marinheiros, Reynaldo di Benedetti⁶⁵¹ indica que permaneciam muitas dificuldades. Este, então cabo⁶⁵² da Marinha, afirma que:

Por motivos simples sofríamos punições e tínhamos o nosso nome anotado no Livro de Castigos. No dia seguinte deveríamos nos apresentar ao comandante, que poderia nos aplicar um castigo maior. Prisões ou ‘bailéus’ eram frequentes. No momento da inspeção, antes de sair do navio, se o oficial percebesse que você estava saindo para estudar, você era impedido sob a alegação de que a farda não estava bem alinhada ou a aparência não estava adequada para sair de bordo.

A rigidez no regimentos internos da Arma era uma das principais queixas dos marinheiros. Estes eram cobrados tanto em relação ao comportamento, ou seja, cobranças disciplinares, quanto à vestimenta.

A inserção na Marinha era possibilitado pelo ingresso na Escola de Aprendizes Marinheiros. Dependendo da origem do candidato, ele seria encaminhado para Fortaleza, Recife, Vitória ou Florianópolis. Paulo da Luz⁶⁵³ afirma que “a grande maioria dos marinheiros era de nordestinos. Poucos gaúchos ingressavam na Marinha em sua época”⁶⁵⁴. Muitos marinheiros, senão a maioria, segundo a maioria dos relatos coletados pela pesquisa afirmam que eram de origem humilde, daí, possivelmente o massivo ingresso de militares da região nordestina.

A atração pela Marinha enquanto possibilitadora de uma carreira profissional digna é apontada por diversos marinheiros de então, ou seja, aparecia como um meio e não como um fim. Como indica Raimundo Porfírio⁶⁵⁵, então marinheiro que ingressara em 1954 na Armada:

instrumento básico da dominação. Em 12 de abril de 1890 os castigos corporais foram reintroduzidos na Armada, apenas cinco meses depois de serem extintos. A pressão dos oficiais comandantes e a rapidez das alterações já revelam descompassos e diversas perspectivas de domínio sobre o marinheiro em conflito. O Governo Provisório, cedeu às pressões criando um instrumento mais rigoroso. A Companhia Correccional punia o faltoso de diversas formas, rebaixando-o de posto, descontando-lhe o salário, retirando-lhe a liberdade, castigando-o através da chibata e da prisão a ferros, entre outras perdas e humilhações que tornaram a relação entre marinheiros e oficiais praticamente insustentável. Estas mudanças acabaram por tornar o convívio insuportável. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1997.

⁶⁵¹ Reynaldo di Benedetti, em 1964, era cabo da Marinha tendo ingressado na mesma no ano de 1952. Servia embarcado no navio Barroso Pereira.

⁶⁵² BENEDETTI, Reynaldo di. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Cachoeirinha: [s.l.], 2008.

⁶⁵³ Marinheiro com especialização em mecânica, tendo ingressado na Marinha no ano de 1958.

⁶⁵⁴ LUZ, Paulo Ritter da. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁶⁵⁵ COSTA, Raimundo Porfírio. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

Ingressávamos na Marinha com a ideia de que iríamos ser bem remunerados e iríamos nos alimentar bem. Como a maioria dos marinheiros, também sou de origem humilde. Porém, a realidade que encontrávamos era diferente. Nem ganhávamos bem, tampouco nos alimentávamos dignamente. Somente os oficiais comiam bem. A nós restava o que sobrava das fartas refeições da oficialidade.

As más condições nas embarcações eram notáveis em todos os depoimentos. A alimentação e a remuneração eram precárias, segundo os marinheiros, apesar da considerável quantidade de trabalho realizado pelos marujos.

Na Escola de Aprendizes os marinheiros estudavam matérias de interesse específico da Marinha, ao lado das disciplinas comuns a qualquer escola básica, como português, matemática, geografia, ciências naturais. A maioria que chegava à Escola tinha apenas o primário. Depois de um ano na Escola de Aprendizes de Marinheiros, assinava-se um contrato de trabalho renovado automaticamente a cada 3 anos.

Diante desse quadro de injustiças e abusos, os marinheiros começam a cogitar sobre a possibilidade de formarem uma associação em defesa de seus direitos já no final da década de 1940. Capitani⁶⁵⁶ aponta que:

Em 1950, um grupo de marinheiros, liderados pelo cabo Antônio Vieira, associou ao Clube Humaitá com a finalidade de transformá-lo em uma associação de marinheiros. Dias antes da assembleia geral para aprovação do novo estatuto, foram presos e expulsos da Marinha. Dois anos depois, em 1952, muitos desses ex-marinheiros participaram da Campanha do Petróleo é Nosso, onde mais de 300 marinheiros foram presos e expulsos da Marinha.

Nota-se que o ideário nacionalista, abarcado também pela Campanha do Petróleo é Nosso, estava presente em muitas manifestações dos marinheiros que buscavam já nos anos 1950 a criação de associações em defesa dos seus interesses. Após essas e outras tentativas de organização de uma associação autônoma que representasse os marujos, em março de 1962 cria-se a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. No artigo 3º do Estatuto⁶⁵⁷ da Associação, a diretoria afirmava se propor a organizar:

Seus associados unidos em torno dos seus problemas, prestando as assistências: social, cultural, desportiva, educacional a marinheiros e fuzileiros navais, associados, e assistência geral a seus familiares; zelar pela elevação do nível social dos marinheiros e fuzileiros navais; orientar, prestando assistência social, de grumete a fuzileiro naval recém-incorporados; prezar pela democracia e liberdade fundamentais dentro da AMFNB, sem distinções de graduação, crença ou nível cultural; prestar assistência social aos marinheiros e fuzileiros que estejam estudando e proporcionar meios para os que não estejam o fazerem; promover relações amistosas entre marinheiros e fuzileiros; proporcionar aos marinheiros e fuzileiros ambiente social digno.

⁶⁵⁶ CAPITANI, A. *Op. Cit.* p. 22.

⁶⁵⁷ ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL. Disponível no Centro de Documentação do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (MODAC).

A Associação, portanto, tinha um caráter assistencialista em relação aos seus marinheiros associados, sem ainda propor discussões políticas. Em seu primeiro número o jornal *A Tribuna do Mar*, periódico que se caracterizou como o principal canal de exposição das demandas dos marinheiros e fuzileiros navais, expressava a opinião do 1º presidente da Associação, João Barbosa de Almeida. O então presidente afirmava que a Associação, “por intermédio de sua diretoria, coordena os empreendimentos existentes, ampliando-se e planejando para o futuro novos empreendimentos em prol dos marinheiros”⁶⁵⁸.

Moacir Omena era o diretor do periódico, mas contava com a colaboração de Antônio Geraldo, José de Barros, José Omena de Oliveira e Walter Dias, assim como o presidente João Barbosa de Almeida. Em colaboração com a diretoria da Associação, Omena⁶⁵⁹ conclama:

É preciso que os marinheiros e fuzileiros navais cooperem conosco, adquirindo um exemplar do nosso jornal. [...] Que a Tribuna do Mar leve aos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil os ventos do bem e da cultura, que seja um veículo de progresso e, sobretudo, de conservação dos ideais da Marinha e da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Percebe-se por seu Estatuto que a principal função da Associação era a defesa dos interesses dos seus associados buscando a melhoria das condições de trabalho dos marinheiros. Com um viés assistencialista, a primeira diretoria da Associação caracterizou-se pela moderação nas discussões políticas. Paulo Conserva⁶⁶⁰, então marinheiro, afirma ser:

Inegável que a participação de subalternos navais numa entidade legal – apesar de jamais haver sido reconhecida pelas autoridades militares – era uma aspiração eminentemente social, cultural e recreativa, não pretendendo subverter a ordem estabelecida como observadores políticos. [...] Era nítida a miopia política da alta oficialidade naval que não queria dar o braço a torcer, reconhecendo uma entidade social de subalternos semelhante à organização dos suboficiais e sargentos, que dispunham de todo o apoio oficial, e o desconhecimento absoluto da realidade em que viviam soldados e marinheiros, praticamente sem direitos – inclusive o simples direito de usarem roupas civis fora das unidades militares e até mesmo a absurda proibição de contraírem matrimônio e fazerem filhos, um direito essencialmente humano.

A oficialidade consentia a existência de associações de suboficiais, mas a criação de uma entidade em defesa dos marinheiros não era tolerada pelos oficiais da Marinha, mesmo sendo tendo um viés assistencialista a primeira diretoria. As demandas, dos marujos, eram

⁶⁵⁸ A TRIBUNA DO MAR. n. 1. Novembro de 1962. p. 2.

⁶⁵⁹ A TRIBUNA DO MAR. n. 1. Novembro de 1962. p. 1.

⁶⁶⁰ CONSERVA, Paulo. *Navegando no exílio: memórias de um marinheiro*. João Pessoa: EGN Empresas Gráficas do Nordeste, 1991. p. 32.

simples e buscavam melhores condições de trabalho para o marinheiro. Segundo Capitani⁶⁶¹, todas elas foram atendidas depois do golpe de 1964:

Buscávamos o fim do Livro de Castigo, o direito a matrimônio, o uso de trajes civis fora das embarcações, a revisão dos planos de carreira (pois o marinheiro só poderia chegar a sargento no final da carreira), melhores condições de vida dentro das embarcações, melhoria nas relações com o oficialato, direito de votar e participar efetivamente das lutas políticas que ocorriam na sociedade.

O fato de que as demandas foram atendidas após o golpe de março de 1964, demonstra que existia um preconceito para com as manifestações dos marinheiros explicitando um viés elitista da oficialidade da Arma e uma considerável divisão hierárquica entre os oficiais e os marujos. Existia uma barreira, tal era o nível de atrito, separando a oficialidade e marinheiros. Os oficiais mantinham o controle dentro dos navios através de diversas formas de punições e castigos. Elísio Soares da Silva⁶⁶², que ingressou na Marinha em 1958, entende que os:

Marinheiros sempre foram muito politizados. Deve-se ao fato da origem humilde da maioria. Ideologicamente, porém, sempre foi a Força mais conservadora, sempre apoiou os golpes de direita. A oficialidade sempre via os marinheiros como inferiores e perigosos. Os oficiais sempre são minorias nos navios. Isso gerava um temor entre os oficiais, especialmente quando perceberam as relações dos marinheiros com outros grupos de viés nacionalista e de esquerda, tais como estudantes e operários.

O fato de constituírem uma minoria nas embarcações talvez explique a rigidez disciplinar dos oficiais em relação aos marujos. Estes procuravam melhoria nas condições e respeito no tratamento dos superiores hierárquicos, conduzindo-os a busca por associarem-se às manifestações de outros grupos sociais.

As relações com os demais grupos de esquerda deviam-se, em parte, pela origem humilde da maioria dos marinheiros. A luta por participação política servia como unidade para as mobilizações dos marinheiros em solidariedade com os demais subalternos militares. Antônio Duarte⁶⁶³ indica que:

O Movimento dos Sargentos afirmava-se como uma vanguarda nas Forças Armadas, justamente pelo papel dos sargentos na posse de João Goulart, em 1961. A contestação que os generais golpistas faziam em 1961 não era a rigor um ato de indisciplina. Impedir a posse de Jango na presidência era uma traição aos princípios constitucionais. Por essa razão, a vitória do movimento legalista, liderado por Leonel Brizola, causou grande admiração entre os praças em geral que atribuíram, com razão, à vitória legalista, não só a ação das forças políticas, mas a atuação decisiva do movimento dos sargentos. A radicalização do Movimento dos Sargentos, no exemplo

⁶⁶¹ Avelino Bioen. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁶⁶² SILVA, Elísio Soares da. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁶⁶³ DUARTE, A. *Op. Cit.* p. 53.

da Assembléia de 11 de maio de 1963, aproximou a Associação dos Marinheiros desse movimento.

A admiração por parte dos marinheiros em relação à Brizola data em parte das ações empreendidas em agosto de 1961. Especialmente o viés nacionalista e reformista da administração frente ao Executivo sul-rio-grandense teve repercussão nas hostes dos subalternos da Marinha, especialmente a partir da segunda administração da Associação dos Marinheiros.

A segunda gestão diretora da Associação toma posse no início de 1963, depois de lutas internas entre dois grupos. Um deles apoiava a administração de João Barbosa. Esta, segundo Capitani⁶⁶⁴, tinha o viés mais assistencialista e era formada por soldados cuja vida social era mais tranquila, e seus integrantes eram mais próximos da oficialidade. Já o segundo grupo era composto por marinheiros de navios, ou embarcados na esquadra e na Força de Transporte da Marinha. Estes eram mais combativos e ativistas.

As eleições foram antecipadas devido a esses conflitos internos. Porfírio Costa entende que “João Barbosa de Almeida tinha ideias conservadoras. Havia uma cúpula mais politizada que achava que Barbosa entregaria a entidade ao almirantado, devido à sua aproximação com os oficiais. Daí vem a ideia de lançar a chapa do Anselmo, que não era cabo, e sim marinheiro de 2ª classe”⁶⁶⁵. A divisão entre os marujos entre um grupo mais reformista e outro mais assistencialista redundou em uma busca por unidade a partir da gestão da segunda diretoria.

Lançado como candidato à presidência da Associação, José Anselmo⁶⁶⁶ escreve “Da importância de sermos nós!”, artigo publicado em *A Tribuna do Mar*⁶⁶⁷, com críticas à administração de João Barbosa, apontando que:

O nosso presidente quer, num arroubo de franqueza – não se poderia dizer de outra maneira –, entregar a nossa Associação à Administração Naval, aproveitando a ausência dos seus assessores, que estão afastados em cumprimento do dever primordial. Já nos decepcionou uma vez vetando o plano de assistência social apresentado pela Dra. Ericka Rothe. Marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, meus irmãos, meus companheiros: devemos entregar os pontos? [...] Amigos meus,

⁶⁶⁴ CAPITANI, Avelino Bioen. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁶⁶⁵ COSTA, Raimundo Porfírio. *Depoimento* [setembro/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2009.

⁶⁶⁶ As opiniões acerca a postura de José Anselmo, relatadas nos depoimentos coletados durante a pesquisa, dividem-se. Alguns entrevistados apontam que Anselmo já colaborava com os setores conservadores, da oficialidade que conspirava contra o governo Goulart, antes mesmo do golpe civil-militar, devido ao fato de que Anselmo sempre teve um contato muito próximo com alguns oficiais. Outros entrevistados indicam que as prisões ocorridas depois de março de 1964 mudaram a postura de Anselmo que se tornou um dos principais colaboradores do aparato repressivo, delatando companheiros, especialmente de Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em São Paulo, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

⁶⁶⁷ A TRIBUNA DO MAR. Ano I. n. 3. Janeiro de 1963. p. 9.

pensemos bem: deve ser assim? Não! Então ajamos! Não deixemos que os aventureiros lancem mão da coroa que nos pertence.

Existia no discurso de Anselmo uma busca por constituir uma identidade do marinheiro como um ator político injustiçado que deveria buscar a melhoria de sua situação social. Os desrespeitos e injustiças poderiam ser potencializados no sentido de constituição de um discurso político para os marujos. As críticas em relação ao primeiro presidente da Associação serviam também para ressaltar a importância de consolidar uma administração mais incisiva quanto a defesa dos interesses dos associados.

José Geraldo da Costa indicou Moacir Omena para a eleição para a presidência da Associação. “Após a negativa de Omena, o nome de Anselmo surgiu com força para os críticos de João Barbosa. Assim, Anselmo não se tornou candidato apenas por suas qualidades, e sim por desistência de Omena, o que abriu o caminho para a candidatura de Anselmo”⁶⁶⁸. Este procurava radicalizar seus pronunciamentos no sentido de defesa peremptória dos interesses dos marujos.

A vitória do grupo mais politizado que ficava embarcado sobre o grupo da administração pioneira significou o avanço político da Associação. A *Tribuna do Mar*⁶⁶⁹, assim, publicou o resultado eleitoral que escolheu José Anselmo como novo presidente da Associação:

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais tem nova Diretoria. Novo presidente, José Anselmo dos Santos, sufragado com 236 votos. Os outros diretores: vice-presidente Marco Antônio Silva Lima, com 189 votos; presidente do Conselho Deliberativo, Antônio Duarte, com 116 votos. As eleições se realizaram no Sindicato dos Gráficos com bom comparecimento. Os antigos diretores apresentavam suas despedidas. Vários discursos foram proferidos pelos candidatos.

Durante a segunda administração ocorre a intensificação dos contatos com outros setores militares e civis em defesa da aprovação de reformas. A direção da entidade procurava ampliar o relacionamento com outras entidades, tendo por objetivo levar para o conhecimento de mais pessoas os problemas enfrentados pelos marinheiros e suas reivindicações. O relacionamento, aponta Capitani⁶⁷⁰, com as demais entidades civis, foi sendo ampliado:

Participamos da Frente de Mobilização Popular e estreitamos os laços com a Frente Parlamentar Nacionalista, duas articulações trabalhistas e progressistas nas quais tínhamos grande confiança e identidade política. Com o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista conseguimos um programa semanal de uma hora na Rádio Mayrink Veiga. Faziam parte do nosso movimento grupos socialistas, pró-soviéticos, pró-

⁶⁶⁸ COSTA, José Geraldo da. *Depoimento* [setembro/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

⁶⁶⁹ A TRIBUNA DO MAR. Ano I. n. 6. Maio de 1963. p. 1.

⁶⁷⁰ CAPITANI, Avelino Bioen. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

chineses, pró-cubanos. A posição predominante e seguida pela Associação, contudo, era de caráter nacionalista e democrático, muito influenciada por Brizola. A aproximação do Brizola era pelo nacionalismo e muito também pelo pessoal apoiar as nossas reivindicações. Quanto mais próximo ao golpe, mais se aproximavam os marinheiros de Brizola. Era um apoio mútuo. Participávamos das manifestações. Eles, da Frente Parlamentar Nacionalista, enviavam representantes às nossas reuniões.

A heterogeneidade ideológica dos grupos de marinheiros, apontada por Capitani, era marcante na Associação. O nacionalismo e o reconhecimento de Brizola como uma possível liderança política davam unidade às lutas dos marinheiros. O trabalhismo, o brizolismo e o reformismo social exerceram grande influência sobre os marinheiros. A política nacionalista era o ponto de principal unidade à luta. Duarte⁶⁷¹ aponta que no caso específico dos marinheiros, havia reuniões regulares com diversas entidades congêneres, como o Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Operários Navais e outras:

A diretoria, agora controlada pelo grupo dos navios (mais radical), composta pelo cabo Geraldo, primeira-classe Marcos Antônio, e o presidente marinheiro de primeira classe José Anselmo, mantinha contatos também com a Casa Civil da Presidência, cujo titular, Darcy Ribeiro, preocupava-se nitidamente com a possibilidade de um golpe.

A proximidade com lideranças trabalhistas era notável a partir da segunda administração da Associação. Os encontros, relata José Geraldo da Costa, ocorriam com muita frequência com integrantes da Frente Mobilização Popular. “Aconteciam muitos contatos, mas sempre nos bastidores. Não poderíamos publicamente receber os políticos em nossas reuniões para não ferir os princípios hierárquicos, mas tínhamos a consciência de que a luta por reformas de base era a nossa luta”⁶⁷².

As articulações com outras entidades representativas das Forças Armadas foi se tornando mais intensa. Capitani⁶⁷³ relata que:

Buscamos aproximação maior com outras entidades das Forças Armadas, como o Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, da Aeronáutica e dos Suboficiais e Sargentos da Marinha. Participamos ativamente na renovação do Clube Beneficente Sargento da Marinha, quando a chapa progressista encabeçada pelo sargento Melo ganhou as eleições. Conseguimos um bom entrosamento com a Associação dos Policiais de São Paulo. A corrente nacionalista de oficiais das Forças Armadas, forte naquele momento, olhava-nos com simpatia e nos deu apoio discreto.

A relação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil com os setores nacionalistas reformistas foi uma constante, especialmente após a ascensão da segunda

⁶⁷¹ DUARTE, A. *Op. cit.* p. 31.

⁶⁷² COSTA, José Geraldo da. *Depoimento* [setembro/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

⁶⁷³ CAPITANI, A. *Op. cit.* p. 38-39.

diretoria, em 1963. As articulações com outras entidades corporativas dos militares subalternos também intensificaram-se. Antônio Duarte⁶⁷⁴ aponta a influência do Movimento dos Sargentos e a radicalização do nacionalismo, com o Manifesto dos Sargentos como pontos importantes para organização da AMFNB e a luta dos marinheiros:

O subtenente paraquedista Jelcy Rodrigues Corrêa foi uma liderança dos subalternos que mais nos impressionou. Ele se constituía num dos elos mais fortes do poderoso Movimento dos Sargentos. Depois daquele discurso incendiário de Jelcy, em uma assembléia do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, a influência do movimento nacionalista e legalista aumentou no meio marinheiro. Na sede da Associação, reunimos a diretoria e ouvimos relatos do Marco Antônio, vice-presidente da Associação dos Marinheiros com o Movimento dos Sargentos.

A oficialidade da Marinha, porém, permaneceu alheia a qualquer entendimento com os seus subalternos, apesar das tentativas de entendimento por parte de integrantes da Associação: “Em uma reunião lancei a ideia de mandarmos rezar uma missa em memória dos marinheiros norte-americanos mortos por ocasião do acidente com o submarino Thresher. Para o comparecimento na missa convidamos o embaixador Gordon e o ministro da Marinha. Infelizmente ambos não foram, mas o barulho foi feito”⁶⁷⁵.

A irredutibilidade dos oficiais para um entendimento era crescente. O temor dos oficiais era do impacto que poderia ocasionar a organização dos subalternos das três Armas em um movimento bem articulado e com ramificações nos setores políticos. A tentativa de se desvincular das ações dos marinheiros era nítida por parte do almirantado.

A radicalização de parte a parte era crescente. Em agosto de 1963, o então ministro da Marinha Sílvio Motta declarava a ilegalidade da Associação, em ofício encaminhado para o Estado-Maior da Armada⁶⁷⁶:

No que tange às suas atividades, pelo simples exame dos documentos que constitui o anexo ‘D’ do presente expediente, considero-as atentatórias à disciplina militar, e no que concerne aos seus estatutos, julgo-os igualmente atentatórios à disciplina e, além disso, inconstitucionais. Atentatório à disciplina porque, analisando-se logo de início o título com o qual se apresenta a Associação em seu Estatuto: ORGÃO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS CLASSES, no entender dessa chefia, um órgão desta natureza não pode existir no seio de uma Força Armada, seja ela qual for.

Reprimir as articulações dos marinheiros era a tônica do Ofício. Percebe-se que a intenção de bloquear as ações dos marujos vinha desde o ministro da Marinha. O temor, por parte da oficialidade, era a organização dos subalternos da Marinha e suas relações com

⁶⁷⁴ DUARTE, A. *Op. cit.* p. 52.

⁶⁷⁵ COSTA, José Geraldo da. *Depoimento* [setembro/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

⁶⁷⁶ OFÍCIO. n. 4161. 30 de agosto de 1963. Ministro da Marinha dirigindo-se ao chefe do Estado-Maior da Armada. Arquivo do Ministério da Marinha.

setores civis reformistas. Como resposta, a postura da Associação é de maior aproximação com os grupos sociais que lutavam por reformas. O jornal *Panflete* também se manifestava sobre a causa dos marinheiros, cedendo amplos espaços em defesa da luta por melhorias nas condições de trabalho e de vida. Em editorial do *Panflete*⁶⁷⁷ apresentam-se as demandas dos marinheiros:

Marinheiro não pode casar. Marinheiro não pode votar. Marinheiro come picadinho com feijão e arroz, enquanto os almirantes se banqueteam. Salário de marinheiro é menor do que o de empregada doméstica. Marinheiro pega cadeia por qualquer ninharia e a sua cela é uma cova, sob o nível do mar, tenebrosa e úmida. A revolta de João Cândido, em 1910, acabou com o regime da chibata na Marinha de Guerra. Mas a opressão moral continua, defendida por regulamentos arcaicos, sobretudo pelo Regulamento Disciplinar da Marinha, que data de 1930 e dá margem às mais absurdas arbitrariedades no tratamento das praças, marinheiros e fuzileiros navais.

O editorial prossegue com o acirramento das críticas à postura do ministro da Marinha. *Panflete*⁶⁷⁸ denuncia as punições contra os participantes da Associação:

Embora o ministro Sílvio Motta tenha afirmado, em nota oficial de 3 de fevereiro, que a Associação não sofre nenhuma perseguição, seis de seus membros foram presos e 16 foram processados pelo simples fato de a representarem em assembleias e reuniões rotineiras de outras associações, enquanto continuam sem resposta os ofícios enviados à Administração Naval, pedindo o reconhecimento da entidade, cujos diretores não conseguem audiência para expor a verdadeira situação.

A contestação dos regulamentos militares, ponto em comum com os subalternos de outras Armas, é lembrada por Antônio Duarte⁶⁷⁹:

Antes de mais nada queremos crer que é indispensável modificar este velho ponto de vista do ‘militar disciplinado’ e alheio aos problemas de sua pátria, porque os problemas de sua pátria são os problemas de seus pais e irmãos. Precisamos modificar as condições de servilismo. Precisamos modificar as condições nas casernas, a alimentação, o conforto inerente aos povos civilizados em condições mais humanizantes. O militar tem que estar atento a todos estes problemas, do contrário ficará relegado a simples objeto de opressão de seu povo, do contrário o militar continuará sempre tendo suas ações limitadas por esse pensamento belicista e retrógrado. Devemos ou não lutar contra essa dominação de nossa consciência?

A tentativa de enquadramento dos marinheiros por parte do almirantado era nítida. A Associação era o alvo de ataques do ministro Sílvio Motta. Em nota publicada no *Diário de Notícias*⁶⁸⁰, o Ministério da Marinha declara que:

⁶⁷⁷ PANFLETO. n. 3. 2 de março de 1964. p. 10.

⁶⁷⁸ *Idem*.

⁶⁷⁹ A TRIBUNA DO MAR. Ano II. Janeiro e fevereiro de 1964. n. 12. p.2.

⁶⁸⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 4 de fevereiro de 1964. p. 3.

Elementos interessados em promover agitação no país estavam explorando manifesto de um grupo de integrantes da diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros da Marinha, que fora julgada subversiva, e, em consequência, as autoridades navais determinaram a abertura de um Inquérito Policial Militar para apurar responsabilidades.

A lógica da repressão, em nome da manutenção da hierarquia militar, continua nas declarações do ministro. As pressões sobre a mobilização dos marinheiros, iniciadas desde a sua fundação, foram intensificadas com a administração de Anselmo e pela rebelião⁶⁸¹ dos sargentos do dia 12 de setembro de 1963, em Brasília, assim como pelo Comício do dia 13 de março⁶⁸². Os ataques eram das duas partes, pois as respostas vinham rapidamente.

Maia Neto⁶⁸³, em sua coluna semanal, criticava o posicionamento do ministro da Marinha:

Lendo a nota do ministro da Marinha, sou levado a concordar, em gênero e número, com o espírito que a ditou - e que pretende fazer da disciplina a alma das organizações militares. Mas a discordar de seu enunciado, por me parecer que à luz dos fatos e à luz da própria história, próxima e remota, o eminente almirante está oferecendo uma interpretação por demais restrita do conceito de disciplina. Ao tempo de João Cândido os regulamentos prescreviam os castigos corporais e os marinheiros eram submetidos ao vexame do chicote. Mas a história consagrou, com heróis, por se terem batido pela dignidade humana, os humildes rebeldes da Revolta da Chibata, e não os galardoados espancadores, que pretendiam reduzi-los à condição de bestas, em nome da disciplina.

Maia Neto faz uma contundente crítica à postura do ministro, que alegava estar em defesa da disciplina. Esta, porém, não deveria, segundo o pronunciamento de Neto e da maioria dos marinheiros da Associação, estar a serviço de injustiças como as perpetradas contra João Cândido, por exemplo. Seguem as contestações de Maia Neto⁶⁸⁴:

Pela nota do ministro depreende-se que ele aceita, como a Constituição lhe obriga, o direito de associação. Recusa-se a considerar como objetivos destas associações, outros que não os beneficentes, sociais ou culturais. A reação que atinge a associação dos marinheiros se gera na sua pretensão de nutrir opiniões políticas – já que essencialmente políticos são os problemas que afligem a nação. Isto está certo? Creio

⁶⁸¹ A tentativa fracassada dos sargentos repercutiu intensamente e agitou tudo. O Alto Comando da Marinha sabia que a Associação estava envolvida nos acontecimentos, e não apenas a subseção de Brasília. [...] Os fatos demonstraram o quanto a marujada estava coesa e predisposta a agir em nome da Associação. Na verdade, o comando do quartel ficou no vazio, sem saber o que estava acontecendo ao seu redor. Isso só foi possível porque já havia discutido muitas vezes com meus companheiros de confiança um plano para eventualidade como essa. A partir desse momento, as pressões e perseguições contra a Associação, que eram apenas internas, passaram a ser públicas. CAPITANI, A. *Op. cit.* p. 51-52.

⁶⁸² Apesar do estado de prontidão dentro dos quartéis, a Associação dos Marinheiros remeteu discretamente participantes marinheiros, que não se apresentavam com uniforme, misturando-se, em trajes civis, com a grande massa presente ao “comício das reformas”. Após esse dia, os “gorilas”, alcunha que se dava aos generais golpistas, na época, decidiram deflagrar o golpe, o mais depressa possível. Foi o que confessaram após a vitória. Nos navios da esquadra, a situação se radicalizava. DUARTE, A. *Op. cit.* p. 37.

⁶⁸³ PANFLETO. n. 1. 17 de fevereiro de 1964. p. 8.

⁶⁸⁴ PANFLETO. n. 1. 17 de fevereiro de 1964. p. 8.

que não. Poderia aceitar a neutralização política dos marinheiros se isto correspondesse a uma real neutralização política dos oficiais.

Se os oficiais possuíam a legitimidade para participar das discussões políticas, os subalternos da Associação buscavam a igualdade nesse aspecto, ou, ao menos, exporem suas demandas publicamente. A alegada ausência de discussões políticas como um pilar fundamental das Forças Armadas parecia ser um argumento inócuo, posto que os oficiais discutiam permanentemente e expunham suas posições antinacionalistas (e contrárias às reformas, em nome da hierarquia) de uma forma aberta e permanente em jornais e demais canais de comunicação para o restante da sociedade, e nem por isso verificou-se alguma repreensão em relação às suas posturas. Como exemplo, Maia Neto⁶⁸⁵ lembra:

Quando comandante em chefe da Esquadra, Pena Boto, fazia política de dentro dos couraçados, Cordeiro de Farias marcou sua vida com atitudes e posições políticas, contribuindo até para a queda do regime. E, coletivamente, os nossos altos escalões das Forças Armadas tomaram uma atitude eminentemente política em 37, que nos conduziu a um regime ditatorial, que eles próprios, em outra atitude política, repudiaram em 45. Não! Não estou fazendo a apologia da indisciplina, embora me pareça absurdo pretender-se que o militar, só por vestir farda, abdique de sua condição – se, fardado ou não, sobre sua mesa e sobre seu lar se abatem as mesmas dificuldades que dão consciência política ao civil. Quero apenas que um só critério, humano e compreensivo, aproveite aos oficiais e aos praças. Aragarças e Jacareacanga, rebeliões de oficiais, foram prontamente anistiados, Brasília, revolta de sargentos, não alcança perdão. O Clube Militar, o Clube Naval, o Clube da Aeronáutica de oficiais têm histórica participação na vida política nacional. A associação dos marinheiros é condenada por um simples e inócuo pronunciamento.

Se ocorriam excessos por parte da Associação, existiram, como nos casos de Aragarças e Jacareacanga, outros exemplos de indisciplina (e golpismo às instituições democráticas, nos casos referidos) sem a devida punição, pois os oficiais que participaram desses episódios foram anistiados. Devido a isso, o radicalismo da Associação ganha fôlego.

O extremismo crescia, e tanto o engajamento quanto o radicalismo não eram frutos somente das questões internas à caserna, segundo Pedro Viegas⁶⁸⁶, marinheiro e jornalista:

A fonte de tudo estava na agitação crescente do movimento de massa dos trabalhadores da cidade, do campo e do movimento estudantil, clamando por amplas e profundas reformas que deixavam de ser específicas de uma ou outra categoria profissional para ser da maioria da sociedade. E, por ser assim, aos poucos essas reivindicações iam perdendo a roupagem de reformas para vestirem a das transformações. Daí o desespero do reacionarismo militar e civil mais empedernido. O desfecho de tudo isso iria consumir-se na comemoração do segundo aniversário da AMFNB, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, no dia 25 de março.

⁶⁸⁵ *Idem.*

⁶⁸⁶ VIEGAS, Pedro. *Trajétoria rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 49.

As demandas dos marinheiros ganhavam a solidariedade de outros setores sociais que empreendiam a luta por reformas. Estas já começavam a adquirir um viés de transformação social por parte de muitos setores nacionalistas e reformistas.

A Associação dos Marinheiros, criada no dia 25 de março, comemorou o seu segundo aniversário de fundação com uma visita, que acabou sendo proibida pela cúpula da Marinha, à Petrobrás, cujo presidente era o marechal Osmino Alves. Após saberem da prisão de seus companheiros, milhares de marinheiros colocaram-se em reunião permanente no Sindicato dos Metalúrgicos. “Já ao entardecer, começaram a chegar praças fardados de todas as Forças Armadas. Muito antes de começar, o sindicato já estava lotado com 7 mil pessoas, 4 mil marujos e 3 mil das demais Forças Armadas”⁶⁸⁷.

O início da reunião foi às 21 horas. Uma hora depois, o ministro da Marinha, Sílvio Motta, mandou prender os 40 marinheiros que a haviam organizado. “Perto da meia-noite, essa notícia chega ao Sindicato dos Metalúrgicos, local da reunião, e os marinheiros se declaram em sessão permanente, de onde saíam na manhã seguinte em passeata até ao Ministério da Marinha, considerando-se presos também. O ministro determina providências para a prisão imediata dos líderes do movimento”⁶⁸⁸.

Durante a noite do dia 25, os discursos se sucediam, um após outro, intercalados pelo hino nacional. Dante Pelaccani⁶⁸⁹, vice-presidente do CGT, presente também na reunião, afirmou que a luta, àquela altura, não mais pertencia aos marujos, mas a todo o povo, inclusive porque “Exército também é povo” e que os gorilas não terão coragem para invadir essa assembléia. Civis integrantes de sindicatos solidários ao movimento dos marinheiros, isso servia como justificativa para o aumento da repressão à Associação.

Na mesma noite, no intervalo entre dois oradores, o cabo Anselmo pediu para que o grumete José Moacir Xavier da Silva, expulso da Marinha no ano anterior pelo fato de pronunciar-se politicamente, mostrasse aos presentes as marcas que tem nos braços, em consequência dos golpes de açoite com que foi castigado por ordem de oficiais da Guarnição de Pernambuco. Os excessos na repressão e castigos aos marujos serviam como bandeira de luta por reformas para os marinheiros.

⁶⁸⁷ CAPITANI, A. *Op. cit.* p. 47.

⁶⁸⁸ O CRUZEIRO. N. 28. 18 de abril de 1964. P. 125-126.

⁶⁸⁹ PANFLETO. n. 7. 30 de março de 1964. p. 4.

A reação não demora a acontecer. Primeiro, afirma Duarte⁶⁹⁰, os almirantes lançaram um Manifesto de Tomada de Posição Política e Ideológica; depois, tentaram sufocar a manifestação política dos marinheiros, chamando-a de “revolta” e despachando para o local, na Rua Ana Néri, sede do Sindicato dos Metalúrgicos, um pelotão de fuzileiros com objetivo de prender os marinheiros supostamente rebelados.

Na manhã do dia 26 a Marinha recebe ordem de prontidão, devendo todo o seu pessoal apresentar-se. Às 7 horas, parte uma tropa reforçada do Quartel de Fuzileiros, com o objetivo de prender os que ainda se achavam no Sindicato dos Metalúrgicos. “Às 7h30min, a tropa chega ao local. O almirante Aragão parlamenta com os dirigentes da Associação. Retira-se. Os marinheiros, cercados, hasteiam a bandeira nacional, cantam o hino nacional e conclamam os fuzileiros a aderir. Às 8h20min, há a adesão, com a entrega das armas aos oficiais. Os que se encontravam dentro do prédio do Sindicato deliram com a atitude”⁶⁹¹.

Para Duarte⁶⁹², com a adesão de uma dezena de fuzileiros sob a iniciativa do soldado Paulo Novaes Coutinho, que compunha a força de uma companhia de fuzileiros navais que lá foi com intuito de prender os “revoltosos”, a situação se agravou. “Às 8h25min, o almirantado hipoteca solidariedade ao ministro Sílvio Motta e exige a punição dos rebeldes, inclusive do almirante Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. O ministro determina sua prisão, mas o almirante deixa o quartel à paisana, em seu automóvel particular, tomando rumo ignorado”⁶⁹³.

Pouco depois se inicia o deslocamento de tanques do Regimento de Reconhecimento Mecanizado, rumo ao Sindicato. “Às 9h10min, o almirante Luís Felipe Sinay, nomeado comandante dos fuzileiros, chega ao local. Determina que os fuzileiros ainda de guarda ao prédio se retirem. Só as tropas do Exército permanecem no local”⁶⁹⁴. Durante os acontecimentos os marinheiros elaboraram um manifesto, publicado por *Panflete*⁶⁹⁵, com o seguinte teor:

Acabamos de obter a maior das vitórias: os nossos companheiros, os bravos Fuzileiros Navais, depuseram as armas à porta da entrada do Sindicato dos Metalúrgicos, onde se mantinham em guarda, em represália à grande concentração de militares da Marinha, contra as perseguições, discriminações e injustiças levadas a efeito na Marinha. Estamos sitiados, quando somos pacíficos. Trazem armas para combater palavras. Agora, chegam os nossos companheiros do Exército vivamente aplaudidos pelos marinheiros e fuzileiros navais. Cantamos o Hino Nacional. Nossos direitos sonogados

⁶⁹⁰ DUARTE, A. *Op. cit.* p. 43.

⁶⁹¹ O CRUZEIRO. N. 28. 18 de abril de 1964. P. 125-126.

⁶⁹² DUARTE, A. *Op. cit.* p. 43.

⁶⁹³ O CRUZEIRO. N. 28. 18 de abril de 1964. P. 125-126.

⁶⁹⁴ *Idem.*

⁶⁹⁵ PANFLETO. n. 7. 30 de março de 1964. p. 4.

serão reconhecidos pelos brasileiros de todos os rincões da nossa pátria. Já recebemos solidariedade dos militares de Natal, São Paulo, Salvador, Rio Grande do Sul, e temos certeza que venceremos. Esta é uma epopéia que culminará com a reforma dos nossos regulamentos arcaicos, dando-nos liberdade de agir ao lado, e não contra o povo brasileiro.

A solidariedade dos subalternos militares para com a mobilização dos marinheiros é lembrada pelo manifesto. As supostas injustiças e perseguições davam legitimidade às manifestações dos marujos e transformavam-se em bandeira de luta e constituinte de uma identidade política nacionalista e reformista. Continua o manifesto⁶⁹⁶:

Mas entendemos muito mais profundamente esses acontecimentos. Sabemos que as forças nacionalistas se unirão para a concretização das reformas que o Brasil necessita com urgência. Estamos, nós militares, lutando ao lado do povo, dos seus filhos, dos seus pais, irmãs, esposas e filhas, lutando pelos direitos mais primários e pelas liberdades mais fundamentais, até hoje sonegadas: não temos direito de casar e por isso, bem como pelo pouco que recebemos, muitos vão parar nos bordéis, onde encontram vícios infames. Procedentes de famílias humildes, não temos condições nem de ajudar nossos pais, nem podemos passar férias entre os nossos entes queridos. Mas é por isso tudo que lutamos. É pela concretização das reformas na Marinha que nos encontramos sitiados. O nosso ato, unindo-nos aos trabalhadores na data de aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, tem profunda importância para a política nacional e para os destinos de nossa pátria. Devemos continuar em nossa trincheira de luta com o pensamento único de que aqui estamos para deixar a pátria livre ou morrer pelo Brasil.

A origem humilde, lembrada no manifesto, era o que procurava dar unidade à luta de todos os setores imbuídos por reformas. O povo deveria ser o protagonista e o principal beneficiado por essas reformas. Os marinheiros constituindo sua identidade política como integrante do povo estariam imersos nesse grupo social e solidários com as lutas por mudanças sociais.

O manifesto, segundo Porfírio Costa⁶⁹⁷, foi escrito por mais pessoas que não propriamente José Anselmo. O texto foi construído por Marco Antônio, um dos dirigentes da Associação, e Marighella. Este cedia seu escritório como refúgio, em muitos momentos, para Anselmo.

No dia 26 as tropas do Exército e tanques sitiaram o local, mas o sítio foi posteriormente levantado sem que os insubordinados concordassem em se entregar. Enquanto isso se anunciava a renúncia do ministro Sílvio Mota e do contra-almirante Cândido Aragão, comandante dos Fuzileiros, “este por haver fracassado na missão de dominar os insurretos.

⁶⁹⁶ PANFLETO. n. 7. 30 de março de 1964. p. 4.

⁶⁹⁷ COSTA, Raimundo Porfírio. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

Seu substituto, comandante Luiz Felipe Denair, também não teve êxito, pois os rebeldes negaram-se a atender a ordem para sair do edifício⁶⁹⁸.

A crise começa a arrefecer a partir da chegada de Goulart ao Palácio das Laranjeiras, vindo de Brasília, no dia 27, sexta-feira. A tensão permanece, no entendimento de *Panfleto*⁶⁹⁹, com sérias consequências dentro do Ministério da Marinha:

De concreto revelou-se a morte de um marinheiro de primeira classe, ainda não identificado, no pátio do Ministério da Marinha, e os ferimentos, também produzidos por rajadas de metralhadoras, do cabo Gonzaga da Silva, do fuzileiro Oziel Costa e do marinheiro José Adeildo. O crime foi cometido quando um numeroso grupo de marujos que se dirigia ao Sindicato dos Metalúrgicos foi surpreendido por rajadas de metralhadoras que partiram do Ministério do Exército.

Naquele momento surgiu uma infinidade de mediadores, desde dirigentes sindicais ligados ao CGT, ao representante Darcy Ribeiro, da Casa Civil. “A questão que se colocava para nós, os marinheiros sitiados, era muito crítica. O único apoio de que dispúnhamos era a adesão da população, principalmente dos moradores das adjacências do prédio⁷⁰⁰. O isolamento dos marinheiros era nítido. O acordo e intervenção do presidente da República deveriam ser imediatos.

Chega-se a um acordo com a ação efetiva de Goulart. A solução encontrada, segundo *O Cruzeiro*⁷⁰¹, aponta para a libertação dos marinheiros e a demissão de Sílvio Motta:

Ao meio-dia, caminhões da Polícia do Exército transportam os rebeldes do Sindicato dos Metalúrgicos para o Batalhão de Guardas. Mas o deputado Hércules Correia e os Srs. Dante Pelacconi e Osvaldo Pacheco protestam, dizendo que os marinheiros estavam sendo tratados como prisioneiros, e o transporte é suspenso. Somente às 15 horas, recomeça. Nesse mesmo tempo, há uma reunião, no Palácio das Laranjeiras, entre o presidente da República e o novo ministro da Marinha, almirante Paulo Mário da Cunha. Ao fim da tarde, marinheiros, em grupos de 200, vão até a Candelária rezar. O presidente Goulart, às 21 horas, embarca no Galeão, rumo a Brasília.

O ministro substituto de Motta, Paulo Mário, procura amenizar e acalmar os ânimos exaltados de ambas as partes envolvidas. Ao mesmo tempo, Paulo Mário⁷⁰² ressalta sua posição nacionalista, reformista e favorável aos subalternos:

Enquanto uns querem que o Brasil permaneça como está, outros querem as reformas, o nacionalismo, a libertação econômica. E eu estou no segundo grupo, pois quero tudo isto. Se são esquerdistas os que desejam nossa libertação econômica, então eu sou de esquerda, podem chamar-me de esquerdistas. Não é possível que num país onde as

⁶⁹⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 27 de março de 1964. p. 1.

⁶⁹⁹ PANFLETO. n. 7. 30 de março de 1964. p. 4.

⁷⁰⁰ DUARTE, A. *Op. cit.* p. 44.

⁷⁰¹ O CRUZEIRO. N. 28. 18 de abril de 1964. P. 125-126.

⁷⁰² ÚLTIMA HORA. 26 de março de 1964. p. 4.

massas já começam a atingir tão alto grau de politização e milhões de novos eleitores vão sendo agregados ao contingente eleitoral, os marinheiros, só por essa condição, fiquem eternamente como ‘limpa-ferrugem’, sem direito a se instruir. Acho que os marinheiros e fuzileiros devem ter o direito de voto, devem ter o direito a uma vida mais digna, devem, enfim, ter o direito de progredir.

Paulo Mário, portanto, colocou-se ao lado da luta por reformas e da causa dos marinheiros o que aumentou os temores da oficialidade antireformista que se mobilizou. A crise continuou no sábado, 28. “O Clube Naval se reuniu e lançou um manifesto de protesto contra a libertação dos marinheiros e pelo restabelecimento da disciplina hierárquica, que consideravam ferida fundamentalmente. Exigiam os almirantes, mais uma vez, a punição que o governo havia relevado”⁷⁰³.

Todavia, no entendimento do então ministro Paulo Mário⁷⁰⁴:

Alguns almirantes reunidos em meu gabinete não gostaram da medida e queriam a punição dos praças de qualquer maneira. Respondi-lhes com as mesmas palavras com que expliquei a situação aos jornalistas, isto é, a proposta de anistia partiu de mim. Com a anistia, pretendo apaziguar os ânimos. Respeito e disciplina serão mantidos na Marinha. Já recebi a solidariedade dos almirantes que comandam os distritos navais da Bahia e Paraíba. A Marinha está em paz em todo o Brasil.

Os resultados da crise da Marinha, no entendimento do *Panfleto*⁷⁰⁵, através de uma solução pacífica e com a nomeação dos almirantes Paulo Mário para o cargo de ministro, Pedro Paulo Suzano para a Chefia do Estado Maior (com o almirante Bayard de Maria Boiteux na sub-chefia), a recondução do almirante Aragão e do contra-almirante Washington Frazão ao comando do Fuzileiros Navais – traduz a vitória parcial alcançada pelas forças reformistas num dos acontecimentos de maior importância histórica no processo brasileiro. Contudo, o pronunciamento de Paulo Mário era de apoio ao público externo e críticas às mobilizações dos marujos.

Antônio Duarte⁷⁰⁶ relata o encontro de marinheiros com o ministro Paulo Mário. Este condenou veementemente a ação dos marinheiros, afirmando que os mesmos eram indisciplinados. Ao mesmo tempo afirmou que acataria as determinações de Goulart por ser ele comandante-em-chefe das Forças Armadas. Completando as determinações, indicou que os marinheiros não deveriam retornar a bordo, estando temporariamente licenciados todos os marujos. Duarte⁷⁰⁷ aponta que:

⁷⁰³ O CRUZEIRO. n. 28. 18 de abril de 1964. P. 125-126.

⁷⁰⁴ ÚLTIMA HORA. 26 de março de 1964. p. 4.

⁷⁰⁵ PANFLETO. n. 7. 30 de março de 1964. p. 4.

⁷⁰⁶ DUARTE, A. *Op. cit.* p. 45.

⁷⁰⁷ *Idem.*

Sáímos do ministério sem saber quem eram os comandantes legais. Ele não aceitou o diálogo conosco. Apenas transmitiu ordens e admoestações. [...] depois do encontro com o ministro fomos informados que havia sido nomeado para a chefia da Esquadra o contra-almirante Norton de Maria Boiteux, oficial considerado progressista e nacionalista. Sobre o comando de outras unidades, nada se sabia. As cabeças começavam a ser decapitadas. A situação agravou-se mais com o desmanche da diretoria dos marinheiros.

Com a crise militar aparentemente resolvida, as forças golpistas ganharam monta e passaram a agir cirurgicamente no sentido de afastar de pontos estratégicos as lideranças legalistas na Marinha. A desarticulação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil foi a primeira ação efetiva de combate à possível resistência ao golpe.

Nesse subcapítulo objetivou-se a análise da atuação dos marinheiros na conjuntura imediatamente anterior ao golpe civil-militar de março de 1964. A partir da criação de sua Associação, em 1962, os subalternos da Marinha iniciaram sua luta por direitos e por melhores condições dentro das embarcações. A radicalização da atuação dos marinheiros ocorre com a ascensão da segunda diretoria. A ação e discurso dos marinheiros acirram-se redundando na Revolta dos Marinheiros que foi reprimida pela oficialidade antinacionalista e contrária às reformas.

5.2 A atuação de Leonel Brizola e dos subalternos militares visando à defesa do regime democrático frente ao golpe civil-militar

Radicalização por parte das esquerdas nacionalistas. Este era o fenômeno que ocorreu no início de março de 1964. A ideia de reforma via Congresso Nacional foi colocada de lado, e a estratégia passa a ser o conflito contra as forças golpistas.

O presente subcapítulo procura analisar as ações dos subalternos das Forças Armadas e sua luta pela aprovação das reformas de base, em consonância com Brizola, e a tentativa de resistência frente ao golpe civil-militar. A articulação pela resistência a um possível golpe consolida a aproximação entre setores subalternos militares com as esquerdas nacionalistas do período.

Em fins de 1963, Brizola inicia a conclamação pela resistência às ações golpistas. “A criação de grupos de onze companheiros era eminentemente para defender a legalidade, ou

seja, combater os golpistas. Mas, além disso, servia também para pressionar o Jango a aprovar as reformas⁷⁰⁸. No mês de dezembro, Brizola⁷⁰⁹ lança o *Caminho Novo*⁷¹⁰ para as esquerdas:

Declarando que o povo brasileiro precisa se organizar para defender as suas liberdades democráticas, lutar pelas suas reformas de base e combater a espoliação estrangeira no país, o deputado Leonel Brizola fez, sábado, o seu pronunciamento, onde afirma que ‘necessitamos de uma ação organizada, à maneira que foi iniciada durante a crise de 1961, no Rio Grande do Sul, para resistirmos contra qualquer tentativa de golpe’ [...] Afirmado que, atualmente, no cenário político brasileiro não existe mais lugar para uma ação isolada dentro da luta pela soberania do país e pelas reformas de base, frisou que os brasileiros devem se unir em pequenas unidades, formadas por 11 elementos, pois ‘essa composição deve ser feita à maneira de uma equipe de futebol, porque a nossa maior experiência de ação coordenada foi aprendida através do futebol, muito difundido entre o povo. [...] Ninguém pode nos dizer que os nossos comandos estão constituídos para a violência, mas se os adversários desejarem a luta, responderemos com luta’.

A defesa do regime democrático, contra uma nítida ação conspiratória empreendida por muito setores civis e militares, era o que poderia dar unidade para os grupos de 11. No início de 1964, com essa conclamação, procura publicamente organizar esses grupos tendo por objetivo a defesa da legalidade democrática e a pressão para o Congresso Nacional aprovar as reformas.

Nos primeiros meses de 1964, segundo Reis Filho⁷¹¹, configurava-se uma clara ofensiva política reformista-revolucionária de movimentos mais radicalizados. Crescia a descrença na possibilidade de que as reformas pudessem ser conquistadas nas margens legais. Brizola falava num inevitável “desfecho”. No congresso de fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), apareceu e foi ovacionada a palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra”.

O viés da luta extraparlamentar de Brizola, já verificado em início de 1963, conforme pronunciamentos analisados em capítulos anteriores, acirra-se no início de 1964 e influencia as ações das esquerdas nacionalistas. “Estavam longe as esquerdas de então, em particular os setores mais radicais, da plataforma de resistência de agosto de 1961. A posição defensiva, de defesa da legalidade, metamorfoseara-se em posição ofensiva, e, se fosse o caso, contra a

⁷⁰⁸ SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Depoimento* [outubro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁷⁰⁹ ÚLTIMA HORA. 2 de dezembro de 1963. p. 4

⁷¹⁰ Título da reportagem de *Última Hora* do dia 31 de janeiro de 1964. p. 5. Para um melhor entendimento sobre as organizações dos “grupos de onze”, ver: SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS (1947-1968)*. Universidade de Passo Fundo, 2003.

⁷¹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 36.

lei”⁷¹². A pressão intensifica-se com muitos setores mais radicalizados defendendo, se preciso for, a ruptura constitucional. Outros setores, também integrantes da Frente de Mobilização Popular, contudo, defendiam a revisão e convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte, com a participação de muitos grupos sociais, para a elaboração de uma nova Constituição que abarcasse as demandas dos, entre outros setores, subalternos militares. A defesa da consolidação de uma Constituição, portanto, não iria ferir os princípios democráticos.

Brizola, na liderança da Frente de Mobilização Popular (FMP), opta pela estratégia do confronto e luta extraparlamentar, pregando a formação de grupos de onze companheiros ou comandos nacionalistas⁷¹³. A eleição consagradora de Brizola e a formação dos grupos dos onze em apoio às ideias nacionalistas e reformistas tiveram um significativo impacto aos subalternos militares. José Maria dos Santos⁷¹⁴ afirma:

Com a eleição do Brizola, a situação se modificou. Brizola passou a ser uma liderança. A ideia de formar o grupo dos onze, aquilo serviu como um rastilho. Deu aquela ideia e foi muito bem organizado. Mas não tinha objetivo de sublevação. Era, sim, um movimento de resistência a um possível golpe. Era a defesa do mandato de Jango, a essência da luta. Respalda Jango para dar condições de aprovação das reformas.

A resistência ao golpismo empreendido por setores conservadores, já mencionados em capítulos anteriores, era a principal bandeira desses grupos de onze, sob a égide de Brizola. Utilizando a rádio Mayrink Veiga⁷¹⁵, no Rio de Janeiro, Brizola atingia um número cada vez maior de apoiadores: “A 15 de novembro de 1963, Brizola faz um pronunciamento claro. A 22 do mesmo mês, desencadeou ampla campanha pela formação dos Grupos de 11. A 29 de novembro começou a ser impressa e distribuída a publicação ‘Organização dos Grupos de

⁷¹² *Idem*.

⁷¹³ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: _____; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 556.

⁷¹⁴ SANTOS, José Maria dos. *Depoimento* [novembro/1999]. Entrevistadores: J. Ferreira e A. Gomes. Rio de Janeiro: UFF, 1999. Seis cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense.

⁷¹⁵ A Rádio Mayrink Veiga funcionava como a principal tribuna para as ideias nacionalistas. Atingia basicamente a região dos Estados da Guanabara e São Paulo. Após o golpe civil-militar, teve seu funcionamento impedido por decreto presidencial, cassando sua concessão. Na Justiça Militar, deu entrada na Procuradoria Geral da Justiça Militar o IPM instaurado pelo DOPS do Estado da Guanabara, para apurar atividades subversivas na Rádio Mayrink Veiga. O governo Castelo Branco revogou especificamente os decretos nº 1285 de 1936 e 37769 de 1955. O primeiro deles deu permissão para o funcionamento da emissora, enquanto o outro lhe assegurou maior raio de ação. O Jornal. Rio de Janeiro. 6 de agosto de 1965.

Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas”⁷¹⁶. Em editorial no *Panfleto*⁷¹⁷, Brizola indicava que:

A organização de nosso povo, eis a tarefa imprescindível nesse momento. Povo desunido, povo desorganizado é povo submetido, sem condições de defender seus interesses e de realizar seu próprio destino. Se conseguirmos estruturar uma organização razoável, estarão criadas as condições para que o nosso povo venha assumir uma posição não apenas de defesa de suas liberdades, mas também, para caminhar por si mesmo, em busca de sua própria libertação.

O povo organizado era a principal bandeira de Brizola no sentido de organizações de diversos setores sociais, sob a liderança dele, para pressionar as instituições para a aprovação das reformas e buscar a sua autonomia social e econômica. Assim, a radicalização empreendida era crescente.

As organizações da esquerda nacionalista promoviam a constante mobilização em torno do ideário reformista. Os comícios, reuniões e pronunciamentos eram as estratégias fundamentais. Os sargentos e subalternos militares de todas as Armas participavam dessas mobilizações. Amadeu Felipe Ferreira⁷¹⁸ declara:

Nós saíamos fardados dos quartéis para as reuniões políticas. Aí, diziam que era provocação, mas não era. A sargentada estava construindo uma identidade ideológica com a população. Não tinha mais alternativa. No Rio Grande do Sul haviam ocorrido os primeiros movimentos dos trabalhadores sem terra e tentaram usar o Exército para desalojar o pessoal. Não puderam usar mais. Os sargentos já tinham o propósito de chegar ao lugar e não tirar o pessoal.

Solidariedade com outros movimentos sociais era constante por parte dos militares subalternos, no caso os sargentos no Rio Grande do Sul. Carlos Alberto Telles Frank, então cabo do Exército, comenta que existia uma “mobilização muito forte dos sem-terra, especialmente no Rio Grande do Sul. Procurava ajudar os acampamentos e mobilizava mais pessoas. Isso já ocorria durante o governo Brizola. Nesse sentido, foi lamentável a atitude do Fernando Ferrari em dividir o PTB, com a criação do MTR, e impedir a continuidade de um projeto popular e progressista característico do governo Brizola”⁷¹⁹. O governo Brizola era visto, por esses militares nacionalistas reformistas, como um exemplo de administração voltada para políticas públicas que atendessem os setores populares.

Ainda no fim de 1963, Amadeu conta que os sargentos foram a Petrópolis, na residência de verão do presidente, para falar com João Goulart sobre o ambiente golpista, mas não foram

⁷¹⁶ O CRUZEIRO. 8 de agosto de 1964. p. 7.

⁷¹⁷ *Ibid.* p. 15.

⁷¹⁸ FERREIRA, A. *Op. cit.* 2007. p. 80.

⁷¹⁹ FRANK, Carlos Alberto Telles. *Depoimento* [setembro/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Tapes: [s.l.], 2009.

recebidos. Conversaram com o ajudante-de-ordens, Eduardo Chuahy, e com o general Assis Brasil, da Casa Militar. Mandaram recados, mas havia sempre uma resposta que os assustava, que era a existência de um suposto dispositivo militar que asseguraria o mandato de Goulart frente a qualquer ameaça de golpe. Amadeu Ferreira⁷²⁰ lembra que fazia objeções à ideia da existência desse dispositivo militar:

Não existe nada de esquema militar. Se houvesse algum esquema militar, os primeiros que vocês iriam precisar seríamos nós e vocês nunca falaram nada. E vocês sabem que a gente topa a parada. E ficou naquilo. A radicalização foi muito forte no meio dos sargentos e dos marinheiros. Com o negócio do levante nós ficamos meio isolados, e o pessoal do Clube dos Subtenentes e Sargentos, do Rio, que era ligado ao Jango, crescia em representação nesse momento. Era uma representação falsa, porque não tinha personalidade política. Eles só faziam aquela encenação de poder.

A percepção de que o suposto esquema ou dispositivo militar em defesa de Goulart já era percebida por muitos militares como um argumento de defesa não consolidado, pois não havia uma liderança nas hostes militares que pudesse sustentar essas articulações. Mesmo diante da incerteza se existiria um esquema militar seguro para a defesa do mandato de Goulart, os sargentos participavam das manifestações em prol das reformas. O mês de março de 1964 foi prolífico em reuniões e comícios. Em Porto Alegre organizou-se um comício numeroso no início do mês. A organização para o comício era assim retratada por *Última Hora*: “na reunião de ontem, os líderes populares aprovaram voto de reconhecimento e louvor aos sargentos, os quais estarão garantindo a segurança do comício, confundidos, à paisana, com os populares presentes à concentração”⁷²¹. Os sargentos fariam a segurança do comício, participando ativamente da manifestação.

A radicalização prossegue com diversos pronunciamento das principais lideranças da FMP. Brizola, em editorial do *Panfletos*, faz críticas ao que ele chama de “política de conciliação” supostamente aplicada por Goulart. Brizola⁷²² afirma a necessidade de mobilização permanente para assegurar a legitimidade do governo e ao mesmo tempo pressioná-lo:

No plebiscito, dez milhões de brasileiros, ofereceram impressionante demonstração de coesão, num pleito que a corrupção do poder econômico e a opressão das oligarquias não puderam desvirtuar nem viciar os resultados. A consulta plebiscitária de janeiro de 1963 foi, decididamente, um pleito livre onde o povo brasileiro manifestou sua vontade na plenitude de sua consciência cívica e de suas convicções. Pelo que se pregou e disse ao povo, no decurso da campanha para o plebiscito – volta ao

⁷²⁰ FERREIRA, A. *Op. cit.* 2007. p. 80.

⁷²¹ ÚLTIMA HORA. 10 de março de 1964. p.13.

⁷²² PANFLETO. n. 4. 9 de março de 1964. p. 2-3.

presidencialismo, com Jango e para as reformas – é fácil concluir que aquela aplastante manifestação popular teve o sentido de um repúdio à política de acomodação, de vacilações, de indefinições, vigorante no período do parlamentarismo. Ainda estarão as forças populares, como vanguardas do povo brasileiro, mais fortes e mais unidas, com maior influência na correlação de forças existentes no país? Qualquer pessoa de bom senso poderia prever que, enquanto o governo procura a conciliação, o ganha-tempo, os intermináveis entendimentos com os nossos espoliadores, seus sócios e aliados internos haveriam de se fortalecer.

Brizola afirma a necessidade de permanente mobilização e o fim da política de conciliação, supostamente empreendida por Goulart, pois assim como foi necessária a tomada de posição das forças nacionalistas durante a crise de agosto de 1961, em março de 1964, seria ainda mais importante a ação política incisiva. Crescia a importância de mobilizações de setores sociais em defesa do regime democrático devido ao crescimento da conspiração golpista. Esta se efetivou, também, a partir de ações de autoridades estadunidenses como o embaixador Lincoln Gordon⁷²³, que afirmou:

Minha conclusão é que Goulart se acha agora definitivamente envolvido numa campanha para conseguir poderes ditatoriais, aceitando para isso a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários da esquerda radical. Se tiver êxito, é mais que provável que o Brasil ficará sob controle comunista, embora Goulart talvez se volte contra seus defensores comunistas, adotando o modelo peronista, que, a meu ver, é do seu gosto pessoal.

Goulart era associado pelas ações conspiratórias como um risco de implantação da República Sindicalista de modelo peronista, pois o presidente era próximo aos setores sindicais desde quando ministro do Trabalho. Os militares que defendiam a deposição e os supostos riscos de Goulart frente ao Executivo eram considerados como gorilas.

O combate aos setores conservadores e que se opunham a aprovação das reformas era a tônica dos pronunciamentos. Nos círculos militares o termo “gorila” era o mais utilizado para classificar os críticos ao reformismo e ao nacionalismo popular. O sargento Salvador de Souza⁷²⁴, da 10ª Região Militar, no espaço *Trincheira dos Sargentos*, afirmou:

Poucas vezes a verve popular tem sido tão feliz como foi na denominação de “Gorila” para os inimigos do povo. Os sargentos têm problemas a resolver com esses “espécimes”. É que, apesar de haver gorilas civis, o contingente maior se constitui de militares. E na hipótese – cada dia mais remota – de vitória dessa gente, os sargentos seriam, junto com o povo, as primeiras vítimas. A estabilidade funcional, a relativa independência das entidades de classe etc. - tudo isso seria afogado no oceano violento do ódio gorilescos de classe. O gorila é, em primeiro lugar, animaisicamente “anticomunista”. Como sabemos, o “anticomunismo” é o biombo atrás do qual se escondem os privilégios da classe dominante, e os inimigos do povo se fantasiam com

⁷²³ Documento da Embaixada dos EUA no Brasil. In: CORRÊA, M. *Op. cit.*

⁷²⁴ PANFLETO. n. 4. 9 de março de 1964. p. 34.

as tintas da democracia. Sendo “anticomunista”, o “Gorila” é contra tudo aquilo que tenha a mais leve característica de justiça social.

As conquistas dos sargentos seriam soterradas na hipótese de um golpe de Estado perpetrado pelo “gorilismo”, essa era a grande ameaça para os sargentos. Estes constituíram uma frente armada em defesa do povo e do regime democrático.

O temor pelo fim das conquistas e as reivindicações contrárias às injustiças permaneciam na pauta dos subalternos militares conforme apontou Ib Kern⁷²⁵, em *Plantão Militar*:

Os suboficiais e sargentos da 5ª Base Aérea de Canoas estão vivendo num clima de insatisfação e insegurança face a uma série de ocorrências que se vêm registrando, envolvendo alguns graduados da FAB. Uma das causas de insatisfação dos sargentos foi a prisão do sargento Édio Erig que, pelo simples motivo de ter explanado a um oficial o ponto de vista da classe face à situação nacional, foi punido por 15 dias, o que fez com que o comportamento daquele graduado passasse de “ótimo” para “bom”. “Como se vê, tais punições, além de prejudicar moralmente um profissional, prejudicam-no ainda em sua vida militar”. Declarou o tenente-coronel José Wilson da Silva que, em nome dos sargentos do III Exército, se solidarizou com o sargento Erig.

A denúncia de supostas arbitrariedades contra os militares reformistas, por parte do “gorilismo militar” era exposta em Plantão Militar. Ib Kern procurava dar voz aos setores prejudicados pelas punições.

Sobre a origem do termo “gorila”, o sargento Salvador de Souza afirma que pode se identificar na Argentina durante o século XX. Assim descreve o sargento Souza⁷²⁶ as origens do termo gorila, para descrever os golpistas ou “gorilas” militares:

A origem do adjetivo remonta ao ano de 1955, quando, ao ser deposto o governo ditatorial de Perón, grupos de militares e civis se lançaram em depredação de sindicatos, de associações estudantis e outras organizações populares, cujos móveis destruíram ou roubaram; na repressão, encarceramento, tortura e assassinato de dirigentes, de Suboficiais e Sargentos e até mesmo oficiais das Forças Armadas que possuíssem, ainda que remotamente, uma consciência progressista. Aqueles grupos de militares e civis, que alvejavam e matavam na mais absoluta impunidade, se regiam por uma verdadeira “Lei da Selva”. A sabedoria popular portenha começou a chamá-los de “Gorilas”. O nome se impôs pela propriedade e se estendeu. Qualificar deste modo a alguém equivale dizer que esse alguém representa, pelo pensamento e pela ação, a essência mais feroz do imperialismo em decomposição, ou seja, o Fascismo.

O termo “gorila” teve sua origem na Argentina do período peronista; contudo, sua disseminação ocorreu por toda a América Latina durante o século XX. No entendimento do sargento Souza⁷²⁷, o “gorila” é subserviente aos ditames dos chefes militares estadunidenses:

⁷²⁵ ÚLTIMA HORA. 10 de março de 1964. p.14.

⁷²⁶ PANFLETO. n. 4. 9 de março de 1964. p. 34.

As “escolas de orientação” do Pentágono têm ditado suas ordens principais aos “gorilas” por intermédio das “Comissões Militares Mistas”, compostas geralmente de uma dezena de militares americanos para cada um nacional. Têm uma linha de ação apontada em uma só direção. Essa linha compreende a repressão violenta das reivindicações populares de qualquer tipo, e se manifesta de várias formas: sufocar uma greve de operários; desconhecer um resultado eleitoral etc. Seu objetivo máximo é a guerra contra-revolucionária. Esta é, aliás, a denominação nova para justificar a agressão militar norte-americana a todos os povos esmagados sob sua tutela.

A guerra contra-revolucionária era a principal característica dos gorilas descritos. A ação política dos setores nacionalistas populares poderia, segundo Souza, combater de maneira eficaz a tentativa de ingerência estadunidense, estimulada pelos chefes militares do Pentágono e aplicada pelos setores golpistas das Forças Armadas Brasileiras. Somado a isso o sargento Souza⁷²⁸ aponta que a intervenção do povo poderia combater a ação dos gorilas:

O êxito do programa intervencionista não depende unicamente da vontade dos “gorilas” do Pentágono. Os povos ainda não deram a última palavra. Pelo contrário, começaram a dizer a primeira. A tentativa de agosto de 1961, no Brasil, teve o povo decidido pela frente, bem como a esmagadora maioria das Forças Armadas, e particularmente, na totalidade, o III Exército. A força determinante para a neutralização e destruição dos “gorilas” em qualquer país, é a do próprio povo, com sua classe operária à frente, bem como sua mocidade estudantil. Esta afirmação não subestima o apoio que as Forças Armadas podem dar. Os patriotas oficiais, sargentos e demais praças por certo o darão. O que nos leva a concluir que os “gorilas” não constituem problema para os sargentos. Mas os sargentos constituem o mais sério problema para os “gorilas”.

Os sargentos, enquanto um grupo coeso em defesa das reformas, portanto, deveriam empreender o combate aos setores conspiratórios contra o regime democrático e o governo Goulart. E a participação dos subalternos militares deveria ser efetiva e permanente em todas as manifestações em prol das reformas de base.

No comício no início de março, em Porto Alegre, participaram diversas autoridades políticas, entre elas o então prefeito Sereno Chaise. Segundo o Coronel Pedro Alvarez⁷²⁹, “foi um grande encontro das forças progressistas. Pretendíamos marcar nossas posições em favor de reformas e justiça sociais”⁷³⁰. Também pronunciou seu discurso o então vereador eleito

⁷²⁷ *Idem.*

⁷²⁸ *Idem.*

⁷²⁹ Conhecido por “Capitão do Povo”, Pedro Alvarez foi eleito vereador no município de Santa Maria, pelo PSB, e em Porto Alegre, pelo PR. Era coronel da reserva desde 1963.

⁷³⁰ ALVAREZ, Pedro Martins. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

pelo PTB, José Wilson da Silva. Alertando para os riscos de um possível golpe de Estado e reafirmando as convicções nacionalistas dos militares legalistas, José Wilson⁷³¹ afirmou:

Não podemos mais servir de simples instrumentos a satisfazer os apetites de poder da gorilada. Nem sermos guardas pretorianos, a zelar pelos privilégios da burguesia, que usa o poder político para acumular riquezas nos bancos da Suíça, para manter nos campos o latifúndio improdutivo e antissocial, e nas cidades, a exploração desumana do trabalhador, visando tão somente ao lucro cada vez mais extorsivo. E já não é de hoje a nossa participação na luta contra o imperialismo internacional, que varre nossas riquezas para seus cofres no exterior ante a passividade e até participação das cúpulas dominantes. Apesar das transferências e prisões, continuaremos na luta porque juramos perante a Bandeira Nacional servir à pátria e estamos decididos a cumprir este juramento, embora para alguns não passe de mera formalidade. Não se deixe o povo iludir com a falsa solução de uma ditadura, que só poderá trazer pata de cavalo e ponta de sabre contra os que reivindicam condições de vida mais humanas.

Defesa do regime democrático era a palavra de ordem dos pronunciamentos. O temor do sucesso de uma conspiração golpista, que estava pública por diversos setores civis e militares, era nítido por parte dos nacionalistas reformistas. A campanha golpista era visível e ostensiva. Em nome dos “ideais democráticos”, estimulavam a ação política contra os setores populares reformistas, conclamando a repressão para com os mesmos. Segundo José Wilson⁷³², a luta dessas camadas populares reformistas deveria ser no sentido de combater juntamente com os sargentos e subalternos militares, através de mobilizações, a atuação dos golpistas:

É necessário que se faça pressão; pressão sobre o Congresso Nacional, que é pago pelo povo e não trabalha ... pressão sobre o latifúndio, para que reconheça ao camponês o direito que tem sobre a terra; pressão contra tudo que represente o antipovo; pressão, enfim, sobre o próprio presidente da República, que fala muito bem nos seus discursos, mas não executa tão bem como fala; homem que foi eleito pelo voto popular, posto no poder pelas armas do povo, e finalmente confirmado na presidência da República pelo plebiscito, e que agora faz tantas manobras, tantas marchas e contramarchas, vacilando e fazendo concessões como neste caso do decreto da SUPRA, que tira apenas uma nesga das terras do latifúndio, a fim de entregá-las aos seus legítimos donos: os camponeses. [...] Só uma solução servirá às massas populares e à nação brasileira; nesta solução estaremos ao lado do povo e dos seus líderes, pondo-nos, como POVO FARDADO, com NOSSOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO a serviço da REVOLUÇÃO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

A suposta de Revolução de libertação nacional servia como argumento aos setores golpistas para empreender uma ação preventiva contrária aos movimentos populares. A grande mobilização popular em torno do apoio às reformas, reunindo diversos setores civis e

⁷³¹ PANFLETO. n. 6. 23 de março de 1964. p. 25.

⁷³² *Idem.*

militares, teve como momento de maior visibilidade e impacto o Comício da Central do Brasil, em 13 de março. *Última Hora*⁷³³ convocou os leitores para o Comício:

No comício de hoje, o presidente Goulart assinará o decreto da SUPRA, que desapropria terras às margens das estradas federais e açudes. O decreto atingirá um raio de 10 quilômetros à direita e à esquerda das rodovias, declarando de utilidade pública todos os latifúndios ociosos de área superior a 500 hectares, e permanecendo intocadas as chamadas médias e pequenas propriedades. As áreas vizinhas aos açudes construídos pelo governo serão desapropriáveis numa extensão de 30 quilômetros.

Na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, milhares de pessoas reuniram-se em torno da luta reformista empreendida pelos setores nacionalistas. Goulart⁷³⁴ reafirmou seus ideais democráticos e criticou os setores supostamente democráticos dos golpistas:

Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-Estado, do antissindicato, da antirreforma. Democracia é precisamente o povo livre para se manifestar, inclusive nas praças públicas, sem que daí possa resultar no mínimo de perigo à segurança das instituições. Democracia é o que o meu governo vem procurando realizar, como é do seu dever, não só para interpretar os anseios populares, mas também conquistá-los pelos caminhos da legalidade, pelos caminhos do entendimento e da paz social.

Goulart coloca-se ao lado da Frente de Mobilização Popular, defendendo a ideia de se contrapor radicalmente contra o antipovo, ou seja, os setores que impediam as reformas e tentavam instigar um golpe de Estado contra seu governo. Esses setores golpistas, na realidade, nada tinham de democráticos, no entendimento de Goulart. A democracia, para os grupos sociais em disputa no período, era um conceito em disputa, ou seja, cada um se dizendo mais democrático que o outro. Contudo, quem de fato ficou ao lado do regime democrático foram os setores da esquerda nacionalista, pois a conspiração antinacionalista obteve sucesso.

Goulart⁷³⁵ coloca a necessidade de reformulação da Constituição, em alguns pontos, e assina decretos de encampações de empresas de refinarias e desapropriação de terras para a reforma agrária:

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado. [...] Brasileiros, a hora é das reformas de estrutura, de métodos e estilo de trabalho e de objetivo. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar. [...] Acabei de assinar o decreto da

⁷³³ ÚLTIMA HORA. 13 de março de 1964. p.15.

⁷³⁴ ÚLTIMA HORA. 14 de março de 1964. p. 2.

⁷³⁵ *Idem.*

SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa pátria. [...] Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma, é negócio agrário. [...] Acabei de assinar o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e a Destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, ao patrimônio nacional.

O fortalecimento do Estado, ou estatismo, uma das principais bandeiras do petebismo e do varguismo era central para o projeto político de Goulart. A ideia de que as empresas estatais estariam fortalecidas na medida que ocorressem encampações e investimento nos parques industriais nacionais coadunavam-se com a distribuição equânime dos recursos e lucros empreendidos por essas estatais.

Em seu pronunciamento no Comício, Brizola coloca-se radicalmente contra as forças do antipovo, ou seja, os setores conservadores golpistas que procuravam impedir a reformulação na Constituição. Esta, segundo Brizola, estava em desacordo com as aspirações populares de mudanças nas estruturas nacionais. Brizola⁷³⁶ propõe a unidade entre o povo e o governo, conclamando o mesmo:

Povo e governo, num país como o nosso, devem constituir uma unidade. Unidade esta que já existiu, em agosto de 1961, quando o povo, praticamente de fuzil na mão, repeliu o golpismo que nos ameaçava e garantiu os nossos direitos. Unidade esta que já existiu no plebiscito de janeiro de 1963, quando mais de dez milhões de brasileiros exigiram o fim da conciliação do parlamentarismo e a realização imediata das reformas. Em verdade, se conseguirmos hoje a restauração daquela unidade, o presidente poderá retornar, através da manifestação do povo, às origens do seu governo. E para isso será suficiente que ponha fim à política de conciliação e organize um governo realmente democrático, popular e nacionalista.

Instigando Goulart a tomar uma posição mais enérgica contra os setores conservadores, Brizola afirma não acreditar mais na saída parlamentar para os problemas sociais. Descrente que o Congresso Nacional aprove as reformas estruturais, Brizola⁷³⁷ propõe a formação de uma Assembleia Constituinte, pois a de 1946 não mais atendia às aspirações da maioria da população:

Não podemos continuar nesta situação. O povo está a exigir uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz NÃO, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro. [...] E aqui vai a palavra de quem deseja apenas uma saída para o trágico impasse a que chegamos. A palavra de quem apenas quer ver o país livre da espoliação internacional como está escrito na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. O povo é a fonte de todo o poder. Portanto, a única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição de um Congresso

⁷³⁶ Discurso de 13 de março na Central do Brasil. In: PANFLETO. n. 5. 16 de março de 1964. p. 2.

⁷³⁷ PANFLETO. n. 5. 16 de março de 1964. p. 2.

popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional.

Uma Assembleia Nacional Constituinte com a participação dos subalternos militares, essa era uma das propostas mais impactantes do Comício. Reforma da Constituição era considerada pelos setores antinacionalistas como ruptura institucional ou ação anti-democrática. A repercussão entre os sargentos foi considerável. José Maria dos Santos afirma que “o Jango não gostou, pois aquilo atiçava os gorilas. Depois nós comentamos com Brizola. Ele comentou que com aquele Congresso que ali estava, não iríamos a lugar algum. O Brizola encampou a posição de achar que o Jango estava conciliando com a direita. A nossa posição era de pressão para Jango implementar as reformas⁷³⁸. A intenção de Brizola e das lideranças da FMP era a de pressão constante para a aprovação das reformas, o que acabou por desestabilizar Goulart no final de março na medida que serviu como argumento pelos setores golpistas. Mas, também, percebe-se nos pronunciamentos a alegada ideia de resistência contra qualquer tentativa de golpe.

Brizola encerra seu pronunciamento defendendo o apoio ao governo Goulart e conclamando o povo a pressionar pela aprovação das reformas, e resistir a um possível golpe que estava sendo articulado. Além disso, Brizola saúda as ações de Goulart de encampações e desapropriações:

Dirão que isto é continuísmo. Mas já ouvi pessoalmente do presidente da República a sua palavra, assegurando que, se fosse decidida neste país a realização de eleições para uma Constituinte, sem a participação dos grupos econômicos e da imprensa alienada mas com o voto dos analfabetos, dos soldados e cabos, e com a imprensa democraticamente, ele, o presidente, encerraria o seu mandato. A partir desses dois atos – a assinatura do decreto da SUPRA e do que encampa as refinarias particulares – desencadear-se-á, por esse país, a violência. Devemos, pois, organizar-nos para defendermos nossos direitos. Não aceitaremos qualquer golpe, venha ele de onde vier. O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência.

A resistência a um possível golpe de direita era a conclamação de Brizola. Assim, o período entre o Comício do dia 13 de março e a Movimentação dos Marinheiros até o golpe em fins de março foi de total estarecimento por parte dos setores golpistas. Especialmente a imprensa refletia as ações dos golpistas e cedia espaço para as críticas ao governo Goulart. Segundo Abreu⁷³⁹, os jornais intensificaram as notícias, as declarações de “comunização” do

⁷³⁸ SANTOS, José Maria dos. *Depoimento* [novembro/1999]. Entrevistadores: J. Ferreira e A. Gomes. Rio de Janeiro: UFF, 1999. Seis cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense.

⁷³⁹ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 123.

país. A resposta da classe média e dos conservadores paulistas ao Comício do dia 13 foi a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”, que reuniu milhares de pessoas. Todos os jornais publicaram grandes manchetes com fotografias e a reprodução dos discursos do presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, e dos deputados Cunha Bueno e Herbert Levi, entre outros.

Às vésperas da ação dos golpistas, Brizola escreve o editorial do *Panfleto* reafirmando suas preocupações diante das manobras golpistas que estavam se desenrolando durante os dias imediatamente anteriores ao comício. Marcando sua posição de não violência, Brizola⁷⁴⁰ afirmou que:

Do comício do dia 13 para cá, se desencadeou no país a mais tremenda campanha política e publicitária, visando claramente à mobilização de todos os recursos de que dispõem as minorias privilegiadas, para a manutenção destes mesmos privilégios através do esmagamento das forças populares e da destruição do governo que, num dado momento, soube ser sensível ao clamor das multidões. Em nome da democracia pretendem calar a voz da esmagadora maioria dos brasileiros. A pregação, exaltada e contínua, cria o clima para as violências ainda maiores, estimulando os latifundiários a se armarem, tentando contaminar os quartéis, preparando o ambiente para o golpe ou para a guerra civil. Caberá a defesa da Constituição precisamente àqueles que tão diretamente a agrediram, em agosto de 61, desfechando, na calada da noite, o golpe branco do parlamentarismo, que o povo teve de repelir, posteriormente, com a impressionante unanimidade do plebiscito?

Brizola constatava o crescimento das declarações golpistas e procurava conchamar a resistência, especialmente entre os setores militares, leia-se sargentos. As perseguições contra os sargentos aumentaram a partir do Comício de 13 de março. As transferências e prisões, com o intuito de desarticular o Movimento dos Sargentos, constituíam-se nas principais armas da oficialidade golpista, como atesta *Última Hora*⁷⁴¹:

Por determinação do Tribunal Militar, que os julgou e condenou a quatro anos de prisão, seguiram sábado para Curitiba e Mato Grosso os onze sargentos que, em São Paulo, se solidarizaram com os seus colegas rebelados de Brasília. Para Curitiba foram transferidos os sargentos Porto e Puppe, tendo os outros nove, entre os quais o sargento Almoré, sido enviados para o interior do Mato Grosso. Ao embarcar, disseram: “o que estão fazendo conosco não é transferência, e sim deportação. Fomos absolvidos por um promotor e condenados pelos juízes. Mas voltaremos de cabeça erguida”.

Repressão às principais lideranças dos sargentos era a tônica da oficialidade das três Armas. As prisões de Almoré, Porto e Puppe, referidas pelo *Última Hora* eram exemplos de afastamento desses militares para a ação contra Goulart. A possibilidade de golpe estava cada vez mais presente. Contudo, falava-se de golpe por parte da direita já há muito tempo.

⁷⁴⁰ PANFLETO. n. 6. 23 de março de 1964. p. 2-3.

⁷⁴¹ ÚLTIMA HORA. 23 de março de 1964. p.6.

Segundo José Wilson⁷⁴², desde o início de 1964 os militares nacionalistas mantinham contato com Brizola no sentido da articulação de resistência ao golpe:

A resistência estava muito dependente do Jango. Aguardava-se a posição do Jango quando a oficialidade já vinha preparando o golpe. O que os marinheiros fizeram precipitou tudo, foi um erro. Aquilo reacendeu uma reação do almirantado contra o Jango. A reunião no Automóvel Clube significou a tomada de consciência do Jango de que não teria o apoio da oficialidade. Aí tinha de se aproximar de vez com os sargentos. Vínhamos tentando formar uma resistência com oficiais da Brigada Militar conosco. Em fevereiro de 1964 o Brizola não acreditava mais que haveria uma decisão forte de Jango. Brizola disse-me que deveríamos tentar nos organizar aqui (Rio Grande do Sul), pois acreditava que no centro do país perderíamos.

Avelino Capitani relata que no Rio de Janeiro, às vésperas do golpe, antes da reunião do Sindicato dos Metalúrgicos, ocorreu uma reunião com vários integrantes da Frente de Mobilização Popular. Os marinheiros, segundo Capitani⁷⁴³, possuíam uma muito eficiente rede de informantes em cada embarcação:

Tudo o que acontecia dentro do navio era o marinheiro que tomava conta, inclusive as comunicações. Isso era decisivo. Em poucas horas ficávamos sabendo de reuniões. Uma reunião do Lacerda com oficiais da Marinha, que aconteceu em uma corveta, um taifeiro gravou, onde estabelecia-se uma data para o golpe deveria ser no dia 2 de abril ou em outubro. Entendendo a existência da data, entende-se o porquê da reunião dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos. Serviria, portanto de fator importante e mobilizador para resistência. Na reunião eles faziam um balanço das possibilidades, dos apoiadores (governadores, imprensa, empresários, etc.) e estabelecimento de data.

As informações chegavam a Goulart que, segundo os militares subalternos, confiava no dispositivo militar e na pressão popular resistindo a qualquer ataque ao regime democrático. A conspiração contra Goulart, contudo, tornava-se cada vez mais intensa. Mas, agora, tinha data marcada e articulações de quem deveria fazer o que quando fosse desencadeado o golpe. Capitani⁷⁴⁴ prossegue seu relato sobre as ações dos marinheiros depois de tomarem conhecimento da reunião das forças golpistas:

Quando ficamos sabendo da reunião, levamos imediatamente as informações para o Brizola. Ele ficou muito preocupado e convocou uma reunião em um apartamento na praia do Flamengo, no Rio. Convidou também os marinheiros. Fomos Marco Antônio e eu como representantes. Ali ficou decidido o que cada um deveria fazer, no momento do golpe. Brizola viria imediatamente para o Rio Grande do Sul. Sargentos deveriam dominar os quartéis e impedir a saída e entrada de oficiais dos quartéis. Os marinheiros deveriam neutralizar os golpistas na Marinha, usando navios. Foi uma reunião muito importante onde as forças nacionalistas e progressistas decidiram o que cada uma deveria fazer, objetivamente, em caso de golpe de Estado. A data exata eu não lembro, creio que tenha ocorrido entre os dias 20 e 24 de março. Nunca vi ela comentada em lugar algum. Estavam o Brizola, marinheiros, padre Alípio, Dante

⁷⁴² SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁷⁴³ CAPITANI, Avelino Bioen. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁷⁴⁴ *Idem.*

Pelaccani e alguns outros representantes da CGT, representantes dos portuários, dos metalúrgicos. Brizola pediu para irem somente representantes de todas essas forças. Ali foram decididas as estratégias de ações no golpe.

A organização visando a resistência congregou, como aponta Capitani, diversos setores sociais e contava com a presença de Brizola. A articulação estava consolidada bastando acionar os referidos grupos sociais.

Nos dias posteriores ao Comício do dia 13, o ministro da Guerra, Jair Dantas, sofre uma cirurgia e afasta-se da Pasta. Segundo Moraes⁷⁴⁵, a intervenção cirúrgica a que fora submetido o general Jair Dantas (que ainda estava hospitalizado quando eclodiu o movimento golpista), contribuiu para desarticular a cúpula militar do governo. Tanto mais que o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, estava participando discreta, mas ativamente das articulações sediciosas. Exemplo disso foi a divulgação do Documento LEEEX - Lealdade ao Exército⁷⁴⁶ em fechados círculos militares dias antes do golpe:

Este documento deverá ser entregue, em cada um dos Grupos de Tropa, a um só oficial, da mais absoluta confiança.

Documento LEEEX

(Lealdade ao Exército)

Prezado camarada,

I – Grande número de oficiais das Forças Armadas, constituído de militares de formação e convicções rigorosamente democráticas, isentos de quaisquer vinculações político-partidárias, eqüidistantes de extremismos de direita ou de esquerda, inteiramente dedicados aos afazeres profissionais e de comprovada experiência, alguns dos quais em elevados postos da hierarquia, diante da situação grave em que se debate o País, tomaram a resolução de coordenar os anseios e esforços que vêm sendo observados em vastas áreas das Forças Armadas.

O falso ‘nacionalismo’ apregoado pelos agitadores não chega a encobrir a base marxista-leninista em que se apóiam suas convicções, impregnadas do bafio que de longe denuncia o materialismo dialético.

Lembremo-nos que só depois de consumada a traição em Cuba e de miseravelmente abatidos os que se deixaram iludir, só depois de virtualmente extintas quaisquer possibilidades de reação, proclamou o ditador cubano o sentido-marxista-leninista da revolução que encabeçara.

A dissimulação e a traição são as armas preferidas pelos cripto-comunistas.

O excerto que classifica como “falso nacionalismo” classificando a luta empreendida por grupos reformistas, demonstra a existência, segundo Mendonça⁷⁴⁷, uma disputa discursiva sobre do que naquele contexto significa “ser nacionalista”:

⁷⁴⁵MORAES, João Quartim. O colapso da resistência ao golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 58.

⁷⁴⁶ Documento LEEEX (Lealdade ao Exército). Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV. Código (CFa 63.05.02).

⁷⁴⁷ MENDONÇA, Daniel. *Democracia sem democratas: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 320.

Para os grupos de esquerda, ser nacionalista significava lutar pelas chamadas reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional). [...] Já, para os oficiais militares que escreveram o documento em análise, ser nacionalista representava necessariamente pensar o Brasil a partir de características políticas historicamente praticadas, portanto, ser ‘anticomunista’, ‘antimarxista-leninista’. A razão desse outro sentido ‘nacionalista’ é o fato de que doutrinas políticas marxista-leninistas representavam programas políticos estrangeiros, de realidades estranhas à do Brasil. [...] Nesse sentido, é que os militares caracterizam os movimentos destacados como ‘falsos nacionalistas’.

O que se verificou, contudo, após a ascensão de Castelo Branco foi a abertura econômica do país para os interesses externos. Isso não poderia ser classificado como nacionalismo segundo a discussão teórica realizada em capítulo anterior, logo, apesar da disputa conceitual verifica-se que o nacionalismo era utilizado com bandeira de luta especialmente de forma concreta pelos setores derrotados em março de 1964. Sendo que o nacionalismo defendido pelos vitoriosos militares era no sentido ideológico, ou seja, aversão às doutrinas externas (leia-se marxismo).

O documento LEEX⁷⁴⁸ faz críticas aos setores sindicais e políticos que defendiam “soluções revolucionárias”. No final da Primeira Parte do Documento⁷⁴⁹ ressaltam-se as seguintes afirmações:

O que as Forças Armadas sentem é o sorrateiro processo de desmoralização em que vêm sendo mergulhadas, já por efeito da afrontosa organização síndico-comunista – que até por autoridade de responsabilidade é cognominada de V Exército. [...] o que as Forças Armadas não aceitam é o jogo que se tenta pôr em prática para lançar a cizânia entre os seus componentes, solapar-lhes a disciplina, destruir-lhes a eficiência, aniquilá-las e, por fim, substituí-las por arremedo de exército vermelho ou de milícia cubana.

Ao prezado camarada, cujas convicções democráticas são bem conhecidas, assim como os ideais e traços de ilibado caráter, a par da certeza de suas atitudes criteriosas, discretas e viris, pedimos a preciosa colaboração no sentido de nos auxiliar nessa reunião e articulação dos meios de que dispomos para enfrentar o processo revolucionário com que nos ameaçam.

Um dos atos finais da luta por reformas ocorreu na noite do dia 30, em uma reunião de Goulart com subalternos militares. “Falando ontem à noite para cerca de cinco mil sargentos e suboficiais da Polícia Militar da Guanabara e para representantes de quase todas as associações de sargentos das demais polícias estaduais do país, o Sr. João Goulart afirmou no

⁷⁴⁸ A interação entre os empresários e os militares era tão intensa que até mesmo o influente documento LEEX, um texto que pretendia harmonizar as diversas facções, foi mimeografado nos escritórios da Cruzeiro do Sul, uma das companhias aéreas do país, sob a iniciativa de seu diretor, o líder ipesiano Bento Ribeiro Dantas. É interessante observar que o autor desse documento foi o general Ulhoa Cintra, e que o general Cordeiro de Farias conferiu seu rascunho. O general Castelo Branco também conferiu o esboço básico e introduziu algumas modificações. DREIFUSS, R. *Op. cit.* p. 401.

⁷⁴⁹ Documento LEEX (Lealdade ao Exército). *Op. cit.*

Salão de Atos do Automóvel Clube do Brasil que ‘os que hoje acusam o governo são os mesmos que pregavam, muito recentemente, ditaduras, golpes e regimes de exceção’⁷⁵⁰.

Os ataques de Goulart foram dirigidos diretamente aos golpistas. Os mesmos, em sua maioria, que promoveram o golpe malsucedido de agosto de 1961. O presidente⁷⁵¹ da República faz, também, um apelo aos integrantes das Forças Armadas para que se mantenham a disciplina e a hierarquia:

A minha palavra, o meu apelo é que os sargentos respeitem a hierarquia legal, que se mantenham cada vez mais coesos dentro de suas unidades e fiéis aos princípios básicos da disciplina. Que continuem prestigiando as nossas instituições, porque, em nome dessas instituições, em nome dessa disciplina, os sargentos jamais permitirão que se pise nos sentimentos do povo brasileiro. [...] Mas a disciplina não se constrói sobre o ódio e a exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados.

A disciplina e respeito a hierarquia defendida por Goulart não correspondia aos defendidos pela oficialidade, ou seja, de total repúdio à participação política dos seus subalternos. Após o discurso de Goulart, demais presentes se pronunciaram. Representantes de diversas Associações e Clubes militares estavam presentes, inclusive o deputado Garcia Filho. Como representante dos subalternos militares na Câmara Federal, Garcia Filho⁷⁵² proferiu o apoio ao presidente Goulart, apontando que:

A disposição dos sargentos do Brasil é a de não recuar de suas trincheiras na luta pela defesa da soberania nacional. Não permitiremos mais que as cúpulas reacionárias refreiem o progresso e a implantação da justiça social no Brasil. Não permitiremos que as riquezas nacionais sejam posses de minorias. [...] Com os sargentos estão também os oficiais nacionalistas. O imperialismo está nos seus estertores. Quem são os fariseus? São os que assinaram o Manifesto que afastou V.Exa. do Ministério do Trabalho e levaram o presidente Vargas ao suicídio. Os que lançaram a nação em aventuras do tipo Jacareacanga. No episódio da renúncia, na tentativa de impedir a posse de V.Exa., presidente eleito pelo povo. São esses mesmos que estão redigindo manifestos para impedir que se toque na Constituição, que eles mesmos violaram muitas vezes por motivos espúrios. Os que veem com asco os subalternos por exercerem estes seu sagrado direito de reunião. A Marinha caminha para um processo de vigoroso rejuvenescimento, uma adaptação à evolução social do momento. Sr. Presidente, os nossos mais efusivos aplausos pelas diretrizes novas que imprimiu V. Exa. à nação depois do Comício histórico do dia 13. Tem V.Exa. o mais decidido apoio dos sargentos, cabos e soldados do Brasil.

Mudanças na organização interna das Forças, especialmente a Marinha, era uma das principais bandeiras defendidas pelos subalternos militares nacionalistas e reformistas. Estes, segundo o pronunciamento, estaria atuando em consonância com muitos oficiais nacionalistas

⁷⁵⁰ ÚLTIMA HORA. 31 de março de 1964. p. 3.

⁷⁵¹ *Idem.*

⁷⁵² ÚLTIMA HORA. 31 de março de 1964. p. 6.

que estavam de acordo com as reformas propostas e colocavam-se em defesa ao regime democrático e ao mandato de Goulart.

Depois do discurso de Garcia Filho, outros representantes do círculo dos sargentos pronunciaram a sua solidariedade ao governo Goulart e o seu desejo de reformas. A pauta continuava sendo a possibilidade de mudanças na Constituição, vista como um empecilho para o andamento de reformas sociais mais substanciais e a mudança nos regulamentos militares. O presidente do Clube dos Sargentos e Suboficiais do Exército, sargento Waldírio Gomes, procurando interpretar as aspirações da classe, citou entre suas principais reivindicações a anistia geral, a revisão dos regulamentos e estatutos militares. Disse o sargento Waldírio Gomes⁷⁵³:

Evoluímos, os sargentos, senhor presidente, no seio da sociedade, mas persistem contra nós velhos preconceitos e restrições, nas leis e na própria Constituição brasileira. O direito de cidadania é exercido parcialmente pelos sargentos. O direito de votar e ser votado é um problema a exigir a mais pronta solução. A revisão dos estatutos militares e demais regulamentos é uma necessidade que a nossa evolução impõe. Deverão oferecer condições mais humanas aos graduados no que se refere às promoções, ao tratamento, ao ingresso no Magistério Militar nas Escolas Militares e muitos outros aspectos. Confiamos, senhor presidente, que todos esses problemas sejam solucionados com urgência.

O direito à plena cidadania política, ou seja, votar e ser votado, continuava sendo a grande bandeira do Movimento dos Sargentos. Daí a necessidade de revisão nos estatutos militares. Por fim, o sargento Waldírio Gomes⁷⁵⁴ congratula os representantes das polícias militares presentes na reunião e ressalta a importância dos projetos enviados ao Congresso por parte de Goulart:

É uma honrosa tarefa, a de receber vossas excelências em nosso meio, num rápido convívio no seio do Clube dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, nesta hora de incerteza. E nessa hora não poderíamos faltar, como militares e cidadãos, com os nossos mais calorosos aplausos pelas sábias e desassombradas medidas executadas que vem imprimindo ao vosso governo e ao país. As mensagens enviadas ao Congresso são atos da mais profunda significação social, econômica e política para nossa pátria. Não temos e nunca tivemos quaisquer dúvidas da atuação cristã e patriótica de Vossa Excelência. Podeis ficar certo, senhor presidente, que hoje como ontem, os sargentos espalhados por todo esse imenso Brasil, jamais desmerecerão a confiança e a lealdade com que Vossa Excelência nos tem distinguido.

O voto de confiança para com o presidente Goulart era a principal declaração do sargento. Este colocava que a categoria estaria sempre à disposição do presidente para resistir. O discurso do representante da Aeronáutica foi o mais incisivo. Lembrando a participação dos

⁷⁵³ *Idem.*

⁷⁵⁴ *Idem.*

sargentos em mobilizações de outros setores sociais e a solidariedade dos mesmos com o Movimento dos Sargentos deste com as manifestações dos marinheiros, o sargento Selva Corrêa Mendes⁷⁵⁵ afirmou:

Senhor presidente, encontramos-nos aqui para demonstrar que estamos conscientes da luta que operários, estudantes, camponeses, sargentos, cabos, soldados, oficiais progressistas e intelectuais do Brasil travam contra o imperialismo, contra o latifúndio e demais forças que impedem o progresso da nação brasileira, e visando a libertar nosso povo do subdesenvolvimento e do atraso que leva milhões de nossos patrícios à fome e ao aniquilamento.[...] Face ao assanhamento da reação, conclamamos a todos os companheiros das Forças Armadas e Forças Auxiliares a cerrar fileiras em torno das medidas progressistas tomadas pelo governo e anunciadas no histórico comício do dia 13. Estamos aqui, senhor presidente, para hipotecar integral solidariedade à Mensagem enviada ao Congresso Nacional, e consideramos serem indispensáveis as medidas propostas, que são o primeiro passo no caminho das reformas.

Unidade dos setores sociais pró-reformas era o que procurava demonstrar Mendes. O representante da Aeronáutica ressaltou a necessidade de se reformar a Constituição, mostrando estar afinado com o pensamento do governo Goulart. Além de pedir a humanização dos regulamentos e a suspensão das transferências, o sargento Selva Mendes⁷⁵⁶ disse que:

Consideramos ser indispensável a modificação do parágrafo 16 do Art. 147 da Constituição, já que, sabemos todos, não possuir a nação os recursos necessários para as desapropriações com pagamento à vista. [...] Alinho-me, assim como o representante do Exército, na defesa do voto para as praças e analfabetos juntamente com um veemente apelo para ‘uma anistia ampla’. Senhor presidente, queremos lembrar a Vossa Excelência que não podemos compreender qualquer modificação nos comandos nacionalistas. Qualquer medida com esse intuito seria um sério recuo no sentido da concretização das reformas, que exige uma equipe coesa, voltada para os interesses da pátria. Senhor presidente, nós estamos unidos dentro da mesma trincheira da libertação nacional. Queremos dar nossa palavra tranquilizadora aos irmãos trabalhadores do campo e das cidades: podem ficar tranquilos, companheiros, que o pessoal subalterno das Forças Armadas e das forças auxiliares jamais utilizarão suas armas contra os que têm o mesmo sangue que nós.

Defesa dos setores nacionalistas reformistas e busca de libertação econômica nacional era a essência do nacionalismo propugnado por Brizola e pelos sargentos. O discurso do sargento Selva Mendes foi um dos últimos momentos de plena liberdade democrática. A movimentação golpista liderada por Olímpio Mourão Filho (comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria), saindo de Juiz de Fora, e pelo coronel Carlos Guedes, saindo de Belo Horizonte, iniciam suas movimentações em Minas Gerais. Mourão⁷⁵⁷ faz um pronunciamento em que expõe suas justificativas para ação:

⁷⁵⁵ *Idem.*

⁷⁵⁶ *Idem.*

⁷⁵⁷ CORREIO DO POVO. 1º de abril de 1964. p. 18.

O governo atual cujas intenções negam a soberania do Brasil tem estado servindo às organizações do sindicalismo comunista dando-lhes apoio oficial ou semi-oficial, concedendo-lhes até mesmo a faculdade de nomear e despedir ministros, gerais e altos funcionários, procurando, desta forma, o conhecido processo de solapar as verdadeiras instituições democráticas e estabelecendo totalitarismo que se opõe à federação, à ordem republicana e judicial e a inda ao progresso social. Procuram ainda provocar rebeliões nos círculos patrióticos e disciplinados dos sargentos. Recentemente estas organizações fizeram todo o possível para desmoralizar e humilhar a Armada Brasileira na ofensa mais desavergonhada e pervertida contra a disciplina e a hierarquia que nela devem predominar.

A ação de Mourão Filho caracterizava-se, segundo o próprio, como reação às manifestações dos diferentes setores sociais radicalizados. A reação do governo veio com o ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro. A sua proclamação buscava demonstrar que o governo iria resistir ao golpe em andamento. O ministro Jair Dantas⁷⁵⁸ demonstra que irá reprimir o levante organizado por Mourão:

Cumprindo ordem expressa do exmo. Sr. presidente da República, assumo neste momento de intranquilidade para a nação brasileira, o comando efetivo das ações legalistas contra o movimento de subversão que está caracterizado no Estado de Minas Gerais, sob o comando dos generais Carlos Luiz Guedes e Olímpio Mourão Filho, os quais, nesta data, exonero dos comandos que a nação lhes confiou. Fiel aos princípios legalistas que imprimo a todas as minhas diretrizes agirei com a máxima energia contra os sublevados, alertando-os antes para que não se deixem enganar por falsos defensores da democracia, que hoje os estão conduzindo para uma verdadeira luta entre irmãos.

A esperada repressão do levante mineiro não ocorreu de maneira efetiva. Brizola, já depois de ter regressado do exílio, em 1980, concedeu um depoimento importante sobre os acontecimentos de março e abril de 1964. Sobre as movimentações de Mourão e Guedes, Brizola⁷⁵⁹ apontou que:

O movimento mineiro não tinha características de golpe, a não ser do ponto de vista legal. Foi um levante político-militar, que tinha o apoio generalizado do estado de Minas Gerais contra o poder maior. Foi apenas uma insubordinação do senhor Magalhães Pinto e do general Mourão. A maioria dos que estavam solidários com a deposição do presidente constitucional jamais imaginou que poderia cair num tipo de regime como o de 1964.

Exatamente como em agosto de 1961, o marechal Lott divulga um manifesto em que exprime sua desaprovação em relação ao movimento golpista e sua “defesa intransigente das instituições democráticas”⁷⁶⁰. Outro fato que se repete é a deserção considerável da

⁷⁵⁸ ÚLTIMA HORA. 1º de abril de 1964. p. 2.

⁷⁵⁹ COOJORNAL. Ano VI. n. 62. Fevereiro de 1981. p. 7-8.

⁷⁶⁰ *Idem.*

mobilização golpista de Mourão, por parte de muitos sargentos legalistas, conforme apontou o *Última Hora*⁷⁶¹:

Às 5:30 horas de hoje já se anunciavam as primeiras deserções de sargentos, cabos e soldados do II Exército, das tropas que marchavam em direção ao Rio. Legalistas, inconformados com a atitude assumida pelo general Kruel, abandonaram as peças que comandavam e se proclamaram em defesa do presidente João Goulart, de seu mandato e das liberdades públicas. O mesmo está ocorrendo com subtenentes e sargentos da guarnição sublevada de Minas Gerais, que abandonaram as fileiras golpistas no Rio Paraibuna e passaram para o lado legalista cuja tropa está acampada na margem fluminense desse afluente do Rio Paraíba do Sul.

As deserções dos sargentos manifestavam-se como sintomas da massiva presença nas hostes militares de subalternos que se colocavam em favor da defesa do regime democrático e não compactuavam com a ação golpista de parte da oficialidade de então. No mesmo dia foi convocado um comício em Porto Alegre com o objetivo de manifestar o total apoio ao governo Goulart e resistir ao golpe em andamento. Principal orador do Comício, Brizola⁷⁶² conclamou o povo para organizar-se em corpos provisórios civis para:

Participar da luta ao lado das gloriosas forças da Legalidade do III Exército e da Brigada Militar. Atenção, sargentos de Uruguaiana, Bagé, Santa Maria, algumas unidades do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Guanabara e Minas Gerais, tomem conta dos quartéis e prendam os gorilas, golpistas e traidores. Atenção, Almirante Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, tome conta de Lacerda! Atenção, general Oromar Osório, comandante da Vila Militar, ajuste contas com o traidor Amaury Kruel!

A conclamação era no sentido de enquadrar os setores que lideravam o levante golpista e acionar o suposto dispositivo militar. Tendo eco entre os subalternos militares, o efetivo acolhimento entre os oficiais nacionalista não ocorreu fracassando uma considerável tentativa de resistência. A referência feita ao nome de Kruel, então comandante do II Exército, deveu-se ao fato de que o então general lançou um manifesto criticando duramente o governo Goulart e apoiando a mobilização golpista. Amaury Kruel⁷⁶³, colocando-se ao lado de Mourão e seu movimento golpista, apontava que:

O II Exército, sob meu comando, coeso e disciplinado, unido em torno de seu chefe, acaba de assumir atitude de grave responsabilidade com o objetivo de salvar a pátria em perigo, do jugo vermelho. [...] A recente crise, surgida na Marinha de Guerra, que se manifestou através de um motim de marinheiros e contou com a convivência de almirantes nitidamente de esquerda e a complacência de elementos do Governo Federal, a qual se justapôs a intromissão indébita de elementos estranhos para a solução de problema interno daquela Força Armada, permitiu que ficasse bem definido o grau de infiltração comunista no meio militar. O intenso trabalho do Partido

⁷⁶¹ ÚLTIMA HORA. 1º de abril de 1964. p. 5.

⁷⁶² ÚLTIMA HORA. 2 de abril de 1964. p. 2.

⁷⁶³ CORREIO DA MANHÃ. 1º de abril de 1964.

Comunista no seio das Forças Armadas, desenvolvido principalmente no círculo das Praças e objetivando induzi-las à indisciplina, traz em seu bojo um princípio de divisão de forças que reflete no enfraquecimento de seu poder reparador, na garantia das instituições. [...] O II Exército lutará contra os comunistas e seu objetivo será o de romper o cerco do comunismo que ora compromete a autoridade do Governo da República.

O comício contou com a participação do coronel Pedro Alvarez, do então prefeito Sereno Chaise e do deputado Wilson Vargas. O coronel Alvarez afirma que “muitas pessoas participaram da manifestação. Todas acreditavam na possibilidade de resistência, em uma reedição da Campanha da Legalidade. Mas tínhamos a consciência de que o Jango era quem decidiria sobre resistir ou não”⁷⁶⁴.

Brizola prosseguiu seu discurso afirmando que tinha a convicção que o III Exército se colocaria ao lado das forças legalistas. Lamentou que isso não estava ocorrendo. Brizola⁷⁶⁵ denunciou:

Hoje (dia 1º de abril) pela manhã tinha a convicção de que o III Exército se movimentava e agia sem nenhum furo nos três Estados de sua jurisdição. Infelizmente alguns gorilas traíram seu juramento. Traíram a palavra empenhada, rasgaram seu juramento transformando-se em simples capitães de mato das minorias privilegiadas e reacionárias. [...] Dirijo-me às unidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (uma de Uruguaiana, outra de Bagé e outra de Santa Maria), cujos generais traíram o povo brasileiro.

Constatando que os oficiais dessas unidades estavam se colocando ao lado do golpe, ou seja, “traíndo a palavra empenhada” de defesa constitucional do regime democrático, Brizola incita os sargentos a tomarem uma atitude mais incisiva. O então deputado procura incentivar os sargentos a agirem e se colocarem contra qualquer determinação que tenha como objetivo a derrubada do presidente Goulart. Assim, Brizola⁷⁶⁶ conclama:

Quero, através desta mensagem, iniciar a derrubada e as deposições destes chefes militares e destes traidores. Atenção, sargentos do III Exército dessas unidades, que me ouvem neste momento, atenção oficiais nacionalistas destas unidades. O povo, do qual os senhores são parte inseparável pede que deste instante que se levantem e prendam nos quartéis esses gorilas, mesmo que lhe tenham negado a posse das armas. Tomem a iniciativa agora mesmo, com alcance do que estiver em mãos. Chegou a hora. Tomem conta dos quartéis e prendam esses traidores. [...] Em Bagé, os sargentos que estavam sendo traídos já se levantaram e prenderam o general traidor. [...] Atenção, sargentos de todo o Brasil, oficiais nacionalistas do Exército, da FAB e da Marinha: tomem nesta noite as necessárias iniciativas, ocupem os quartéis, prendam estes golpistas que querem garrotear as nossas liberdades.

⁷⁶⁴ ALVAREZ, Pedro Martins. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁷⁶⁵ ÚLTIMA HORA. 2 de abril de 1964. p. 2.

⁷⁶⁶ *Idem*.

Mostrando exemplos de quebra de hierarquia no sentido de preservação do regime democrático, como o ocorrido em Bagé (RS), Brizola conclama os sargentos que defendiam a legalidade democrática que prendessem seus superiores hierárquicos na medida que esses se colocassem em favor da deposição de Goulart. A proximidade e a solidariedade mútua de Brizola em relação aos sargentos parecia nítida. Brizola, porém, sabia que a posição dele não era a mesma de Goulart. Muitos sargentos mobilizaram-se para resistir. Segundo Selva Mendes⁷⁶⁷:

Eu só podia pensar numa repetição das tantas abortadas tentativas de golpe, com tanques nas ruas, um verdadeiro primeiro de abril, para amedrontar os incautos. Não havia lógica que se desmoronasse o esquema do governo, ou que Brizola, os oficiais nacionalistas aceitassem pacificamente um golpe sem nenhuma reação. [...] ‘Vamos preparar a resistência no Galeão. Até o pelego Ciro (Voigt, um dos diretores do Clube dos suboficiais e sargentos do Brasil) deu uma nota semelhante, conclamando à resistência! Antes de sair ligamos o rádio, mas a Mayrink Veiga estava fora do ar. Menos de cinco minutos depois voltamos a ligar e só transmitia música. [...] Vamos dinamitar a ponte e ficamos com a ilha em nossas mãos, sendo um foco de resistência, afirma Neto. Chegamos na Base e o comandante demonstrava estar conformado com a situação de golpe de Estado! [...] Realmente não fora Jango que resistiria, senão Brizola. Porém, agora com Jango presente, era ele quem deveria dirigir a resistência.

A ação de resistência estava sem liderança e sem o aval convicto do presidente da República chefe-maior das Forças Armadas. Os sargentos, isoladamente, segundo depoimentos, procuravam articular algum tipo de resistência, sem, contudo, o escopo de Goulart.

Brizola prossegue seu discurso alertando que estava mantendo contatos com o presidente Goulart. Afirma o então deputado federal⁷⁶⁸ que o presidente estava disposto a reagir:

Há questão de poucos minutos falei com o presidente Goulart através dos transmissores do III Exército e o nosso conterrâneo disse que jamais renunciará. Ele está em Brasília, mantém-se em contato conosco através do comando do III Exército e eu estou autorizado a dizer ao povo gaúcho que sua palavra de ordem é de luta e resistência contra o golpismo.[...] Agora se vai ver quem tem fibra e tem raça. Na hora de correr bala, do cheiro de pólvora, vamos ver a covardia dos traidores, golpistas e gorilas. Gorilas, gorilinhas, micos de toda espécie, ai vai a nossa resposta: não tomamos a iniciativa da violência. Não começamos a violência. Foram eles e agora vão tê-las. Falei com o valoroso comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante Aragão para dizer-lhe que o povo gaúcho está esperando daquele grande soldado e da sua corporação a imediata prisão do verdugo Carlos Lacerda, para a justiça que reclama o povo brasileiro. Ao ínclito general Oromar Osório, nós entregamos o traidor de Amaury Krueel, para ele fazer justiça em nome do povo brasileiro. Ao general Oromar Osório entregamos a iniciativa de ajustar contas com aquele que quebrou seu juramento, sua palavra, as próprias tradições de dignidade do povo gaúcho (Krueel).

⁷⁶⁷ MENDES, Selva Corrêa. *Sargento também é povo*. João Pessoa: Idéia, 2000. p. 187-191.

⁷⁶⁸ ÚLTIMA HORA. 2 de abril de 1964. p. 2.

A referência à Amaury Krueel deveu-se ao fato de que o então comandante do II Exército telefonou para Goulart na noite do dia 31 de março e ofereceu-se como mediador para a crise militar com o avanço das tropas de Mourão e Carlos Guedes. Segundo Bandeira⁷⁶⁹, Krueel impôs como condições o fechamento do CGT, UNE e outras organizações populares, impondo a intervenções em sindicatos e afastamentos dos auxiliares do presidente apontados como comunistas. Goulart⁷⁷⁰ ponderou que se aceitasse aquelas condições ficaria mais fragilizado do que no período parlamentarista e que ele não aceitaria ser um presidente decorativo.

Para Brizola, a atitude de Goulart consolidava-se a partir de procurar uma negociação, característico da personalidade do então presidente. Brizola⁷⁷¹ afirma que antes de viajar para Porto Alegre, Goulart manteve contato com várias autoridades civis e militares:

O governo procurou resolver a crise politicamente, através da negociação. Houve várias ligações telefônicas do presidente aos comandantes militares. Jango falou com o Krueel, em São Paulo, com o Justino Alves Bastos, em Recife, o mesmo que enquanto falava com o presidente, tratava de imobilizar o governador Arraes. Resistência, naquele momento, teria que haver de forma organizada, partindo do Governo Federal. Quanto à resistência civil, creio que não havia a menor condição de ser feita. A sociedade civil estava desarmada. Só tinham armas os setores civis que apoiavam o golpe.

Nota-se que a declaração de Brizola, mais de quinze anos após o golpe civil-militar de 1964, é mais ponderada e reflexiva apontando as diversas traições ocorridas contra Goulart nas hostes militares e culpando estes militares da deposição de Jango. A resistência civil, na medida que militares não davam apoio massivo, segundo Brizola, estava sem rumo e desarmada, logo, fadada ao fracasso.

Antes da chegada de Goulart em Porto Alegre, ocorreu uma reunião com a presença de Ladário Telles e Brizola. José Wilson da Silva⁷⁷² relata que Brizola promoveu um encontro na sua residência:

Em Porto Alegre tínhamos um embrião de organização para a resistência. Com o levante de Minas, mais faroleiro do que real, reunimo-nos, dia 31, na casa do Brizola

⁷⁶⁹ BANDEIRA, M. *Op. cit.* 1978. p.180.

⁷⁷⁰ O então presidente da República poderia ter sido capaz de manter seu mandato se se dispusesse a distanciar-se de seus aliados nas organizações sindicais, em troca do apoio dos militares e do Congresso. A declaração de Kubitschek e de alguns militares instando Goulart a governar com os partidos e com as Forças Armadas e não com as organizações sindicais corrobora a hipótese de que Goulart poderia ter mantido seu mandato. Tal curso de ação, como Goulart havia antecipado, acarretaria um enorme custo. Ele teria sido forçado a conduzir uma repressão generalizada contra os grupos de esquerda, e, uma vez alinhado com os militares, ficaria 'amarrado' a eles por um futuro imprevisível. FIGUEIREDO, A. *Op. cit.* p. 201.

⁷⁷¹ COOJORNAL. Ano VI. n. 62. Fevereiro de 1981. p. 7-8.

⁷⁷² SILVA, J. *Op. cit.* p. 100.

para buscar informações e ver o que fazer. Estavam lá deputados do PTB, militares da Brigada, do Exército e lideranças civis. [...] Brizola deve ter entrado em entendimentos com o general Ladário Telles, que recém havia assumido o Comando do III Exército. Brizola apresentou-me a ele dizendo que eu estava bem informado da situação da tropa, independentemente do que se passava nos comandos. Expliquei-lhe que alguns destes comandos tinham que ser mudados imediatamente se quiséssemos ter tropa de confiança. As primeiras medidas foram de alterações nos comandos de algumas unidades da Brigada Militar, que seria nossa base, dadas as experiências de 61 e a liderança do próprio Brizola. [...] Nossos homens de confiança assumiriam os comandos duvidosos com o apoio de companheiros de dentro dos quartéis. [...] Chegou-me a queixa de que oficiais haviam desarmado todos os sargentos e subtenentes do QG, 223 homens. O general Ladário chamou o chefe do Estado-maior e determinou imediata distribuição de armamentos aos graduados, o que foi feito.

O general Ladário Telles assumiu o Comando do III Exército. Após contatos que manteve durante a madrugada o general Telles⁷⁷³ emite uma proclamação e inicia uma reunião com a presença de várias autoridades, entre elas, Leonel Brizola:

Honrado com a confiança do Excelentíssimo Senhor presidente da República, doutor João Goulart, e do Excelentíssimo Senhor ministro da Guerra, general de Exército Jair Dantas Ribeiro, assumi o comando da 6ª Divisão de Infantaria e, por ter sido o Excelentíssimo Senhor general de Exército Benjamin Rodrigues Galhardo nomeado chefe do Estado Maior do Exército, sendo o oficial-general mais antigo, acabo de assumir o comando do III Exército como também pelos demais companheiros do Exército Brasileiro. Sempre fui intransigente defensor da lei e da ordem e amante dos princípios democráticos. Aqui me encontro para cumprir rigorosamente as ordens das autoridades superiores. Todos os sacrifícios faremos para que a lei e a ordem sejam restaurados em todo o território nacional.

Declarando-se como o comandante em chefe do III Exército Telles procurava assumir a liderança da resistência democrática ao golpismo de setores militares em consonância com civis. Ao mesmo tempo, coloca-se Telles⁷⁷⁴ como um subordinado das determinações de Goulart:

Ninguém arrebatará das mãos do preclaro presidente João Goulart a bandeira da legalidade. O seu mandato é intocável porque é a expressão da soberania nacional. A força satânica dos privilégios não arrancará, do povo brasileiro, a bandeira das reformas. Por ela lutaremos, Exército e povo, sempre unidos, sempre uníssonos nos sentimentos como temos sido em todo o decorrer da nossa história. Companheiros do III Exército, meus patrícios do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná brava gente brasileira, como representante do Exmo. Sr. presidente da República Dr. João Goulart e sob as ordens do eminente ministro da Guerra general de Exército Jair Dantas Ribeiro, conclamamos a todos vós a cerrar fileiras na defesa da ordem, da lei e das instituições. Estou seguro e confiante que a nossa causa é santa e que ninguém nos arrebatará essa vitória que já é nossa.

A defesa do mandato de Goulart, em nome da possibilidade de reformas para libertar o povo brasileiro, era o principal lema de Ladário Telles. Em Brasília o golpe desenvolve-se de uma maneira tranqüila. O Congresso Nacional empossou o presidente da Câmara Federal

⁷⁷³ CORREIO DO POVO. 2 de abril de 1964. p. 1.

⁷⁷⁴ *Idem.*

como presidente da República nomeando novos ministros militares. *Correio do Povo*⁷⁷⁵ assim noticiou as ações golpistas dentro do Congresso:

As três horas da madrugada de hoje o Congresso Nacional empossou o Sr. Ranieri Mazzilli na presidência da República e declarou incerto o paradeiro do ex-presidente Goulart. Em seguida foi lido um ofício assinado pelo Sr. Darcy Ribeiro, então chefe da Casa Civil, dizendo que o presidente da República e todo seu ministério tinham se deslocado para Porto Alegre, uma vez que Brasília e Rio de Janeiro não mais ofereciam condições de segurança para governar o país. O presidente assinou decretos, na pasta da Guerra, nomeando o general Arthur da Costa e Silva, para titular da pasta da Guerra; almirante Augusto Rademaker, para ministro da Marinha e o brigadeiro Francisco Assis Corrêa de Mello, para a pasta da Aeronáutica.

O golpe de Estado, ocorrendo dentro do Câmara Federal, procurava ganhar contornos de legitimidade. A imediata ação, nomeando os ministros das Pastas militares, por parte de Ranieri Mazzilli, presidente da República em exercício, foi a principal medida naquela madrugada no sentido de iniciar a repressão contra os setores reformistas que buscavam resistir.

Antônio Duarte relata alguns acontecimentos que ocorreram com alguns integrantes da Associação. Em um primeiro momento a situação era de inexistência de uma direção a seguida, no entendimento de Duarte⁷⁷⁶:

José Anselmo e eu fomos informados de que o coronel Dagoberto, na chefia dos Correios e Telégrafos, sediado a uns trezentos metros do Arsenal de Marinha, queria contatos. Fomos até lá. No local estava montada uma central de comunicações do governo, em comunicação direta com as unidades ainda leais ao Presidente. [...] Notícias de atritos e discussões entre marinheiros e os oficiais, que tentavam, sem direção, organizar alguma forma de resistência. A desconfiança era mútua. O almirante Aragão aguardava ordens do presidente da República para atacar o Palácio do Carlos Lacerda. No seu gabinete, ouviam-se discursos de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Nos Correios, o coronel Dagoberto informou a partida do presidente Goulart para o Rio Grande do Sul. Ficava assim clara a falta de apoio ao presidente por parte do Exército, em Brasília. No Rio, confirmaram-se as notícias de adesão em massa das unidades do Exército que foram mandadas para deter os golpistas a caminho, a partir de Minas Gerais.

Por parte dos militares nacionalistas que participaram daquela conjuntura nota-se a constante presença nos depoimentos de uma queixa de falta de determinação de seus superiores no sentido de empreender uma efetiva e enérgica ação de resistência, o que não ocorreu, segundo eles, por parte do presidente Goulart e também por outras lideranças políticas.

⁷⁷⁵ CORREIO DO POVO. 3 de abril de 1964. p. 7.

⁷⁷⁶ DUARTE, A. *Op. cit.* p. 46.

A opção dos sargentos, seguindo a hierarquia militar, era de esperar a ordem de algum superior para agir no sentido de resistência ao golpe. Essa postura, segundo Jelcy Corrêa⁷⁷⁷, pode ter sido um erro por parte do Movimento dos Sargentos:

O maior pecado dos sargentos era o fato de que eles eram mobilizados por uma certa organização. Sempre nos preparamos para receber uma ordem de algum coronel de esquerda, algum superior de esquerda. Só iríamos agir se recebêssemos ordens. O comando político dos sargentos sempre aguardaria a decisão de algum superior. Não conseguimos tomar a responsabilidade sobre nós mesmos. O general Ladário, que aceitou ser o ministro da Guerra, poderia ser a chave.

Entre os marinheiros o golpe já era esperado. Apesar da desconfiança, relatada por Antônio Duarte, logo após tomarem conhecimento da chegada de Brizola no Rio Grande do Sul, os marujos começaram a agir. Depois da reunião com Brizola, segundo Capitani⁷⁷⁸, já se sabia o que fazer:

Assim que estourou o golpe, cumprimos nossa determinação. Antes que os oficiais tomassem os navios, nós tomamos os navios, ou seja, cumprimos nossa parte. A Marinha não ofereceu tropas em favor do golpe. Ao contrário, passou a oferecer tropas contra o golpe. Exército e Aeronáutica ficaram a cargo dos sargentos.

Na Marinha, logo, segundo Capitani, existiu uma enérgica ação antigolpista. Nos bastidores existia a apreensão pela tomada de posição do presidente Goulart.

A esperada chegada de Goulart ocorre na madrugada do dia 1º. A primeira iniciativa foi tomar contato com Brizola e instalar o governo em Porto Alegre. O presidente chegou ao Rio Grande do Sul “disposto a resistir ao golpe que visa a apeá-lo do poder. Tendo em vista essa decisão, o presidente João Goulart reuniu-se, logo à sua chegada, na residência oficial do comandante do III Exército, com o deputado Leonel Brizola, o general Ladário Telles, o general Assis Brasil e o brigadeiro Othelo Ferraz⁷⁷⁹”.

Enquanto o presidente da República instalou o governo em Porto Alegre, o governador Ildo Meneghetti, provavelmente temendo uma resistência, por parte de Brizola e Goulart, ao golpe que estava perpetrado contra as instituições declarou-se favorável “às forças que se levantaram em Minas Gerais e outros Estados contra o Sr. João Goulart. O governador Ildo Meneghetti resolveu transferir a sede do governo para o interior do Estado. Comunicação oficial informou que o governo do Estado foi instalado em Passo Fundo, nas dependências do 3º Batalhão de Caçadores, da Brigada Militar, para organizar a resistência⁷⁸⁰”.

⁷⁷⁷ RODRIGUES, Jelcy Corrêa. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Guapimirim: [s.l.], 2008.

⁷⁷⁸ CAPITANI, Avelino Bioen. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁷⁷⁹ *Ibid.* p. 5.

⁷⁸⁰ CORREIO DO POVO. 2 de abril de 1964. p. 16.

Mesmo não podendo contar com a presença do seu ministério, Goulart articula reunião com lideranças civis e militares. Goulart fez questão de declarar que:

Estou firme na defesa e ao lado do povo, no povo em quem acredito e deposito a certeza de vitória da nossa causa. Não recuarei. Não me intimidarão. Reagirei aos golpes dos reacionários, contando com a bravura, lealdade, bravura e a honra das forças militares e a sua sustentação das forças populares do nosso país.

No discurso Goulart mantinha a tentativa de mobilização dos militares para defender o regime democrático. Logo após sua esperada chegada em Porto Alegre, as esperanças das esquerdas nacionalistas estavam concentradas nas decisões de Goulart de reagir à movimentação golpista. Goulart, segundo Reis Filho⁷⁸¹, negociou o quanto pôde. Era o seu forte. E o que sabia fazer. No início, tentou ignorar a ameaça, suas premências e urgências, como se não quisesse acreditar no que estava acontecendo. Depois, e até o fim da tarde de 31, nas febris negociações, fingiu uma força que sabia já não ter mais.

Nas principais cidades, atônito, o movimento sindical acionava a sua arma conhecida – a greve geral. Atingiu, sobretudo, os portos e os meios de transporte público. Tudo parado. O resultado da greve foi um fracasso, pois isolou e prendeu as pessoas em suas casas, liberando as ruas para o movimento das tropas. “De nada valeram os últimos discursos de Brizola e de outros líderes nacionalistas radicais. Ou os derradeiros chamados à luta de núcleos combativos de estudantes e sindicalistas em praças. Para os vencedores, o triunfo de uma revolução restauradora. Para os movimentos sociais, um desabamento de referências”⁷⁸².

José Wilson da Silva⁷⁸³ relata a chegada de Goulart e sua participação na referida reunião:

Chegaram Jango e mais cinco ministros. Muitos empurrões, muita emoção, muitas palavras: ‘presidente, reaja’, ‘presidente, vamos fazer resistência’. [...] Do aeroporto, o presidente e todos os presentes se dirigiram para a casa do Comandante do III Exército. As tropas, dando segurança, postaram-se em pontos estratégicos em torno do local. Amanhecia, primeiro de abril. Através de um rádio portátil de comunicação, ficaram as lideranças, Jango, Brizola, Ladário e ministros, o dia inteiro fazendo contatos e análises sobre o que se passava no Rio, Brasília e Porto Alegre. Por outro lado, nós procurávamos também saber o que se passava nas guarnições do interior. Pudemos então confirmar que cinco das principais guarnições estavam firmes conosco. Soubemos que em Bagé os oficiais tinham tentado prender os sargentos. Então, no 12º Regimento de Cavalaria, ante a ameaça de prisão por um lado e a desorientação dos oficiais de outro, os sargentos liderados pelo sargento Carlos Palma Gordin assumiram o controle da Unidade e prenderam os oficiais.

⁷⁸¹ REIS FILHO, D. *Op. cit.* p. 322.

⁷⁸² *Ibid.* p. 323.

⁷⁸³ SILVA, J. *Op. cit.* p. 103.

A ação dos sargentos desenvolvia-se sem mesmo uma determinação ou ordem presidencial. Apesar disso, tornava-se complicado atingir a unidade, pois eram ações dispersas bloqueadas pela confiança do dispositivo militar de Assis Brasil. Segundo Moraes⁷⁸⁴, o maior responsável militar pela paralisia e desmoronamento do dispositivo legalista nas Forças Armadas foi o general Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência. Manteve um irresponsável otimismo que chegou ao burlesco no episódio da deposição de Arraes pelo IV Exército. “Ao oficial que lhe deu voz de prisão, dizendo-lhe para se recolher à sua residência, o governador de Pernambuco respondeu: “Não tenho casa. Moro no Palácio”. Intimado a nele permanecer até segunda ordem. Arraes telefonou para Brasília e ouviu de Assis Brasil o seguinte conselho: “Resista, Governador, porque estamos vencendo em todas as frentes”⁷⁸⁵.

A reunião entre Goulart e autoridades estendeu-se durante a madrugada do dia 2 de abril. José Wilson⁷⁸⁶ relata o contato com o então presidente:

Esperamos por mais de vinte quatro horas. O Jango chegou na madrugada do dia primeiro. Ficou consultando os assessores. E na medida em que começou a demorar, os nossos oficiais não sabiam o que fazer. ‘O tenente Wilsom conhece todas as tropas’, disse o Brizola para Jango. Relatei os oficiais que estavam no nosso lado. Isso já era duas ou três da madrugada. Dentro dos quartéis vocês determinem a ordem de marcha, ou seja, ‘colocar na estrada’, essa era a determinação. No comando do REC MEC (Regimento Mecanizado) tínhamos o coronel Machado, que era janguista. Tínhamos mais de quinze carros de combate em nosso favor! Relatei ao Ladário quem eram os chefes do golpe aqui: coronel Alberto Pereira dos Santos (comandante da DI), o ex-comandante do 18º RI. A minha determinação era de retirar as tropas dos quartéis, também. Entregar os comandos foi a determinação. ‘Precisamos de uma tropa para dar segurança ao presidente’, alertei ao Ladário. Chamei 6º Esquadrão, onde major Kaufmann era nosso, assim como a maioria da sargentada.

A possibilidade de resistência encontraria um considerável escopo de muitos sargentos especialmente no Rio Grande do Sul. Brizola relata que a disposição de Ladário era de resistir e deixou isso claro para Goulart. A decisão, contudo, seria do presidente. Segundo Brizola⁷⁸⁷:

O general Ladário considerava a situação difícil, mas jamais perdida. Informou que havia algumas defecções na área do III Exército, mas que isso não tinha maior importância. Disse possuir armamentos para 110 mil homens, e que comigo iria organizar, para colaborar com as tropas do Exército, corpos provisórios de resistência. Mas informou que, para desenvolver essa ação militar, ele necessitaria de uma ordem do Presidente, porque era um general legalista. Nesse momento levantou um general, de cujo nome não me recordo, com a mão na cabeça, dizendo: ‘Ladário, isso é uma loucura! Presidente, eu lhe faço um apelo. Militarmente, a situação está

⁷⁸⁴ MORAES, João Quartim. O colapso da resistência ao golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 57.

⁷⁸⁵ SILVA, Hélio. *1964, golpe ou contragolpe*. Porto Alegre: L&PM, 1978. p. 411.

⁷⁸⁶ SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

⁷⁸⁷ COOJORNAL. Ano VI. n. 62. Fevereiro de 1981. p. 7-8.

perdida'. E continuou com a sua manifestação irracional, afinal interrompida pelo general Ladário, que disse: 'general, quando um militar tem que defender seu juramento, a sua honra, a sua dignidade e a sua palavra, ele até no milagre confia'.

Ladário Telles até o último momento procurava demonstrar confiança na possibilidade de resistência. Em outras unidades da Aeronáutica os sargentos esperavam a determinação para a ação de resistência. José Maria dos Santos⁷⁸⁸ comenta que o golpe já estava sendo gestado há muito tempo e que os sargentos sabiam disso:

Não foi uma surpresa, pois sabíamos que eles estavam se articulando e deveriam estar bem articulados. Naquele mês de março se acumulavam as denúncias de mobilizações do Lincoln Gordon, Cordeiro de Farias, Magalhães Pinto, etc. Até o mês de fevereiro já tinha mais de cem comunicações de teletipo que apontavam a movimento deles todos. Não existia dispositivo algum de resistência. Qualquer coisinha que acontecia era uma troca de telefonemas entre nós. O Rui Moreira Lima, comandante da Base Aérea de Santa Cruz, solicitou a ordem ao Jango para autorizar o bombardeio às tropas de Mourão. O problema foi que não ocorreu nenhuma ordem de cima para efetuar uma reação. A primeira ação dos oficiais golpistas foi bloquear a entrada de sargentos nos quartéis. Depois do golpe fui condenado a três anos de prisão e o Selva Mendes foi condenado a quatro anos.

O ato final da reunião ocorrida em Porto Alegre refletiu-se na desistência de reação por parte de Goulart. A decisão de não resistir foi tomada na madrugada em que ocorreu a derradeira reunião na qual participou José Wilson⁷⁸⁹:

Quando o general Floriano Machado chamou o presidente Goulart para um canto e disse-lhe: 'Presidente, tropas de Curitiba estão marchando para Porto Alegre, o senhor tem duas horas para deixar o país se não quiser ser preso'. Depois disso o presidente comunicou que iria haver derramamento de sangue e que não desejava isso. [...] Acabávamos de receber um recado de que estavam mais de cem graduados armados e aguardando ordens, com a liderança dos subtenentes Emíldio Mariano dos Santos, sargento Hélio Gonçalves, sargento Antônio Fiori e outros. E na área dos depósitos o tenente Dario Viana dos Reis com todos seus companheiros. [...] A negativa do Brizola em nos acompanhar foi muito decepcionante, pois não contávamos mais com esta. [...] Cerca de oito e meia da manhã, chegava a notícia de que estaríamos formando um comando de oficiais para prender Brizola. [...] Maldizíamos não termos levado avante uma ideia esboçada com o Teodomiro, cerca de quatro meses antes: a de levarmos nós uma equipe estruturada, com comandos e grupos de ação de cinquenta ou cem homens, ou mais, independentes de interferências outras. Faltou-nos confiança em nós mesmos.

Brizola indica o fato que levou Goulart a optar definitivamente em não resistir. No desenrolar da reunião o presidente da República recebe a mensagem de que o presidente

⁷⁸⁸ SANTOS, José Maria dos. *Depoimento* [novembro/1999]. Entrevistadores: J. Ferreira e A. Gomes. Rio de Janeiro: UFF, 1999. 6 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense.

⁷⁸⁹ SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

estadunidense, Johnson, havia reconhecido o governo golpista configurado com Mazzilli, presidente da Câmara. Brizola⁷⁹⁰ lembra que:

A reunião prosseguiu sem decisão. A decisão de não reagir veio após receber o comunicado de que o governo Johnson reconhecia o novo governo. Eu lhe confesso que, com o conhecimento que tenho hoje sobre a preparação do golpe, àquela altura o presidente agiu corretamente. Era uma situação difícil, embora considere que, havendo resistência, como era possível, talvez o povo brasileiro tivesse sido poupado da permanência, por tão longo tempo, do regime autoritário. Estou certo de que foi a audácia de grupos minoritários, que levou à deterioração do governo, especialmente diante do clima de desinformação que existia em todo o país.

O governo estadunidense foi o primeiro a reconhecer o governo golpista de Mazzilli. Nos primeiros dias de abril o *Correio do Povo*⁷⁹¹ publicava a declaração do presidente Johnson de que estava satisfeito com a deposição de Goulart:

O presidente Lyndon Johnson disse hoje que “esta fora uma boa semana para o Hemisfério” em virtude do restabelecimento das relações panamenho-americanas e das mudanças de governo ocorrida no Brasil. Disse: “Temos as mais brilhantes esperanças” no Brasil e que os Estados Unidos ficaram satisfeitos com os processos constitucionais com que João Goulart foi derrubado do poder.

Os fuzileiros navais aguardavam alguma determinação para agirem contra Carlos Lacerda. Antônio Duarte aponta que o comandante dessa possível operação seria o almirante Aragão, mediante a autorização de Goulart. Essa ordem, contudo, não chegou até o almirante e segundo Duarte⁷⁹²:

Encontramos em frente ao Ministério da Marinha, no Rio, o sargento Dantas, fuzileiro naval que comandava um pelotão de fuzileiros em missão de cerco ao palácio Guanabara. Ele nos explicou que havia recebido ordens do almirante Aragão para retirar-se com a tropa, para a Ilha das Cobras. Na conversa com o sargento Dantas, que conhecíamos de reuniões anteriores, constatamos sua enorme decepção com as ordens de retirada. O primeiro-sargento fuzileiro Damasceno propunha que se procedesse de forma a substituir oficiais, que não estivessem dispostos a resistir, por sargentos ou suboficiais. A proposta caiu no vazio que se formava. Se o principal interessado na resistência, o chefe do governo legal, não queria combater o golpe, então, se tornava uma tarefa impossível recrutar e fazer funcionar um comando à base de subalternos. Aragão enrolou sua bandeira e foi pra casa.

A decisão de Goulart em não resistir significou o ponto final para uma possível resistência a ser empreendida pelos militares nacionalistas em busca da defesa do regime

⁷⁹⁰ COOJORNAL. Ano VI. n. 62. Fevereiro de 1981. p. 7-8.

⁷⁹¹ CORREIO DO POVO. 5 de abril de 1964. p. 3.

⁷⁹² DUARTE, A. *Op. cit.* p. 46-47.

democrático e o sucesso da intervenção militar que pôs fim ao padrão moderador⁷⁹³. Os sargentos, marinheiros e demais subalternos militares das três Armas aguardaram uma decisão mais convicta de Goulart no sentido de reagir e acionar diversas bases de apoio que tinham disponíveis. Brizola⁷⁹⁴ aponta que:

O presidente João Goulart seguiu para São Borja, talvez convencido de que lá poderia permanecer, a exemplo do que ocorreu com Vargas. O general Ladário foi ao QG do III Exército passar o comando, porque desejava voltar ao Rio para se apresentar ao ministro da Guerra. Eu me retirei da reunião e fui descansar numa pequena chácara nas vizinhanças de porto alegre. Não imaginávamos que, mesmo com o golpe, pudesse ser desencadeada uma repressão tão generalizada e brutal. [...] eram prisões em massa. O governo Meneghetti, que havia fugido para o interior, voltou à capital. A polícia estadual, colaborando com as Forças Armadas, fez prisões incalculáveis. [...] achei que devia me deslocar para porto alegre. [...] a minha ideia era ir até a Assembleia Legislativa denunciar o golpe e de lá tomar um avião para Brasília e reassumir a minha cadeira de deputado. Que ingenuidade! Quando cheguei em Porto Alegre, soube que minha casa havia sido invadida. Felizmente, lá não se encontrava minha família, que estava em casa de parentes. Tratei de afundar na clandestinidade. Logo que soube que o Goulart havia partido para o exílio reuni-me com um grupo de companheiros que ainda não haviam sido presos e concluímos que, em face das prisões, não havia condições para permanecermos na cidade por muito tempo.

A repressão nos primeiros dias de abril de 1964 foi constante provocando a fuga de muitos setores ligados às lideranças trabalhistas. A saída de Goulart do país, para evitar sua prisão, acabou redundando também na clandestinidade de Brizola. Este, apesar das insistências dos militares sul-rio-grandenses percebeu, decepcionado, que o presidente Goulart, quem de fato deveria decidir sobre resistir ou não, também saiu do país exilado.

Depois de frustrada qualquer possibilidade de resistência as principais lideranças tiveram seus direitos políticos suspensos conforme determinação do “Comando Supremo da Revolução que resolve, nos termos do Art. 10 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos: Leonel

⁷⁹³ O movimento vitorioso de 1964 envolveu acontecimentos muito mais complexos do que os de 1945 (deposição de Vargas) ou de 1954 (morte de Vargas). Em 1964, os militares não se limitaram a depor o presidente, mas realmente assumiram o poder pela primeira vez no século XX. Todavia, nesse movimento, como nos anteriores, a legitimidade do presidente estava sendo submetida a ampla discussão muito antes da intervenção militar. Em cada um dos golpes anteriores a 1964, um elemento decisivo do próprio golpe, da criação de coalizão entre civis e militares e do consenso entre os oficiais, foi a percepção de que existia permanentemente um limite ao grau de intervenção militar na política. Esta restrição, característica central do modelo moderador, efetivamente opôs um limite à intervenção militar para a deposição do chefe do Executivo, excluindo qualquer possibilidade de usurpação do governo pelos militares envolvidos. O movimento de 1964 não se limitou a depor um chefe de Executivo; ao mesmo tempo os militares assumiram o poder político do país, indo além dos parâmetros do padrão moderador das relações entre civis e militares que predominaram durante todo período de 1945-1964. O conjunto do sistema político sofrera uma mudança radical que mergulhava suas raízes em profunda alteração da ideologia: os militares se dispunham a ser, não mais os moderadores, mas os dirigentes da política. STEPAN, A. *Op. cit.* p. 70-93.

⁷⁹⁴ COOJORNAL. Ano VI. n. 62. Fevereiro de 1981. p. 7-8.

Brizola, João Goulart, Luiz Carlos Prestes, Miguel Arraes, etc⁷⁹⁵. Com o Ato Institucional nº I o país ingressava em uma ditadura civil-militar que perseguiu, prendeu, torturou e assassinou diversos atores políticos. A violência foi o principal artifício utilizado pelo Estado.

Muitos militares que participaram ativamente da conjuntura anterior ao golpe, buscaram através de movimentos armados contra a ditadura uma forma de contestação à violência de Estado. A maioria dos que foram expulsos das Forças Armadas procurou manter-se através de empregos de baixa remuneração e sem um vínculo empregatício consistente. Outros, exilados em países com México e Chile, retornaram somente com a anistia em 1979.

Nesse subcapítulo objetivou-se apontar a atuação de Brizola em consonância com os subalternos militares na conjuntura de março de 1964. A luta pela aprovação das reformas de base juntamente com uma ação visando resistir a um previsível golpe civil-militar consolidavam-se uma aproximação entre as demandas dos militares com a ação política de Brizola. A repressão, com expurgos e punições, contra esses setores das Forças Armadas foi empreendida após a vitória da oficialidade antinacionalista através do golpe.

⁷⁹⁵ O CRUZEIRO. n. 30. 2 de maio de 1964. p. 40.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa com fontes documentais escritas e de depoimentos de atores envolvidos no período anterior ao golpe civil-militar de 1964, esta dissertação procurou analisar a relação de Leonel Brizola com os setores subalternos nacionalistas das Forças Armadas Brasileira. Ao longo da pesquisa se pode observar que a atuação de Leonel Brizola, herdeira da tradição política varguista, foi radicalizando-se na medida em que o ex-governador sul-rio-grandense foi impingindo em sua ação um considerável viés nacionalista. Na medida em que se radicalizava a ação política de Brizola, radicalizavam-se também as atuações das esquerdas nacionalistas do período e a atuação dos subalternos militares nacionalistas.

O nacionalismo enquanto defesa do fortalecimento do Estado e crítica à participação do capital estrangeiro na economia nacional era uma bandeira disputada por diversos grupos sociais e ao mesmo tempo constituía-se em um conceito central para os defensores das reformas estruturais. O nacionalismo popular, somado ao reformismo radical defendido por setores do trabalhismo, deram unidade entre a esquerda nacionalista, representada pelo Movimento Nacionalista Brasileiro e pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com os setores nacionalistas castrenses. Aproximando-se dos círculos militares e percebendo que os sargentos constituíam-se no elo de ligação entre a oficialidade e as tropas, logo eram centrais para um objetivo de resistência contra um possível golpe com a participação das Forças Armadas, Brizola procura manifestar-se em favor das demandas dos subalternos militares nacionalistas.

Partindo da premissa de que as Forças Armadas Brasileiras, especialmente durante o período de redemocratização política, ou seja, entre 1945-1964, caracterizaram-se por constantes divisões internas. Essas divisões refletiam os conflitos entre setores sociopolíticos nacionalistas e antinacionalistas em disputa durante toda a conjuntura analisada. Cada um desses grupos buscando a apropriação da bandeira do nacionalismo, ou seja, cada um pretendendo ser mais nacionalista do que o oponente. Os militares subalternos em sua maioria e alguns setores do oficialato das Três Armas defendiam as reformas estruturais da sociedade e colocavam-se em franca oposição à participação de interesses estrangeiros na economia nacional.

Relacionando-se com as divisões verificadas na sociedade civil, a instituição militar enquanto uma estrutura social, em certos momentos passou a entrar em atrito com os seus

subalternos enquanto sujeitos históricos, abalando assim os pilares das Forças Armadas, quais sejam, a hierarquia e a disciplina.

Enquanto Brizola buscava aproximar-se de setores militares, os sargentos estavam imersos em uma conjuntura democrática que refletia a busca de direitos sociais. As conquistas de estabilidade e melhores condições de trabalho para alguns setores militares, atingidas durante o período Juscelino Kubitschek, tendo o marechal Henrique Teixeira Lott à frente do Ministério da Guerra, serviram de motivação para a manutenção dos direitos e possibilidade de manifestações no sentido de maiores conquistas. Compartilhavam os subalternos militares de tradições políticas que os aproximavam do ideário trabalhista de reformismo, nacionalismo e defesa do fortalecimento do Estado.

A partir da Campanha da Legalidade e da ativa participação dos subalternos das três Armas, mas especialmente os sargentos da Aeronáutica e do Exército, ocorre uma maior aproximação entre Leonel Brizola e esses militares. Desse episódio, somado a um histórico de lutas por direitos tanto dos sargentos da Aeronáutica e Exército quanto dos marinheiros, nasce o chamado Movimento dos Sargentos. Este, entre os meios militares, constituía-se no principal agrupamento corporativo em defesa das reformas de base que apropriava-se da bandeira do nacionalismo como forma de luta contra os setores castrenses anti-reformistas ou antinacionalistas.

No Movimento dos Sargentos canalizavam-se as lutas dos subalternos militares de uma forma ampla, embora a atuação dos marinheiros tenha sido mais desenvolvida dentro de sua própria Arma. As condições de trabalho e vida dos marinheiros eram de debilidade à toda prova. Direitos básicos como casar, andar com traje civil, alimentação digna dentro das embarcações e possibilidade de terem a sua Associação reconhecida, passaram a ser a grande bandeira na luta dos marinheiros. A consolidação de sua Associação foi o ponto de partida para uma maior politização desses marinheiros.

Em um período democrático e na medida em que consolidavam suas entidades representativas, os subalternos militares passavam a estabelecer contatos com atores e partidos políticos mais ativos. Do contato, especialmente com o Partido Trabalhista Brasileiro, decorreu a possibilidade de participar ativamente do cenário político nacional. Por conta disso, nas eleições de 1962 ocorre o lançamento de sargentos-candidatos, tendo sido eleitos diversos candidatos tanto nas eleições para o Legislativo Federal, em 1962, quanto para os legislativos municipais, em 1963, obtendo expressivas votações em ambas eleições. O impedimento à posse de alguns candidatos eleitos acirrou os ânimos do Movimento dos Sargentos em busca de plena cidadania política, o direito de votar e ser votado.

Se o trabalhismo serviu de canal político-partidário para a manifestação das demandas dos subalternos militares, estes participaram do cenário político nacional de uma forma autônoma. A ideia de que no trabalhismo estaria implícito o pacto populista, conceito desenvolvido também por teóricos como Octávio Ianni e Francisco Weffort, onde subentende-se a existência de líderes políticos carismáticos manipuladores de grandes massas sem consciência de classe, parece inadequada. No período histórico estudado pela pesquisa os subalternos militares, assim como diversos atores sociais e políticos, compartilharam de ideias como nacionalismo, reformismo social e cidadania política plena. Esse arcabouço de ideias compartilhadas configurava uma cultura política trabalhista, característica do pensamento emancipatório do período. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), herdeiro de posições políticas anteriores até mesmo à sua fundação, abarcava boa parte das esquerdas do período, especialmente após a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, e dava unidade às lutas pelo atendimento de demandas históricas para a maioria da população brasileira.

Depreende-se que Leonel Brizola e a esquerda do PTB, após a Campanha da Legalidade, procurou constituir um grupo sócio-político, classificado por “povo”, que abarcaria todos os setores que lutariam por reformas sociais estruturais. Tendo a Frente de Mobilização Popular (FMP) como principal palanque para esses setores reformistas, Brizola procurava opor-se às forças conservadoras e antidemocráticas (abarcando as principais lideranças do golpe de março de 1964), que pretendiam manter privilégios históricos e impediam as discussões por reformas de base. Os sargentos faziam parte desse grupo sociopolítico reformista, tendo ingressado também na FMP.

As candidaturas dos sargentos tinham como ponto principal, além, é claro, da defesa intransigente de demandas dos subalternos militares, a defesa do patrimônio nacional e de reformas estruturais. O nacionalismo era a grande bandeira de luta para todas as esquerdas do período, ou seja, tanto trabalhistas como comunistas compartilhavam da ideia de libertação econômico-política nacional. Do nacional-desenvolvimentismo, predominante nos anos 1950, até o nacionalismo popular reformista, do início da década de 1960, o nacionalismo no Brasil adquiriu características mais radicais as ações políticas, de encampações de empresas estrangeiras, com viés anti-imperialista por parte de Leonel Brizola. Essas atitudes, especialmente as nacionalizações das empresas de telefonia e de fornecimento de energia elétrica, durante sua administração no Estado do Rio Grande do Sul, possibilitaram que o então deputado pelo Estado da Guanabara, a partir do ano de 1963, conquistasse o respeito político de grande parte dos subalternos militares nacionalistas.

As atitudes anti-imperialistas e a peremptória defesa da ordem constitucional, especialmente durante a Campanha da Legalidade, permitiram a unidade fundamental no campo político-estratégico das forças das esquerdas nacionalistas. A formação da Frente Parlamentar Nacionalista e, especialmente, em 1963, da Frente de Mobilização Popular, tendo Brizola como uma de suas lideranças, possibilitou a participação dos setores operários, representados pelo Comando Geral dos Trabalhadores; dos estudantes, com a União Nacional dos Estudantes; dos trabalhadores do campo, com as Ligas Camponesas; e dos militares subalternos, com o Movimento dos Sargentos, na luta pela aprovação das reformas de base.

Os princípios legalistas de defesa do mandato do presidente João Goulart, durante a Campanha da Legalidade, fortaleceram-se a partir do Plebiscito, no início de 1963, que encerrou o período de Parlamentarismo. Durante toda a administração de Goulart, os movimentos populares, inclusive e principalmente o Movimento dos Sargentos, exerceram a função de principais defensores da ordem legal, ou seja, da manutenção do mandato de Goulart, e ao mesmo tempo de pressão constante para a aprovação das reformas de base, tais como a reforma agrária, ponto em comum para todas as esquerdas do período e dívida histórica do Estado Brasileiro para com seus cidadãos.

Brizola radicaliza sua ação política com discursos nos quais fazia críticas ferrenhas aos setores sociais ligados à grande propriedade. Pronunciamentos esses criticavam de maneira contundente as autoridades militares nacionais ligadas aos setores que empreenderam a tentativa de golpe de agosto de 1961 e personalidades diplomáticas estadunidenses. Isso fazia com que aumentasse o prestígio de Brizola com as esquerdas nacionalistas, recebendo o apoio das mesmas.

Os sargentos, por seu turno, em decorrência de sua ativa participação em manifestações em defesa da ordem democrática e de aprovação das reformas de base “com arma nas mãos” ou “na lei ou na marra”, obtêm a simpatia de camadas sociais mais radicalizadas. A divulgação do Manifesto dos Sargentos, em maio de 1963, e a Rebelião dos Sargentos da Aeronáutica e Marinha, promovida por militares exaltados condenados pela sua atuação radicalizada em muitos depoimentos coletados durante a pesquisa, serviram de argumento para aumentar a repressão dos oficiais golpistas que haviam cometido brutais arbitrariedades contra o regime democrático, tanto em Aragarças quanto em Jacareacanga, mas especialmente no mês de agosto de 1961, sem receber as devidas punições e tampouco ser condenados por infringirem a disciplina e a hierarquia militares.

A defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a defesa do regime democrático com armas na mão serviram para favorecer a argumentação dos golpistas que,

incentivada por autoridades estadunidenses, como o embaixador Lincoln Gordon e o Adido Militar Vernon Walters, obteve a simpatia de setores médios urbanos. Os defensores da ordem constitucional e democrática de agosto de 1961 acabaram sendo classificados como os antidemocráticos em 1964.

A tentativa de resistência esbarrou em João Goulart que optou por não utilizar-se, ao perceber a atuação concreta dos EUA ao enviar porta aviões na Operação Brother Sam, de setores, que eram em bom número, legalistas dentro das Forças Armadas Brasileiras. A ação imperialista estadunidense, portanto, foi permanente especialmente após os acontecimentos de agosto de 1961 fazendo com que as autoridades demovessem da ideia de resistência militar.

Os subalternos militares que participaram ativamente da mobilização política foram punidos severamente por conta da oficialidade antinacionalista que prevaleceu no comando das estruturas militares após o golpe de Estado. Muitos dos sargentos e marinheiros que lutavam pela ordem constitucional antes do golpe civil-militar de 1964, aumentaram seu contato com Leonel Brizola no período em que o mesmo esteve exilado, possibilitando com isso a formação de grupos armados de resistência à ditadura civil-militar instituída a partir de 1964.

As medidas adotadas pelos militares vitoriosos em 1964 vieram no sentido de implementar reformas organizacionais que buscavam imunizar as Forças Armadas contra as divisões políticas. Daí a expulsão de centenas de militares ligados às ideias nacionalistas populares. Além dos expurgos desses militares, intensificou-se o controle hierárquico e ideológico sobre os oficiais, expandiram-se os serviços de inteligência, reformou-se o sistema de promoção e reforma de modo a impedir a permanência por muito tempo de oficiais na ativa ou no mesmo posto. A eliminação da política na sociedade, mediante a censura e a repressão, serviu também para ajudar a eliminar ou ocultar os conflitos internos.

BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS

1. Obras gerais

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *O caminho da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Melso, 1962.

_____. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7 ed. Brasília: Ed Unb, 2001.

BARROS, Alexandre. *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese (Doutorado em História) - University of Chicago, 1978.

BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: Já Editores, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

_____. *O Governo Kubitschek*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

_____. *O governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BRIZOLA, Leonel. A política e o golpe de 1964. In: RAPOSO, Eduardo. *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK/JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: _____; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *A República Liberal II – Evolução Política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da civilização brasileira. Tomo III - O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

_____. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: *A Revolução de 30: Seminário Internacional – CPDOC/FGV* (Rio de Janeiro, setembro de 1980). Brasília: Ed. Universidade de Brasília. p. 109-187.

CASTRO, Celso. A origem social dos militares. In: RAPOSO, Eduardo. *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

_____. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: UNB, 1998.

CORRÊA, Marcos Sá. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: LPM, 1977.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Vanda Maria. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas*. Dissertação (Mestrado). Iuperj, 1978.

COUTINHO, Carlos. Democracia e socialismo: questões de princípio. In: _____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: _____; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo*. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986.

ESTEVES, Diniz. *Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro (1951-1999)*. Brasília: Verano Editora, 1999.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

FERRAZ, Francisco. *À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 1996.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24 no. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 dez. 2006.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. João Goulart e a “Operação Brother Sam”. In: _____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: _____. FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FICO, Carlos. *Para além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia e reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: *Anos 90*. Porto Alegre. v. 11. n. 19/20. Jan./ Dez. 2004. p. 11-20.

_____. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Era o golpe de 64 inevitável. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: UNICAMP, 1997.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- IANNI, Octavio. Processo político e desenvolvimento econômico. In: _____. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: GRD, 1967.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.
- LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAMARÃO, Sérgio. Clube Militar. In: ABREU, Alzira Alves de. (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*.
- LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1991.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Editora Aquariana, 2008.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARINHO, Luiz Carlos de Oliveira. *O ISEB em seu momento histórico*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Rio de Janeiro, UFRJ, 1986.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MENDONÇA, Daniel. *Democracia sem democratas: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MIRANDA, Samir Perrone. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MOISÉS, José Álvaro. *A Greve dos 300 Mil e as Comissões de Empresa*. Cadernos CEDEC, São Paulo, v. 2, p. 7-20, 1978.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. O colapso da resistência militar ao golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: UNICAMP, 1997.

MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MOTTA, Rodrigo Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. *Introdução à História dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MÜLLER, Elisa Maria de Oliveira. *A encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense e o nacionalismo na década de 1950*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOGUEIRA, Marcelo D'Alencourt. *As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: UNICAMP, 1997.

PARKER, Phyllis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 1992.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINTO, Céli. *Positivismo: um projeto alternativo (1889-1930)*. Porto Alegre: LPM, 1986.

QUADROS, Claudemir. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003.

QUADROS, Jânio; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História do povo brasileiro*. Vol. VI. São Paulo: Quadros Editores Culturais S.A., 1967.

QUEIROZ, Suely Reis de. *Os radicais da República – Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1961.

RAPOSO, Eduardo. Competição política desestabilizadora. In: _____. *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____. RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROUQUIÉ, Alain. Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil. In: _____. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Los militares em la política latinoamericana desde 1930. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: política y sociedade desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

RUAS, Mirian Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Fabris, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

_____. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Antonio Silveira da. *A Brigada Militar e a Legalidade*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1989.

SILVA, Hélio. *1964, golpe ou contragolpe*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

_____. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio Ari Dillon. A formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

SOARES, Gláucio Ari Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

_____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Do Estado Novo à Ditadura Militar: memória de um soldado*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Evolução e crise do sistema partidário. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

STACCHINI, José. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS (1947-1968)*. Universidade de Passo Fundo, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRINDADE, Hélió. O brizolismo e seu legado. In: *Teoria & debate*. Vol. 17. São Paulo, 2004.

_____. O jacobinismo castilhistas e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: _____. *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

TRINDADE, Hélió. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974). In: CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Políticos e eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WASSERMANN, Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: _____.; GUAZZELLI, César (org.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

2 Obras teóricas

ABREU, Alzira Alves de. et alii. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1965.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: _____. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARINOS, Afonso. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

BARRAZA, Ximena. Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária. In: MAIRA, Luís (org.). *América Latina: novas estratégias de dominação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BARROS, José d'Assunção. Os campos da História no século XX. *Ler História*. Lisboa, n. 49, 2005.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BÉDARIDA, François. Temps présent et présence de l'histoire. In: IHTP – Institut d'Histoire du Temps Présent. *Écrire l'histoire du temps présent*. 3 ed. Paris: CNRS Éditions, 2002.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BLOCH, Marc, *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*. Vol. 40. N. 2. Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 21 janeiro de 2009.

CARR, Edward. *Que é a história?* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo da Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CORRÊA, Carlos Humberto. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1978

COSTA, Vanda. *Com rancor e com afeto: as rebeliões militares na década de trinta*. Trabalho apresentado à Oitava Reunião Anual da Associação Nacional de Ciências Sociais – ANPOCS, Águas de São Pedro, 1984.

CANIVEZ, Patrice. *Qu'est-ce que la nation?* Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 2004

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: _____(orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CUESTA, Josefina. *Historia del presente*. Madrid: EUDEMA – S.A., 1993.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DEBERT, Guita. *Ideologia e populismo*. São Paulo: Queiroz, 1979.

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DOMINGUES, José Maurício. O nacionalismo nas Américas do Sul e Central. In: _____. *Aproximações à América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa. In: _____. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FINLEY, Moses. *Democratie antique et democratie moderne*. Paris: Petite Bibliotheque Payot, 1973.

FLORESCANO, Enrique. De la memoria del poder a la história como explicación. In: PEREYRA, Carlos, et al. (org.). *História, para qué?* México: Siglo XXI, 1982

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1993.

_____. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; SOIHET, Rachel. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos: contradicciones y anomalias em el desarrollo de la teoria*. Madrid: Alianza, 1985.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 25 (1934): Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos). In: _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. Notas sobre o Maquiavel. In: _____. *Gramsci: poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GUERRA, François Xavier. El renacer de la historia política: razones y propuestas. In: GALLEGO, José Andrés. *New History, Nouvelle histoire: hacia una Nueva Historia*. Madrid: ACTAS, 1993.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HABERMAS, Jürgen. Cidadania e identidade nacional. In: _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Vol II. 2. ed.* Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições. 2. ed.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. 4. ed.* Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina. 2. ed.* São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memória*. Madri: Siglo XXI, 2002.

LACLAU, Ernesto. Para uma teoria do populismo. In: _____. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2005.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1986.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: _____. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Manuscritos filosóficos e outros textos escolhidos – Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Violência política*. São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade : imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MICHELS, Robert. *Los partidos políticos: um estudio de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*. Vol. 1. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1972.

MORAES, João Quartim de. O argumento da força. In: DREIFUSS, René Armand (org.). *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n. 35. Disponível em: <www.scielo.com.br> . Acesso em: 14 de janeiro de 2008.

MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: USP, 1970.

NOIRIEL, Gerard. L'histoire politique: contours et détours. In: _____. *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris: Hachette Livre, 1998.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.

_____. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques (et al.). *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 52.

O'DONNELL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANIZZA, Francisco. O populismo como espejo de la democracia – Introdução. In: _____ (org.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Armée et politique au Brésil. In: ROUQUIÉ, Alain. *Les parties militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Le Clube Militar et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain. *Les parties militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

PEREYRA, Carlos. *Configuraciones: teoria e historia*. México: Editorial Edicol, 1979.

PINTO, Céli. *Globalização vis-a-vis – A história do nacionalismo na América Latina: o caso do Brasil*. (no prelo).

POMIAN, Krzystof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. In: _____. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa. In: _____. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RÉMOND, René. Introduction. In: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Axes e méthodes de l'histoire politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

_____. *La memoria, la historia, el olvido*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982.

_____. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ROSANVALLON, Pierre. Histoire conceptuelle du politique. In: *Revue de synthèse*. IV^a, n 1-2, janvier- juin 1986.

_____. *Por una historia conceptual de lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ROUSSO, Henry. La mémoire n'est plus ce qu'elle était. In: IHTP – Institut d'Histoire du Temps Présent. *Écrire l'histoire du temps présent*. 3 ed. Paris: CNRS Éditions, 2002.

RÜSEN, Jorn. *Razão histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 99.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999

STOIANOVICH, Traian. *Social history: perspective of the Annales paradigm*. Review, 1, nº 3-4, 1978, p. 19-48.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

VERNANT, Jean-Pierre. Les cités grecques et la naissance du politique. In: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Axes e métodos de l'histoire politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

WEBER, Max. *Ciência e política*. São Paulo: Cultrix, 1967.

_____. O Estado racional como grupo de dominação institucional com o monopólio da violência legítima. In: WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEFFORT, Francisco. A cidadania dos trabalhadores. In: BENEVIDES, Maria Victoria (org.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: Queros, 1982.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: CE-BRAP, 1980.

FONTES

1 Pronunciamentos publicados

BRIZOLA, Leonel. Conferência na Subcomissão de Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais da Assembléia Nacional Constituinte. 8 de maio de 1987. In: LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Editora Aquariana, 2008.

BRIZOLA, Leonel. O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o “caso cubano”. In: BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRIZOLA, Leonel. Perfil, discursos, depoimentos (1922-2004). In: BRAGA, Kenny (org.). *Perfis parlamentares*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959.

RIO GRANDE DO SUL. Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de abril de 1961*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro: aula inaugural do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FREIXO, Adriano; MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio - Contraponto, 2006.

VARGAS, Getúlio. Proclamação ao povo brasileiro em 10 de novembro de 1937. In: _____. *A nova política do Brasil. Vol. II*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

2 Revistas

O CRUZEIRO. De 1959-1964.

REVISTA DO CLUBE MILITAR. De 1959-1964.

3 Jornais consultados

A TRIBUNA DO MAR (1962-1964).

COOJORNAL. Porto Alegre (1978-1982).

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. (1959-1964).

CORREIO DO POVO. Porto Alegre (1945-1965).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre (1959-1964).

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre (1961-1964).

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro (1959-1964).

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo (1959-1964).

O JORNAL. Rio de Janeiro. (1963-1964).

O GLOBO. Rio de Janeiro (1959-1964).

PANFLETO. Rio de Janeiro (1964).

O SEMANÁRIO. Rio de Janeiro (1960-1964).

ÚLTIMA HORA. Porto Alegre (1945-1964).

4 Depoimentos, memórias e biografias

ABREU, Hugo. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

AGGE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. 2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

BANAR, Gregório. Depoimento. In: DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama Editora, 2009.

BASTOS, Joaquim Justino Alves. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

BASTOS, Paulo de Mello. *Salvo conduto: um vôo na história*. Rio de Janeiro: Garamound, 1998.

BRIZOLA, Leonel. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO: pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Vol. 3, p. 839.

_____. Depoimento desse ex-governador. FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRIZOLA, Leonel. Depoimento pessoal de Leonel Brizola para Francisco Leite Filho. In: LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Editora Aquariana, 2008.

BRIZOLA, Leonel. Entrevista de Leonel Brizola concedida para Paulo Markun e Duda Hamilton. In: HAMILTON, Duda; MARKUN, Paulo. *Legalidade: o testemunho de Leonel Brizola*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

BRIZOLA, Leonel. Depoimento. In: MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

_____. Depoimento. *Legalidade – 25 anos*. Porto Alegre: Redator, 1985.

_____. Depoimento. In: FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

BRIZOLA, Leonel. Depoimento sobre João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHAISE, Sereno. Depoimentos desse político. In: KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007.

CONSERVA, Paulo. *Navegando no exílio: memórias de um marinheiro*. João Pessoa: EGN Empresas Gráficas do Nordeste, 1991.

COSTA, Octávio. Depoimento desse general. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

DORNELLAS, Daltro. Entrevista deste sargento em exercício no período estudado. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama Editora, 2009.

FARIAS, Cordeiro de. Depoimento. In: CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. Entrevista deste sargento em exercício no período estudado. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. In: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

FIGUEIREDO, Poppe de. *A Revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

FRÓES, Hemílcio. *Véspera do primeiro de abril ou nacionalistas x entreguistas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

GONÇALVES, Leônidas Pires. Depoimento desse general. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUARAGNA, João Carlos. *Brizola: a revoada do exílio – histórias de um pombo correio*. Porto Alegre: Rigel, 1992.

MENDES, Ivan de Souza. Depoimento do então tenente-coronel e atual general. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MENDES, Selva Corrêa. *Sargento também é povo*. João Pessoa: 2000.

MOURÃO FILHO, Olímpio. Depoimento do então general. COOJORNAL. Edição especial de agosto de 1978.

PRESTES, Luiz Carlos. Depoimento do então líder do PCB. In: MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

RODRIGUES, Jelcy. Depoimento do então sargento da Aeronáutica. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. Vol. 1. São Paulo: Global Editora, 1979.

_____. *Como se coloca a direita no poder*. Vol. 2. São Paulo: Global Editora, 1979.

_____. Depoimento do assessor de Leonel Brizola. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SILVA, José Wilson. *O reacionarismo militar na Terra de Santa Cruz*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1989.

_____. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. Aula inaugural no ISEB. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

TAVARES, Flávio. Entrevista desse jornalista. In: DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

_____. *Memórias do esquecimento*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1999.

TAVARES, Flávio. *O Che Guevara que conheci e retratei*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

_____. *O dia em Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: 1981.

VIEGAS, Pedro. *Trajatória rebelde*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

WALTERS, Vernon. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

5 Legislação

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 12 de dez. 2006.

BRASIL. *Histórico do Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_tse/estado.html> Acesso em: 9 de janeiro de 2008.

6 Documentação

BOLETIM ESPECIAL Nº 1 DE 15 OUTUBRO DE 1961 DO III EXÉRCITO. In: O CRUZEIRO. 2 de dezembro de 1961.

BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado por Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2001.

COMANDO DA RENASCENÇA. Panfleto da Campanha de Almoré Zoch Cavalheiro para Deputado Estadual. ARQUIVO PESSOAL DE ALMORÉ ZOCH CAVALHEIRO. (Documentos, jornais, panfletos e materiais da Campanha eleitoral de 1962). Porto Alegre.

DOCUMENTO LEEEX (LEALDADE AO EXÉRCITO). Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV. Código (CFa 63.05.02).

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL. Disponível no Centro de Documentação do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (MODAC).

MOÇÕES APRESENTADAS E APROVADAS NA 5ª SESSÃO DA XI CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO REALIZADA NO DIA 4/5/59. Disponível no Acervo Francisco de Paula Brochado da Rocha. Pasta: Atividades Partidárias – 1959.

OFÍCIO DO COMANDANTE DO IV EXÉRCITO GENERAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO AO MINISTRO DA GUERRA. ACM pm 1963.05.01. Arquivo Pessoal do general Antônio Carlos Muricy. Disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV.

PERFIL DOS ATINGIDOS. TOMO III DO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987.

PERGUNTAS QUE OS SARGENTOS FAZEM AO POVO. ARQUIVO PESSOAL DE ALMORÉ ZOCH CAVALHEIRO. (Documentos, jornais, panfletos e materiais da Campanha eleitoral de 1962). Porto Alegre.

REGIMENTO INTERNO DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – SECÇÃO RIO GRANDE DO SUL. Disponível no Acervo Francisco de Paula Brochado da Rocha. Pasta: Atividades Partidárias – 1958.

RELATÓRIO ANUAL DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO DO ANO DE 1962. Documento produzido em 28 de fevereiro de 1963. In: Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.

RESUMO HISTÓRICO DOS 91 ANOS DE EXISTÊNCIA DO CLUBE MILITAR (1887-1978). Vol. 16. 8ª parte. O Clube Militar em mais 3 biênios (1960-1966). Rio de Janeiro: Clube Militar, 1961.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos das Eleições Federal, Estadual e Municipal. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

7 Entrevistas

ADORNO, Ly. *Depoimento* [julho/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2009.

ALVAREZ, Pedro Martins. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

BENEDETTI, Reynaldo di. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Cachoeirinha: [s.l.], 2008.

CALIXTO, Ney de Moura. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

CAPITANI, Avelino Bioen. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

CHAISE, Sereno. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

COSTA, José Geraldo da. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2008.

COSTA, Raimundo Porfírio. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

ERIG, Édio Emigdio. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

FRANK, Carlos Alberto Telles. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Tapes: [s.l.], 2009.

GALVÃO, Araken Vaz. *Depoimento* [setembro/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Valença: [s.l.], 2009.

IOST, Avelino. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

LOPES, Adeílson José. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2008.

LUZ, Paulo Ritter da. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Taquara: [s.l.], 2008.

RIBEIRO, Trajano. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2008.

RODRIGUES, Jelcy Corrêa. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Guapimirim: [s.l.], 2008.

SANTOS, José Maria dos. *Depoimento* [novembro/1999]. Entrevistadores: J. Ferreira e A. Gomes. Rio de Janeiro: UFF, 1999. 6 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense.

SCHMIDT, Matheus. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Depoimento* [outubro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

SILVA, Elízio Soares da. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Taquara: [s.l.], 2008.

SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [junho/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.